

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIANA, Gilney Amorim. Gilney Amorim Viana (depoimento, 2014 / 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (7h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Gilney Amorim Viana
(depoimento, 2014 / 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 16/12/2014 a 24/03/2015

Duração: 7h 55min

Arquivo digital - áudio: 9; Arquivo digital - vídeo: 9; MiniDV: 9;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Ação Libertadora Nacional; Anistia política; Atividade profissional; Clandestinidade; Direitos humanos; Ditadura; Ensino; Família; Golpe de 1964; Greves; Guerrilha urbana; Mário Alves; Medicina; Meio ambiente; Memória nacional; Militância política; Ministério Público Estadual; Mobilização política; Movimento estudantil; Obras literárias; Pacificação política; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Poder executivo; Poder legislativo; Política; Pós - graduação; Preso político; Repressão política; Tortura; União Democrática Nacional; Universidade Federal de Minas Gerais;

Sumário

1º Entrevista: 16.12.2014

Origens familiares; a fundação por parte do pai do entrevistado da União Democrática Nacional (UDN) na região do sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais; a eleição do pai para prefeito de Águas Formosas e a tradição política conservadora da família; a mudança do entrevistado para Belo Horizonte no início de 1960; o estudo no colégio Santo Agostinho e o contato com um comerciante comunista na pensão em que morava; o interesse por política e a o ingresso no Colégio Estadual Minas Gerais, em 1961; o contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) dentro do Colégio Estadual; a mobilização política dentro do colégio; o movimento estudantil e o início do trabalho em favelas de Belo Horizonte, de 1961 a 1963; comentários sobre a geração de militantes e intelectuais contemporâneos ao entrevistado no Colégio Estadual Minas Gerais; a formação política do entrevistado, a militância no PCB e a prisão na época do golpe militar; o trabalho como bancário, em 1963; a relação com a família no momento de maior militância; a fundação do jornal União de Defesa Coletiva (UDC) e sua distribuição nas favelas de Belo Horizonte; o trabalho no Banco Estadual de Minas Gerais; comentários sobre a primeira prisão pelo Exército, em 1964, o interrogatório no Comando do Exército e a tortura psicológica; o impacto do golpe militar para o entrevistado; a saída da prisão e a não expulsão do Banco; a passagem para a luta clandestina, a volta ao colégio e o término do científico; comentários sobre o período de reestruturação dos partidos de esquerda, notadamente a reestruturação do PCB; a importância de Mário Alves na formação do entrevistado; as reorganizações e os rachas dentro do Partido; O ingresso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no curso de Medicina, em 1966 e a conciliação entre o curso, o trabalho como bancário e como dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB); comentários sobre o início da luta armada pela Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) em 1968, a ida de militantes a Cuba e a permanência do entrevistado trabalhando no movimento de massa; comentários sobre a entrada na estrutura da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1969 e o acordo com Carlos Marighella; comentários sobre a ação mal sucedida de resgatar militantes do hospital e a quebra de moral do grupo guerrilheiro comandado pelo entrevistado; a entrada na clandestinidade e o acidente em uma outra ação; a repercussão do acidente na ação; as prisões em sequência de vários membros do grupo guerrilheiro; comentários sobre a prisão de lideranças e a queda da Corrente; a ida ao Rio de Janeiro, a integração à ALN e o trabalho de reorganização e integração de militantes mineiros na ALN; a ida a São Paulo, o contato e os encontros com Marighella; o último encontro com Marighella, antes de sua morte, em 1969; o cerco aos militantes em São Paulo e o período de clandestinidade sem contatos; o retorno ao Rio de Janeiro, em 1970, o encontro com Hécio Pereira Fortes, amigo e militante de Minas Gerais e o início do namoro com Efigênia Maria de Oliveira; Comentários sobre a segunda prisão; longo comentário sobre a tortura e os interrogatórios no DOI-Codi; a insistência da repressão em localizar outros militantes e a resistência do entrevistado; a ida para o Dops e a prisão; comentários sobre a relação entre os presos políticos e os preses de Segurança Nacional; a organização dos presos políticos; a ida em um camburão para Juiz de Fora; a prisão na Penitenciária de Linhares, de 1970 a 1977, sendo quase um ano meio na solitária; as sequelas da prisão, sobretudo por ter sido mantido em isolamento; o episódio de resistência dentro da cadeia, em 1971; a organização política dentro da prisão; O uso e a fabricação de rádio dentro da cadeia; o contrabando de livros

para dentro da cadeia; comentários sobre as visitas, que ocorriam uma vez por mês; comentários sobre a prisão e soltura de Efigênia Maria de Oliveira, esposa do entrevistado; a greve de fome em 1970; o controle da Penitenciária pelo Exército e as cartas escritas pelo entrevistado; comentários sobre o desejo de transferência e a transferência efetiva para o Presídio Político da Frei Caneca no Rio de Janeiro, em 1977, e a não aceitação das discussões de anistia; a mobilização para politizar a luta carcerária, reivindicando respeito e melhores condições; a morte do pai e a saída de Linhares para acompanhar o velório; os contatos indiretos com a ALN; comentários sobre a postura, o fazer política e o papel do entrevistado dentro da cadeia; comentários sobre as mortes de companheiros, como a de Hécio Pereira Fortes; a ocupação e o trabalho dentro da cadeia; as cartas e o método de escrita do entrevistado; os planos de fuga da prisão; a saída da prisão em liberdade condicional, em 1977; Comentários sobre as discussões e o projeto de anistia proposto pelo entrevistado e presos políticos; o contato e a participação nas lutas da sociedade; a transferência para o Rio de Janeiro e a facilidade de se conversar sobre política nas visitas, que eram mais abertas e frequentes; a participação na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais e do Mato Grosso, quando da saída da prisão; a denúncia dos presos sobre os mortos e desaparecidos pela Ditadura e a importância do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA); a importância dos familiares de mortos e desaparecidos políticos; a descoberta da vala de Perus; a força do caráter afetivo que se transforma em política na atuação dos familiares; o contato com Iara Xavier Pereira.

2º Entrevista: 24.03.2015

Comentários sobre os anos de prisão, a transferência para o Presídio Político do Rio de Janeiro e o reatamento dos contatos políticos e das visitas, para além dos familiares; a passagem para a luta política dentro dos presídios, sobretudo na denúncia das condições carcerárias; comentários sobre a dificuldade dos combatentes em assumir a luta por anistia em um primeiro momento, como se fosse o reconhecimento de derrota; a chegada ao Rio de Janeiro, em 1977, e a mudança de ideia sobre a anistia; o início das greves de solidariedade e a luta política de dentro da cadeia; a greve de fome contra o projeto de anistia do governo Figueiredo; a reação sobre a Lei da Anistia, sobretudo a abrangência à torturadores; a permanência na prisão mesmo depois da anistia e a liberdade condicional até o final da Ditadura; a ida e o recomeço em Mato Grosso e a relação com Iara Xavier Pereira; a edição de dois livros com os escritos do cárcere; a ida para Minas Gerais para ficar com a família logo após a saída da prisão; comentários sobre os últimos meses de prisão; a ajuda na construção do PT em Minas Gerais e o desejo de recomeçar onde não era conhecido; o processo de saída da cadeia, regularização de documentos, ida para Minas Gerais e a primeira visita a Mato Grosso; comentários sobre a ida para Mato Grosso e o trabalho como gerente de uma fábrica; a gerência da fábrica e a disputa com as grandes empresas; comentários sobre a volta de Iara de Cuba e reencontro com o entrevistado; a descoberta dos irmãos de Iara enterrados no cemitério Dom Bosco, em Perus; A relação do entrevistado com a morte e o envolvimento com a causa dos familiares de mortos e desaparecidos; comentários sobre as prioridades e a atuação durante o mandato de deputado federal pelo Mato Grosso, eleito em 1994; comentários sobre a Lei dos Mortos e Desaparecidos; o problema do secretismo nas reuniões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e a importância de diálogo com a sociedade; a importância de se fazer processos com historicidade e de divulga-los publicamente; as reportagens sobre os trabalhos da Comissão

e a sensibilização da sociedade; crítica à responsabilidade limitada do Estado em relação aos crimes da Ditadura; o ônus da prova que recai sobre os militantes e familiares; a concepção de desaparecido, morto e preso pelo Movimento de Familiares e sua apreensão pelo Estado e comparações com Argentina e Chile; a importância política da distinção entre morto e desaparecido; comentários sobre os princípios de reconciliação e pacificação e sua recusa; a publicação do relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; comentários sobre a Comissão de Anistia; comentários sobre a Comissão Nacional da Verdade e críticas à sua temporalidade e composição; Comentários sobre aspectos críticos em relação à lei que criou a Comissão Nacional da Verdade; crítica ao caráter privado de grande parte dos trabalhos da Comissão; comentários sobre a relação da Comissão com os familiares de mortos e desaparecidos; o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e a não inclusão dos indígenas; a criação das Comissão Indígena da Verdade e Comissão Camponesa da Verdade; as dificuldades de reconhecimento de camponeses mortos pelo Estado; os pontos positivos do relatório da Comissão da Verdade e seu legado; a criação dos Comitês pela Memória, Verdade e Justiça e sua importância; a organização de exposições temáticas, a fim de mobilizar a sociedade; comentários sobre a continuidade dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e a atuação do Ministério Público; a falta de expectativas em relação ao poder Executivo e Legislativo; comentários sobre a revisão da Lei de Anistia; A Lei da Anistia e a necessidade de revisão do parágrafo sobre os crimes conexos; a esperança de julgamento dos torturadores; o movimento dos escrachos e a publicização de torturadores; os princípios que movem a atividade pública do entrevistado; a candidatura à prefeitura de Cuiabá pelo PT em 1992; o trabalho na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o doutorado; a aliança entre PT e PDT nas eleições de 1994, costurada pelo entrevistado e Dante de Oliveira; a interrupção do doutorado, a eleição para deputado federal e a dedicação do mandato ao meio ambiente, memória e direitos humanos; a eleição para deputado estadual e a volta a Brasília para compor o governo de transição do recém eleito Luís Inácio Lula da Silva; a elaboração de relatórios sobre o meio ambiente e sobre a questão indígena e a ida para o Ministério do Meio Ambiente; a saída do Ministério, a volta a Universidade e a licença não remunerada; a coordenação do projeto Direito à Memória e à Verdade; a saída do projeto e o retorno ao trabalho na Universidade; comentários sobre o debate com Pedro Dallari no Senado; o processo do entrevistado na Comissão de Anistia; considerações finais e agradecimento.

1ª Entrevista: 16/12/2014

Angela Moreira D. da Silva – Gilney, bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a sua disponibilidade em vir conversar conosco. E, em geral, nós começamos essas entrevistas pedindo para que você conte um pouco sobre o seu local de nascimento, a sua infância, a sua formação escolar, o início das suas atividades políticas.

Gilney Amorim Viana – Primeiro, bom dia e o agradecimento pelo convite, tanto à Angela, que é nossa coordenadora, quanto à Dulce Pandolfi, que é nossa companheira de velhas lutas. Na verdade, conheci a Dulce, no Tribunal Militar. Não conheci na militância junto à ALN¹, mas quando nós fomos fazer a audiência, acho que na 2ª do Exército, aqui no Rio, não sei, eu a conheci. E também à Ninna, a saudação. Quanto à sua pergunta inicial, eu nasci numa cidadezinha, que nem era cidade, era uma corrutela chamada Crisólita, já no Médio Rio Mucuri, no Médio Mucuri. É exatamente quando o Mucuri faz a curva e quase cruza com o rio Jequitinhonha e vai em direção ao litoral, passando ou para a Bahia, ou, em algum caso, no Espírito Santo, também. Essa é uma região muito pobre de Minas Gerais, aonde as pessoas viviam ou em grandes fazendas de gado, ou viviam de faiscar ouro, diamante, ou pedras semipreciosas. E quando eu nasci – isso foi em 45, em 12 de agosto de 45... Eu costumo dizer, poeticamente, que eu ainda nasci sob o clarão das explosões nucleares de Nagasaki e Hiroshima, vamos dizer assim, a exposição da humanidade anunciando o novo império. E meus pais são baianos, que migraram da Bahia para Minas. Minha mãe, do sertão. Minha mãe chamava-se Maria da Glória Amorim Viana, que é o sobrenome do meu pai. E de famílias não abastadas, mas um tipo uma classe média rural antiga que, no Brasil do início do século XX, era relativamente bem de vida, lá no sertão da Bahia, lá na região de Jacobina. E minha mãe costuma dizer que ela fugiu dos revoltosos – os revoltosos eram Prestes, a Coluna Prestes –; depois, de Lampião; e depois, dos da polícia, que caçavam Lampião. E foi nessas fugas que eles fizeram uma grande migração do sertão da Bahia para o sertão de Minas. E quando adentraram Minas conheceram meu pai, que era um botequineiro. Ele tinha estudado um pouco em Salvador e, por razões familiares, ele voltou e se desapegou da família e botou um tipo de

¹ Ação Libertadora Nacional, organização política de ideologia socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil.

uma farmácia no interior. Isso lá no Comercinho do Bruno², que era um ponto de tropa. Porque, naquela época toda, eram tropas de... Porque se andava com tropas. E foi ali que meu pai conheceu minha mãe. E logo depois eles se engraçaram e acabaram casando.

Dulce Chaves Pamdolfi – E o nome do seu pai era...?

G.V. – Meu pai era Divaldo Trancoso Viana. Que eram... Da parte do meu pai, são famílias também da colonização portuguesa no extremo sul da Bahia. Aquele extremo sul da Bahia, que vem de Canavieiras, Caravelas e Alcobaça. Ali ainda tinha... A cidade de Alcobaça e Caravelas, na década de 10, ainda eram remanescentes dos casarões portugueses, uma coisa assim, que até hoje ainda tem alguma coisa lá. Então era uma família que também tinha um pouco de terra, que era muito, naquela ocasião. Porque, naquela ocasião, quem tinha terra é que eram os cidadãos, que votavam e que tinham um certo poder. E descendência de portugueses. Então é dessa junção que saiu a família Amorim Viana. E quando eu nasci, em verdade, em 45, meu pai estava migrando dessa atividade farmacêutica prática para a fazenda, uma pequena fazenda. E, em função disso, quando veio o fim da ditadura Vargas, meu pai e a família Viana militavam na oposição ao Vargas. Então, eles vão ser fundadores da UDN³ na região. Isso tanto no extremo sul da Bahia, quanto naquele nordeste de Minas. E aí já era Viana Rodrigues. E meu pai inclusive foi candidato e foi vencedor. Ele foi o primeiro prefeito, pós-Vargas, da cidade de Águas Formosas, que era o município que detinha Crisólita. Então, eu venho de uma família que tinha uma certa tradição política conservadora. É ligada à UDN e essa coisa toda. E eu convivi, desde pequeno, com essa história de fazer envelopinho de candidatos. Porque antigamente se fazia. O voto era não só de cabresto, mas era envelopado: você envelopava as cédulas dos seus candidatos, fechava e entregava para o cidadão. Naturalmente, na hora de votar, porque senão o adversário trocava a cédula que estava no envelope. Então eu convivi com isso dentro de casa já, na infância. Mas, por razões várias, inclusive de saúde na família, meu pai não completou o mandato. Ele pegou tuberculose e, naquela época, tratar tuberculose era uma coisa – isso é na década de 40 – muito difícil. E ele acabou não completando o mandato e veio para Barbacena. Então nós fomos migrando. Em função disso, desarticulou um tanto a família. Quando ele voltou, ele tentou de novo – como o irmão dele foi bem-sucedido como

² Município do estado de Minas Gerais situado na região do Vale do Jequitinhonha.

³ União Democrática Nacional (1945-1964), partido político brasileiro.

deputado, ele tentou fazê-lo de novo prefeito –, mas foi derrotado. Essa coisa de ser derrotado politicamente, eu aprendi com meu pai. Às vezes, a gente fica muito aborrecido, mas depois acha até divertido. Tem um lado bom de ser derrotado, certo? Aí nós mudamos para uma cidadezinha que era um distrito de Alcobaça. Então meu pai voltou para onde era o seu território familiar. O município de Alcobaça, que é colonial, da época colonial, tinha um distrito que se chamava Águas Formosas... Água Fria! Desculpe. Tinha Água Fria e Água Quente. Todos os dois são municípios novos do extremo sul da Bahia. E lá meu pai reconstruiu a sua vida, depois de totalmente destrozado financeiramente, politicamente e tudo, comprando uma pequena farmácia. Porque só tinham duas farmácias nas vilas. Então ele comprou aquela que era dos mais pobres. Então meu pai virou o médico dos pobres dessa cidadezinha. E quando o município se emancipou - em 1962, salvo engano, ou 58, eu tenho uma dúvida -, meu pai foi demandado para ser candidato, tanto pelo PSD como pela UDN, e até um PTB, que já se ensaiava lá. Meu pai falou assim: “Olha, está na hora de mudar daqui”. E foi o que ele fez, se mudou para Belo Horizonte. Mas, antes disso – e aí já vai a minha iniciação política –, em 1959, no final, como ele já tinha essa visão de mudar para Belo Horizonte, ele mandou que eu viesse estudar em Belo Horizonte. E eu fui para Belo Horizonte no final de 59, início de 60. Eu não sei, não me lembro. Eu acho que foi no final de 59. E lá, ele já me levou antecipadamente, para [eu poder] fazer o exame de seleção para o Colégio Estadual. Porque o Colégio Estadual de Minas Gerais, porque era assim que se chamava, era o colégio da elite mineira. E o Instituto de Educação era da elite para as moças, que faziam o curso de formação ou coisa desse tipo, o normal, que chamavam naquela época. Então eu fui para fazer o vestibularzinho lá do Colégio Estadual, mas eu tinha perdido o prazo. Na verdade, ele se enganou. Então eu estudei por um ano, na minha vida, num colégio de padre. É bom que se diga que o meu pai tinha uma origem maçônica, ele não gostava de padre. E meio a contragosto...

D.P. – Então, você não teve formação católica?

G.V. – Minha mãe era católica, mas não era dessas pessoas...

D.P. – Mas teve aquela coisa: batizou, primeira comunhão, de vez em quando ia à missa?

G.V. – Batizou e tal; de vez em quando ia à missa no domingo. Não era uma pessoa carola, não. Minhas irmãs, que foram estudar em colégio de freira, obviamente, viraram todas elas carolas. Mas os irmãos, não, todos puxamos um pouco o pai, assim, de... Somos católicos, de eventualmente frequentar a igreja, mas não éramos militantes da Igreja, não.

D.P. – E era uma família numerosa, Gilney? Quantos irmãos você tem?

G.V. – Nós éramos sete irmãos, quer dizer, quatro homens e três mulheres, e mais um irmão agregado, que, na verdade, era um primo que foi criado pela minha mãe. Então nós éramos oito. Então eu mudei para Belo Horizonte, vamos dizer assim, no início de 60, e fui estudar nesse colégio de padre, que é o Colégio Santo Agostinho. Mas houve um fato. Esse é importante na minha vida, na minha formação. Porque eu morava numa pensão. Porque, naquela época, era muito comum ter pensões para estudantes e tal. [Eu morava] numa pensão e estudava no Colégio Santo Agostinho. E isso era o ano de 1960, que é o ano da eleição. Meu pai apoiava o Jânio Quadros. Primeiro ele apoiava o pessoal da UDN, e a UDN depois foi apoiar o Jânio Quadros. A coisa foi assim. E eu, ali, tive contato pela primeira vez com um comunista. Foi nessa ocasião. Porque nessa pensão tinha um comunista. E o cara já levava jornal do Partido Comunista, e ele conversava, na hora do almoço... Ele era um cidadão que almoçava lá.

D.P. – Era uma pessoa mais velha? Ou era um estudante?

G.V. – Mais velha. Era uma pessoa mais velha. Era um comerciante. E ele e mais uns dois, eles conversavam política. Foi a primeira vez que eu tive contato com um comunista. E ali, e naquela coisa assim, foi me despertando para a questão da campanha política do Lott⁴. Então, pela primeira vez, eu apoiei um cara que não era da UDN. Eu tinha 15 anos. Então, eu pus a espadinha do Lott, contra a vassoura do Jânio Quadros.

⁴ Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1884-1984) foi um [militar brasileiro](#) que atingiu posto de [marechal](#). Se distinguiu pelo legalismo e por suas convicções [democráticas](#). Na [eleição presidencial brasileira de 1960](#), o Marechal Lott, já na reserva, foi postulado candidato à Presidência da República pela coligação governista [PTB/PSD](#), que elegeu JK em 1955 e dera sustentação ao governo deste e recebeu apoio de Juscelino. Mais informações, acessar < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/henrique_teixeira_lott>.

A.S. – E como seu pai reagiu?

G.V. – Como eu estava distante, não tinha um conflito muito direto. Então, isso foi amenizado pela distância. Mas como eles só vieram depois, em 1961, quando ele já veio, eu já tinha uma visão um pouco mais elaborada de esquerda. Aí eu entrei no Colégio Estadual, no início de 61, e estudei em 1961, 1962, 1963 e 1964, no Colégio Estadual.

D.P. – Certo. Agora, e esses caras? Você continuou em contato com esses comunistas? Eles tentaram te arregimentar para o Partido?

G.V. – Nunca.

D.P. – Era uma coisa... só a conversa ali?

G.V. – Ali, não [tentaram]. Eu vim para o Partido não através das mãos deles; eu vim quando eu entrei para o Colégio Estadual.

D.P. – Mas eles davam livros para você, panfleto, alguma coisa? Ou não?

G.V. – Eles conversavam mais.

D.P. – Conversavam mais.

G.V. – Eles eram mais velhos, então, eles não davam muita importância para a garotada. Tinham uns dois ou três jovens, assim mesmo eles não davam muita importância. Mas debatiam.

D.P. – Ficou a semente.

G.V. – É. Então, tinha curiosidade. E eu também já tinha uma rebeldia – isso já com os padres, de muito tempo –, um pouco pela formação do meu pai e mesmo um pouco de achar... Era um

sentimento que já vinha de criança, que foi muito importante para eu ter uma opção de esquerda: eu sempre achei muito estranho como tinha gente, uma minoria rica e uma maioria pobre. Desde criança, eu achava isso um tanto absurdo. E via como uma coisa muito interessante do meu pai que, não obstante ele ser uma pessoa conservadora, ele tinha uma atenção muito grande com os pobres. Nunca foi prepotente. Era uma coisa boa dele. Ele era um cara que tinha cultura, numa cidadezinha muito pequena, mas ele não era prepotente. Tanto é que ele era o eventual candidato a prefeito, que ganharia, porque os pobres votariam nele. E os ricos também, por força da UDN e do jeito de ele tratar as coisas. Mas ele não quis, e acertadamente, porque também já estava muito dificultoso, tanto financeiramente como de saúde. Pois bem, eu fui para o Colégio Estadual. Quando eu entrei na quarta série do Colégio Estadual, ali já encontrei o Partido Comunista Brasileiro, a JEC⁵ e a Ação Popular, a Polop, [já encontrei] tudo formado ali dentro do Colégio Estadual. Porque é uma fase onde houve muito avanço ali, em 61. Então, se você olhar a minha foto de 1961, da quarta série, ali nós já temos uma base do PCB. Nós fundamos, dentro dessa... Eu não. Tinha algum que já era mais avançado que eu. Eu vou citar o nome de um deles, porque ele morreu recentemente e morreu como meu amigo até hoje... Até então: Fernando Sana Pinto. Fernando Sana Pinto, que era PCB. Quando veio a divisão de PCB e PCdoB, ele foi para o PCdoB, ele e alguns da nossa base, e eu fiquei no PCB. Mas sempre continuamos amigos. Tanto é que, quando veio o golpe, eu fui processado no inquérito tanto do PCdoB quanto do PCB. Porque eu frequentava a sede do [jornal] *A Classe Operária*, que era a sede do PCdoB lá em Minas. E, é óbvio, frequentava a sede do *Novos Rumos*, que era a sede do PCB.

A.S. – E como era essa mobilização na escola, no colégio? Era permitido?

G.V. – Totalmente. Você tem que olhar, primeiro, que era um colégio da elite. Então, a repressão não entrava abertamente lá. E segundo, é o período em que a luta de classe e a luta de massa teve um crescimento enorme. Você vem de 60, que já foi uma eleição disputada, um tanto polarizada. E que o Lott, mesmo sendo um general nacionalista e dos costumes, muito conservador, mas ele representava um projeto nacional-desenvolvimentista popular, muito aliado com o PTB, e de quebra, o próprio PCB apoiando. Então, ele representava uma certa

⁵ Juventude Estudantil Católica.

continuidade de projeto, vamos dizer assim, de JK misturado com o PTB, que era aquela aliança nacional-desenvolvimentista. E o Jânio era o populismo de direita, que, na ausência...

D.P. – Carreirista, não é?

G.V. – Na ausência de uma candidatura mais conservadora, a UDN abraçou-o e o elegeu. Ou se elegeu junto com ele. Bem, mas, no Colégio Estadual, em 61, que foi meu primeiro ano, já tinha uma agitação e tinha um nível cultural muito elevado. Era um lugar aonde os professores eram muito qualificados, aonde tinha um ambiente literário – literário, literalmente – e cultural muito forte. Então se discutia política mais abertamente. E, não me lembro se em 61 ou 62, já tinha a sede do Diretório Estudantil do Colégio Estadual. Então você tinha um espaço de discussão e tudo. Então era muito facilitado. E tinha uma outra particularidade da minha opção por militância: não obstante esse pessoal da base do PCB e de fazer uma militância estudantil, tinha uma moça que eu tinha uma certa graça por ela e nós tínhamos... E também um pessoal que fazia um trabalho em favela. Então, eu optei por fazer um trabalho em favela. Então eu, na verdade, comecei já desviando do movimento estudantil e indo para o trabalho em favela. E eu fiz esse trabalho de favela durante 61, 62, 63 até o golpe, nas ocupações das favelas lá de Belo Horizonte. Aprendi muito com isso.

D.P. – Você conheceu o Betinho, nessa época?

G.V. – O Betinho, não. Sabia da existência dele, mas não o conhecia. Porque, primeiro, era...

D.P. – É mais velho que você.

G.V. – Era mais velho. E segundo, eu convivi... [Com] quem eu convivi nesse período era com o pessoal... Como eu era à esquerda do PCB... Já tínhamos uma corrente de esquerda ali, naquela disputa do Congresso, que já estava... Tanto é que as teses do Congresso do PCB saíram em 25 de março, na época do golpe. E com uma atividade na Federação dos Trabalhadores Favelados... Ali atuava também o pessoal da Polop. Então, eu conheci muito o Beto e o Juarez, com quem...

D.P. – Beto é [inaudível].

G.V. – Carlos Alberto Soares de Freitas e Juarez Guimarães de Brito, com quem eu convivi. Nós tínhamos uma...

D.P. – Isso na frente? Você conheceu mais no trabalho das favelas? Foi isso?

G.V. – Nas favelas, no trabalho de favelas, e também porque tinha um... Eles usavam também um... Tentavam influenciar ali. O PCB e a Polop tentavam influenciar ali.

D.P. – É impressionante essa coisa de Belo Horizonte, nesse momento aí, nos anos 60.

G.V. – Era muito rico.

D.P. – Gente! As organizações de esquerda tinham uma força lá!

G.V. – Tinham força.

D.P. – E, assim, com intelectuais que depois se tornaram nomes... Isso que é incrível, também. Porque é uma geração...

G.V. – Não foi uma geração muito... A geração... Se nós fizemos uma pesquisa da geração do Colégio Estadual, que a rapa do tacho é a presidente da República, a Dilma...

D.P. – A Polop, o PCB, o PCdoB, a AP...

G.V. – Ela entra já em 1964, quando eu sou... É meu último ano. Mas ali tinha, olha, só na minha turma, que eram 32, nós tínhamos ali, da base do Partido Comunista Brasileiro... Depois dividiu e fez uma base também do PCdoB. Ali, nós tínhamos uns seis militantes, entre os quais eu, o Fernando Sana, tinha um judeu... Tinham dois judeus, que eram militantes da esquerda judia, que tinha lá, também, mas eles eram aquela coisa de Israel e tudo. Tanto é que, quando há a guerra de 67, um deles foi para Israel e morreu na guerra de 67, que era da base do Partido

lá, nosso companheiro. Ele era um cara inteligentíssimo. Um pouco mais quieto, mas era aquele tipo de militante forte. Então você tem uma base cultural e política e organizacional muito forte ali, que vai depois se transferir um tanto para o movimento universitário. E organizou muito a política, inclusive a posterior, em Minas Gerais. Alguns deles são governadores, deputados e outras *cositas* mais.

D.P. – O primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais é lá, não é? Você foi?

G.V. – Eu fui no congresso. Porque eu já estava no PCB. E não fui porque... É bom que se diga, eu tinha toda a clareza do que estava acontecendo. Eu tinha clareza que era um congresso de camponeses. Mas, naquela época, os militantes mais jovens do PCB, era natural eles botarem para ou vender jornal, ou distribuir panfleto lá dentro. E eu fiz isso. Me lembro perfeitamente da coisa. E eu vivi esse período de agitação, tanto estudantil quanto dos favelados, de 61 a 64. E aí, sim, é que foi minha formação política mesmo. De um lado, você ter uma visão... E também do Partido. Porque como eu era um cara que tinha uma opção mesmo ideológica, eu, logo depois, assumi o Comitê Distrital Secundarista. Porque o Partido se organizava dessa forma: tinha o municipal e tinham os distritais, dentro dos segmentos. E nesse período me tornei, pouco a pouco, um militante efetivo do Partido, porque fazia muitas tarefas. Quando veio o golpe, eu fui preso na época do golpe.

D.P. – Você foi preso na rua?

A.S. – No golpe de 64?

G.V. – No golpe de 64.

D.P. – Você foi preso na rua ou em casa?

G.V. – Veja bem, aí tem outra particularidade da minha vida também, porque em 63 eu me tornei um bancário. Eu fui ser bancário no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Naquela época, o ingresso, e principalmente de *boy*, não era por seleção. Depois eles abriram concurso, eu fiz um e passei para o serviço administrativo. Mas eu me lembro bem que na greve

de 63, dos bancários, eu acho que eu fui o único que fez a greve, no Banco de Desenvolvimento. Aí o pessoal: “Ué! Mas você faltou?!” Eu falei: “Eu estava de greve”. Aí o pessoal falou: “Ah! Então tá!”.

D.P. – Gilney, e me diz uma coisa, e a relação com a família nesse momento? Você, nessa militância... A família sabia? Não sabia?

G.V. – A família sabia que eu tinha uma militância, assim, estudante, mexia com favelado, mas não tinha clareza da dimensão do problema, não.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – Não tinha clareza. E inclusive lá em casa...

D.P. – Você morava aonde? Você morava...?

G.V. – Eu morava pertinho do Colégio Estadual.

D.P. – Numa pensão?

G.V. – Não. Aí minha família mudou.

D.P. – Aí já estava com eles.

G.V. – Minha família mudou, em 61.

D.P. – Mesmo nessa militância, com eles?

G.V. – Então, eu morava com eles, lá dentro de casa. E como eu morava perto do Colégio Estadual, era comum o pessoal de esquerda ir lá para casa. Alguns iam até almoçar lá em casa. E nós... Nessa ocasião, eu fundei... Eu, o Fernando e outros, nós fundamos um jornal para os favelados. Chamava...

D.P. – *O Barraco?*

G.V. – Não. Não é, não. Ele chamava-se... Tinha uma sigla chamada União de Defesa Coletiva, que era lá. Então, nós fundamos o *UDC*.

D.P. – Os comitês populares.

G.V. – É uma coisa assim. Era um tipo de associação que tinha lá. E nós fazíamos um jornalzinho horrível, porque era impresso naqueles mimeógrafos que a gente ia lá... Por isso que às vezes a gente ia lá na Polop, ia no Partido... O Partido não queria, falou: “Você está...”. Porque o Partido, naquela visão... Ele tinha uma visão: “Se é estudante, vai fazer movimento estudantil; não fica mexendo com favelado”. O Partido não gostava. Mas eu não deixei de fazê-lo. Então fazia um jornalzinho desse tipo para distribuir lá, e subia aqueles morros no sábado e no domingo, principalmente no domingo, que era a principal atividade. Era uma experiência muito interessante.

A.S. – E você ainda tem algum exemplar desse jornal?

G.V. – Não, não tenho, porque isso é coisa de antes de 64. Quando veio o golpe, eu já era bancário. Já te falei, entrei em 63. Aí o golpe, quando... E eu morava ali...

D.P. – Você entrou para bancário por sobrevivência ou para fazer trabalho político para o Partido?

G.V. – Não, não. Entrei por sobrevivência. Porque meu pai falou assim...

D.P. – O setor bancário era considerado um setor forte.

G.V. – Era. Mas meu pai... Primeiro, as posses do meu pai eram curtas. E ele achava que tinha que trabalhar. Então ele: “Até aqui, eu vim. Você se cuida”. E eu queria trabalhar, também. Eu tinha essa visão. Já tinha uma certa independência política e queria ter uma independência

financeira. Então, eu fui trabalhar. E no bancário que eu conheci as lideranças bancárias: Armando Ziller, que era liderança bancária... Os comunistas que dominavam... O Partido Comunista dominava os bancários, e era muito ativo. E, então, quando deu... E eu morava na [rua] Aimorés, ali perto da praça Raul Soares. E o Comando do Exército, que lá é a ID/4 – Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar. Então, a siglazinha era ID/4. Hoje mudou um pouquinho, mudou para DI, não sei o quê. Eles fizeram uma reformazinha no Exército. Aí o que aconteceu? O Exército... Eu não fui ao colégio mais, porque eu sabia que eles estavam prendendo a companheirada, não é? E parei de ir ao banco durante um tempo. Mas eu fiquei com medo de perder o emprego. E eu voltei ao banco, obviamente. Mas nem... Acho que foi uma prevenção. E não sei se isso surtiu efeito ou não. Eu só sei que, num certo dia – isso foi no dia 30 de abril –, o Exército passou lá em casa, na casa dos meus pais. E chegou lá e meu pai os recebeu e perguntou: “Qual é o problema?”. Eles falaram: “Ah, não...” Eles não explicaram direito a meu pai, também, não é? “Ah, não, porque o seu filho, eu acho que ele está mexendo com subversão, negócio de estudante. Nós queríamos conversar com ele e tal”. Aí meu pai falou: “Pois não. Ele está lá no banco”, e deu o endereço. Eu acho que ele não teve maldade, também, não. Mesmo porque ele não tinha noção exatamente do que eu fazia. E quando eles foram ao banco... Isso na parte da tarde. Naquela época, banco só abria à tarde. Aí eu... E era no 22º andar do Bemge, que é um banco, que tem até hoje o prédio na praça... Era Bemge – Banco Estadual de Minas Gerais.

D.P. – [Inaudível] até da sigla do Bemge.

G.V. – Então subiram lá dois agentes: um do Exército e outro da Marinha. Mas era o pessoal do Exército que estava fazendo as buscas. E quando eles subiram, lá em cima, eles mandaram me chamar, porque a secretária perguntava: “Com quem você quer falar?”. Aí foi lá na minha sala e: “Gilney, tem duas pessoas querendo falar contigo”. Eu também não sabia, porque eu não os vi. Só quando abriu a porta que eu os vi. Sendo que um... Todos os dois eram agentes do Serviço que nós conhecíamos, porque um era muito conhecido, porque ele frequentava todo o tipo de boteco, e todo o negócio de esquerda ele frequentava, que era o tal de Sarmento. Inclusive o boteco que foi fundado pela Inês⁶ e pela...

⁶ Inês Etienne Romeu (1942-2015), militante e dirigente das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Organização Marxista Política Operária

D.P. – Inês Etienne.

G.V. – ...pela Inês Etienne e o Beto, que era o chamado Botcheco. Olha bem o nome do...!

D.P. – Como é o nome do boteco?

G.V. – Botcheco. Eu não gostava de frequentar. E o Maletta, que era o lugar da esquerda. [A esquerda] ocupou o Maletta, que é um prédio central que tinha muito boteco, livraria, pizzaria, coisa desse tipo. Ali era um centro da esquerda. Então, esse cara ficava só ali onde tinha a esquerda. Então todo mundo sabia, mas menosprezava ele. Na verdade, esse cara derrubou a metade, se não mais da metade da esquerda de Belo Horizonte e de Minas. Só esse cara. Esse cara, que é o Sarmento... E ele tinha um serviço de catálogo organizado, que depois... Ele tinha preferência pelo Cenimar, porque o Cenimar era mais qualificado que o Serviço de Informação do Exército, que não existia. Na verdade, só tinha o S2, praticamente. E depois, quando o Exército assumiu a coisa, teve uma briga com ele, para poder pegar o arquivo dele. Briga entre eles. Mas para você ver o grau de qualificação que ele tinha. E um outro que era um sujeito do Exército, tipo um sargento, mas era estudante também. Porque ele era infiltrado também. Quando eu os vi, eu falei: “Estou preso, obviamente”. Mas eu ainda falei: “Não, eu tenho que falar com o chefe”. Eu também não era bobo, não. Mesmo porque só tinha uma porta, e eles estavam na porta. Não tinha jeito de fugir, não. E muito menos do 22º segundo andar. E eu fui ao chefe e falei assim: “Olha...”. Mas quando eu fui, eles entraram. Afinal de contas, eles não eram agentes de graça, não é? Aí eles me acompanharam. Aí eu já fui na mesa do chefe falando assim: “Olha, fulano, o pessoal da ID/4...”. Eles já vêm com a ID/4, que era muito famosa. “[O pessoal da ID/4] está me levando, está me prendendo”. Aí meu chefe teve uma atitude muito digna, que eu não esperava dele, porque politicamente ele não era uma pessoa engajada. Ele falou: “Não, o senhor não pode prender ele no local de trabalho. Se o senhor quiser, o senhor espera depois lá fora, na hora que ele sair”. Aí o cara falou assim: “Não. Ele vai agora”. Aí ele ainda deblaterou um pouquinho, mas me levou. Mas eu ainda tive tempo de ir no meu colega de trabalho, que era um cara de esquerda, e falar assim: “Olha, pega as revistas que estão aí na

(Polop). Inês também é conhecida por ter sido a única sobrevivente do centro clandestino de extermínio mantido pelo Centro de Inteligência do Exército, a Casa da Morte de Petrópolis, denunciada pela mesma em 1979.

minha...”. Umas revistas bobas, aquelas revistinhas que tinha a China, *Pequim Informa*, tinha o PCdoB, URSS, aquela coisa assim. “Dá um sumiço nessas coisas aí”, ainda falei com ele baixinho. Aí foi minha primeira prisão. Eu fui preso pelo Exército, em 64. Quando eu voltei, a minha segunda prisão, em 70, vou ser preso de novo pelo Exército.

D.P. – E você ficou quanto tempo nessa prisão?

G.V. – Nesta primeira prisão... É óbvio que, naquela ocasião, eles não me detiveram. Prenderam muita gente, mas por pouco tempo. Exceto uns ou outros dirigentes, ou por alguma circunstância, que ficaram um ano, dois anos. Mas a maioria foi semanas. E eu fiquei umas duas semanas e pouco lá.

A.S. – Mas abriram IPM?

G.V. – Eu recebi dois inquéritos, dois IPMs: um IPM do PCB e um IPM do PCdoB. *[risos]* Eu recebi os dois, dois IPMs. Esse IPM, acabou eles me denunciando depois só no PCB, mas misturando um pouco, porque eles não tinham muita clareza das coisas.

D.P. – Mas você chegou... Sua família contratou algum advogado?

G.V. – Contratamos. Aí, depois que eu saí da cadeia, meu pai...

D.P. – Mas quando você estava lá, seu pai foi te visitar? O advogado foi te visitar? Você ficou incomunicável?

G.V. – Não.

D.P. – Como é que foi?

G.V. – Olha, primeiro eu fui para o Comando do Exército. Porque lá eles prendiam, esse pessoal... Quando o Exército... Quando o Dops prendia, eles levavam para o Dops, mas quando era o Exército, eles já levavam lá para o Comando do Exército, para interrogar. E aí eu faço

questão de contar isso porque tem uma diferença em relação à outra prisão. Primeiro, não tinha tortura sistemática, mas tinha uma tortura psicológica, certo? No Comando, eles botavam você num quartinho lá e de vez em quando tiravam: “Esse que vai ser fuzilado”. Fazia lá uma... Manejava a metralhadora. Você, no escuro lá, você ficava meio com medo. E o cara não voltava, é óbvio. O artifício era esse: tirava o cidadão que estava contigo e fazia de conta que fuzilava ele. Mas, na verdade, ele não voltava. E você ficava lá: “Uai! Que diabo aconteceu com esta pessoa?” Mas, na verdade, era só uma simulação. Mas não deixa de meter medo. E uns chutes, umas coisas assim, de soldado mesmo. Mas quem interrogava eram oficiais, tudo fardado, tudo... Até o comandante, interrogando. E as perguntas mais ridículas que eu já vi no mundo. Primeiro, assim, qual era o contato do PCB no Palácio da Liberdade. Porque o Magalhães⁷ fazia contato também com o PCB. Ele fazia o jogo: ele estava no golpe, mas ele fazia esse tipo de coisa. E eu falei: “Não tenho...”. Na verdade, por incrível que pareça, um dos colegas do colégio, ele trabalhava... Ele era de direita mesmo, e ele tinha um conhecimento, e o cara foi lá para me reconhecer. [Era de uma] família tradicional.

D.P. – Foi lá para lhe reconhecer ou para lhe...?

G.V. – Ele... Porque eu falei: “A única pessoa que eu conheço é o fulano”. E o cara veio de... Ele trabalhava lá de auxiliar. Ele, de terno lá. Jovem ainda, de uns 18 ou 19 anos.

A.S. – E vocês sabiam que ele trabalhava lá?

G.V. – Sabíamos. Todo mundo conhecia todo mundo. Nós ficamos quatro anos de colégio juntos. A gente acaba se conhecendo e tudo.

D.P. – Você disse o nome dele de propósito, para ver se...

G.V. – Eu falei: “O único cara que eu conheço lá é o [inaudível]”. Aí trouxeram ele. Eu não sei se trouxeram. Só sei que ele apareceu lá. Ou se ele já estava lá. Sinceramente, eu não sei. E

⁷ José de Magalhães Pinto (1909-1996) foi um [advogado](#), [economista](#), [banqueiro](#) e [político brasileiro](#) com atuação em [Minas Gerais](#), estado do qual [foi governador](#) (1960-1965) e representou no [Congresso Nacional](#). Participou ativamente da conspiração que precedeu o [Golpe militar de 1964](#) no Brasil.

perguntando assim, quem é... A questão da... Têm duas coisas que eles ficaram encabulados: que o comunista ia envenenar a água da cidade e uma, que era mais interessante, e que essa, na verdade, eu tentei procurar mesmo, era a chamada Legião do Inferno. Eles puseram esse nome, Legião do Inferno. Na verdade, era um pessoalzinho, PCB e Polop, que tentou uma resistência, organizar uma resistência, mas não deu em nada. E eles chamavam de Legião do Inferno.

D.P. – E eles sabiam disso e queriam saber da sua participação?

G.V. – Eles souberam. Eles sabiam de alguma coisa. Alguém falou alguma coisa. E ficou por isso mesmo. Depois eu fui responder... Eles me transferiram para o Dops. Já passou no outro dia. A noite toda, eu fiquei lá no Comando do Exército, que é na ID/4. E, depois do Dops, respondi aos inquéritos e depois eu fui para a Penitenciária Agrícola de Neves. Na verdade, a penitenciária nova de Neves, que assumiu o nome de Magalhães Pinto. E lá... Quer dizer, no Dops, eu encontrei todo mundo de esquerda, quase todo mundo. E depois, na penitenciária, era aquela coisa. E meu pai, que me visitou, respondendo à sua pergunta... Ele e minha mãe sempre foram muito atenciosos. Mas meu pai era muito moralista, aquela coisa de UDN, moralista: “Você já é responsável. Você faz a coisa, você tem que assumir”. Então, desde então, eu tive um corte com meu pai, já nessa primeira cadeia. Eu falei com ele: “Não, pai, pode ficar tranquilo que eu sei o que eu faço. Eu tenho responsabilidade”. Então foi um corte, não é?

D.P. – É. Vamos voltar um pouquinho para trás. Como é que foi o impacto do golpe para você? Você esperava? Porque o Partido estava completamente... Achava que não teria golpe. Mas teve impacto?

G.V. – Teve. Muito forte. Não só sobre mim.

D.P. – Mas eu digo o seu sentimento.

G.V. – Eu convivi com essa esquerda de Minas e, depois, quase do Brasil, porque eu fui preso aqui, vim para o Rio e convivi com muita gente. Ah, o golpe foi... Porque mesmo aqueles e aquelas que tinham uma crítica ao PCB, de que achava que tinha ilusão de classe, que a burguesia não era revolucionária, a burguesia nacional, e que tinham um discurso

revolucionário, não tinham ação correspondente ao discurso. E existia uma certa hegemonia, como se usa hoje esse conceito, de que tinha uma possibilidade de se fazer uma transição pacífica e que o esquema militar era poderoso, [o esquema] do Jango. Todo mundo acreditava um pouco nisso, no esquema do Assis Brasil e tudo. Então, mesmo quem alertava contra o golpe ainda tinha um grau de confiança. Isso era... E eu tinha uma percepção de que tinha força, a esquerda, mas não só no esquema militar. Você tem que olhar que a greve de 63, do CGT⁸, foi muito forte. E o crescimento do movimento camponês de 61 para 64 foi algo extraordinário. Então, mesmo eu, que já tinha uma visão mais à esquerda, quando eu vi o Chicão, dentro da sede do PCB, telefonando para Assis Brasil, para Darcy Ribeiro, falando que tinha 5 mil camponeses ali em Governador Valadares para resistir, a gente acreditava. E no dia 31 de março, o Julião⁹, no Congresso Nacional, falou que, se tentassem o golpe, ele tinha lá não sei quantos mil, 200 mil, para poder resistir. Existia uma ilusão, eu acredito, mais ou menos generalizada. Mais ou menos porque alguns tinham mais e outros tinham menos. Mas que tinha ilusão, tinha. Então caiu a ficha, não é? Quando você vê... A primeira pessoa... Quer dizer, eu vi os dirigentes comunistas lá dentro da cadeia, o presidente do CGT estava lá no Dops, e toda a esquerda, na sua diversidade, estava lá, e eu falei assim... Não tinha base para poder...

A.S. – Resistir.

G.V. – ...oferecer uma alternativa. Não, não tinha.

A.S. – Uma resistência.

D.P. – Aí você sai da prisão...

G.V. – Aí eu saio da prisão e fico uns dias em casa, porque o Exército falou: “Ah, você não pode sair e não sei o quê”. Um tipo de prisão domiciliar, enquanto respondesse os inquéritos e tal. Depois eu voltei ao banco. E o banco não [me] expulsou. Porque o banco tinha um presidente, que era um professor da universidade, e que era o cidadão que tinha um projeto de

⁸ Comando Geral dos Trabalhadores.

⁹ Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999), foi líder das Ligas Camponesas, em 1955, e eleito deputado federal por Pernambuco, em 1962. Com o golpe civil-militar, em 1964, foi cassado e preso.

industrialização de Minas Gerais. Ele representava essa burguesia nova, essa ideia nova. É um pessoal que vem ali da Faculdade de Economia para a burocracia do estado, para fazer esse tipo de projeto de desenvolvimento de Minas Gerais, que tinha que sair daquele negócio do café e industrializar. E ele trouxe o pessoal de esquerda com ele. Ele era um cara muito respeitado, de um lado e de outro. E ele impôs o seguinte: os comunistas do banco, ele não deixou expulsar nenhum. Tinham lá uns quatro ou cinco. Ele não aceitou.

A.S. – Naquele processo de expurgo pós-golpe, então, os bancários...

G.V. – Os bancários do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Dos outros, foram expulsos todos.

A.S. – Mas especificamente desse...

G.V. – Só do banco.

A.S. – Foram mantidos?

G.V. – É. Porque esse cara tinha um projeto, e ele tinha uma clareza. Ele era um professor universitário, que passou para essa escala assim – como nós temos muita gente, depois, que fez candidaturas e tudo. Então nós não fomos expulsos. E até alguém que foi para o exílio e voltou, ele aceitou de novo, para você ver como é que ele era... Ele tinha força, porque a burguesia confiava nele. E ele não era uma pessoa assim... Sabe um tipo assim que...? Ele sabia da sua posição, de que ele era útil e que ele... Ele não era uma pessoa qualquer, não.

D.P. – Ele era o exemplo que o Partido Comunista adorava, porque demonstrava que existia a burguesia nacional [inaudível].

G.V. – Era aquele cara que era um aliado, por assim dizer.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – [riso] Então, esse tipo de gente. E aí eu passei para a luta clandestina. Aí eu saí do... Eu não voltei mais ao trabalho de favelado...

D.P. – Você passou para a luta clandestina?

G.V. – Para a luta clandestina, não para a clandestinidade. Toda a atividade era clandestina, mas não a minha vida [era] clandestina.

D.P. – Você voltou para a casa dos seus pais?

G.V. – Voltei para a casa dos meus pais, voltei para o colégio. Eu demorei um tempo para voltar no colégio. Quase eu levo bomba, porque... Mas os professores me ajudaram, também, me deram as provas retardadas, esse troço todo. Não houve... O diretor do colégio, não, ele encolhia a gente, mas os professores não.

A.S. – E você terminaria já nesse ano.

G.V. – Eu terminei, em 64, o científico, como chamava. Mas, nessa ocasião, o Partido... Eu vou falar do PCB, mas isso ocorreu com todos os partidos: eles passaram já pela desestruturação. Então, 64 e 65 é um período de reestruturação. E no PCB – mais do que nos outros –, o PCB já passou na reestruturação com luta interna. No PCdoB, houve um retardamento, mas quando eles reorganizaram, ainda passou também com luta interna. E na AP também. Todos. E na Polop também. Só que no PCdoB e na Polop foi um pouco mais tardio, foi em 66 já. E no PCB não. Porque o PCB já tinha convocado o seu congresso e já tinha um certo alinhamento antes do golpe. Depois essa coisa se radicalizou. Tanto é que, logo, logo, no PCB, foi constituído... Depois que o pessoal saiu da cadeia, conseguiu um mínimo de funcionalidade, logo, logo se começou a constituir a chamada Corrente Revolucionária dentro do PCB. Tem um texto clássico de um dos dirigentes, falando assim, que era “o temário do oportunismo”, criticando as teses e tudo. E aí começou o debate já. E aí as organizações... Tanto é que eu sou peça importante para reorganizar o Comitê Distrital Secundarista. E as pessoas que eram, vamos dizer assim, da direita do PCB, quer dizer, era do *status quo*, eles não tinham mais força para controlar. Então nós dominamos o Comitê. Fizemos a Conferência

Extraordinária e dominamos o Comitê Distrital. E depois, quando abriu o Congresso mesmo e nós elegemos delegados. E aí a Corrente já estava mais organizada em Minas. Isso em 66. Nós ganhamos o principal comitê do Partido Comunista Brasileiro, que era o Comitê de Belo Horizonte. E eu fui eleito primeiro-secretário na Conferência Municipal. E eleito delegado para a Conferência Estadual. Mas quando nós... Então a esquerda tomou o... E nós fizemos isso em vários municípios: também em Divinópolis, em Juiz de Fora, nós fizemos isso, em Ouro Preto, um tanto em Uberlândia... Tinha uma certa difusão, porque era mais ou menos generalizado, aquela questão que o golpe mostrou que as teses de aliança com a burguesia não estavam válidas e que a ilusão de classe era real e que o caminho pacífico não era possível. Então, fortaleceu todas as proposições de esquerda. E é bom que se diga que, quando nós tomamos o Municipal, aí tomamos o Distrital Secundarista e o Distrital Universitário. Sendo que esses tinham particularidades: eles tinham contatos mais no interior. Diferente do Municipal, que [era] só de cuidar de Belo Horizonte. E o Municipal, naquela época, em Belo Horizonte, tinha... O PCB tem umas particularidades: não respeita muito os territórios administrativos, não. Ele abrangia a Cidade Industrial, que era Contagem e Betim, que era o Comitê Operário, que era o principal do Partido. Você entendeu? E nós ganhamos o Comitê Operário. Ganhamos tudo! Tudo deles nós ganhamos. Tanto é que, quando nós vamos fazer a retomada...

D.P. – Quem era a referência para vocês, do ponto de vista da direção do partido, nessa época? Já era o Marighella?

G.V. – Não.

D.P. – Mário Alves?

G.V. – Era o Mário.

D.P. – O Mário.

G.V. – Era o Mário. Porque o Mário saiu da cadeia e a Comissão Executiva mandou ele para Minas. Um pouco para proteger ele e a família dele, mas um pouco também para tirar aqui da muvuca do Rio, que era um ponto nervoso, nevrálgico para o Partido e também para a disputa

interna. Mas lá em Minas, então, ele foi... Porque, naquela época, o PCB também agregava gente ao Comitê Estadual. O dirigente nacional podia ser agregado, ser cooptado, como se chamava. Então ele era da Executiva Nacional e ele estava agregado ao Comitê Estadual. Então, o Mário... O primeiro contato dele não foi com o pessoal do Comitê Municipal, porque eles tinham um certo negócio de hierarquia. Ele não era o assistente do Municipal. Eles não deixaram ele ser o assistente do Municipal. Mas eles o puseram como assistente do Estudantil. Então, a gente tinha com contato através do Estudantil. Mas logo que ele viu que formou a Corrente, ele veio. Aí, quando nós estávamos conspirando mesmo, aí o Mário entrou na jogada. O Mário foi muito importante na minha formação, porque eu convivi com o Mário em 65, 66 e 67. E aprendi muito, muita coisa da luta clandestina e da luta interna. Meu grande professor foi o Mário. Quando eu conheci o Marighella, já foi na minha clandestinidade. Quer dizer, um pouco antes, porque nós fizemos reuniões e tudo. Mas a convivência com o Marighella já foi na clandestinidade. Até hoje eu lembro da filha do Mário, que era uma meninota. E a estudantada... Jovem é um bicho meio difícil de lidar, não é? Aí ela ia para a universidade e o pessoal... “Nós precisamos pegar a filha do Mário, namorar...” Aí nós falávamos: “Ô gente, pelo amor de Deus! Vê se não... O caso é sério! Não é para...”. Tem uma molecada que não respeita, não. [risos] Ela frequentava um pouco ali a Filosofia. A molecada era terrível, essa garotada!

A.S. – E quando você passa a não somente militar clandestinamente, mas você passa a viver na clandestinidade?

G.V. – Aí já... Quando nós tomamos o Comitê Municipal, aí nós tínhamos a percepção... Aí veio o dilema. Você tinha uma força real. E o que você fazia com isso? E nós estamos falando que era a luta armada. É a crítica ao revisionismo, a crítica ao pacifismo. E aí você tem que procurar caminhos, não é? Isso foi um dilema muito sério para mim e para aqueles que estavam na liderança. E nós tínhamos um grupinho, que eram os líderes. Alguns, quando nós rachamos, saíram. Eu vou citar um dele que... Quando nós ganhamos o Comitê, e no período da luta interna, nós tivemos pessoas que foram muito importantes: além de mim, o José Júlio de Araújo, o Gilberto, o Ney Jansen, que já... O José Júlio e o Ney Jansen já morreram.

D.P. – O Gilberto é qual Gilberto?

G.V. – Gilberto Gomes. É um militante de lá, isso é óbvio. Ele, no processo da Corrente, depois, ele foi para o exterior exilado, coisa desse tipo. E mais um outro lá. E no Secundarista, o Ricardo Apgaua, e no Estudantil, o Zanconato, que é o Chuchu¹⁰. Então nós éramos uma direção real desse novo grupo que estava se formando. O Ney acabou virando maoísta, naquela época da Revolução Cultural, que começa em 66. É um impulso muito grande. Então ele vai para o racha: ele já vai para o PCdoB e já entra na Ala Vermelha, que era o pessoal que...

D.P. – A esquerda do PCdoB.

G.V. – A esquerda do PCdoB, que era, lá em Minas, o pessoal que saiu, que era do meu grupo, que foi ser da Ala. E mais o Ney, o Ney e a Joana, que era um pessoal que militou com a gente. E nós pegamos e... Nessa época, o Mário já estava com a ideia de reorganizar um partido, que deu o PCBR¹¹. Nós, quando eles fizeram a reunião de Niterói, que eles fizeram uma reunião para tomar uma decisão assim, nós enviamos nossos delegados naquela reunião. Mas nós já tínhamos uma decisão com o Mário. Eu falei: “Olha, Mário, nós não queremos partido mais”.

D.P. – Nós, o quê?

G.V. – “Nós não queremos partido mais”. Então, nós já estávamos na posição marighellista de não...

D.P. – Mas já por influência do Marighella?

G.V. – Não. Influência mais cubana, não de Marighella.

D.P. – Quer dizer, o Marighella, na estrutura do Partido, para vocês, ainda não tinha um significado? O Marighella estava comendo as bases do Partido.

¹⁰ Também encontrada a grafia Xuxu (como em <http://novo.fpabramo.org.br/content/gilney-amorin-viana>).

¹¹ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

G.V. – Tinha [significado]. Porque nós... Eu ia a São Paulo, nós tínhamos contato com o Marighella e com o pessoal da Corrente. Porque ele não tinha diferenciado, ainda. Porque ele diferencia quando ele racha mesmo e faz o Agrupamento Comunista. Isso é em 67. Mas, em 66, nós fomos a São Paulo, reunimos com o pessoal... Porque tinha... Primeiro, porque os estudantes tinham contato entre si. Era mais fácil. E mesmo aqueles que não eram estudantes, como era o meu caso - porque eu não fazia política estudantil, já fazia só política de partido e de sindicato, essa coisa toda -, nós tínhamos contato. Fizemos reunião com eles e tal, e ali nós ficamos. E aí nós soubemos da posição do Marighella. Já sabíamos antes de ser pública. Mesmo porque, veja bem, como o Mário iria na reunião da Executiva - e ele conhecia bem, obviamente -, ele [o Mário] é que nos transmitia toda a posição. E o Mário tinha uma honestidade intelectual muito forte.

D.P. – Ele já contava da divergência dele com...

G.V. – Totalmente. O Mário...

D.P. –dele com Marighella?

G.V. – Dele com Marighella. E mesmo a tendência de alguns que não eram bem assim... Parecido com... Foi PCdoB, você entendeu? E mesmo porque nós, os nossos textos básicos era Giap; era a *Revolução na Revolução*, de Debray; era o *Guerra de guerrilha*. Então nós tínhamos uma visão... Sendo que, no nosso grupo, eu era o cara mais maoísta e menos...

D.P. – Debrayrista.

G.V. – ...debrayrista. Tanto é que o texto básico da Corrente... Quando nós rachamos, nós conservamos o nome Corrente: Corrente Revolucionária de Minas Gerais. O texto básico, que eu sou um dos redatores, que são *20 pontos para a ação revolucionária*, você vai ver que tem muito de maoísmo ali. De concepção, ela é meio mista, um pouco partilhada. E quando nós mandamos o delegado no encontro do PCBR, quer dizer, que deu o PCBR, foi o Hércio Pereira Fortes. Ele veio. O Hércio que veio. E o Hércio, depois, num documento da ALN, ele relata isso.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2014-12-16_01]

D.P. – ...você morava na casa dos seus pais? Você se sustentava como?

G.V. – Eu trabalhava. Eu não fui...

D.P. – Você voltou ao banco?

G.V. – Voltei ao banco.

D.P. – Continuava na sua vida de bancário, militava...

G.V. – Continuava na vida de bancário, trabalhava, e outra coisa mais: eu passei, em 1966, a estudar medicina, passei no vestibular.

D.P. – Pois é, isso que eu queria saber. Você passou no vestibular em medicina?

G.V. – Passei no vestibular em medicina. Então, eu estudava medicina, era bancário e era dirigente do Partido. E, depois, dirigente da Corrente¹². Imagina! Eu tinha uma vida ultra ocupada. Meus pais não entendiam o tanto de ocupação que eu tinha. Literalmente, eu não tinha tempo. Eu tinha uma namorada... E ainda tinha uma namorada. Você entendeu? Só dia de domingo eu ia na casa da minha namorada. [risos]

A.S. – E você fazia medicina na UFMG?

G.V. – E a namorada, aquelas namoradas mineiras, sabe como elas são? “Ah, vem comer aqui na casa dos meus pais.”

¹² A Corrente Revolucionária de Minas Gerais (mais conhecida como simplesmente Corrente) foi um grupo político de esquerda que surgiu a partir de uma das cisões no [Partido Comunista Brasileiro](#) (PCB), durante o período da [ditadura militar](#) brasileira, na [década de 1960](#).

D.P. – E ela sabia?

G.V. – Ela sabia que eu era militante. E ela tinha... Os irmãos dela eram estudantes, também. Eram todos jovens estudantes e acompanhavam a política estudantil. Eles tinham uma noção de política estudantil. Não de esquerda partidária. Mas tinham noção. E frequentavam o DCE. Então eles sabiam. Eles viam que eu era militante. Mas quais eram os meus compromissos ou não, eles não tinham noção.

D.P. – E era na UFMG, que você entrou?

G.V. – Eu entrei na UFMG.

D.P. – Nossa! Era difícilimo para medicina, não é?

G.V. – Era. Mas você sabe que eu não...

D.P. – Você era muito estudioso? Tinha sido estudioso?

G.V. – Não. Não era, não. Mas deixa eu te falar uma coisa: quem estudou no Colégio Estadual não fazia cursinho, ele passava no vestibular. E eu só não passei no vestibular de 1965 por causa da repressão. E também por uma razão muito simples, porque eu falei assim: “Ah, eu não vou estudar botânica, não preciso de botânica para passar”. Porque as provas, lá, eram... O vestibular era específico. Eu falei: “Ah, eu faço biologia, faço...”. Mas eu caí do cavalo. Por causa de uma pergunta, eu perdi o vestibular.

D.P. – Aí você perdeu em 1965 e passou em 1966?

G.V. – Em 1965. Porque eu me recusei a estudar e ler, também. Na verdade, eu me recusei porque, na época de botânica e essas coisas, eu não fui no colégio. Então, eu tinha que fazer a recuperação e não fiz. Mas todo mundo passou sem cursinho. Aliás, não existia cursinho. Só existia um cursinho, que era o pré-vestibular da universidade, que era um troço que estava se ensaiando. E na Católica tinha um cursinho feito pelos estudantes de medicina. E nesse período

é que vai surgir o cursinho mesmo, que é uma geração que saiu do Colégio Estadual, o pessoal que fundou o Pitágoras, e tinha um outro, o CV-2. Esse é um pessoal que eles começaram a fundar cursinho, sabe como? Era um pessoal do Colégio Estadual que, no período de férias, eles davam aulas lá no colégio. Eles usavam até o colégio mesmo. Depois eles passaram para uma estrutura profissional. Esses cursinhos eram todos muito pequenos e rudimentares. Depois eles... A partir dali, eles criaram. O Pitágoras nasceu assim. Mas eu estava falando... Então, eu era uma pessoa assim: em 1966, eu já era dirigente do Partido Comunista, eu era estudante de medicina e era...

A.S. – E bancário.

G.V. – ...e bancário. É óbvio que alguma atividade tinha que ser prejudicada, não é? Então, em 1968, teve um professor que fez um anúncio lá: “Procura-se o aluno tal: Gilney Viana”. [riso] Mas eu não... Em 1968, eu praticamente não frequentei a universidade.

D.P. – Então você só retoma seus estudos de medicina depois?

G.V. – Não, aí acontece o seguinte, em relação aos estudos... Em 1968, já começou a ação armada. No meado do ano, nós começamos a ação armada. E então eu... É aquela história de você ter vida legal e ter uma ação...

D.P. – Já na opção da ALN?

G.V. – Não, da Corrente.

D.P. – Ainda a Corrente.

G.V. – Não tinha a ALN. A ALN, só em 1969, que nós integramos. Mas tem uma particularidade, essa relação Corrente e ALN: nosso acordo com o Marighella era levar nossos quadros para treinar em Cuba, no exército da ALN. Então nós já tínhamos uma visão de integrar no futuro. Era aquela história de você ter uma liberdade tática e organizacional, para depois se integrar no processo da guerrilha. Essa era a estratégia do Marighella, que nós concordamos.

Então, nós mandamos vários militantes. Mandamos o Ricardo Apgaua; a Marília¹³; o JJ, que é o José Júlio¹⁴; o próprio Chuchu, quando saiu, foi para lá, foi treinar, e depois teve lá uns problemas lá; o cara que virou um traidor, que é o José Tavares¹⁵, nós mandamos... Quem mais? Têm mais alguns aí.

A.S. – Você não cogitou ir?

G.V. – Não. Mas veja bem, quando nós éramos os dirigentes, nós resolvemos assim... Como eu trabalhava ainda no movimento de massa e eu era responsável pelo Comitê dos Bancários e Funcionários Públicos... Porque nós tínhamos uma base de funcionários públicos boa. Fizemos greve na prefeitura, tínhamos a associação... Tinha uma base. Então, quem estava nessa base... Quem trabalhava... Nós fizemos uma divisão assim destacamos: “Você cuida da [atividade] militar, que nós vamos cuidar aqui dessa base de massa nossa”. Da agitação de 1968, ainda, de 1967 e 1968. Porque aí nós trouxemos o Hécio¹⁶ para... Porque o J, nós tiramos ele da Cidade Industrial e passamos para o comando militar. Nós distinguimos um comando geral e deixamos uns três para só cuidar de contato e... E o J era um deles. E o Eduardo¹⁷. E esse pessoal ia para Cuba. Os dois foram. Só que houve um problema assim: quem é que fazia a ação? Aí nós tivemos que assumir a coisa novamente. Então, eu fui o cara que assumi o comando das ações. Eu era o cara que comandava. Depois eu passei para diante as coisas, porque também não... Então era eu e o Hécio. Eu fiz uma transição no Comitê Operário para ele, o J saiu, eu entrei e passei para o Hécio. E aí foi, até que as coisas... Quando chegou em 68, com esse negócio da atividade militar, aí nós começamos a tirar o pessoal do movimento de massa e passar para o movimento militar, para a atividade militar. Então, aí começou... Esse é um dos erros graves que nós cometemos: aí você não compartimentava mais; as pessoas te conheciam. E outra coisa: nós tínhamos um compromisso com o Marighella de abrir uma área de campo. Mas um grupo pequeno, abrir uma área de campo. E nós, então, fomos abrir uma área de campo tática

¹³ Maria Angélica do Amaral.

¹⁴ José Júlio de Araújo.

¹⁵ José da Silva Tavares, ex-guerrilheiro da Aliança Libertadora Nacional (ALN) com treinamento em Cuba, acusado de infiltração e delação de colegas durante a ditadura.

¹⁶ Hécio Pereira Fortes militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) e na Ação Libertadora Nacional (ALN), respectivamente. Segundo testemunhos de presos políticos, foi morto sob tortura no DOI-Codi/SP, em 28 de janeiro de 1972.

¹⁷ Talvez se referindo a Ricardo Apgaua, que usava o codinome Eduardo (<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2009/03/monografia-sobre-revolucionaria-de.html>).

no norte de Minas, fronteira com a Bahia, saindo na Rio-Bahia. Nós montamos uma base em Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros. Era nossa área de campo. Quando caiu, eles foram lá e mataram um companheirinho lá em Teófilo Otoni, que era da nossa área de campo, que é o Nelson José de Almeida. Foi a primeira morte do nosso grupo. E a morte é uma coisa assim... A morte sempre é muito sentida, mas quando é de outro partido, de outro grupo, parece que você não tem aquela mesma... O mesmo impacto. Você sabe que politicamente é importante, mas não é o impacto das pessoas que você conhece, que você convive e que você **manda** a pessoa.

D.P. – Essa morte foi quando, em que ano?

G.V. – Isso foi, acho que no dia 11 de abril de 1969. Foi quando começou as quedas da Corrente. E eu já estava clandestino. Porque aí eu vou contar um pouquinho para... E passo para a outra fase.

D.P. – Em 1969, não.

G.V. – Eu estava clandestino.

D.P. – Não, não. Mas essa queda aqui que você está...

G.V. – Essa é em 1969, em abril de 1969. É a queda da Corrente. Nós tivemos uma queda um pouco... Em janeiro e fevereiro e, depois, uma queda grande, em 1969.

D.P. – Ah! Em 1969, você ainda estava... continuava na Corrente?

G.V. – Corrente. Nós não saímos da... Nós só integramos a...

D.P. – Quando é que vocês integraram a ALN?

G.V. – Só quando nós viemos para cá, para o Rio.

D.P. – Quando foi isso?

G.V. – Isso foi em maio de 1969.

A.S. – Aí vem esse grupinho...?

G.V. – Aí nós viemos para cá. Venho eu, que já era clandestino; o Hécio, que já estava clandestino... Clandestino na área militar, porque ele já estava clandestino na militância anterior, também, porque nós tiramos ele de Ouro Preto e passamos para Belo Horizonte. Aí nós trouxemos um grupo de uns oito militantes para cá. E, depois, alguns foram para São Paulo. Aí já entramos na estrutura da ALN, em maio de 1969.

D.P. – Mas por que vocês resistiam a entrar na ALN? Porque vocês achavam que...? Vocês estavam ainda na dúvida entre ALN e PCBR? Ou não?

G.V. – Não, não. Não tinha dúvida nenhuma.

D.P. – Já não tinham mais nenhuma dúvida.

G.V. – Deixa eu te falar. Esse era um acordo que nós fizemos com o Marighella, de que nós íamos ser autônomos, mas seguindo mais ou menos o plano estratégico dele. Então, não era mais... Tanto é que o nosso povo que foi para Cuba, estava integrado na ALN. Então, foi um processo que... Eu pessoalmente fiquei... Nós, quando nos reunimos aqui no Rio... Mas foi tão dolorosa a nossa queda lá, que nós também não tínhamos capacidade... Não que nós não pudéssemos ser um grupo autônomo, mas... E nós já tínhamos clareza de potência de fogo, de o que é guerrilha e de o que é capacidade de suportar a repressão, porque nós... Quando nós fizemos nossas primeiras ações, em 1968... Porque nós, lá, nós fomos mais organizados que a ALN aqui. Porque é mais ou menos... Nós somos antecessores no tempo, do que a ALN aqui, que estava organizada e que o Marighella também protegeu um pouco aqui. Ele não queria... O Marighella tinha uma visão estratégica. E você tem que olhar essa coisa dele. Tanto é que ele forçou muito São Paulo e forçou menos o Rio. Depois é que ele foi... Entendeu? Mesmo

porque o Rio, aqui, como tinha a DS, que pegou a universidade, ele começou pelos secundaristas e pelos velhos militantes do PCB aqui.

D.P. – E vocês da Corrente, em 1969, ainda tinham estrutura nacional?

G.V. – Não. Nós nunca tivemos [estrutura] nacional.

D.P. – Nunca tiveram.

G.V. – Sempre foi Minas Gerais. Nós, ao contrário, não queríamos ter nacional. Porque nós tínhamos chance de ter no Distrito Federal e aqui. Tínhamos chance. Tínhamos chance de fazer isso, mas não fizemos.

D.P. – Por que a Corrente...

G.V. – Não quisemos fazer, sabe por quê? Porque nós achávamos que a nossa tarefa era deflagrar Minas e ter um negócio tático não muito grande. Tanto é que o contato que nós tínhamos no Distrito Federal... Nós absorvemos quadros do Distrito Federal. Dois competentes... Esse menino que morreu em Teófilo Otoni veio do Distrito Federal para a gente. Era desse circuito. E nós fomos para lá, absorvemos eles. Mas nós não queríamos... Exceto a coisa da guerrilha. Porque quando nós enviamos o pessoal para Cuba, a teoria era essa, de voltar já para o campo, já integrado no plano estratégico do Marighella.

D.P. – Quer dizer, na realidade, vocês não tinham nenhuma divergência em relação ao programa da ALN?

G.V. – Não. Naquela época, nós absorvemos um pouco o marighellismo. Era assim... Porque tem coisas que a gente menosprezava: aquela história de socialismo, libertação nacional, essas coisas assim, que eram discussões importantes para certos grupos. Mas, nesse sentido, nós absorvemos a visão marighellista. Porque mesmo... A gente tinha algumas divergências com o Marighella. Mas nós não tínhamos divergência sobre o que era essencial: que nós tínhamos que

declarar guerra. Porque esse é o centro da visão marighellista: “Não adianta ficar com muita discussão, vamos para a guerra que a coisa vai...”.

D.P. – Iniciativa revolucionária.

G.V. – A iniciativa revolucionária: “a ação vai resolver muito problema”. Então, nós tínhamos absorvido esse conceito. Mas nós tínhamos, por exemplo, toda a nossa visão de trabalho de massa. Tanto é que, quando nós fomos absorvidos na ALN, tanto eu como o Hércio, nós vamos defender, dentro da ALN, para retomar...

D.P. – O trabalho...

G.V. – ...a frente de massa. E você vai ver... Eu caio dentro da ALN, quando eu voltei de São Paulo. Porque eu ia para Cuba.

D.P. – Antes de você contar sua queda, me diz uma coisa, e o contato com o Marighella, o impacto de conhecer essa figura? Foi normal?

G.V. – Eu nunca...

D.P. – Nunca foi...

G.V. – Não, nunca fui de ficar vidrado. Nunca fui. Eu pessoalmente nunca fui. Mesmo porque você tem que olhar que eu tinha uma longa caminhada dentro do Partido.

D.P. – Já tinha o Mário Alves...

G.V. – Eu vim de 1961, já tinha uma prisão. Eu já convivi com aqueles dirigentes, inclusive dirigentes nacional do Partido, convivi dois anos e meio com o Mário...

D.P. – Porque na minha geração, que é um pouco depois da sua, Marighella era uma...

G.V. – Não, eu nunca fui disso.

D.P. – ... era uma luz.

G.V. – Não, mas eu nunca fui disso, não. Eu, se alguém que mais me impressionou, foi o Mário, não foi o Marighella. E nem optei por Mário. Eu já tinha uma visão. Mas o Mário era um tipo, o Marighella era outro. O Mário era um cara que discutia as coisas. O Marighella aceitava a sua conversa, mas ele tinha muita determinação no que ele queria. E não tinha uma visão partidária, porque o Mário ainda tinha a visão partidária de fazer contraditório. O Marighella já não estava nessa fase. E quando nós fomos conversar com o Marighella a primeira vez, ele... Quer dizer, nós já tínhamos uma posição tomada, nossa; não era do Marighella. Se não fosse com o Marighella, nós íamos fazer. Então, nós não tínhamos o problema de que o Marighella nos levou. Nós nos levamos. Na Corrente, nós nos levamos, tomamos a decisão. E a nossa opção era se nós nos aliávamos com o Marighella ou com o PCBR. Ou se nos mantínhamos sozinhos. Eram nossas três opções. Quando nós fomos no encontro aqui que deu o PCBR, o primeiro, que foi em Niterói, quando nós voltamos... Quer dizer, o Hércio... Acho que o Hércio e o J, ou o Hércio e o Sérgio. Eu não me lembro mais quem foi. Mas o Hércio, certamente. E nós fizemos uma reunião e falamos: “Ah, não dá! Esse povo vai querer construir partido”. E nós já estávamos desmontando o partido. Nós desmontamos o partido. Então não íamos reconstruir o partido. Nós achávamos que não. E nesse sentido, nós estávamos totalmente na visão marighellista, mesmo independente de... Sabíamos da posição dele, mas não tínhamos, ainda, um acordo fechado com ele.

D.P. – Aí você vem para o Rio em 1969...

G.V. – Sim. Mas deixa eu contar uma coisa que para a minha vida é muito importante. É que como eu fui... Nós fomos fazer ação lá. E aí você tem que pegar carro, tem que planejar, tem que... essas coisas. E depois nós tiramos o pessoal para a área rural; depois acabamos voltando com o pessoal, que foi um desastre nosso, ter voltado com eles. Apesar de que eles iam morrer lá dentro, lá na área rural, como mataram o menino que estava lá. Provavelmente, eles iam matar mais alguns lá.

A.S. – Voltar é para Belo Horizonte?

G.V. – Para Belo Horizonte. Mas teve um acidente de trabalho, vamos assim dizer, comigo, porque eu fui fazer uma ação num carro... E essa ação é o seguinte: era um casalzinho que estava namorando e nós fomos pegar o carro deles. E, na verdade, a moça que estava no carro me reconheceu. Isso virou uma... E eu já estava clandestino. Eu não ia mais voltar para casa, porque quando nós fizemos a ação... Veja bem, quando nós fizemos a ação do banco de Ibirité...

D.P. – Banco o quê?

G.V. – Um banco, um banco de Minas [Gerais]. Um banco de uma cidadezinha perto de Belo Horizonte.

D.P. – Como é que se chama a cidade?

G.V. – Ibirité. Ali nós perdemos dois quadros nossos na ação: perdemos o Antônio José de Almeida¹⁸, que já é falecido, que era meu cunhado; e perdemos o Délio Fantini¹⁹.

D.P. – Perderam como?

G.V. – Perdemos assim: eles caíram. Porque eu estava, nessa ação, no transbordo. E praticamente eu assisti impotente ao que ocorreu. Na verdade, como em Minas as cidades são tortuosas, não se viu que a pessoa... que tinha um caminhão seguindo. Quando viu, o caminhão já estava quase em cima. Então, o cara jogou o caminhão dentro do carro.

D.P. – O caminhão era da repressão?

G.V. – Da repressão. O cara... Na verdade, o soldado da... Pegou o caminhão que estava na frente e o cara, e saiu atrás. Mas eles não perceberem de imediato, porque eles já tinham uma

¹⁸ O entrevistado refere-se à Antônio José de Oliveira, atuante no Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1950 e 1960. Após o golpe de 1964, ajuda a fundar a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), que mais tarde se integrou à Ação Libertadora Nacional (ALN).

¹⁹ Délio de Oliveira Fantini.

dianteira. E houve uma desgraça muito grande nessa ação, porque o Antônio José de Almeida [Antônio José de Oliveira], que era o Tonhão, que comandava a ação...

D.P. – Era seu cunhado, casado com sua irmã?

G.V. – Não, ele era... Eu casei depois com a irmã dele, que é a Efigênia Maria de Oliveira. Ele estava com uma pistola 45 e desgraçadamente... A pistola 45 é muito perigosa, essa Colt antiga. Perigosa que eu falo é assim: é uma arma ótima, mas precisa ter cuidado. Depois que você destrava ela, precisa ter cuidado, porque ela pode disparar com algum choque. Então, quando ele percebeu, ele destravou a pistola. E quando o cara jogou o caminhão, a pistola, com o choque, disparou. E aí a bala atingiu o joelho dele. Então, quando eles abandonaram o carro, “vamos abandonar o carro e vamos fugir”, inclusive com um saco de dinheiro nas costas... Foi uma coisa de louco! Aí o Antônio, o Tonhão, ele, capengando assim... Aí já veio a polícia, também, gente, curioso, essa coisa toda. E eles foram andando. E o Délio voltou para levar o Tonhão nas costas, um homem que pesava 80 quilos, ou 70 e tantos. Não é fácil você levar um cara com nego atrás atirando. Aí o Tonhão fez uma coisa que é, realmente, uma das coisas mais impressionantes que eu já vi na minha vida, ele falou: “Não. Pode me deixar aqui que eu me garanto”. E aí ele falou: “Você vai. Vai embora. Vai!”. Ele falou: “Vai embora”. E o cara não queria ir. Ele falou: “Vai embora. Vai!”. Ele deu uma ordem para o cara. Aí o cara fugiu. Aí o que aconteceu?

D.P. – O Tonhão fugiu?

G.V. – O Tonhão, não. O Tonhão estava atirado, ele não podia fugir.

D.P. – Ah, o outro...

G.V. – O Délio fugiu. Fugiu assim...

D.P. – Mas quem falou isso? O Tonhão falou para o Délio: “vai embora que eu me garanto”?

G.V. – [O Tonhão] falou, porque ele era o comandante. Aí ele pegou, quando a polícia falou, ele deu dois tiros de 45 no peito.

D.P. – Ah, ele se matou?

G.V. – Não morreu. Observa bem como é que são as coisas na vida: o Tonhão deu dois tiros de 45... A pistola 45 é meio grandinha, assim, então, ele deve ter enviesado demais, então, perfurou o pulmão e tudo, mas não pegou o coração. Então, ele ficou exangue. Mas foi preso, foi levado e torturado na delegacia e, supostamente, ia morrer. E o Délio, que tentou fugir... Mas ele, com esse negócio de carregar o Tonhão, o pessoal já atirou nele e conseguiu atingi-lo. E pegaram ele. Eles levaram [o Antônio e o Délio] para a delegacia lá do Barreiro, lá em... Aí, lá, eles torturaram os dois. Eles não entregaram. Só entregaram os nomes de guerra: “Não. É o fulano, o fulano...”. Os três nomes de guerra, que eles deram para os caras. Aí veio o Dops logo, depois veio o Exército. Logo eles sacaram as coisas e se comunicaram. E, literalmente, eles quebraram o Délio. Quebraram as pernas do Délio, os braços do Délio, a cabeça do Délio. E o Tonhão, que estava exangue, porque ele estava sangrando e tudo, eles acabaram levando para o pronto-socorro. Sei lá, deram uma atenção, apesar de terem torturado e tudo. Objetivamente: primeiro, os caras não entregaram, o que foi uma coisa muito bonita; e eles se arriscaram a morrer mesmo, porque era uma coisa de morte. Ali não tinha conversa. Bem, eles sobreviveram.

D.P. – Sobreviveram?

G.V. – Sobreviveram. Aquilo, para nós, foi um trauma brutal. Se eles tivessem morrido, para nós seria um trauma brutal. Mas nós tínhamos... O nosso comportamento seria outro. Como eles sobreviveram, aí nós encucamos de tirar os caras do hospital. Foi a nossa...

D.P. – Ah, vocês conseguiram fazer uma ação para tirar eles?

G.V. – Para tirar eles do hospital. Puxa vida! Isso foi a nossa autodestruição. Primeiro, porque os caras estavam... Era uma ação complicada. O cara está com soro, está ruim, você tinha que arrastar deitado os caras. E nós encucamos de tirar o cara... Isso aí foi terrível para nós, porque

nós tivemos que trazer o pessoal do interior para cá. Isso era uma ação que envolvia umas 20 pessoas, 16 pessoas. Aí você precisava de quatro carros, precisava de um carro grande... Era uma ação que nós não tínhamos o costume, nós não tínhamos condições, na verdade, de fazer aquilo. Sem contar que hoje, se nós tirássemos... Militarmente, não estava difícil de tirar, não.

D.P. – Depois, para garantir a sobrevivência deles...

G.V. – É. Não estava difícil, assim, vírgula. Nós tínhamos mais dificuldade para pegar quatro carros, mais um carro... Porque cada hora você exigia mais coisa. O que é uma burrice para a guerrilha: quanto mais se exige mais coisa, mais dificuldade você tem de coordenar numa hora só. Se fosse num espaço de tempo, tivesse estrutura que você, clandestino mesmo, guardasse... Mas não tínhamos. Então, você tinha que fazer tudo na mesma hora. Aquilo foi uma coisa...

D.P. – Nossa! E vocês chegaram a entrar no hospital?

G.V. – Nós tínhamos gente lá dentro. Nós tínhamos gente.

D.P. – Mas chegaram a tirar eles?

G.V. – Não. Não entramos. Pegamos os carros, fomos até a porta, mas tinha... Aí tinha mais polícia. Chegou... Sabe essas coisas que acontecem de última hora? E não fizemos a ação.

D.P. – Mas ninguém foi preso na ação.

G.V. – Não. Ninguém. Nós não chegamos a fazer a ação. Fizemos só pegar os carros e ir até lá. Sabe essas coisas que você faz, esses prolegômenos, que não faz o finalmente? Aquilo deu uma quebra de moral para a gente. Foi terrível. Aquilo foi um...

D.P. – Um baque.

G.V. – Foi um baque muito grande. Bem, passou, nós começamos a retomar...

D.P. – Eles sobreviveram?

G.V. – Sobreviveram.

D.P. – E saíram? Não, aí ficaram presos.

G.V. – Ficaram presos durante muitos anos, muitos anos. Depois eu os encontrei. Quando eu fui preso e voltei para Juiz de Fora, eles estavam lá. Foi muito doloroso aquilo para nós, muito doloroso. Mas isso foi antes da...

D.P. – Mas ele é irmão da Efigênia, o...?

G.V. – O Antônio José de Oliveira. Mas isso foi... Essa coisa deve ter sido em março ou fevereiro.

D.P. – De 69?

A.S. – De 69?

G.V. – De 69, início de 69. E como eu estava nessa coisa da ação lá, e tem particularidades, porque eles... Eu falei... Eu não voltei para casa. Aí não voltei para casa.

D.P. – Aí você ficou clandestino?

G.V. – Aí eu fiquei semiclandestino. Eu fiquei um tempo para ver o que é que dava. Os caras não abriram, então eu falei: “Ah, não! Tudo bem, então.”. Mas já estava naquela situação de... Eu não ia no banco, não ia na Escola... Estava já totalmente... Já estava meio clandestino. Aí eu fui fazer uma ação para fazer uma... Aí foi a tal do carro que a moça me reconheceu. E, desgraçadamente, a moça levou um tiro.

D.P. – De quem, gente?

G.V. – E ficou na minha conta, como diz o outro. Mas até hoje eu não confirmo, como disse... Entendeu? Nem debaixo de pau. Só sei que... E estava no escuro, também. Essa coisa foi um pouco de inexperiência. E o tiro foi exatamente... Partiu de onde eu estava. E passou assim... Quase que mata o cara. Foi uma sorte, porque passou ciscando.

D.P. – No quê? No namorado da moça?

G.V. – No namorado da moça. E atingiu ela. Ela estava assim, então, atingiu ela assim. [entrevistado mostra para Dulce Pandolfi como estava posicionada a pessoa atingida] E, por sorte dela, o braço dela não deixou atingir o tórax. Você entendeu? Então, quando eu percebi isso, eu fui do outro lado do carro e abri a porta para tirá-la, porque tinha que fazer isso mesmo, não é? Porque, também, o outro rapaz ficou meio...

D.P. – Aturdido.

G.V. – ...meio aturdido na hora. E eu que estava comandando, eu falei: “Vamos!”. Quando eu fiz isso, a mulher: “Gilney, você está me matando”. Eu falei: “Putá! Será que ela...”. Eu falei: “Fodeu”. Aí eu tomei um choque também! Uma pessoa me reconhecer assim de chofre.

D.P. – Nossa! “Gilney, você está me matando!” Nossa! Que frase!.

G.V. – Foi um troço meio esquisito, viu, bicho. Para te ser sincero. Aí eu fui atendê-la. Eu falei: “Vamos ver como é que está seu ferimento aqui”. Então já fui me preocupar com ela. Aí eu vi que não atingiu o tórax. Não atingiu.

D.P. – Mas você disse alguma coisa para ela? Disse: “Não estou lhe matando. Eu sou revolucionário...”

G.V. – Eu falei: “Fica...”.

D.P. – Ela sabia que você...?

G.V. – Não! Não sabia de nada! Não sabia de nada! A moça tinha sido empregada doméstica lá em casa. E tinha trabalhado dois anos e já não trabalhava lá em casa.

D.P. – Sei. Não tinha nada a ver.

G.V. – Não tinha nada a ver.

D.P. – Nem sabia de nada.

G.V. – Nem sabia de nada. A pessoa... Mas me conhecia. Morou dois anos lá em casa, então...

D.P. – Mas deve ter achado que era um bandido.

A.S. – Reconheceu imediatamente.

G.V. – Ela reconheceu imediatamente e gritou.

D.P. – Quer dizer, deve ter achado que era um bandido. Nem sabia se o bandido estava armado.

G.V. – Aí eu peguei e falei: “Olha, você vai ao pronto-socorro, para você... Fica tranquila”. Porque ela estava meio histérica, também. Que também é natural, não é? A pessoa está namorando, recebe um tiro, e ainda depois... “Vai no pronto-socorro e não fala meu nome.” A primeira coisa que ela falou: “Foi o Gilney”. Cutucou, ela falou. Porque a polícia tem... Quando é baleado, você já faz a ocorrência ali. Aí, no outro dia de manhã, está lá: “Gilney Viana tentou assassinar... Estudante de medicina...”. Aí nunca mais...

D.P. – Nossa mãe!

G.V. – E aí fica uma situação difícil, porque aí...

D.P. – Mas saiu aí como se fosse um ato de um marginal?

G.V. – É, um ato de marginal. Mas o Exército logo... Aí o Serviço de Informação...

D.P. – O Exército, eu sei, mas para a população...

G.V. – Para a população, ficou...

D.P. – A matéria era “Gilney Viana tentou assassinar uma pessoa”?

G.V. – “Gilney Viana tentou assassinar...” E aí que começou... Mas aí tinha um macete, porque nós tínhamos... Tinham dois jornalistas de esquerda no pessoal do grupo lá. Um era ligado à gente, à Corrente, que é gente que nós herdamos, e o outro ficou no Partidão. E eles faziam o policial, notas policiais. Então o cara... Todos os dois, aliás, me protegeram. Eles grafaram meu nome errado, só para confundir. Mas o Viana estava... Aí o cara... O que aconteceu?

D.P. – O que...? Botou Diney?

G.V. – Girley... Puseram... Trocou uma letra, para poder... Fizeram de propósito. Não fizeram de acaso, não. Mesmo porque a mulher falou o nome certo, e eles é que grafaram errado, só para a notícia. Mas no outro dia já corrigiram, porque...

D.P. – Mas já estava aquela coisa de ação armada de esquerda? Ou não?

G.V. – Não. Não puseram. Não puseram. Mas logo o Exército foi lá e ocupou minha casa.

A.S. – Eles foram imediatamente...?

G.V. – Isso é a imprensa. Outra coisa é o Serviço de Informação.

A.S. – Eles foram procurá-lo na sua casa e...

G.V. – É. E eu não estava em casa.

A.S. – E encontraram seus pais...?

G.V. – Encontraram. E foi desagradável, porque entraram armados lá, e meus irmãos... E têm uns irmãos mesmo parecidos comigo, e foram lá... Aquele piseiro que eles fazem. Foi um trauma muito grande na família, porque eles não podiam imaginar isso. Só para você ter noção do trauma que foi em minha família, o meu pai... E logo depois foi: “É terrorista!”. Essa história logo é esclarecida. Então o meu pai... Esse negócio de ser pai de terrorista, e ele sendo um cara conservador e tudo, ele não tolerou. Ele mudou de Belo Horizonte por causa disso. Você imagina que trauma que era para ele? E aí essa história... Aí eu fiquei clandestino e numa situação difícil, porque o nome, o retrato e a polícia atrás de mim. Quer dizer, o Exército atrás, e aquela história, falando que eu sou um cara perigoso. Aí já fala que em tal ação eu também dei um tiro em não sei quem. Aí começou aquela história de que o cara é violento. E eu: “Bom, vão me matar.” A lógica da polícia é essa: “O cara é violento. Cuidado!”. E vai lá e... Mas também não me intimidei, não. Eu estava muito consciente do meu papel. Mas aí eu fiquei mais reservado. Só saía à noite, não saía de dia mais de jeito nenhum. Não tinha jeito de sair de dia. Mesmo porque eu era conhecido. Aí o que aconteceu é que demorou um certo tempo e nós...

D.P. – A essa altura, o namoro foi para... Continuava com a namorada?

G.V. – Não, o namoro... A moça já tinha acabado. A moça já não...

D.P. – Desistiu.

G.V. – Não existia mais, coitada.

D.P. – Aparecia lá domingo às cinco horas da tarde só, não é?

G.V. – Não tinha mais jeito, não. Então, quando nós... Aconteceu o seguinte, nós fizemos uma ação num banco, lá no... Eu queria voltar um pouco ao colégio, para você... Você falou da universidade, não é? A universidade, eu fui fazer matrícula. Eu já estava com esse negócio meio clandestino e não queria aparecer na universidade mais. Mesmo porque o pessoal de

esquerda me conhecia lá e já estava sabendo das coisas mais ou menos. E também já tinha havido a queda do Colina²⁰, que é muita gente da faculdade. Só da Faculdade de Medicina, do Colina... Do Corrente, nós éramos uns quatro ou cinco que fomos presos, e do Colina, uns cinco ou seis também. Então, ali tinha uma muvuca. E as pessoas, boa parte, as turmas grandes. Acaba o bochicho ali... Eu fui fazer matrícula armado. Entrei lá na faculdade e falei assim: “A matrícula”. “Tem que pagar uma taxa no banco.” Eu falei: “Ah! Aquele banco ali? Nós vamos entrar para outra coisa”. E fizemos o banco mesmo. O Hércio que comandou a ação lá. Eu não fui comandar, mesmo porque todo mundo me conhecia ali. E eu peguei, entreguei e disse: “Se quiser fazer a matrícula, faço assim.” E fui embora, nunca mais voltei na universidade. Aí o que aconteceu? Depois, o regime, que não é bobo, me aplicou assim mesmo o 477, me proibindo de matricular e estudar durante três anos em todas as universidades. E aí nós fizemos a ação. Aí nossas quedas... Veja bem, passamos aquele trauma da tentativa de retirar o Délio e o Antônio, o Tonhão, do hospital – porque eles estavam no hospital, porque eles estavam mal –, e nós começamos de novo a vida normal. Mas o fato de nós termos concentrado forças, que é uma burrada muito grande na guerrilha, expôs muito nossos... Aí tínhamos vários aparelhos e tudo. E a primeira queda que teve, foi uma queda infantil. E depois teve uma sucessão de quedas infantis. Primeiro, tinha um companheiro, que ele é vivo até hoje, chama-se Lúcio, ele participou dessa ação na Caixa Econômica, em frente à Faculdade de Medicina ali... Era. Hoje não existe mais. E, na verdade, antigamente, em Belo Horizonte, todos os ônibus dos bairros passavam no Centro. Então, se você ia para um lado, às vezes tinha esse problema de passar no Centro. E ele foi para cobrir um ponto, alguma coisa, e passou no Centro na hora, de dia. E um cara do banco reconheceu ele. Reconheceu a foto e falou assim: “Ele é assaltante de banco”. E acompanhou ele e chamou a polícia. Aí, então, foram seguindo o cara, bicho! Olhe bem! Seguiram o cara até o aparelho. E chegou lá, estavam lá mais dois companheiros com ele. Aí a polícia pegou e caiu em cima deles de surpresa e prendeu três ali. Dali eles puxaram o fio. Aí nós soubemos e fizemos uma reunião do comando só sobre isso. Tínhamos feito outras reuniões, mas, sobre isso, nós falamos: “Desocupa o aparelho aqui!”. O Chuchu disse: “Desocupa o aparelho, porque tem muita gente que conhece isso aqui.” E desocupamos o aparelho. Pois não é que várias pessoas vão lá no aparelho?! Perdia o contato, ia no aparelho que ele conhecia. Aí pegaram os caras. Pelo amor de Deus!

²⁰ Comando de Libertação Nacional (Colina).

A.S. – Em sequência?

G.V. – Pegaram não sei quantos ali, mas uns dois, três, quatro, eles pegaram ali, porque foram fazer contato lá. Sabe que no Colina também teve coisa desse tipo: o cara perdeu o contato, foi lá no aparelho, a polícia estava lá dentro, aí pegou. Horrível! Então, isso... E aí, olha o azar...

D.P. – Só para gravar, o nome do Chuchu...?

G.V. – É Mário Roberto Zanconato.

D.P. – Porque você falou várias vezes.

G.V. – É um dos que saiu... É um dos 15 trocados pelo embaixador americano.

D.P. – Mas o Chuchu chegou a ir no aparelho também?

G.V. – Não, ele saiu do aparelho. Era o aparelho dele. Estava ele e outro cara.

D.P. – Certo. Mas o Chuchu não cai aí.

G.V. – Não. Não cai, não. Mas veja bem como é que são as coisas...

D.P. – Ele vai cair logo depois, não é?

G.V. – Logo depois. Nós fizemos uma reunião do comando, que, nessa ocasião era eu, o Chuchu, o Hércio e o... e uma outra pessoa – eu não quero falar o nome dele, porque ele está na vida política aí, mas todo mundo conhece a vida dele aí. Mas é que como a pessoa quer se resguardar, eu não vou ficar...

D.P. – Claro!

G.V. – Nós éramos quatro no comando. E eu, clandestino demais. Eles estavam semiclandestinos, certo? Mas eu era um cara procurado. Aí o cara que era legal... Dos quatro, tinha um legal. Aí ele tinha um carro e tudo, ele falou assim: “Vou deixar você aonde?”. Nós saímos de um lugar que eu que tinha achado. Esse lugar foi feito em função de mim, onde eu podia ir. Porque eles podiam ir nas coisas e eu não podia ir em certos lugares. Então, fizemos dentro do hospital. Fizemos uma reunião dentro do hospital. Como eu ia estudar medicina, o Zanconato era da medicina, nós conhecíamos certos macetes lá. Mas esse fui eu que... Era esquema meu. Aprendi com o Mário. Ele falou assim: “Confia na organização, mas vê se você tem esquema paralelo, *tá*?”. Todos os velhos comunistas tinham essas coisas. E eu aprendi aí. E mesmo na ALN, eu praticava isso. Aí nós fomos na reunião do comando, aí eles... Eu morava num aparelho lá de um, que não era da organização, era de um pessoal de apoio que era da Ala²¹, que me apoiou. Que *nos* apoiou, é bom que se diga. Esse povo que era de conhecidos nossos. E aí ele me deixou. Eu precisava tomar um ônibus, porque eu não podia ir... [Ele não podia] me deixar direto, senão ele saberia aonde eu iria. Ele me deixou na avenida. Eu falei: “Me deixa aqui que eu pego o ônibus”, na avenida Amazonas, porque eu tinha que ir lá para o lado da Cidade Industrial. Aí eu saí lá... Era um aparelho razoável. Por incrível que pareça, era razoável, mas era praticamente dentro de um quartel da polícia. Não era exatamente... Mas era um tipo de uma coisa que era... Era um quartel. E aí o Zanconato e o Hélcio, eles falaram assim: “Ah, então, nos deixa aqui que nós vamos comer alguma coisa numa cantina.” Aí eles subiram para a cantina. Mas subiram todos armados, porque eles tinham tirado a arma, essas coisas todas, não é? E eu fui lá e o outro cara foi para a casa dele, porque ele era legal ainda, ele não tinha saído para aparelho. Aí eles falaram: “A gente come e depois a gente vai para casa”, uma coisa assim. Eles tinham um esquema ali que eles... que eu também não... um esquema alternativo lá do Zanconato. E, nessa cantina, aí aconteceu algo parecido com a coisa lá da Mooca²², do português lá da ALN, onde o Iuri... A gente não sabe direito se o cara percebeu

²¹ Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV), organização de esquerda, de orientação [marxista](#), atuante no Brasil entre os anos 1960 e 1980.

²² O entrevistado refere-se ao caso do restaurante Varella, localizado no bairro da Mooca, em São Paulo. O evento ocorrido em 14 de junho de 1972 deixou três vítimas fatais - Ana Maria Nacinovic Corrêa, estudante, 25 anos; Iuri Xavier Pereira, estudante, 23 anos, e Marcos Nonato da Fonseca, estudante, 19 anos – e um sobrevivente - Antonio Carlos Bicalho Lana, assassinado posteriormente em 1973. A versão oficial relata que equipes do DOI-Codi montaram um cerco em torno do restaurante, enquanto os quatro estudantes almoçavam, e que as mortes foram ocasionadas por troca de tiros. A Comissão Nacional da Verdade, no entanto, apontou em audiência pública que não houve exame no local após o evento que possa afirmar que houve tiroteio. Indícios como as fichas de

que eles estavam armados e chamou a polícia ou se a polícia já tinha montado alguma coisa ali. Porque era uma cantina que às vezes nego ia comer, ou coisa desse tipo, sabe? Isso a gente não sabe direito. Mas eu suponho que... O que acontece é que, quando você fica com a arma assim, às vezes vacila e as pessoas notam.

D.P. – Porque, naquela época, a suspeita de muita gente [inaudível]. O pessoal já estava com a barba de molho.

G.V. – E a cantina era o seguinte, era no primeiro andar. Então você tinha que subir e descer a escada. Aí, quando eles vão descer... Eles acabaram de comer a pizza ou sei lá o quê e vão descer. Aí, quando eles põem o pé na rua, a polícia cerca, pedindo documento. Aí o Hércio, que era mais, vamos dizer assim, esperto, vamos dizer assim, ele pegou, tirou a pistola e pimba no tenente. E o Chuchu não teve iniciativa, eles caíram em cima dele. Pegaram ele ali. E atiraram no Hércio. Atingiram o Hércio. A bala transpassou ele, mas ele continuou correndo, e eles correndo atrás. E o Hércio fez uma ação... Além de fugir ao cerco, ele conseguiu, depois, subir e andar, até pegar um táxi e vazar. Conseguiu se salvar. Mas ferido. Bem, isso eu acho que foi no dia 9 ou 10.

D.P. – O táxi leva ele assim mesmo? Levou.

G.V. – Levou. Ah! Ele pôs a arma no cara, não é? Ele estava...

D.P. – E ele vai para um hospital? Aí você não sabe.

G.V. – Não, não foi no hospital, não. Ele não é besta!

D.P. – Foi na casa de alguém?

G.V. – Ele foi na casa de... Tinha um...

identificação emitidas pelo DOI-Codi/SP, a entrada dos corpos no IML sem roupas, assim como laudos de necropsia que revelam fraturas e outras lesões nos corpos, mostram que há incongruências na versão oficial.

D.P. – Alguém tirou a bala?

G.V. – Ele, nessa época, tinha uma companheira que era legal. Ele chamou e tal. Ele fez um esquema.

D.P. – Conseguiu se...

G.V. – A bala não ficou, não. Transpassou.

D.P. – Ah, está [certo]. Estava sem a bala.

G.V. – Só tinha o problema de você ver se...

D.P. – Sangrando.

G.V. – ...se estava sangrando, sangramento interno e essa coisa toda. Podia dar uma coisa grave, não é?

A.S. – Isso era 9 ou 10 de que mês?

G.V. – Abril de 69. Eu acho que é 9 ou 10. Acho que é 10.

D.P. – E você estava ali nas redondezas? Ou você já tinha se afastado?

G.V. – Não, não. Eu tinha me afastado.

D.P. – Já tinha pegado o ônibus?

G.V. – Eu não sabia de nada.

D.P. – Você pegou o ônibus e foi embora?

G.V. – Peguei o ônibus, fui para o aparelho lá. E estou lá. No outro dia chegou uma pessoa e falou: “Aconteceu isso”. A pessoa que era o contato. E eu falei assim... Eu me preocupei com o Hércio, que estava ferido. E ele falou assim: “Não, mas...”. “E o pessoal de Ala?”, “Não, nós vamos... Tem gente nossa que é médico e tudo.” Eles tinham uns esquemas.

D.P. – “Está cuidando.”

G.V. – “Está cuidando dele.” Eu falei: “Ah, então está bom”. Mas eu falei com ele: “Olha, fala com ele para não sair, bicho! Fica lá dentro de casa mesmo. Porque ferido e saindo...”. Mas tinha um problema. Nessa hora, fica nego querendo te encontrar e contato... É aquela coisa desesperada. E foi... Quando nós saímos da reunião, tínhamos um ponto com o Nelson José de Almeida, esse menino que foi assassinado. Aí desci eu e o Chuchu do carro, eu e o Zanconato. Aí nós fomos lá e falamos: “Olha, você vai lá para Teófilo Otoni, para a região lá. Fica lá. Fica lá porque...”. Nós tínhamos tomado uma resolução. Como tinham caído os três, nós falamos: “Vamos dar uma dispersada, para poder evitar”. Mas não tivemos tempo. Porque, desgrazadamente, nessa mesma noite, aconteceu, na madrugada, essa coisa do Hércio e do Zanconato ser preso.

D.P. – O Zanconato, dali, já foi preso?

G.V. – Foi preso. Então...

D.P. – Só sai depois, trocado. É trocado pelo embaixador [americano].

G.V. – Só sai trocado. E o Hércio ficou lá. E eu, clandestino, com uma dificuldade de sair. Então, veja bem... E o cara que é o único legal, logo depois foi preso. Porque, dessas prisões, algumas pessoas deram informações e acabaram chegando até ele. Ele não quis ficar... Para ser sincero, eu não tive contato com ele, porque os pontos ficaram... Nego estava querendo mesmo o ponto do nego preso, óbvio!

A.S. – O Zanconato, então, ficou pouco tempo preso. Entre a prisão e a troca pelo embaixador são...

G.V. – Ele ficou pouco tempo. Só uns seis meses, por aí. Então, foi assim que caiu a Corrente. E aí nós... Nós já tínhamos tido quedas localizadas: o pessoal lá de Juiz de Fora tinha caído, por força de outras circunstâncias. Porque lá o Serviço de Informação já era mais ativo e tinha o Exército lá. E coisas assim. Mas foi um baque muito violento para nós, muito violento. E aí nós tiramos muita gente. Alguns companheiros que eram mais ou menos ligados à gente, nessa época, foram para o PCBR, porque tinha um pessoal que era um contato de servidor. E nós fomos depois. Aí a nossa vida é dentro da ALN. Aí eu fiquei no Rio de maio até novembro, para reorganizar a Corrente e reintegrar e reintegrar/integrar o pessoal que saiu de Minas dentro da ALN. Foi isso que nós fizemos. Nesse período de maio até novembro, eu tive muita reunião com o Marighella. Várias reuniões. E nessas ocasiões... Algumas eram operacionais, mas quando ele ia no aparelho, aí era discussão política.

D.P. – E, nesse período aí, você fez ações aqui no Rio?

G.V. – Não, não fiz. Porque o Marighella...

D.P. – Aí você ficou clandestino?

G.V. – Sabe o que acontece? O Marighella falou assim: “Sua tarefa é reorganizar Minas e trazer o pessoal. Daqui você vai para Cuba”. Essa era a tarefa. Eu, na verdade, quase que eu fiz uma ação aqui, mas... Porque eu recebi uma proposta muito boa de uma ação. Eu falei com o Marighella. Ele falou: “Não, não vai”. Eu não queria fazer a ação mesmo, não. A verdade é essa. Eu achei: “Olha, vamos treinar e tudo”. Mas teve uma coisa aí, uma proposta muito boa, como diz o outro, de fazer uma ação que era muito importante. Mas quando eu falei com o Marighella sobre isso, ele não... Como envolvia outra organização, ele não queria fazer assim, entendeu?

A.S. – E ele centralizava bastante essas decisões?

G.V. – Não. O Marighella não centralizava, não. Ele, particularmente aqui no Rio, ele tinha um... Não é que ele organizava, mas no tempo que ele ficou aqui, ele ficou muito... Ele viu que era uma garotada mais jovem e ele precisava dar mais assistência. Só isso. Mas ele não era de ficar tomando conta da vida dos outros, não. Ele tinha um sentido muito estratégico: “Você faz isso. Não faz isso”.

D.P. – No seu caso, ele achava que era melhor você...

G.V. – Ele falou: “Não.”. Mesmo porque era muito importante eu retomar meu contato de Minas. E nós tínhamos gente legal que ficou lá sem cair, você tem que olhar isso. E depois ainda tiramos o povo de lá para ir para São Paulo, já na ALN. O Antônio Sérgio²³ e outros, que acabaram mortos.

D.P. – E aí quando é que se dá...? Sua entrada para a ALN vai acontecer...?

G.V. – É essa fusão em maio.

D.P. – Aqui?

G.V. – Quando o Hércio chegou... Nós, na verdade...

D.P. – Então já foi quase natural?

G.V. – Foi natural. Mas nós ainda tivemos uma reuniãozinha nossa aqui com um pessoal, uns oito ou seis companheiros, e falamos: “Olha, a coisa é assim: nós vamos dissolver o comando”. A questão nossa era se nós conservávamos o comando ou não. Então...

D.P. – Gilney, quando é que você cai?

²³ Antônio Sérgio de Mattos, estudante universitário (UFRJ) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Morte em 23 de setembro de 1971, no bairro de Sumarezinho, em São Paulo.

G.V. – Aí... Bem, aí eu fiquei aqui até novembro. Tem uma passagem muito interessante que é assim. O Marighella falou assim: “Agora você vai...”. Eu falei: “Marighella, eu já estou muito tempo aqui. Tenho que sair daqui”. Ele falou: “Não, você vai sair”. Aí ele... Eu encontrei com o Marighella, eu acho que no dia 30 de outubro. Ele foi lá no aparelho. Conversando com ele... E foi uma conversa política, inclusive, porque eu tinha vindo de uma conversa com o Mário. O Mário tinha ido a Cuba e voltou. E eu reuni com o Mário. E conversamos sobre Cuba, sobre os cubanos. Então, eu já tinha noção dos problemas que o Marighella e a ALN tinham lá em Cuba. E o Mário me deu noção. E eu fui falar com o Marighella: “Marighella...”. “Não, nós estamos tendo problema, mas nós estamos resolvendo e tal, assim, assado.” E ele já tinha falado que tinha problema na fronteira. Ele já tinha... Ele falou... Aliás, não falou de São Paulo. Aí me despedi dele e ele falou: “Não, mas fique frio que nós ainda vamos nos ver”. Quando eu cheguei em São Paulo, o Marighella estava lá. Isso já foi no dia 2 de dezembro... 2 de novembro [corrigindo-se]. Aí chego lá e [vou] encontrar com o Marighella. Aí ele falou: “Olha, você vai ter que ficar um tempo aqui, porque...”.

D.P. – Você encontrou com ele, ainda?

G.V. – Eu encontrei com ele no dia 2 [de novembro de 1969], na rua. Aí andamos lá, ele falou: “Você e...” - o outro companheiro que foi comigo. Mas o outro não ia para Cuba, ele ia se integrar lá. E ele falou assim: “Você vai ter que ficar um tempo aqui, porque nós estamos com um problema de segurança. Então, nós temos que reorganizar nossas coisas aí e depois você vai”. Eu falei: “Ah, tudo bem”. Aí eu fui para um aparelho de um operário, que era base da ALN, contato da ALN. O Tião. O Tião que... Eles me entregaram para o Tião. O Tião pôs o outro companheiro num outro aparelho e me levou lá para a Vila Formosa, para aquela zona leste ali. Nós fomos lá. Então, a última vez que eu vi o Marighella foi no dia 2 [de novembro]. No dia 4, quando nós estávamos assistindo o futebol, dentro do aparelho lá, aí noticiaram a morte do Marighella. Foi uma coisa muito dolorosa. Eu sei que é o seguinte, o operário e a filha, a mulher, todo mundo chorando, e eu fiquei meio... E ficou um clima muito traumático, sabe? E eu fiquei... “Puxa vida!” Aí demorou uns poucos dias, o Tião passa lá. Eu falei: “Tião, o negócio aqui está feio.” Ele falou: “Fica aí. Aguenta a mão”. Aí eu falei... Aí eu tentei arranjar um emprego. Eu falei: “Eu vou...”. E eu vi que começou a apertar o cerco lá. Eu falei: “Hum, o negócio aqui não vai ficar bom, não!”. Eu imaginei. Porque eu já tinha visto muita queda, já

tinha experiência. Eu falei: “Vou ver se me cuido aqui”. Aí o Tião me arranhou um emprego, inclusive, mas depois que eu... Lá numa farmácia. Mas eu falei: “Ah, não, não vou ficar aqui, não. Se ele me conhece, se ele cair, vão chegar até aqui”. E eu também não conhecia a pessoa. Mas logo o Tião caiu, também. Logo o Tião caiu. Não demorou muito tempo, caiu. Então, ainda tínhamos um ponto...

D.P. – Tem problema você dizer o nome do Tião?

G.V. – Tião é o Otávio Ângelo. O Otávio Ângelo caiu e eu... Aí eu fiquei desgarrado. Ficamos um tempo lá em São Paulo sem contato.

A.S. – Você ficou sem contato com ninguém?

G.V. – Sem contato. Aí passamos um apanhado um tempo. Aí eu e o Monir Tahah Sab, porque nós fomos... Ele que tinha ido comigo. Ele... É, o Chico já tinha ido antes, que é um companheiro lá de Minas, estava integrado lá em Santo André. Aí nós falamos assim... Nós tínhamos um ponto entre nós. Nós falamos: “Bicho, vamos sair da estrutura aqui, porque a gente não sabe. O contato nosso caiu, então...”. E é óbvio, nós vazamos. Fomos procurar uma casa de quartos, que aluga [quartos], lá na Vila Mariana, e alugamos um quarto lá todo bonitinho, “somos vendedores”, aquela coisa toda. E era gozado, porque a mulher era supersticiosa, a dona da pensão lá – dona do quarto, não dona da pensão. E ela tinha uma coisa cabalística, qual era a sua idade, o dia que você nasceu, que signo. Então, ela adorou que eu era signo de leão. “Ah, você, eu gostei. Você, não, você é signo não sei de quê.” [riso] Eu falei: “Ah, que bom que a senhora gostou”.

D.P. – Vocês estavam com outros documentos?

G.V. – Outros documentos, tudo falso, não é? Então nós ficamos lá.

D.P. – E dizendo que era vendedor de remédios?

G.V. – Vendedor. Então a gente saía... Vendedor de livros. E nós tínhamos que sair de manhã e voltar à noite. Então, todo dia, saía de manhã e voltava à noite. Todo dia.

D.P. – Mesmo sem ter o que fazer, mas saía de manhã e voltava de noite.

G.V. – Todo dia, sair de manhã e voltar à noite.

A.S. – Rodava pela cidade.

G.V. – E depois o dinheiro acabou e foi uma merda. E você tem que comer uma vez por dia. Chegou um tempo que nós pedimos comida. Não tinha jeito. O que nós vamos fazer?

D.P. – E a mulher da pensão, com uma relação legal?

G.V. – Numa boa! Nós conservamos tudo direitinho.

D.P. – E essa... Pedia comida na rua? Pedia a quem?

G.V. – Não. Nós descobrimos que ali na São João, ali naqueles botecos tinham uns bares que serviam. Então, a gente comprava a Coca-Cola e ficava ali esperando o cara acabar de comer para pegar o “barranco” do cara. Comia o resto do cara. Fazíamos isso. E dava certo. O garçom aceitava, desde que você tivesse um gastozinho. “Deixa eu pegar essa coisa aqui, porque eu estou...?”. Falava com ele claramente. Porque se você não tinha uma visão de malandro, se você era um cara vestidinho tudo certinho, se pensavam que perdeu o dinheiro ou qualquer coisa desse tipo, te deixavam. Aí nós retomamos o... Qual era o contato que a gente tinha? Em São Paulo, a gente não conhecia ninguém. Os caras que a gente conhecia era o povo do Marighella, que eram os nossos contatos. Não podíamos refazer, não é? Aonde a gente conhecia era em Minas. Porque lá nós conhecíamos todo mundo. Quem sobrou, eu conhecia, ou o outro conhecia alguns. Então nós tínhamos... Então nós retomamos por Minas.

D.P. – Aí voltaram para Minas?

G.V. – Não! Louco?! Para Minas, de jeito nenhum!

D.P. – Como é que vocês fizeram?

G.V. – Aí voltamos para o Rio. Mas demorou um tempo. Quando foi no Carnaval de 1970...

D.P. – Vocês, até então, desgarrados?

G.V. – Desgarrados. Quando nós estávamos voltando, retomamos o contato. Aí eu falei: “Não, agora nós vamos para o Rio”. Foi com o Caneti, que nós encontramos. Aí eu falei: “Não, mas nós vamos para...”.

D.P. – Como é que foi? Você encontrou com ele por acaso? Alguém marcou?

G.V. – Não. Aí foi assim: já foi por Minas, passou pelo Rio, marcou e foi lá. Foi assim. Mas aí eu falei: “Nós vamos lá, para voltar, porque aqui nós não temos nem seção nesse troço aqui. Pelo menos no Rio de Janeiro a gente conhece. Aqui, não conhecemos nada”. “Tudo bem.” Ele também não conhecia ninguém da gente. Isso foi tudo muito em cima da... Nós demoramos uns dois meses. Ficamos lá dezembro, janeiro e fevereiro, observe bem. Três meses é um tempo longo, naquela época. Aí chegou no Carnaval, nós falamos: “Vamos no Carnaval. No Carnaval, geralmente é mais bagunçado o negócio de controle policial. Nós vamos no Carnaval”. E você vê como são as coisas. Eu falei com o Monir [Tahan Sab]: “Olha, Monir, se nós não acharmos, você ainda tem aquele esquema seu?”. Porque ele tinha um esquema de uma pensão velha que ele ficou, no subúrbio. Ele falou: “Não, se bobear, eu...”. Eu não sabia onde era, não. “Eu tenho um lugar para ficar. Assim, no aperto, eu vou para lá”. Aí eu falei: “Não...” Mas eu tinha um amigo meu aqui, que é de Minas e tinha mudado para cá, que era gente do Partidão. Eu falei: “Não. Eu vou procurar. Eu tenho um esquema lá e tal. Deixa que eu...”. Mas eu falei assim: “Eu aposto que eu acho esse povo de Minas lá no Rio de Janeiro”. Para você ver como é a coisa. Por isso que muita gente caiu, em função de informações desse tipo. Porque o cara não muda o ponto. É incrível! Eu falei: “Eu vou achar”.

D.P. – Mas era impressionante. Aqueles lugares...

G.V. – Era impressionante. Às vezes você tinha...

D.P. – ...viciados, não é?

G.V. – O sujeito era viciado no ponto. Olhe bem! Eu falei...

D.P. – Paissandu, não sei o quê.

G.V. – Nessa época era na Tijuca. A gente já tinha migrado do sul para o norte. Aí eu falei: “Esses caras vão lá na... Vamos lá para a Conde de Bonfim, a gente vai para o bar...”. Olhe bem! Numa área perigosa, perto do DOI-Codi lá. Eu falei: “Vamos andar aqui que você vai ver, nós vamos achar esses caras aqui”. Pois não é que estamos andando lá, quem eu vejo? O Hércio.

D.P. – O Hércio.

G.V. – O Hércio. Eu falei: “Eu não falei com você?”.

D.P. – Que alegria!

G.V. – Foi. Foi uma alegria grande. Mas não demorou muito, porque eu fui morar com a Efigênia, que é a irmã do Tonhão...

D.P. – Aí você foi morar com ela já namorando?

G.V. – É. Aí começou um namoro. Porque você sabe, na guerrilha, você também não pode ficar também... Alguma coisa você tem que fazer na vida, não é? Pelo menos namorar. A única coisa que sobrou para a gente era namorar. É ou não é? E olhe lá! E aí nós fomos morar juntos. E foi aí que eu caí.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2014-12-16_02]

A.S. – Bom, nós interrompemos a nossa conversa quando você ia nos contar sobre a sua prisão.

G.V. – Ah, é. Olha, quando eu estive em São Paulo durante um período, quando ocorreu a morte do Marighella, fiquei descontactado durante uns dois meses ou três meses e voltei ao Rio no Carnaval de 1970. Eu tenho boa memória do Carnaval de 1970. Foi aquele... “Foi um rio que passou em minha vida...” Não tinha música parecida desse tipo? Não sei se era do Carnaval, se era do Paulinho da Viola...

D.P. – Do Paulinho da Viola.

G.V. – Do Paulinho da Viola. Mas era uma coisa... E acho que foi até a Portela que ganhou. Não sei. Só sei que eu cheguei em pleno Carnaval, aqui. Aí eu fui morar com a Efigênia, com quem eu me casei. E no dia 18 de... Nós tínhamos alugado uma pequena casa numa vila, ali no Engenho Novo, e no dia 18, antes do horário de segurança, eles me prenderam. Era mais ou menos... Eu tinha que esperar até 10 horas...

D.P. – Dezoito de fevereiro?

G.V. – Dezoito de março de 1970. Aí o DOI-Codi chegou lá e a prisão já foi uma coisa meio... Eu estava atento; não estava desatento, não. Mas é aquela coisa, tinha um horário e eu tinha que respeitar o horário. O horário de segurança, que era 10 horas. Aí eu estava no estilo carioca: de bermuda, e também... Em Roma, como os romanos, não é? No Rio, como os cariocas. E sem camisa, também. E eu estava... Nove horas, a Efigênia não chegava, eu falei: “Ah, vou pegar um livro...”. Eu estava lendo um livro do Lênin, o livro [“Lênin ao Comitê Militar de Petrogrado”]²⁴, as cartas de Lênin para o Comitê Central. E foi muito interessante. E eu estou lendo ali, estava até muito entretido, e com a arma em cima... Na cama e a arma na escrivaninha. E olhei assim... Deu umas nove e meia, eu olhei a vila... Não pensei... Olhei mais para ver se ela estava vindo. Não pensei em polícia, não. Mas não vi nada. Porque trança de vila, que tem uma porção de casinhas... Aí eu voltei. Eu voltei e estava lendo, quando, de repente, os caras meteram o pé na porta e começaram a atirar da janela. A primeira vez que eu tive medo de

²⁴ O mais próximo que se pôde ouvir.

morrer foi ali, porque eu falei: “Vão me matar, porque estão atirando...”. Mas eu suponho que eles não queriam me matar. Porque, se quisessem, teriam me matado. Mas poderiam ter matado por acidente também.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – É. Sabe por quê? Principalmente porque, quando os caras fazem assim, se você reage... E eu pulei da cama, de susto. Não foi por esperteza, não. E eu pensei em botar a mão na arma, realmente. Sabe quando você procura alguma coisa para fazer, ou fugir, ou pegar a arma? Mas... Ele já entrou pelo fundo e pela porta... Arrombou [a porta], caiu em cima de mim, e já me algemaram e já começaram a pancada ali. Com o tiro, o povo da vila foi ver o que era. Aí eles já me arrastaram: “É terrorista, é terrorista, é terrorista!”. Aí o povo...

D.P. – Debandou.

G.V. – Debandou, não é? Aí me arrastaram... Essa vila, o carro não entrava na vila, ficava lá no portão da vila. Então me arrastaram até lá, na vista do povo. “Assaltante de banco, terrorista!”, coisa desse tipo. Era o pessoal paraquedista, que trabalhava para o DOI-Codi, a equipe de captura do DOI-Codi. Depois eu fiquei sabendo. Mesmo porque esse mesmo cara da equipe me levou em outras vezes, em traslados. Entendeu? E eles me puxaram com tanta força que a algema entrou na carne, assim. Arrastando, praticamente. Aí lá, quando eu entrei no carro, eles me puseram um capuz. Aí começou uma... Aí eu vi que... Como eu já sabia que o DOI-Codi era por ali, na Barão [de Mesquita], perto da Tijuca, e logo chegou, eu falei: “É do DOI-Codi”. Eu percebi que era o pessoal do DOI-Codi. E quando eu cheguei lá, aí ele me tirou o capuz e perguntou meu nome. Aí eu peguei e falei assim: “Meu nome clandestino, não é?” Aí ele falou assim: “Ah, é, não é?”. Então, ele me meteu a porrada e me puxou para dentro. Quando eu entrei dentro do DOI-Codi... Isso foi na porta, ali, que ele fez a pergunta. Alguém fez a pergunta lá, um torturador, que eu nem vi direito, para ser sincero. Aí a primeira coisa que eu percebi é que eles... Você lembra do DOI-Codi, você entrava assim, tinha um corredor e a sala de tortura era do lado de cá, [do lado] direito. Do lado de cá, tinham umas salas assim administrativas, alguma coisa que eles faziam. Às vezes a inteligência interrogava a gente ali do lado direito. E eles... Aí, quando eu...

D.P. – A sala de tortura já estava pintada de roxo?

G.V. – Não. Acho que não. Não me lembro disso.

D.P. – Então não estava. Porque isso você lembraria.

G.V. – É. E eles, quando abriram a porta, eles arrastaram a Efigênia. Ela estava saindo do pau de arara arrastada. Aquilo, eles fizeram de propósito, para eu ver. Foi um troço desagradável *pra* danar. Aí logo me levaram para lá e não perguntaram nada. Começaram a dar porrada até... Aquele sistema de quebrar você para depois te interrogar. Aí me interrogaram e tal, tal. E era o Gomes Carneiro²⁵. Eu já sabia do nome dele, mas não sabia da cara dele. Mas ele revezou com o Zamith²⁶, também, que me torturou. E aí eles queriam... O que acontece? Aparelho, eles não podiam me perguntar, pelo menos naquela hora, porque eles me prenderam no aparelho. O negócio era o ponto, o ponto de contato, que era o principal. Então ficou nessa de aparelho e ponto. Se eu tinha outra coisa. Ficou a noite inteira.

D.P. – Ponto e aparelho.

G.V. – A noite inteira, a noite inteira, a noite inteira. Aí vai para o pau de arara, descia do pau de arara, voltava para o pau de arara, botavam um cara lá de bonzinho me perguntando... Aí eu desmaiei lá, eles me jogaram água na cara. E mijou também, porque você defeca... No meu caso, eu não defequei, mas urinar, eu urinei. E uma situação muito difícil e... Quando eu... Eu só sei o seguinte, que virou a noite, porque quando eu desci, eles estavam... O cara para... O café ali, estavam servido ali. Deviam ser seis horas ou seis e meia. Porque eles serviam o café dos caras e depois traziam ali para o DOI-Codi. Aí, quando eu saí de lá, arrastando, estava o corredor cheio. O corredor estava cheio ali. Entramos aonde eles tinham feito umas celazinhas pequenininhas, no final do corredor à direita, e aí eu encontrei o povo da ALN lá. Estava lá o

²⁵ Rubens Gomes Carneiro, segundo sargento da reserva, utilizava o codinome de “Laecato”.

²⁶ José Ribamar Zamith, capitão do Exército.

Domingos²⁷; estava o [Jimi]²⁸; o Rômulo²⁹; o [Pernambuco]³⁰, que é o Alcir. E até o Jimi veio me perguntar assim: “E aí, está bem?” “Está bem”. Mas o Jimi sacava o negócio do Hércio, porque foi ele que fez a triangulação. Ele me falou assim: “E o ponto?”. Eu falei: “Não, não tenho ponto”. Também não falei. Eu não sou besta de ficar falando para os outros também nada. Mas ele queria conferir comigo se eu tinha. Eu falei: “Não, pode deixar que eu...”. E aí eu dei o ponto para de tarde. Aí eu fiquei um tempo... Aí o cara da inteligência... Fica aquelas bobageiras lá de ficar perguntando coisa. Aí, de noite, eu fui para o ponto e, de noite, eles voltaram e me deram umas porradas. Aí eu falei que tinha um outro ponto, também. Aí fui... Aí depois ficou a seguinte: ficava um interrogatório muito circunstancial. Não era toda hora. Eles estavam esperando que alguém falasse alguma coisa de mim para poder me pegar. Mas quem falava de mim era o meu cunhado, que estava preso. Mas ele só falava de coisas de Belo Horizonte, que eu admiti.

D.P. – Do passado, não é?

G.V. – É, as coisas do passado, da Corrente, que eram objeto já de... Nem de IPM, eram objeto de processos. As coisas da Corrente, eu admiti, mas da ALN, eu não admiti. E não admiti que estava na ALN. Falaram: “Mas você tem o contato. Você está na ALN, sim”. Eu falei: “Não, mas eu sou dissidente”. Comecei toda aquela conversa de... E aconteceu um fato que falou favorável a mim. Não para a tortura, mas para a inteligência. Porque, para a tortura, isso não... Não refrescava para eles, mas para a inteligência, sim. O cara da inteligência lá... Ele pegou os papéis que estavam comigo lá, o negócio das ações... Porque o Marighella, quando eu... Ele falou: “Você vai ficar aqui em São Paulo, você aproveita para estudar todos os focos de resistência que houve no Brasil”.

D.P. – Os o quê?

G.V. – Os focos de resistência no campo.

²⁷ Domingos Fernandes, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

²⁸ O mais próximo do que se pôde ouvir.

²⁹ Rômulo Noronha de Albuquerque, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

³⁰ O mais próximo do que se pôde ouvir.

D.P. – Ah, os focos de resistência.

G.V. – Caldeirão, Contestado, Lampião, tudo isso eu estudei. Fiquei dois meses e meio lá na Biblioteca Municipal de São Paulo. Como ali ninguém me conhecia, eu ia lá e estudava, estudava, estudava tudo. E anotava, ia anotando aquilo. O cara pegou um caderno meu de anotação, o cara da inteligência. Ele falou: “Que porra é essa que você anotou aqui, cara?”. E eu falei: “Isso é estudo de história”. “É, mas Lampião? Contestado?” Eu falei: “É. Isso aconteceu. Isso aí, eu estou estudando”. “Mas para que você está estudando isso?” “Uai! Não tinha nada que fazer, eu fui estudar, para conhecer a história”. Não falei nada de Marighella, obviamente. Aliás, não falei que eu conheci o Marighella, tinha contato com o Marighella. E o caso deles, especificamente, era para ver se eu tinha contato com o Hércio Pereira Fortes, que era meu companheiro de comando da Corrente e que nós viemos juntos aqui para o Rio. E esse ponto falso quebrou a lógica do interrogatório deles. E, na inteligência, o cara falou assim... O cara da inteligência desistiu de ler, também. Era uma letrinha bem pequenininha, que era ruim para ele ler.

D.P. – Esse ponto, você dizia que era com o Hércio? É isso?

G.V. – Era com o Hércio. Esse ponto era com o Hércio.

D.P. – Esse ponto falso.

G.V. – Me deu muito trabalho para eu dizer o nome da rua, porque eu tinha pouco conhecimento das ruas do Rio de Janeiro e tinha muito de Belo Horizonte. E, com a tortura, eu fiquei meio avariado e eu dei uma rua de Belo Horizonte, que é a rua da Bahia. Eu não sei se tem rua da Bahia aqui no Rio de Janeiro. Tem?

D.P. – Acho que não.

G.V. – Acho que não tem. Não sei. E eu sustentei: “É rua da Bahia”. E depois, e para eu explicar onde era a rua? Eu falei: “É em São Cristóvão”, porque tem aquela Feira de São Cristóvão ali. Eu falei: “É ali”. Aí o cara falou: “Mas ali não tem rua da Bahia, bicho”. Eu falei: “Ah, então

é o Banco da Bahia”. Eu fiz um rolo lá, falando que era na esquina lá do banco. E eles me levaram lá. E o Hércio, naturalmente, não apareceu, porque não era para aparecer mesmo. E eu neguei ser da ALN. E tinha um troço assim, quando eu não conseguia negar que era da ALN, eu falava que eu estava em dissidência: “Não, eu não sei de nada, eu estou fazendo outra coisa”. Como eu não tinha feito ação no Rio, então, isso facilitou também o meu discurso. E eu escrevi um texto. Porque quando eu voltei de São Paulo para cá... E lá em São Paulo, lá eu tinha um grupinho, também, que era da Corrente, que tínhamos ido para lá. Nós tínhamos já... Aí eu tinha uma posição - já autocrítica - em relação ao que nós tínhamos feito na Corrente, de ter abandonado o movimento de massa e, principalmente, a nossa frente de massa. E por isso que nós tínhamos... Eu falei: “Não, vamos retomar a frente de massa aqui em São Paulo e lá no Rio”. Eu vim para o Rio para isso. Cheguei aqui, eu falei com o Hércio: “Hércio, eu vou trabalhar com isso, porque não tem cabimento. Essa coisa aqui, você sabe que não vai dar, logo vai esgotar nosso potencial”. Aí ele falou: “Não, tudo bem”. E ele falou: “Mas tem um pessoal, também, que está se queixando disso. Seria bom você se reunir com eles”. E você sabe qual é o contato que ele me deu, para eu discutir sobre isso? Com o Mário Prata³¹ e a [Maria Helena]³². Aí eu fui me reunir com Maria Helena e Mário Prata. Mas a cabeça deles... A minha estava em outro lugar. A deles... Eram gente de ação, de guerrilha, que não... Tinham uma necessidade, mas não tinham uma... Ou não tinha experiência, ou não tinha, naquele momento, um jeito de se abrir para uma outra visão. Mas eu peguei... Aí o Hércio pediu: “Então você escreve o que você está pensando”. Eu falei: “Eu vou escrever”. Aí eu escrevi um documento e assinei como Marc... O que mais? Esqueci o nome. Esse documento caiu. A repressão pegou o documento.

A.S. – Mas você chegou a dar para alguém esse documento? Ficou com você o tempo todo?

G.V. – Eu discuti com o Hércio o documento. Mas eu acho que não... Se eu passei, passei para o Hércio. Não lembro mais. Mas discutir com ele, eu discuti, sistematicamente, as coisas críticas, tudo que eu fiz.

D.P. – E estava manuscrito ou estava datilografado?

³¹ Mário de Souza Prata, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

³² O mais próximo que se pôde ouvir.

G.V. – [Estava] datilografado. Ele me deu uma máquina. Acho que eles me deram. Ele me deu a arma, me deu uma máquina. Eu já estava montando...

D.P. – Municiado.

G.V. – É. Já estava armado de novo, intelectualmente e fisicamente. Porque, lá em São Paulo, eu não estava...

D.P. – Não tinha nada.

G.V. – Não tinha nada. Porque eu fiquei sem pai e sem mãe lá. Então esse documento caiu. Aí a inteligência foi ver... “Ah, mas isso aqui é da ALN.” “Ah, mas é uma discussão sobre isso.” Eu não podia negar. Mas o cara não... Sabe o que acontece? O DOI-Codi, naquela ocasião, não estava interessado nisso.

D.P. – O interesse deles é ponto e aparelho. Era você entregar as pessoas. É impressionante.

G.V. – Ponto e aparelho. Não estava interessado nisso. Nem a inteligência. Ele estava só ali querendo conversar.

D.P. – Tinha até uma musiquinha: “ponto, aparelho; ponto, aparelho...”.

G.V. – [riso] Era só isso que eles queriam. Mas aquilo me facilitou sustentar que eu não estava militando na ALN.

D.P. – A essa altura, deviam saber que você era o Gilney. [Inaudível].

G.V. – Sabiam logo de cara. O cara me conhecia. E quando eu falava...

D.P. – Eles já estavam te monitorando há algum tempo, então, não é?

G.V. – Não, você tem que olhar que eu já estava clandestino e as ações da Corrente das quais eu estava implicado, sobre as quais eu estava implicado, elas já tinham sido objeto de inquérito, porque esse pessoal tinha caído, em Belo Horizonte.

D.P. – Já caiu depois.

G.V. – Passou um ano. Essas ações geraram inquéritos e geraram processos. Então era muito comum, em jornais, ter edital chamando Gilney Viana, Amorim Viana, essas coisas. Eles tinham as informações mais do que precisas. E mesmo porque meu nome saiu, não num cartaz, porque eles não iam botar num cartaz, mas saiu numa reportagem [da revista] *O Cruzeiro* com todas as fotos do pessoal da Corrente. Então eu era conhecido.

D.P. – Você usava essa barba, Gilney?

G.V. – Não. Só usei barba na cadeia. Aí nunca mais tirei. Passei a usar barba na cadeia.

D.P. – Nunca mais você tirou, foi?

G.V. – Nunca mais. Para te ser sincero, uma vez eu tirei, para tirar uma foto, porque o Exército não me aceitou de barba para eu tirar o documento. Eles não queriam me dar o documento, aí eu falei: “Bem, vou tirar”. Mas logo cresceu de novo. Mas eu tenho uma foto sem barba. Bem, então foi isso que aconteceu. Aí eu fui para o DOI-Codi, fiquei uns 36 dias... Uns 36 dias, quase 38 dias, porque teve...

D.P. – Nessa época, já tinha o capuz dentro do DOI-Codi? Ou foi só na hora que você foi levado?

G.V. – Não tinha capuz.

D.P. – Vocês não usavam capuz lá dentro?

G.V. – Não usava capuz. Nem nós nem eles usavam capuz.

D.P. – E sala roxa, também, você falou que não tinha.

G.V. – Não tinha.

D.P. – A sala de tortura era normal: são alguns aparelhos... Quer dizer, normal! [ironia]

G.V. – Os aparelhos... Era. Tinha uma outra cela ao lado.

D.P. – E tinha aquele vidro da verdade, o espelho da verdade?

G.V. – Tinha. Mas, aquilo ali, eu não... Para ser sincero, eu não reparei em vidro quando eu caí, porque não deu tempo. Ali, quando eu estava na sala de tortura. Agora, depois, aonde eles adaptaram a outra sala, ali ao lado daquela primeira, ali eles me interrogaram, ali na outra. Mas interrogaram assim: eles pegaram eu, o Rômulo, o Jimi. E eles pegaram as fichas de estudantes daqui adoidado, da Guanabara, e ficaram passando as fichas lá, de nego... E perguntando. “Eu não conheço. Eu não conheço.” Aí passou a do Hércio, passou a do J, o pessoal da Corrente, aí eu... “Eu não conheço!”. Aí meteu a porrada em mim. “Ah, você não conhece, não é, filho da puta?! Então vem cá.” Eu falei: “Ah, mas não está parecido!”. Os caras estavam em Cuba, o J e o outro. Mas eu não queria conhecer, não era porque eu não conhecesse, era para não dar instrumental para eles me interrogarem sobre outras coisas novamente. Esse que era o x da questão. Nesse sentido, eu fui favorecido, porque... Favorecido entre aspas, porque, se eu tivesse aberto, caía no circuito. Então, eu reconheci as ações lá de Minas, o que eu tinha feito em Minas. E assim mesmo, só falei de ação. O resto, não falei nada.

D.P. – Aquela do carro lá, que a moça saiu ferida, que te reconheceu, aquilo gerou um processo?

G.V. – É um processo. Fui condenado a três anos e dois meses, naquele processo.

A.S. – À revelia?

G.V. – Não. Todos os processos... Quando eu saí do DOI-Codi, aí eu fui para o Dops. Lá você responde a inquérito. Você pegou assim, também?

D.P. – Hum, hum. [concordando]

G.V. – Ainda fiquei lá um...

A.S. – Demoraram muito para formalizar a sua prisão?

G.V. – Olha, eu não sei até hoje o que eles formalizaram ou não.

D.P. – Você ficou no DOI-Codi quanto tempo?

G.V. – Eu fiquei 36 dias... 37 dias.

D.P. – Só sabia depois, quando saía.

G.V. – E minha família só soube da minha prisão 40 dias depois, que é um troço que... Eu ficava doido para a minha família saber, para poder me proteger, não é? Mas eles só souberam no dia 1º de maio. Eu fui preso no dia 18 de março. Eu já estava na Ilha Grande. Não, estava no PP. Porque nós viemos... Contando com o Dops... Ainda fiquei uns dois ou três dias no Dops, aí nós descemos, todo mundo que estava no Dops, para o PP, que era o pessoal da ALN e MR-8: o Daniel³³; o irmão dele...

D.P. – Samuel³⁴.

G.V. – ...o Samuel; e Paulo Henrique³⁵; todo mundo. Nós descemos lá para a Ilha Grande, para o PP. No dia 1º de maio, no PP, nós fizemos uma conferência lá de 1º de maio, batemos papo sobre o 1º de maio, e descemos para a Ilha Grande. Aí no dia... Não me lembro mais o dia certo,

³³ Daniel Aarão Reis, militante do MR-8.

³⁴ Samuel Aarão Reis, militante do MR-8.

³⁵ Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, militante do MR-8.

mas eu só sei que eu cheguei,, deve ter sido no dia 18 de maio, eles me tiraram lá da Ilha Grande, porque eu fiquei lá só umas duas semanas, uns 20 dias... Queria ter ficado mais, para convívio com os colegas, os companheiros. Aí eu fui para... Eu fiquei temeroso, para onde eles me levariam. E aí eu fui. Desci com poucos presos políticos. Desci com muitos presos comuns, de Segurança Nacional. E já tinha tido uma rixa lá entre preso político e preso de Segurança. Isso quase deu um problema sério.

D.P. – Teve uma tese que nós participamos, da Elizabeth Sussekind, que foi até secretária... Ela trabalha com essa questão, a relação dos presos de Segurança Nacional com os presos políticos da Ilha Grande. É bem interessante.

G.V. – O primeiro entrevero, eu participei do entrevero. Eu fui parte do processo lá.

D.P. – O que foi?

G.V. – Fui parte assim... Uma história lá de que... Eu até não presenciei. Eu fui parte, porque os presos comuns que estavam envolvidos era o pessoal que jogava bola... Porque tem o negócio de time de futebol, essas coisas assim, na cadeia. E lá não tinha essa divisão, ainda, de comum e de preso político; era misturado. Então, nós jogávamos bola juntos.

A.S. – Nem em ala de...? Nada?

G.V. – Tinha. Tinha uma divisão de... Depois eles dividiram em galeria. Antes, não. Quando eu estava lá, ainda estava misturado. Então... Eu sei lá, um preso comum estava no negócio de fumar droga, maconha, e depois falou que ia querer transar com um outro preso político... Essas coisas assim, de querer currar o cara. Aí nos reunimos lá e fomos dar uma dura no cidadão. Não houve briga, não, mas marcamos...

D.P. – Foram repreender o cara?

G.V. – É. Falamos: “Não vai dar. Se for assim, não tem acordo e vão se ver com a gente”. Mais ou menos isso. E eu desci com esses caras para o PP. E houve uma falta de... Eu e o Ubiratan³⁶, que era um cara da VPR. Acho que ele era milico.

D.P. – PP é o... Quando você diz “desci para a PP”, você...?

G.V. – Vanguarda Popular Revolucionária³⁷. Acho que era ele, sim. Nós éramos poucos políticos, no meio de um tanto de comuns, que vinham também para a Auditoria, porque eles eram julgados pela Auditoria. Aí, quando chego lá... Eu já tinha combinado: “Vamos ficar numa cela só, aqui no PP, nós dois juntos”, para se proteger. Só que eles chamaram o cara e levaram para lá, e eu fiquei aqui. Aí me puseram numa surda. Eu e quatro caras numa surda. A surda é pequeníssima. Horrível, aquela surda! Pelo amor de Deus! E não ia dar para dormir, porque você tinha que dormir em pé ali. E os caras deram uma dura em cima de mim.

D.P. – Os presos comuns?

G.V. – Me deram. Me deram uma dura.

D.P. – “Deram uma dura” foi porque chegou a ser físico?

G.V. – Não. Eles pagaram só. [riso] Pagaram, como diz na linguagem de cadeia. Pagaram e... Mas os presos comuns têm toda uma lógica deles, também, a gente precisa entender. Falaram: “Aqui é o nosso território”. Eu estou falando na minha linguagem. “Aqui é o nosso pedaço”, e já foram puxando maconha, fumando ali. Todo mundo estava integrado ali. São muito... Têm um sistema que funciona.

D.P. – É impressionante.

G.V. – É impressionante como funciona.

³⁶ Ubiratan de Souza, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

³⁷ Não entendendo a pergunta da entrevistadora e referindo à sigla VPR.

A.S. – Ainda que não tivesse uma separação física, existiam alguns elementos que deixavam claramente demarcada essa separação entre presos políticos e presos comuns?

G.V. – Não. Nós éramos organizados. Você tem que olhar isso. O preso político sempre foi organizado. Isso aí é uma tradição que vem de séculos. Então, nós mesmos, quando chegamos na Ilha, já tinha a organização de coletivo lá. E mesmo nós, quando fomos, já fomos organizados. Tanto é que nós atuamos em grupo. Ninguém...

D.P. – Além disso, outras características, também, não é?

G.V. – Sim. Nós tínhamos também organização. Além de ter coletivo, tinha organização. Era organizado dentro...

D.P. – E os próprios hábitos. Você não vai fumar maconha. Imagina se algum preso político ia fumar maconha ali! No presídio, isso era impensável!

G.V. – Naquela época, não se fumava; o homossexualismo não era tolerado...

D.P. – O homossexualismo não era tolerado.

G.V. – Era uma coisa meio careta, como se diz hoje, não é? E então... Mas eu, numa boa... Mas, por acaso, eram os caras que eu jogava futebol. Mas eu fiquei constrangido. Eu falei: “Essa noite aqui vai ser meio barra”. E uns caras... Um cara dava três de mim. Fortes *pra* danar, os caras. Acostumados a pegar cofre e carregar na cacunda. Eles faziam muito isso. Mas aí eu fui...

D.P. – E essa coisa que você falou que eu achei interessante, quer dizer, “o território é meu”. Então, eles também viam vocês um pouco como invasores, que estavam chegando até aquele pedaço...

G.V. – Sim. Na Ilha Grande, como já tinha um pessoal que era marinheiro, eles já tinham um território lá. Diferente do PP, onde não tinha preso político; era tudo comum. Nós só estávamos lá de passagem. Mas lá tinha gente que ficava anos.

D.P. – PP é o quê? É o Presídio...?

G.V. – É o Presídio Provisório, ou Presídio Político. É o [Presídio] Hélio Gomes – se eu não estou enganado, é o Hélio Gomes –, que fica lá no Complexo da Frei Caneca, ali. Você entra logo assim e logo depois você já vê ele assim. É ele.

D.P. – Que era um pouco... De fato, é passagem, não é? Antes de você ser levado para um lugar...

G.V. – É de passagem. Isso já vem... Desde a ditadura de Vargas, ele funcionou desse jeito. Você entrava no sistema, era ali que era a porta de entrada. Então, eles te davam um número, esse troço todo. Então, dali nós fomos para a Ilha Grande. Quando eu voltei... Aí escureceu, e estou ali...

D.P. – E na cela com eles é na...

G.V. – Na cela com eles. Escureceu...

D.P. – É na cela...?

G.V. – Pois é. Uma celinha pequenininha, suja de sangue lá.

D.P. – Era essa surda que você está falando? Não, não é? Isso é outra coisa. A surda...? Não, não é essa surda...

G.V. – É a surda.

D.P. – Era a surda? E tinha mais uma pessoa nessa surda, também?

G.V. – Sim. Quatro. Eram cinco pessoas que estavam lá. Mal podia se mexer. Para subir na janela: “Sobe e deixa eu subir, para tomar um arzinho e olhar o pátio aí.” E era alto. Você tem que fazer uma tração muito forte.

D.P. – E sem cama, sem nada, não é?

G.V. – Sem nada, nada. Não tinha nada, lá.

D.P. – Só tinha um buraco para fazer...

G.V. – Só tinha o buraco do boi, para fazer as necessidades. Só isso. E a torneira em cima do boi. Aí o... Mas chegou mais ou menos umas... Não me lembro, assim... Escureceu sete ou oito horas. Não me lembro que horas, mas estava escuro já. Aí abriu a porta e me chamou: “Gilney Amorim Viana”. Eu não tinha nada, eu só... “Pegue suas coisas.” Minhas coisas eram... Eu não tinha roupa, não tinha nada. Uma camiseta, uma coisa assim. “Pega suas coisas!” Aí eu falei assim... Aí ele saiu e eu já vi que tinha o pessoal da PE lá. Eu entrei no camburão da PE. O cara não fala nada para você. [Entre] no camburão e fui lá para o DOI-Codi.

D.P. – Quer dizer, você veio da Ilha Grande sem saber para onde ia.

G.V. – Não sabia. Ele não me falaram nada, para onde ia. Fui para o PP, entrei na surda lá, me tiraram, e também não falaram. Aí me levaram lá no DOI-Codi, me tiraram do camburão... O cara me deixou um tempo lá, foi lá dentro, aí depois ele me tirou.

A.S. – E era só você, no camburão?

G.V. – Só estava eu no camburão. Você vai ver o que aconteceu. Essa história é uma história meio fantasiosa até. Aí eu peguei e... Aí ele me... Eu até bati... Falei assim: “Olha, preciso ir no banheiro”.

D.P. – Sair do camburão. Isso você está no camburão lá da PE?

G.V. – Eu estava no camburão da PE. Em frente ao PIC ali. Aí ele falou: “Então está bom, vamos lá”. Algemado. Aí ele me levou lá. Ele me levou na casa da guarda, lá dentro do PIC, onde ficavam ali os caras. E lá tem geladeira, tinha um mictório. Aí eu falei: “Preciso mijar”. Ele foi comigo lá para mijar, me segurando, certo? Então eu fiquei ali mijando e ele quase... Aí ele falou assim: “Você comeu?”. Eu falei: “Não”. “Você quer um sanduíche?” “Quero.” Ele foi lá e me deu um sanduíche.

D.P. – Tirou sua algema, nessa hora?

G.V. – Não, não tirou, não. Não tirou a algema em hora nenhuma. Ele tirou ali o sanduíche e me deu um... Ele pegou um... Era do pessoal da guarda, aquilo ali, aquela comida. Me deu um sanduba de um pão com mortadela e me deu um copo de Coca-Cola. Ele também tomou, comeu. E eu estou ali assim... Eu falei: “Eu vou viajar”. Porque ele não me falou nada, e eu estou ali... Não me levou para outro lado, eu fiquei lá. Aí, quando eu descí: “Vamos embora!” Aí ele me levou lá. Quando eu descí, quando ele abriu o camburão, já tinham duas pessoas dentro do camburão: estava o Salatiel Rolim³⁸ e um tenente de Caparaó. Eles estavam sentados. Esse camburão tinha três assentos: um de um lado, outro de outro e outro virado para a porta. Eles me puseram ali no meio. E algemaram a gente, nós três. Ficamos algemados um no outro.

D.P. – Um no outro?

G.V. – Um no outro. E nós fomos para Juiz de Fora assim, algemados um no outro. Foi uma viagem terrível. E foi terrível essa viagem, sabe por quê? Porque nós... E o pior não é isso. Com essas voltas dessa viagem, eu vomitei tudo a Coca-Cola e a mortadela e o... Tudo. Então virou aquele piseiro, aquele fedor, ali no meio. E nós não tínhamos onde botar o pé. Acabamos pisando naquele vômito, não tinha mais jeito. Aí, quando chegou em Petrópolis, uma coisa assim, num quartel aí para cima que eu já não me lembro, acho que é Petrópolis, o cara que estava comigo, que é o tenente da guerrilha de Caparaó, que é um preso tardio no processo... Ele era milico. Ele serviu nesses quartéis aqui do Rio. Ele conhecia tudo. Ele falou: “Ah, esse

³⁸ Salatiel Teixeira Rolim, ex- dirigente nacional e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

aqui é o quartel tal”. E ele reconheceu o cara da... Eu falei: “Esse cara me prendeu”. “Ele é PQD, paraquedista”. Aí batemos lá: “Ô, bicho...”. “O que é?”. Aí os caras, bicho... O soldadinho, todo de FAL, para abrir o... Aquela coisa escandalosa, não é? A gente, algemado, não podia fazer nada, e eles de FAL lá, abrindo o negócio. E está aquele fedor horrível dentro do camburão. Aí eu falei assim: “Quer limpar isso aqui?”. “Quem mandou você fazer isso?!”. Quem mandou? Que pergunta idiota, não é? Aí eu falei: “Não, eu passei mal”. Aí ele pegou um soldado e falou assim: “Joga uma pá de areia aí!”. Literalmente, o cara pegou uma pá e jogou lá dentro. Não resolveu nada, porque não puxou. E nós fomos com essa fedentina até Juiz de Fora certo?

D.P. – Fora as pernas [inaudível] ... é um negócio horrível!

G.V. – Não, aquilo ali é assim, um troço horrível. E o que acontecia? Eu não podia falar nada com o Salatiel. Porque eu conhecia o Salatiel do PCB, do PCBR, Corrente. Ele era o nosso contato. “Oi, tudo bem?”, aquela coisa. Eu não sabia quem era o cara. Mas o cara era de Caparaó, ele era um...

D.P. – Ele se apresentou?

G.V. – Ele se apresentou: “eu sou isso”. Conversando. Ele estava numa boa. Nós é que não estávamos. Mas ele só conversava o negócio de espiritismo, kardecismo ou então negócio de milico. Quando ele foi falar de milico, nós ficamos preocupados, porque nós queríamos até saber, mas não íamos perguntar nada. Só sei o seguinte, aula de kardecismo, nós levamos daqui até lá em Juiz de Fora. Quando chegou em Juiz de Fora...

D.P. – E as curvas!

G.V. – Puta que pariu! Foi uma viagem horrível, aquela. Foi horrível mesmo. Chegamos lá baleados mesmo, bem caídos. Aí eles puseram o cara num quartel, puseram o Salatiel em outro, e eu em outro. Separou a gente.

A.S. – Distribuíram.

G.V. – Distribuiu lá. Aliás, o primeiro que saiu fui eu. Eu não sei para onde é que foram os outros. Eu só sei que me puseram lá no quartel da PE, eu acho. E fiquei lá. Fiquei lá uns cinco dias, ou uma semana, no quartel da PE.

D.P. – E aí você foi torturado lá?

G.V. – Não fui, não. Mas um torturador passou lá para me provocar e tudo. Eu fiquei na minha. Eu saquei que era torturador, pelo jeitão do cara. Aí depois eu perguntei...

D.P. – Você sozinho?

G.V. – Sozinho. Me deixaram sozinho. Eles fizeram o interrogatório da Auditoria uns dois ou três dias, uma coisa assim, depois me levaram para a penitenciária, que é no bairro de Linhares. Por isso que se chama Penitenciária de Linhares. Então eu cheguei em Linhares no dia, se não me falha a memória, no dia 26 de maio de 1970. E eu só fui sair de Linhares no dia... Acho que 18 ou 19 de setembro de 1977.

D.P. – Nossa! Mas você ficou em Linhares esse tempo todo?

G.V. – Fiquei sete anos e três meses lá. Desse período que eu fiquei lá, um ano e meio ou dois, eu fiquei de tranca dura.

D.P. – Você ficou de tranca dura um ano e meio?

G.V. – De tranca dura. Um ano e meio de tranca dura.

D.P. – Tranca dura é a cela...

G.V. – É sem sol, fechado. Sem direito a banho de sol, visita, nada.

A.S. – Como se fosse uma solitária?

G.V. – É uma solitária.

D.P. – É uma solitária, a tranca dura.

G.V. – Só que lá, as solitárias, eles reservavam uma galeria inteira para isso, para punição.

A.S. – Você já chegou nesse sistema?

G.V. – Não, não. Eu estou falando durante esses sete anos e três meses que eu fiquei lá.

D.P. – Mas esse ano foi logo no início ou foi no meio? Esse um ano [inaudível].

G.V. – Foi picado, ao longo do tempo. E desses sete anos e três meses que eu fiquei lá, seis anos eu fiquei isolado numa galeria, fora do convívio.

D.P. – Seis anos?

G.V. – Seis anos. Não só eu, isolado. Mais alguns outros. Fora do convívio.

D.P. – O que é uma diferença total, não é? Não tem palavras, você ficar...

G.V. – Você diminui a sua sociabilidade, então... Mas eu estava preparado para isso. Eu não tinha... Mas é uma situação... Você está preparado, mas o desgaste vem é com o tempo. Essas coisas, você fala “eu estou preparado”, mas as sequelas vão ficando, acumulativamente. E desse... Foi quando... Porque tem um episódio em Juiz de Fora que é importantíssimo. Eu vou contar só esse, porque tem muitos episódios lá. No dia 21 de setembro de 1971, nós fizemos um tipo de resistência na cadeia. Ensaíamos uma resistência lá dentro. Aí eles acusaram a gente como motim, tentativa de motim. E, na verdade, nós desobedecemos à ordem, realmente. Nós não aceitamos ir para a cela.

D.P. – Qual era a ordem?

G.V. – Você tinha de almoçar e ir para a cela. E nós não fomos para a cela.

D.P. – Não foi o quê? Para cela?

G.V. – Para a cela, para os cubículos individuais. Porque cadeia tem rotina: tal hora faz isso; tal hora, aquilo... Aliás, a característica de cadeia é você ter rotina imposta. Você não tem liberdade para fazer o que você quer; você tem que fazer aquilo que é obrigado. E quando foi na hora do almoço... E, nessa época, nós éramos... Sabe como é que era a cadeia de Juiz de Fora? Nós ficávamos 19 horas na tranca. Só tinham quatro horas de banho de sol. E uma hora que é o intervalo e o banho. Então, 17 horas por dia olhando assim... Tirando isso de vai e volta, era de...

D.P. – De tranca, sozinho.

G.V. – Sozinho. Dezessete horas. Então, você tem que se habituar a conversar pela cela, passar a teresa para lá e para cá... A teresa é jogar pano, jogar comunicação, essas coisas todas. Isso nós ficamos... Não sei quantos anos nós ficamos nesse regime assim. Só mudou permanentemente uns quatro anos depois. Os cinco primeiros anos de Juiz de Fora foram muito difíceis. Pois é, mas nesse dia 21 de setembro nós não aceitamos ir para...

A.S. – Voltar para a cela.

G.V. – [Não aceitamos] voltar. Nós falamos: “Nós vamos ficar aqui”. Aí o cara: “Ah, mas vocês estão rebelados, não sei o quê.” O segurança chamou já o tenente... Aí só sei o seguinte, que eles consideraram que era uma tentativa de rebelião. E o pior é que o diretor sumiu, que era um capitão, um capitão do Serviço de Informação. E nós reparamos que tinha alguma coisa estranha. Toda vez que a gente fazia qualquer coisa, o capitão vinha dialogar com a gente. E tiraram o capitão do circuito. E aí começou a aparecer uma personagem nova. Aí que apareceu um tenente da PE, que depois nós soubemos que era um tenente da PE. Então eles, na verdade, eles derrubaram o capitão, puseram um tenente da PE, que era um torturador, para poder ser o diretor da penitenciária, nesse vai e vem. E aí o Comando do Exército tomou conta da

penitenciária, cercou a penitenciária, a polícia. E você sabe que tem uma norma de segurança que você não entra armado em penitenciária. Primeiro, é muito perigoso você entrar armado. Quer dizer, a polícia entrar armada. Mesmo porque você toma a arma dela e aí, como diz, pode ser ruim para ela, também, para a segurança. E nós estranhamos: o tenente entrou armado lá dentro. Eu estou sintetizando a coisa. Você tem... Eu já escrevi sobre isso em outros... Tem livro publicado sobre isso e tudo. Aí ele pegou e... E tiveram uns diálogos muito bruscos, porque eles falaram que era motim, que era terrorista, não sei o quê, que eles iam... Aí o tenente entrou... O outro tenente fardado, que era da PM, entrou e... Chegou um ponto que eles deram um ultimato para a gente, porque já estava escurecendo. Porque aí entra um problema também de segurança, porque você vê, quando escurece, sempre muda o comportamento da polícia, da repressão. Tem um x norma de segurança sobre isso. Aí eles falaram assim: “Se vocês não entrarem dentro de tantos minutos, nós vamos entrar aqui...”. Ele não falou atirando. “Nós vamos entrar aqui...”. Ele usou uma expressão assim, como quem diz: “Sem nos responsabilizarmos pelo que nós vamos fazer.” Puxa vida! Isso foi uma das coisas mais dramáticas que eu já vivi na cadeia, foi essa. Porque nós tínhamos um pessoal que queria resistir e um pessoal que não queria.

D.P. – Vocês eram quantos, nesse momento?

G.V. – Nessa ocasião, nós éramos...

D.P. – Era muita gente, não é?

G.V. – Não, não era muito. Já tinha diminuído bastante. Porque lá tinham 100 prisioneiros. Nessa época, nós éramos uns 50 ou 60, por aí, um grupo assim.

A.S. – Era um número expressivo.

G.V. – É.

D.P. – Mas vocês não estavam com pau, com nada. Ou estavam?

G.V. – Não. Nós estávamos no refeitório, que era o lugar de a gente comer. Você tinha de comer, sair dali e ir para a galeria.

D.P. – E vocês falaram que não iam.

G.V. – [Falamos] que nós não íamos.

A.S. – E vocês apresentaram alguma demanda? Ou vocês simplesmente disseram que não iriam?

G.V. – O motivo. O motivo é o seguinte, é que normalmente a gente comia arroz, feijão e carne – ou era galinha, ou linguiça, coisa desse tipo –, ou ovo. Às vezes tinha ovo. E dessa vez não tinha carne. Aí nós não aceitamos comer e devolvemos a comida, e aí falamos: “Não. Tem que ter carne”. “Ah, não tem carne.” “Então, põe ovo.” “Ah, não tem ovo.” “Mas nós...”. Aí começou aquela...

D.P. – Ah! Pensei que era para vocês não irem para a tranca.

G.V. – Não. Não era, não. Era um dia normal. Isso aconteceu sem planejar. Mas quando aconteceu, aí nós nos organizamos. Particularmente o pessoal que era da luta armada, nós nos organizamos. Aí, realmente, nós fizemos um plano lá dentro. E tiveram umas discussões muito interessantes. Era um dia que ia morrer gente ali. Pode ficar certo de que ia morrer. E não ia morrer um só, não. Foi uma decisão crucial que eu e mais um outro e outro tivemos que tomar, porque ia morrer, não tenha dúvida, ia morrer, porque não ia ter jeito. É o tipo de coisa que não tem... Chega a um limite. E aí como é que você faz com uma coisa dessas? Você faz o plano e depois recua? É um problema sério. O negócio de resistência é um... Por isso que é perigoso você tomar certas decisões, não é? Eu só sei o seguinte, que nós acabamos recuando. Mas recuando organizadamente: sabotamos todas as entradas possíveis...

D.P. – Fizeram o quê?

G.V. – Sabotamos as grades, sabotamos porta, sabotamos...

D.P. – Sabotaram como?

G.V. – Porque nós entupimos o negócio do cadeado, não tinha jeito deles abrirem.

D.P. – Vocês puseram papel?

G.V. – Pusemos papel, cera e tudo que nós pudemos e eles não conseguiram abrir os cadeados. Para nos dar tempo, porque a polícia ia entrar. E realmente entrou. Entrou com bomba, com...

D.P. – Mas eu digo assim, vocês não tinham nada? Vocês não estavam com pedaço de pau, com nada? Só como vocês estavam?

G.V. – Deixa eu te falar: o plano tinha uma porção de alternativas, tinha grande coisa. Eu não estou te contando o plano.

D.P. – Está bom.

G.V. – Mas é como diz, o plano... Tinha mesa lá, mesa e... Tudo que estava lá dentro nós íamos usar. Mas era uma coisa muito louca. Era suicida. Mas tinha... Não era um nem dois que ia resistir. Nem um, nem dois.

D.P. – A maioria queria resistir?

G.V. – Não, a maioria não. Mas da luta armada, o pessoal da Corrente e da ALN, porque agora já tinha um grupo da ALN lá também, e um pouco de VAR, nós já queríamos resistir. Mas depois nós tomamos uma decisão que foi muito nossa, falamos: “Não, não vai dar”. E tinha muita gente... Porque nós ainda tínhamos o problema dos desbundados. Um problema sério, gente que não era do coletivo, que nós tínhamos expulsado.

A.S. – E aí todo mundo, no final das contas, se encontrava nesse ambiente.

G.V. – Todo mundo estava nele. Não tem conversa. Ali... O que nós fazíamos com o desbundado?

D.P. – Mas os desbundados estavam juntos, nessa hora? Quer dizer, juntos fisicamente?

G.V. – Fisicamente, estavam. Porque não tinha jeito. Ali só tem um restaurante. Então, não dependia nem da vontade nossa nem da deles. Era uma situação meio difícil. Não era uma situação fácil. Eu só sei que eles... É óbvio que depois eles tiraram informação de gente lá de dentro, das nossas conversas. Aí o que aconteceu? Eles entraram... Essa madrugada, do dia 21 para 22, foi muito tumultuada. As meninas ainda estavam em Juiz de Fora. Tinha a galeria feminina, ainda. A Efigênia estava lá; a Emely³⁹; acho que a [Neuzinha]⁴⁰, não me lembro...

D.P. – Neuzinha?

G.V. – É.

D.P. – Eu estive presa com Neuzinha, no DOI-Codi.

G.V. – Acho que a Neuzinha...

D.P. – Carmela Pezzuti?

G.V. – Não. Esse povo já tinha saído. Isso foi... Eles saíram no sequestro e outros saíram por liberdade mesmo. Tinham umas três ou quatro meninas. E elas... Eles tiraram as meninas de madrugada. Aí, viram aquela gritaria, aquele protesto todo, a PE foi lá e tirou elas. Aí nós ficamos com mais receio mesmo: “Se estão tirando as meninas...” Aí eles entraram, mas... Ih! Quebrou tudo que tinha dentro das nossas celas. Tudo que eles podiam quebrar e sacanear, eles fizeram. Marcharam... Aí pegaram os cabeças, os chamados cabeças, na linguagem deles, que eram os líderes, e transferiram para a galeria das meninas, que era do outro lado. Aí que eu fui

³⁹ Emely Vieira Salazar.

⁴⁰ O mais próximo que se pôde ouvir.

para essa galeria e nunca mais voltei, fiquei lá. Foi no dia 22 ou 23, que eu fui para lá. Uma coisa assim.

D.P. – Essa galeria era como se fossem surdas, também?

G.V. – Não, não era surda, não. Era uma galeria normal. Mas ela não... Eles deixaram para a gente não...

D.P. – Para afastar.

G.V. – [Para a gente] não conviver com as outras duas galerias. Eles quebraram o coletivo. A estratégia deles era quebrar o coletivo, para quebrar a nossa resistência.

D.P. – Mas cada um numa cela?

G.V. – Cada um numa cela, sempre. Continuou...

D.P. – Não tinha de duas pessoas, nada.

G.V. – Aí nós ficamos aí... Duas pessoas, não. Sempre uma. Porque as celas, lá, são individuais. Eram individuais. Agora já viraram de dois, lá. Então, foi um...

D.P. – Nesse sentido, a Ilha Grande tinha... Porque as pessoas ficavam em celas coletivas, não é?

G.V. – Coletivas. Eram de quatro, de seis... Mas deixa eu te falar: para uma pena longa, a cela individual é melhor. Eu, pelo menos, fiquei melhor adaptado. Com uma pena longa. Agora, você tem que se habituar a se comunicar gritando. Então... Depois, eles abriram o pátio das meninas, então nós ficamos no meio, com o pátio. Demorou muito tempo para, depois, a gente encontrar com os outros companheiros. Aí eles quebraram... O coletivo foi assim: eles quebraram fisicamente, porque politicamente eles não conseguiam quebrar.

D.P. – Quem que foi levado para lá? Você...

G.V. – Eu; o Tonhão; o Ricardo Angelim, que era da AP; o Leovi Carísio, da VAR; o Délio Fantini, que é Corrente; o [Jésus]⁴¹, que era do PCdoB... Tinha um grupo razoável. O Jésus, eu acho que não estava, ainda, não. Depois que ele foi. E tinha gente...

D.P. – O Gildásio⁴² estava lá?

G.V. – Não. Não estava, não. O Gildásio esteve lá. E também tinha uma coisa assim: o Serviço de Informação deles, como apareciam muitas vezes, sabiam das coisas, mas não sabiam tudo. Às vezes... Essa é uma coisa que a gente aprende com o tempo. “Ah, os caras sabem das coisas.” Sabem. Mas não sabem tudo. Mesmo quando tem infiltração, não sabem tudo. Porque tinha gente que era do esquema pesado e eles não transferiram. Porque não era gente que falava. Porque os caras também observam quem fala, não é? Quem não fala, eles não sabem direito o que o cara vai fazer. Por isso que... Então, eu fiquei seis anos nessa galeria. E essa galeria é... E um regime carcerário muito ruim. Depois eles foram modificando, aos poucos. Principalmente de 75 em diante, que foi modificando.

A.S. – Foi flexibilizando mais?

G.V. – Foi flexibilizando assim... E eles tinham uma politicazinha assim, que não funcionava com a gente. Por isso que dava muita punição. Porque nós tínhamos um princípio, que era o seguinte: se mexeu com um preso político, mexeu com todos. Esse era o nosso princípio. Então nós não aceitávamos que eles tinham autoridade de punir a gente. Lá em Juiz de Fora, nós tínhamos um enfrentamento que nem sempre teve nas outras cadeias. Porque, nas outras cadeias, nego aceitava o cara ir sozinho para a surda. Lá, nós não aceitávamos. Era o princípio da solidariedade.

D.P. – Teve episódios de vocês, de alguém, de eles quererem levar para a surda e vocês...

⁴¹ O mais próximo que se pôde ouvir.

⁴² Gildásio Westin Cosenza, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

G.V. – Todos nós.

D.P. – ...reagirem?

G.V. – Todos nós. Eu fiquei seis anos... Um ano e meio, quase dois anos de tranca por quê? Porque eu não fazia bagunça. E eu era dirigente, e o pessoal da Corrente/ALN falou assim: “Não queremos que você seja líder do coletivo”. A primeira coisa que eles fizeram. “Porque nós temos muita coisa para fazer aqui, e se você for o líder, você vai ser transferido”, porque já tinham feito isso, “e nós não queremos”. Eu falei: “Tudo bem. Estou no jogo. Não tem problema nenhum”. Mas você sabe uma das coisas mais desagradáveis e, ao mesmo tempo, agradáveis? É que a maioria dos companheiros da Corrente, quando eles foram presos, eu era o comandante deles. Quando eu chego, eu já era da ALN. Eles estavam na cadeia, quando nós fizemos essa transição. É difícil para as pessoas perceberem isso isolado do tempo. É difícil mesmo. Eu falei: “Mas, rapaz, eu não posso assumir essa responsabilidade agora”. “Não, não tem conversa.” Não tem jeito. Têm coisas que não são...

D.P. – Você é o comandante.

G.V. – Você é o comandante. Você vai comandar. “Você pôs a gente aqui dentro...”. No sentido da luta, não é? Não que eu tenha os entregue. “Você tem que assumir a responsabilidade.” Eu falei: “Estão está [certo]! Já que é assim, eu assumo”. Mas não foi... Foi muito doloroso para mim, doloroso mesmo. Porque não é o problema de ter medo de nada. Eu não tinha medo de nada disso. Não tenho nenhuma preocupação com isso. É porque a gente tinha uma reflexão muito mais avançada do que a que eles estavam fazendo. E eles não estavam acompanhando.

D.P. – Vocês tinham livros, lá em Linhares?

G.V. – Ih! Era a maior dificuldade. Quando houve esse rebu... Lá tiveram várias invasões.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – É. Nessa crise de... Teve uma crise antes de eu chegar lá. Quando eu estava chegando, teve uma crise. O Exército invadiu e pegou todos os livros lá. Invadiram, dizem eles, para “quebrar o aparelhão”. E, dessa vez, eles foram lá e invadiram de novo para quebrar o aparelhão.

D.P. – Eles usaram essa expressão, “quebrar o aparelhão”?

G.V. – É. E inclusive gerou um processo, da segunda vez que eles foram lá. E dessa vez eles tinham mais informação.

A.S. – Gerou um processo?

G.V. – Gerou um processo. O de Colina, que é o pessoal de Colina, gerou um processo. Esse nosso não gerou um processo, porque eles já estavam também numa fase diferente. Eles já estavam em 71, onde não estavam muito interessados em processo de besteira. Mas mesmo assim...

D.P. – Gerou um processo para o pessoal que estava lá? Foi isso?

G.V. – Gerou...

D.P. – Os presidiários. É isso?

G.V. – Gerou um processo contra o pessoal de Colina. Mas é porque eles passaram um documento para fora e gerou um processo. Na verdade, foi um pampeiro lá que eles fizeram. E corretamente. Os outros também fizeram, mas é porque pegaram o deles. Essa que é a verdade.

D.P. – E vocês mantinham, lá dentro, a organização de vocês pelas organizações?

G.V. – Sim. Tinha dois tipos de organização lá: tinha o coletivo dos presos políticos, que aí era realmente todo mundo, exceto aqueles que, por alguma razão disciplinar, eram excluídos e aqueles que por acaso abandonaram a luta ou que a organização... Se uma organização

expulsava, a gente não aceitava. Porque a organização tinha responsabilidade sobre os seus militantes. Tinha casos onde as pessoas já não estavam mais nessa relação, então... Mas no início foi assim. E tinham as organizações, que tinham sua própria disciplina, seu próprio modo de agir. Mas existia um acordo entre as organizações, lá em Linhares, que toda a questão do convívio e da relação com o inimigo era com o coletivo, não era com a organização. As normas de convívio e a relação com o esquema penitenciário...

D.P. – Era subordinado a esse coletivo geral.

G.V. – Era ao coletivo que era subordinado. E tinha uma direção do coletivo. Normalmente eram três, quatro companheiros que não...

D.P. – Que faziam um rodízio, também, não é?

G.V. – Fazia. De vez em quando trocava e tal. Era um ano... De acordo com a necessidade, eles trocavam.

D.P. – E as reuniões do coletivo, vocês faziam na hora do banho de sol?

G.V. – Só na hora do banho de sol.

D.P. – Na hora do banho de sol, vocês tomavam as decisões.

G.V. – Tomava a decisão. Mas lá, quando eu cheguei, ainda tinha uma estrutura militar. Você tem que olhar isso aí, não é? Então, tinha uma estrutura militar que tinha que ter a ginástica, ou o esporte. Tinha ginástica e esporte, e tinha a reunião. Eles tinham um horário de reunião lá. O tempo era muito curto. E o jornal, eles não deixavam a gente ler. Quando deixavam, eles recortavam a notícia que interessava à gente. Tiravam. Tudo... Só podia escutar a notícia no pátio, só podia ler o *Jornal de Minas* no pátio. Não podia nada, nada...

A.S. – E vocês escutavam notícia como?

G.V. – Bem, aí... Você sabe que preso se vira, como diz o outro. Então, nego fabricou o rádio clandestino, o chamado rádio galena. E tinha um preso, que era de Colina, chamado Jacaré, Nilo Sérgio de Menezes Macedo, esse cara...

D.P. – Como é o nome dele?

G.V. – Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

D.P. – Conhecido como Jacaré?

G.V. – Era conhecido como Jacaré. Esse preso, esse companheiro, que é vivo até hoje, ele tem várias particularidades interessantes. Uma delas é que ele se excluiu do coletivo, porque ele não aceitou a disciplina do coletivo. Ele era mais anarquista e não aceitou. Ele já tinha problema lá com a organização, mas a exclusão dele, basicamente, foi por causa de indisciplina. E a indisciplina está ligada à relação com o desbundado. Porque desbundado sofria. Desbundado não tinha...

D.P. – O desbundado ficava fora do coletivo.

G.V. – Desbundado, lá... E não precisava ser traidor. Porque tinha categorias. Traidor, não. Traidor tem que sair de lá, porque corria o risco de vida. Mas desbundado é o cara que, ou teve um comportamento muito ruim, ou porque chegava lá e não...

D.P. – Já tinha abandonado a luta.

G.V. – É, tinha abandonado a luta, e ele chegava lá... Tinha casos de pessoas que falavam assim: “Ah, eu não acredito mais na luta armada. Mas eu sou um militante”. “Não, tudo bem. Não tem problema nenhum”. A organização não aceitava mais, mas aí o coletivo... O coletivo era mais amplo que a organização, não é? Mas o cara com um certo comportamento, [o coletivo] não aceitava. Não aceitava mesmo. E o cara ficava... Praticamente ninguém conversava com os caras.

D.P. – Aí você estava falando do Jacaré. Mas aí esse...

G.V. – O Jacaré não era desbundado, não.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2014-12-16_03]

G.V. – ...porque eles queriam... Tinham um critério de seleção para cada categoria.

D.P. – Vamos continuar. Então você estava falando da história do Jacaré.

G.V. – O Nilo Sérgio ficou traumatizado. Eu, sinceramente, não sei qual diagnóstico lhe dar. Mas ele próprio falava: “Eu tenho um zumbido na cabeça e não sei o quê”. Então ele exigiu um tratamento psiquiátrico, médico. E, fruto dessas consultas, esse troço todo, eles deram um radinho para ele. Mas isso um ou dois anos depois, coisa desse tipo. Acho que um ano. Eles deram para ele. Falaram: “Fica com esse rádio com você lá na cela”. Então, ele ficava com o radinho. Mas, com o tempo, teve gente que pôs rádio para dentro, pequeno, e depois, o rádio galena, que era fabricado lá mesmo. A gente botava as coisas para dentro e fabricava. Então, ouvia-se rádio. Mesmo sendo proibido, lá a gente ouvia. Principalmente dentro da cela. Lá no pátio, não, porque senão o guarda via e...

D.P. – Aí vocês passavam de um para outro?

G.V. – Passava. Alguns que queriam ouvir. Eu mesmo não tinha muito interesse, não. “Ouve a notícia e me dá.” Eu não tinha muito essa... Sempre fui muito bolchevique. Eu falava: “Pode deixar que eu em viro aqui. Não tem...”. Eu preferia ler do que ficar ouvindo rádio ou coisa assim. Mas depois...

D.P. – Os livros, também, tinham fases variaram. Tinha fase que vocês tinham livro...?

G.V. – Muito. Muito tempo... Livro de esquerda e coisa, não tinha lá dentro. Tudo nós botamos para dentro. Nós pusemos para dentro *O Capital* inteirinho, lá, clandestino.

D.P. – Você leu?

G.V. – Estudei *O Capital* todinho. Depois, não tinha o quarto volume, que é aquele que foi completado depois por Kautsky⁴³. E aí eu estudei aqui na Frei Caneca, que tinha. Depois estudei os *Grundrisse*⁴⁴; estudei... Marx, praticamente tudo eu estudei, eu li. Principalmente econômico, que eu tinha mais interesse. Porque os filosóficos, eu já tinha lido, e aqueles livros clássicos dele e políticos. Mas os econômicos, não. Eu fiz questão de ler, mais para estudar mesmo, para [adquirir] conhecimento. Então, só a economia...

D.P. – Agora, vocês escondiam no chão ou...?

G.V. – Ah! Tinha muitos cafofos. Tinha cafofo de todo tipo lá.

D.P. – Porque o guarda não podia ver. Se era clandestino...

G.V. – Não.

D.P. – Ou tinham alguns guardas que eram coniventes, faziam vista grossa...

G.V. – Tinha guarda que cooperava.

D.P. – ...que vocês já tinham combinado?

G.V. – E tinha livro que a gente passava na cara deles: botava uma capa, não sei o quê. A polícia não tinha... Só o Serviço de Informação mesmo que... Tinha vezes que passava... Só trocava a capa do livro lá e... Os caras não sacavam.

A.S. – E vocês podiam receber visitas?

⁴³ Karl Johann Kautsky (1854-1938), filósofo tcheco-austriaco, jornalista e teórico marxista. É conhecido por ter editado e publicado o quarto volume do livro *O Capital*, de Karl Marx.

⁴⁴ MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica econômica e política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

G.V. – As visitas, lá em Juiz de Fora, eram uma vez por mês.

D.P. – Por mês?!

G.V. – Uma vez por mês.

D.P. – O que é isso, gente?!

G.V. – Uma vez por mês. E outra coisa...

D.P. – Isso nos anos... Mesmo em 1970 e tantos, uma vez por mês?

G.V. – Tudo. Uma vez por mês. Até 77, quando eu saí, era uma vez por mês. Em 76, era uma vez por mês. E outra coisa... Eu não me lembro agora quando mudou. Eu estou... A minha memória...

D.P. – Os presos comuns também?

G.V. – Não. Os presos comuns, não.

D.P. – Só para os presos políticos.

G.V. – Os presos comuns que tinham lá eram poucos, porque a penitenciária é pequena. Muitos que cuidavam da cozinha ou da horta eram presos comuns. Tinha uma galeria só de preso comum.

A.S. – E não havia interação entre vocês?

G.V. – Não. Não tinha, não. No início tinham alguns. Às vezes eles botavam um preso comum junto com a nossa galeria, mesmo lá na nossa isolada, porque era preso comum que nego ameaçava matar. E eles botavam lá com a gente. Era um caso ou outro. Alguns casos muito...

D.P. – Folclóricos.

G.V. – ...folclóricos, coisa assim. Alguns malandros, coisa assim. E lá era o seguinte: para visitar, você tinha que ir no quartel-general do Exército, pedir a licença no quartel, e depois de ir no quartel, você tinha que pegar um carro - porque a penitenciária é na zona rural - e ir para lá. Então, os familiares se organizavam numa Kombi. Naquela época, não tinha van; tinha Kombi. Aí ia no quartel...

D.P. – Quanto tempo é de BH?

G.V. – Ah! Umas três horas de Belo Horizonte. Três horas e meia.

D.P. – Linhares fica a três horas de BH?

G.V. – É em Juiz de Fora. Fica em Juiz de Fora. E fica a meia hora...

D.P. – Mas de Juiz de Fora mesmo, fica...

G.V. – De Juiz de Fora para lá, uma meia hora. Hoje, o bairro se conurbou. Antes não, era zona rural.

D.P. – Gente! Uma vez por mês?!

G.V. – Uma vez por mês.

A.S. – E aí vocês podiam ficar o dia inteiro?

G.V. – Uma vez por mês. E a partir... Quando eu cheguei lá era só através do parlatório. Não se tocava. Não se tocava.

D.P. – O parlatório tinha uma tela?

G.V. – Duas telas. Duas telas assim.

D.P. – Uau!

G.V. – Duas telas assim. Você só falava...

D.P. – Duas telas, [inaudível].

G.V. – Isso durou muitos anos, esse parlatório lá.

D.P. – E quem lhe visitava? Sua mãe e seus irmãos?

G.V. – Normalmente, a minha mãe que visitava.

D.P. – Ela tentou ir em quase todos...? Uma vez por mês, ela ia?

G.V. – Toda vez ela ia.

D.P. – A essa altura, ela estava morando aonde?

G.V. – Ela voltou para Belo Horizonte. Eles viajaram e depois voltaram.

D.P. – E ela, então, também se mobilizava e pegava o ônibus?

G.V. – Tinha uma organização de familiares que ela fazia parte; a dona Maria...

D.P. – E os advogados não tentavam reverter esse negócio, não, da visita?

G.V. – Hã!

D.P. – Porque nem na Ilha Grande...

G.V. – Não, lá não tinha conversa, não. Ali era o Exército que controlava. Eu estou te falando que saiu um capitão do Exército e entrou um tenente da PE!

D.P. – Porque a visita é um momento tão importante, não é?

G.V. – E aquilo era uma das coisas mais desgastantes da gente. E depois eles começaram, para quebrar a gente... Isso demorou... Depois dessa rebelião de 71, em 72 e 73, foram os anos que eu fiquei mais punido, até 74. Aí, em 74, eles começaram a... Eles começaram desde o início, mas não dava certo. Eles falaram assim: “Quem tiver bom comportamento, recebe visita fora do parlatório”. Mas, para você ter bom comportamento, você não podia ter punição. E se você foi punido, você, além de ficar [aquele] tempo sem visita, você, depois, ficava três meses só no parlatório. Essa que era a lei. Aí você... Então, literalmente, era muito difícil ter... Eu, até 75... Até 74 era muito difícil ter visita fora do parlatório. Era muito... Às vezes até a gente maneirava a barra, para ver se tinha uma visita, para a gente conversar com a família e tudo. Acontecia. Mas era pouco frequente. E a Efigênia já tinha saído. Ela saiu em meados de 72. Ela veio para o Rio e foi solta aqui.

A.S. – Quando a transferiram, naquela ocasião, ela foi...?

G.V. – Levaram-na para a penitenciária feminina do Horto, lá em Belo Horizonte. E depois, as outras foram soltas, a Efigênia ainda continuou presa. Eles a trouxeram aqui para o Rio.

D.P. – Para o Rio aonde?

G.V. – Aqui, ela esteve...

D.P. – Em Bangu?

G.V. – Ela esteve na Vila Militar, depois esteve no Hospital Central do Exército... Acho que foi isso. E depois foi solta.

D.P. – E ela ia lhe visitar, depois?

G.V. – Depois ela visitou.

D.P. – Ah, então, sua mãe e ela?

G.V. – E, de vez em quando, um irmão. Quando era julgamento, às vezes, eles iam. Eles foram muito solidários. Tinha uns que ficavam muito chateados em me visitar e tal.

A.S. – E vocês participaram daquela mobilização que gerou greve de fome e coisas assim? Ou...?

G.V. – Olha, deixa eu te falar, o tempo de cadeia meu é muito longo. Então, se não precisar a data... Mas eu vou dizer uma coisa: não teve greve de fome nesse Brasil, de presos, que eu não estava ali dentro. Sendo que as do Rio, eu ajudei a organizar, quando eu vim para cá. Porque aqui já tinha um pessoal que já tinha uma visão de... Mas lá... Nós fizemos greve de fome em 1970, em Linhares.

A.S. – Em 1970?!

G.V. – Em 1970. Foi uma greve meio esquisita, viu?

D.P. – Qual era o objetivo?

A.S. – Você tinha acabado de ser preso.

G.V. – É. Acabamos de sair do DOI-Codi e fizemos greve de fome lá. Por causa do regime carcerário. E o pior é que depois ele só piorou. Só piorou. Depois ele piorou.

D.P. – A greve de fome acaba como, na porrada?

G.V. – Não. Acabou assim... Aí o bispo foi lá, não sei o quê, aquela coisa assim, os advogados...

D.P. – [Inaudível].

G.V. – ...entrou, falou que ia melhorar, e...

D.P. – Piorou.

G.V. – Não. Aí continuou do mesmo jeito. Às vezes eles faziam... Porque lá era o seguinte, você tem que olhar...

D.P. – Talvez tenha sido, então, o presídio mais duro. Tirando a fase do DOI-Codi, do DOI, depois Oban.

G.V. – Em relação às penitenciárias. É um dos mais duros.

D.P. – Penitenciária, eu estou dizendo.

G.V. – Lá e Itamaracá foram os mais duros. Sendo que Itamaracá tinha particularidades, porque lá eles tinham mais convívio, e nós tínhamos pouco convívio. E outra coisa: era um presídio...

D.P. – Lá em Itamaracá, a visita era mensal também?

G.V. – Não. Era mais frequente.

D.P. – Acho que era semanal.

G.V. – Lá, era mais frequente. O nosso lá era mensal.

D.P. – Nossa! Isso é...

G.V. – E controlado pelo Exército. Ninguém entrava nem saía... Olha, deixa eu te falar uma coisa: em relação aos presos políticos, nada entrava e nada saía sem passar pelo Exército. Então eu era... Às vezes eu fazia sacanagem com eles: eu mandava até grão de feijão para passar pelo

Exército, para entregar. Escrevia carta para a família com recado para o major que controlava... Aí tem... Sabe quantas cartas eu escrevi durante meus nove anos e dez meses de prisão? Bem, é um número que é aproximado, mas são umas 1.600 cartas.

D.P. – E essas cartas estão aonde, Gilney?

G.V. – Essas cartas, grande parte está comigo.

D.P. – Você mandava para quem? Para a família?

G.V. – Primeiro, desde quando eu cheguei na cadeia, eu me permiti, por razões não apenas afetivas, mas também por razões afetivas, de sempre me comunicar com minha mãe, que era a porta de entrada para a família. E por razões também de que era uma forma de eu me proteger. Porque sempre eu estava escrevendo. Quando ela não recebesse carta, é porque tinha alguma coisa anormal, certo? Porque eu não confiava naquele povo. Estou na mão dos caras, vou confiar? E eu sabia quem eu era, e eles sabiam quem eu era, e eles ainda tinham uma impressão de mim do que eu não era. Ainda tinha esse problema. Quer dizer, eles achavam que era mais do que eu era, por razões... Mistificação que eles próprios faziam. Então o que aconteceu? Aconteceu o seguinte, que eu sempre escrevia para a minha mãe, toda semana. Então eu escrevi, sei lá, umas 600 cartas para a minha mãe – para minha mãe e, às vezes, eu também escrevia para o sobrinho, um irmão. E quando a Efigênia saiu da cadeia, praticamente toda semana eu escrevia para a Efigênia.

A.S. – E as cartas eram censuradas ou chegavam integrais?

G.V. – Todas censuradas. Tudo passava pelo Exército. Todas passavam. E às vezes eles retinham a carta por um mês, dois. Eles faziam assim. Então você vê as minhas cartas assim: “Quando você receber essa carta...”. Tinha que fazer assim. [pausa] Essas cartas... E tinha cartas clandestinas, também, que eu escrevi clandestinamente, para sair clandestina. De Juiz de Fora, pouco, porque lá era muito isolado. E eu escrevi carta para a ALN, para o comando da ALN. Agora, daqui, não, porque já era uma outra fase política, aí eu escrevi algumas cartas

clandestinas para o exterior, para o pessoal do Movimento da Anistia. Porque aqui era mais fácil.

A.S. – E quando você...? Aí você foi transferido de Linhares para cá de volta?

G.V. – Eu só... Veja bem... E também... Eu tinha um compromisso moral, que eu firmei comigo mesmo, de não sair de Linhares enquanto não saísse o último preso da Corrente. Então, quando todos os presos da Corrente saíram, só ficaram os da ALN, aí eu falei: “Agora eu vou sair”. Eu só saí quando o último preso [saiu]. Eu escrevi minha última carta em agosto de 77? E eu falei: “Agora eu vou sair de Linhares”.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.P. – Você estava falando das cartas.

G.V. – Pois é. Então eu escrevi, nesses quase dez anos, umas 1.600 cartas. Eu falo “umas” porque muitas se perderam. Algumas se perderam. Mas como eu escrevi... Primeiro que eu não escrevia para amigos, obviamente. Eu estava na mão do inimigo, que controlava tudo que eu fazia, as minhas cartas, as minhas relações. Então eu sou uma pessoa que, em Juiz de Fora, eu nunca tive uma visita de um amigo. Em sete anos de presídio, nunca tive um amigo meu me visitando. E nunca quis. Nunca quis porque eu estava numa guerra e eu não queria meter mais gente nela. E tirando... Para ser sincero, teve aqueles padres que eram ligados aos *dominicos*. Uma vez foi me visitar lá. Gente ligada à ALN. Mas o pessoal de Igreja. Isso aí teve gente que foi. Mas amigo meu, nunca. Já aqui, quando eu voltei para o Rio de Janeiro, que já era o Presídio Político da Frei Caneca, as visitas eram mais abertas. Aqui era mais liberado. Então, aqui...

D.P. – Você volta para cá quando?

G.V. – Eu voltei em agosto de 77. Como eu te falei, depois que terminou aqueles que estavam presos pela Corrente, eu escrevi uma carta: “Agora eu vou embora”.

A.S. – E você podia solicitar a transferência?

G.V. – Não, veja bem, circunstancialmente. Porque eu tinha um processo aqui, então, eu tinha a motivação para vir para cá. Mas eu pedi aqui por razões estritamente políticas.

D.P. – Por quê?

G.V. – Depois eu vou voltar nas cartas. Eu pedi para transferir para cá porque eu achava, primeiro, que lá estava numa fase terminal, tinha sete presos. Pronto. E segundo, a conjuntura nacional estava mudando – com o Geisel, já se falava em abertura e essas coisas todas. E terceiro, já começava a luta da anistia. E quarto, nós já tínhamos uma maior relação entre um coletivo e outro, dos presos. Então, quando eu vim para cá, eu já tinha uma visão de a gente fazer um... Eu já tinha essa visão. Eu suponho que outras pessoas também tinham. Não quero ter essa história de que eu tive. Não. Acho que outros tiveram, também. Só estou falando que eu estava isolado e vim de lá para cá com essa visão. Eu já tinha uma visão de que nós precisávamos fazer uma organização nacional dos presos políticos, para poder enfrentar essa transição. E eu já estava ensaiando uma visão, que eu aprendi também depois que eu rompi minhas barreiras conceituais e preconceitos, e eu te diria que uma delas é a da anistia. Porque quando os familiares começaram a luta da anistia, em 72, lá em Juiz de Fora, nós não aceitamos. Nós não aceitamos.

A.S. – Por quê?

G.V. – Nós não queríamos anistia. Nós estávamos numa guerra, que anistia é essa? Nós nos considerávamos em guerra, por que eu vou aceitar anistia do inimigo? Não aceitamos. E teve um lance muito... Desculpe eu estar falando a coisa desordenadamente, no vai e volta do tempo, mas como é um diálogo... Em 1972, o Médici, o ditador, foi a Belo Horizonte,. Na época que era mais ou menos perto de setembro, essas coisas assim de Sete de Setembro. Aí os familiares articularam de ir lá no Médici pedir anistia. Coisa de louco, não é? Em 72, o cara matando gente nossa em tudo quanto é lugar! Aí foram lá. Minha mãe estava nessa e outras pessoas. Eu tenho o documento deles e tal, depois eu posso mandar para vocês. Aí eles foram consultar a

gente, nós falamos: “Não, não aceitamos, não. Não queremos anistia, não”. Aí ficou... Foi uma situação até desagradável, porque elas já tinham tomado uma posição que iam.

D.P. – E chegaram a ir?

G.V. – Foram.

D.P. – Vocês fizeram algum texto? Não, vocês...

G.V. – Não. Nós não.

D.P. – Foi só o grupo.

G.V. – Nós só pedimos assim: “Vocês querem ir? Então vocês vão por conta de vocês. Mas não ponham o nome da gente nessa história de pedir anistia, porque nós não aceitamos isso. Nós não vamos pedir anistia”. E eles fizeram, falando que as mães, os familiares... Eles fizeram uma coisa assim... Para nós era prioritário o sistema carcerário e não a anistia. Isso em 72. Não era a de Zerbini⁴⁵, não. Zerbini foi em 75. Aí eles fizeram um documento. Até me consultaram. Não o documento em si, mas os termos. Eu falei: “Está bom. Então vai para lá”. E foi minha mãe... Aí eles fizeram um documento, assinaram lá uns 34 familiares de presos políticos, e pediram a audiência lá com o Médici. O Médici estava lá em Belo Horizonte, fazendo não sei o quê.

D.P. – E recebeu elas?

G.V. – Não recebeu. Aí foi minha mãe, dona Maria e mais não sei quem lá, umas três...

D.P. – Dona Maria...?

⁴⁵ Therezinha Godoy Zerbini, criadora do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975.

G.V. – Dona Maria, que é a mãe do Délio Fantini, Maria Fantini, que era uma das que organizavam o grupo de mães. E foram lá. Minha mãe conta isso, no livro que eu falo da minha mãe, que eles foram lá e chegou lá: “Mas o que vocês querem?”. “Nós queremos falar com o presidente.” “Mas não pode.” “Sim, mas nós somos...” “Bom, afinal de contas, qual é o assunto?”. O cara era um ajudante de ordens lá, milico. “Ah, não! Absolutamente! Isso aí não, senhora. A senhora, por favor, pode...” Pode “limpar o beco”, como diz na gíria, não é? “Pode ir embora.” “Ah, não, mas nós temos que entregar.” Mas entregaram lá, acho que para a mulher do Médici, entregaram lá os documentos pedindo... Aí tem um pulo do gato, porque elas puseram assim: “Já que vocês não querem dar a anistia... Se não der a anistia, que pelo menos respeitem os direitos dos nossos filhos lá na penitenciária”. Fizeram um troço assim. E foi uma coisa... Você vê que nós tínhamos uma posição política lá. E era quase todo mundo assim. Não aceitavam a anistia. “Não, não tem condições de pedir anistia.” Diferente de quando eu vou em 77 para o Rio, eu já achava que a luta carcerária tinha que ser politizada. A minha contribuição não era nem de articular nacionalmente, era de aumentar o conceito de politização. Porque a nossa luta era muito de resistência contra os abusos que eles faziam contra a gente: contra o regime carcerário, contra a tortura. Então nós voltamos a esse troço. E quando eu cheguei, em 77, depois ainda tiveram várias greves: de solidariedade a Itamaracá... A última foi mais ou menos nacional. Aí que testou a nossa força. Mas aí já tinha muita comunicação entre os presídios, porque já estava um clima mais fácil. E tinha um padre que a gente só girava em torno... O Renzo, o padre Renzo⁴⁶, ele girava para lá e para cá, no presídio, leva e traz de recado. Mas tinham outras pessoas, também, que faziam esse trabalho. Não era só ele, não. E nós articulamos aquela greve de fome, que durou 32 dias e entrou no 33, contra o projeto de anistia do Figueiredo. Esse foi bem articulado, bem feitinho, tudo... Foi bem politizado. Mas mesmo a... E fizemos a greve de solidariedade às meninas em Bangu, para ver se transferiam elas para cá. O que era um troço meio controverso entre os presos e entre elas também tinha divisão. Entre nós tinha também alguma divisão. Mas fizemos. E também a relação com a sociedade já era mais aberta, com os grupos, com o grupo de anistia, com os intelectuais, artistas, sindicalistas. Então, nós já estávamos em outra fase. E qual era o problema? É que lá em Juiz de Fora não tinha condição: não existia visita de terceiros lá.

⁴⁶ Padre Renzo Rossi (1926-2013), personagem importante por ajudar presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985).

D.P. – E quando você chega aqui, você encontra alguns ex-companheiros? Estava o Paulo Henrique, não é?

G.V. – Encontramos todo o pessoal da ALN que... Boa parte ainda estava: Paulo Henrique, Rômulo, Jimi... Quem mais, gente?

D.P. – E aí tem o pessoal... Tem o Nelsinho⁴⁷...

G.V. – Aí tem o pessoal do MR-8: Nelsinho...

D.P. – O Jabour⁴⁸...

G.V. – ...Jabour, o Manoel Henrique⁴⁹. E tinha um pessoal que era um pessoal do padre Alípio. Quando eu cheguei aqui, ainda estava o Jefferson Cardim, que é o coronel, que era da guerrilha lá de 26 de Março, lá em Três Passos. Do pessoal de Caparaó⁵⁰, tinha um civil lá de Caparaó... Tinha uns três, quatro. E tinha um que... Ainda foi lá de 67. E depois eles voltaram a ser presos novamente, que é o Hermes⁵¹, o Amadeu⁵²... Tinha um pessoal de Caparaó, ainda, que eu peguei. Era um grupo de uns...

D.P. – Você veio para cá de quê, de camburão ou de...?

G.V. – De camburão. Aí vim eu e o Antônio Pereira Mattos, que era um cara de Colina, que era um dos últimos de Colina que tinha. Aí nós viemos juntos, porque ele tinha processo aqui, também.

A.S. – E demorou muito para ser atendida a sua solicitação de vir para cá?

⁴⁷ Nelson Rodrigues Filho, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

⁴⁸ Paulo Roberto Jabour, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

⁴⁹ Manoel Henrique Ferreira, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

⁵⁰ A guerrilha do Caparaó foi a primeira insurgência armada contra o regime militar brasileiro. Promovida pelo [Movimento Nacionalista Revolucionário](#) – MNR, teve lugar na [Serra do Caparaó](#), divisa entre os estados do [Espírito Santo](#) e [Minas Gerais](#), no período de 1966 a 1967.

⁵¹ Hermes Machado Neto, ex-sargento que integrou a guerrilha do Caparaó (1966-1967).

⁵² Amadeu da Luz Ferreira, ex-sargento que integrou a guerrilha do Caparaó (1966-1967).

G.V. – Demorou. Demorou um tempo, porque... Até eu nem sei por quê. Porque o juiz deu, aí falou que não tinha escolta, e ficou um tipo de coisa assim. Mas quando o juiz deu, certamente, ele já tinha consultado o Serviço de Informação. Eles não agiam sem combinar, não. Então eu tinha quase certeza que eu viria. Mas, para eu vir para cá, eu também escrevi para o coletivo.

D.P. – O coletivo daqui?

G.V. – Daqui. Escrevi para o coletivo.

D.P. – Avisando que ia chegar?

G.V. – Falando se tinha problema. A Efigênia veio cá visitá-los. Porque eu queria fazer...

A.S. – Tinha que pedir uma espécie de autorização simbólica, algo assim?

G.V. – Olha, não exatamente. Mas eu achava apropriado, sabe por quê? Porque eles fizeram uma luta, para constituir esse presídio. E era um presídio pequeno. Ele não comportava muita gente, também, não. Então eu tinha... Não que eu... Podia pedir transferência sem consultá-los. Mas eu achei prudente, também, achei correto, mesmo porque nós tínhamos uma relação. E eles logo falaram: “Pode vir!” Eles não tiveram nenhuma atitude. “Podem vir quantos queiram, aqui.” Eles tinham uma opção aberta. “Não queremos desbundado aqui; o resto, se quer vir para a luta, venha.”

D.P. – Não queriam desbundado.

G.V. – O povo era combativo, aqui, não tinha...

D.P. – E me diga uma coisa: em meados dos anos 70, a ALN está desbaratada, as organizações estão desbaratadas. Mas lá dentro vocês continuavam agindo como militante da ALN, militante da Colina, militante...?

G.V. – Isso foi diluindo, ao longo do tempo.

D.P. – Foi diluindo?

G.V. – Foi diluindo. Foi diluindo porque foi perdendo toda a... Quando eu tinha alguma coisa fora, a gente ainda se referenciava, mas depois, depois não teve jeito mais. O último contato que eu tive com a ALN – porque nós tínhamos um certo contato, mesmo quando eu não queria ter contato, mas eles insistiam – foi em 73. Em 73, ainda tive contato com a ALN. Em 73.

D.P. – Lá em Linhares?

G.V. – Não. Isso foi um contato quando eu estava lá em... Porque eu... Quando meu pai morreu... Eu te falei que o meu pai morreu, não é? Depois eu vou voltar às cartas, hein? Meu pai morreu em 1973. Eu acho que ele morreu... Desculpa. Deve ter sido junho. A data, eu não me lembro exatamente. Meu pai já estava de câncer, estava mal. Então, a possibilidade de um desfecho era razoavelmente esperada. Só sei que um dia a polícia bate lá em Linhares, era de noite... De noite não, era de manhã cedo. Acho que foi de manhã cedo. Foi de manhã cedinho. E foi com esse primo-irmão meu. Ele foi lá e... Ele deve ter ido antes, e foi no juiz, foi... É aquela história: minha mãe telefonou... Aí o juiz permitiu. Aí foi uma escolta. Eu não sei se foi da... Acho que foi da federal, porque não parecia milico. Aí nós fomos em um carro: eu, o meu primo e uns quatro lá da... E quando eu cheguei lá, o meu pai estava sendo velado numa capela, num tipo de capela, sei lá o que era, no hospital.

D.P. – Em BH?

G.V. – Em BH. Então nós andamos de lá... E foi um fato assim... Sabe quando você reúne... É contraditório: é amor e dor, é o sentimento de alegria e tristeza, tudo junto. Porque ali eu vi familiares que eu não via há quatro anos, pessoas que eu não via há quatro anos. E eles vieram me abraçar. Foi um troço assim, que eu chorei de alegria. E, ao mesmo tempo, quando eu cheguei...

D.P. – Viu seu pai morto.

G.V. – E meu pai morto. E já fecharam o [caixão] e aí nós carregamos até o... Foi tudo muito rápido. Aí nós fomos lá para o cemitério e enterraram meu pai. A polícia atrás de mim, os quatro oficiais lá. Sei lá o que eles eram. Aí enterrou e tal, cumprimentei, aí eles me pegaram e me levaram para o Dops. O juiz tinha prometido à minha mãe que eu ficaria um mês lá, para confortar ela e coisa desse tipo, lá no Dops. Mas houve um entrevero entre Dops e Exército, uma falta de comunicação. E eu, sinceramente, não sei o que é que houve. Houve um problema lá. Eu só sei que o Dops não deixou eu entrar no Dops, não.

A.S. – Não deixou você nem entrar?

G.V. – Nem entrar lá dentro da carceragem. Ficou ali na porta. Eu fiquei lá na porta do Dops. Na porta, assim... Porque lá tem um hallzinho. Fiquei lá com os caras. E eles entraram lá para dentro, ficaram tomando conta de mim e eu... Não estou sabendo o que está acontecendo, mas eu percebi que a coisa azedou. Você entendeu? O Dops não aceitou. Objetivamente, o Dops não me aceitou.

D.P. – Aí você ficou aonde, então?

G.V. – Voltei para Juiz de Fora na mesma hora.

D.P. – E o contato com a ALN foi aonde?

G.V. – Não. Eu? Contato? Não. Eu tive indireto, através da Efigênia.

D.P. – Certo.

G.V. – Através da Efigênia. Isso... Coisa desastrosa. Eu falei: “Esses caras estão loucos! Pelo amor de Deus! O cara veio do Rio, o cara é clandestino...”. Acho que era o Crioulo⁵³.

⁵³ Luiz José da Cunha, também conhecido como Comandante Crioulo (1943-1973) foi um político e guerrilheiro brasileiro, um dos líderes da [Ação Libertadora Nacional](#) (ALN), morto em emboscada montada pelo Grupo Especial do DOI-Codi/SP, na avenida Santo Amaro, em São Paulo.

D.P. – Uau!

G.V. – Eu falei: “Efigênia, esses caras estão loucos? Pelo amor de Deus!”. E querendo que eu fizesse isso, querendo que eu fizesse aquilo. Eu falei: “Os caras estão...”. Eu falei: “Ai! Não! Pelo amor de Deus!”. Eu falava com... Eu não aguentava. Teve uma vez que tive um contato mais direto. Até o negócio do Toledinho⁵⁴, eu tinha um contato mais direto. Com o negócio do Toledinho, eu fiquei muito aborrecido com aquilo tudo.

D.P. – Qual foi o negócio do Toledinho? O Joaquim Câmara Ferreira?

G.V. – Foi a execução do Toledo, do Toledinho.

D.P. – Ah, o Toledinho.

G.V. – Aquilo me deixou muito aborrecido. Aí eu falei: “Não, não tem condição. Vocês estão loucos! Vocês têm que... Os caras estão trucidando a gente e vocês estão...”. Quer dizer, eu entendo, mas não estava... Eu já tinha três anos de cadeia, quatro anos. Três anos de cadeia já. Três anos e tanto. E vendo tudo, porque as pessoas caíam e iam lá para dentro informar a gente. E mesmo, eles interrogavam a gente, a gente sabia como estava o jogo. Um jogo violentíssimo, altamente sofisticado. Do ano que eles me prenderam para três anos depois, a sofisticação da repressão foi brutal. E deram o salto de qualidade para fazer “cachorro”, infiltração, contrainformação. Puxa vida! Uma coisa que, em 70, eles estavam começando.

D.P. – Teve uma hora que você falou “eu sou um bolchevique e fui um bolchevique na prisão”, e você, também, em vários momentos, você fala assim, “mas eu tinha consciência de que o meu papel... que era esse”. Enfim, você sabia que ia ficar muito tempo? Você sabia disso?

G.V. – Ah, sabia.

⁵⁴ Márcio Leite de Toledo, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), “justiçado” por companheiros da luta armada em 1971.

D.P. – Ponto um. E ponto dois: você já sabia assim... O seu comportamento lá dentro tinha que ser... Você ia enfrentar aquilo como quase uma missão sua revolucionária? Era isso?

G.V. – Olha, quando eu fui para a prisão, eu falei assim: “Eu vou tirar 20 anos de cadeia aqui”. Tirei dez. Fiquei no lucro.

D.P. – Você pensou que fosse tirar 20 anos?

G.V. – Vinte anos. Eu achei que a ditadura ainda ia durar uns 15 anos.

D.P. – Em algum momento você pensou: “Vou ficar louco”.

G.V. – Não. Nunca pensei.

D.P. – Nunca pensou?

G.V. – Nunca pensei.

D.P. – Nunca pensou em se matar?

G.V. – Nunca. Só pensei...

D.P. – Em nenhum momento?

G.V. – Só pensei em duas coisas, na cadeia... Quer dizer, duas coisas é um modo de... Radicalizando. Ou eu fugia ou eu cumpria minha pena. O terceiro era a ditadura cair. Mas não dependia de jeito nenhum de mim, essas coisas. E eu tive uma filosofia... Quem conviveu comigo na cadeia sabe disso. Primeiro, é o seguinte, eu não tirava cadeia; eu vivia a cadeia. É diferente. Eu falei: “Aqui é meu mundo...”.

D.P. – Os presos comuns usam muito essa expressão de “tirar cadeia”.

G.V. – Eu não tirava cadeia, eu vivia na cadeia. E eu não vivia lá fora, eu vivia na cadeia. Então, desde o início, eu falei: “Aqui eu tenho que me organizar, aqui eu tenho que fazer minha política, aqui eu tenho que fazer minha vida privada, aqui eu tenho que fazer meus estudos, aqui eu tenho que fazer tudo isso. Se eu tiver oportunidade, eu vou sair, vou fugir. Se tiver... dar de troca, eu vou sair. Se não, eu vou tirar minha cadeia. E eu vou sair daqui como militante. Essa é a minha... Ideologicamente, me proteger, e fisicamente”. Então, você sobreviver na cadeia, enquanto pessoa física e psicológica, mas enquanto pessoa ativa, militante.

D.P. – Fisicamente, você também se preparava?

G.V. – Preparava.

D.P. – Fazia o quê? Exercício?

G.V. – Sempre fiz exercício. Nunca deixei. Quando eu fui para o Rio é que eu fiz menos, porque lá a cadeia era menos organizada. O pessoal era mais relaxado nisso, o pessoal do Rio.

D.P. – Aqui no Rio?

G.V. – Aqui no Rio. Mas lá, não. Sempre fiz, sempre fiz. Eu corria dez quilômetros todo dia. Dez quilômetros. Sempre corri. Num pátio de pedregulho, que é pé de moleque, aquele patiozinho, corria nele.

D.P. – Dez quilômetros?

G.V. – Dez quilômetros. Eram 110 voltas, que eu fazia no pátio todo... E só às vezes, uma vez por semana, dia de domingo, que a gente não fazia. Não era só eu, não. Tinham outros que faziam. Tinham uns que faziam até mais.

D.P. – Tinham alguns exemplos revolucionários que você tinha em mente, a prisão longa...?

G.V. – Eu sempre via histórias de revolucionários, mas não eram... Por exemplo, eu estava muito convencido que eu tinha que fazer isso. E outra coisa: eu não tinha tempo...

D.P. – Vazio.

G.V. – ...vazio, na cadeia. Nunca tive. Não tinha tempo vazio na cadeia. Não tem essa história... “Ah, eu estou deixando...” “Não. Não tenho tempo.” Você vai olhar as minhas cartas, você vai ver. Nunca tive tempo vazio.

D.P. – Depressão, você tinha?

G.V. – Nunca tive depressão. Tive baixa, principalmente com morte de companheiro. A morte do J foi muito dolorosa. Depois, a do Hécio. [entrevistado se emociona] Porque são amigos meus que... [pausa] Nós lutamos dentro do PC, construímos a Corrente e nós jogamos gente para morrer e para viver. Nós jogamos. Nós éramos comandantes. Nós jogamos. E nós nos jogamos. Porque nós éramos tipo eu disse, nós éramos marighellistas. Nós não mandamos os outros morrerem nos protegendo. Nós nos expúnhamos. Às vezes... Nem sempre, do ponto de vista militar, corretamente. Olhando estrategicamente, nem sempre é correto você expor um comando de uma organização, de um partido também. Não é. Mas era a filosofia.

D.P. – Como é que você soube da morte do Hécio? Foi...?

G.V. – Imediatamente.

D.P. – Qual é a data que o Hécio morreu?

G.V. – O Hécio morreu no dia 29 de janeiro de 72. Do J, também, logo eu soube. Logo eu soube, porque a Efigênia...

D.P. – Como é que você soube das duas?

G.V. – A do Hércio, eu... Primeiro porque tinha advogado que visitava a gente, não é? E você tem que olhar que tinha o irmão do Monir Tahan Sab era advogado meu também. Então, ele tinha muita informação. Então, logo eu soube. E às vezes eles iam lá fora do horário. Quer dizer, o advogado, eles não... Não era regulado assim, não. E mesmo o noticiário. E depois um menino que caiu na época do Hércio, que é o Manoel, que era meu companheiro de banco, colega de banco, ele contou os detalhes das coisas e tudo. Foi tudo muito sofrido. E hoje em dia a japonesinha⁵⁵, que é a... Que, erradamente, falaram que ela tinha entregue o Hércio, mas não foi, que é a... Que mora em Campinas. Eu esqueci o nome dela. Que é da ALN e tudo. Na verdade, ela não tem nada a ver com a queda do Hércio. Agora, eles foram torturados aqui e foram levados... Ela viu o Hércio. Ela e o Hércio foram de camburão para São Paulo e ela viu o Hércio mesmo no dia... Antes... Eles anunciaram a morte do Hércio antes de matá-lo. A mesma coisa que eles fizeram com o Bacuri, eles fizeram com o Hércio, falando: “Você está morto já”. Fizeram com outros também. São poucos casos em que eles fizeram isso. No do Hércio, eles anunciaram, ele ainda estava vivo. Estava uma bagaceira, estava destruído. Então... Mas nunca fui de ficar deprimido. Nunca. Tinha companheiros que ficavam na cela, sem sair. Eu não, eu sempre... Primeiro, era organizado, tinha reunião. Eu estudava, tinha hora de estudar. E outra coisa, uma coisa que eu fiz questão, que era para romper com minha origem pequeno-burguesa: eu trabalhava sistematicamente, todos os dias.

D.P. – Em quê?

A.S. – Em quê? Fazendo o quê?

G.V. – Quando começou a linha de trabalho, sabe qual foi o primeiro trabalho que nós fizemos? Está aqui no meu dedo. Eles não davam instrumento de trabalho. Quando nós fomos para o isolamento lá... Para aquela... Não é isolamento. [Quando nós fomos] segregados lá na outra galeria, aí nós pegávamos caco de vidro e coco de... Até da cozinha, dos presos... A gente arranjava coco e eu comecei a fazer esses anéis. A primeira coisa que nós fizemos foi anelzinho.

D.P. – Esses anéis são dessa época?

⁵⁵ Darci Toshiko Miyaki (<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/109>).

G.V. – Não. Esses não. Porque esses não duram tanto tempo assim. Esse aqui já é de índio, é de tucum. E eu fazia de coco-da-bahia, esse coco normal. E ali nós fomos, pacientemente, ralando no chão, fazendo isso aqui, e aprendia. Eu tinha... O meu cunhado, o Tonhão, falou assim: “Ô Gilney, você é pequeno-burguês, você é...” Ele não falou pequeno, não. “Você é intelectual, não se mete nisso, não.” Ele era um gozador. “Você não sabe fazer nada, rapaz! Você é um intelectual. Não fica com esse negócio de trabalho. Você não sabe fazer nada.”

A.S. – E o que mais vocês faziam?

G.V. – Depois eles foram liberando condições da gente trabalhar, então, eu trabalhei... E depois, somente em 73, eles começaram a deixar uns poucos trabalharem. Mas, em 72, nós começamos. As meninas já faziam... Eles deixavam as meninas fazerem esse negócio de tricô e não sei o quê. Quando nós transferimos para a galeria delas é que eu comecei o trabalho mesmo, porque na outra não tinha jeito. Primeiro, era todo mundo lá, era muito... E a tranca... Só quando eles liberaram um pouco da tranca, que era 17 horas, 19 horas, que nós tínhamos condições de trabalhar. Porque, antes, lá na coisa, se fazia uma coisinha assim. Mas, olha, eu fiz muita miçanga, muita coisa de miçanga. Teve uma época que foi uma febre esse negócio de miçanga no Brasil, então eu fiz essas coisas de miçanga.

D.P. – Colar, pulseira...?

G.V. – Colar, pulseira, brinco de miçanga, tudo... Aprendi a fazer e fazia muito. Depois comecei a fazer bem. Depois eu comecei... O negócio de coco, eu fazia colar de coco. Tudo de coco, eu comecei a fazer.

D.P. – Couro, depois.

G.V. – Couro. Depois fiz couro, tudo de couro. Até sapato eu aprendi a fazer. Mocassim, eu fazia, bolsa de couro, carteira de couro, porta níquel, sacola... E depois comecei a fazer pufe de couro. Fazia pufe de couro... Porque eu tinha um princípio comigo que...

D.P. – Também fiz pufes de couro.

G.V. – Eu não queria aceitar que a minha família fosse [me] visitar gastando o dinheiro dela. E muito menos que a Efigênia fosse gastar o dinheiro para me visitar. Eu falei: “Não. Só se eu não puder. Mas, enquanto eu puder, eu vou me manter”.

A.S. – E aí vocês podiam fazer isso e vender para... Como era isso?

G.V. – Era a maior dificuldade para sair a coisa da penitenciária. Porque você tinha que dar... O Exército ficava vigiando o que saía e entrava. Era um problema. Mas a gente fazia assim mesmo. E tinha uma rede de apoio de Igreja. E depois foi aumentando esse troço todo, que comprava da gente.

D.P. – Compravam?

G.V. – É. E depois eu comecei a fazer pirogravura. Olha, fiquei bom em pirogravura! Retrato de pirogravura, eu fiz. Fiz um retrato para a minha mãe e um retrato para a Efigênia. Até hoje... O da Efigênia, eu não sei o que ela fez. Ela deve ter jogado fora. [riso] Mas, o da minha mãe, eu acho que até hoje ainda está lá na... Eu já guardei uma vez e a minha irmã pegou, quando minha mãe morreu, e levou para não sei aonde. Depois eu comecei a fazer... Então, tudo que... Pintar. Pintar mesmo. Não pintura para vender pintura, porque... Eu sempre pintava os objetos, para ficar... Essas carteirinhas, tudo eu pintava. Eu não tinha vergonha porque depois eu vi que Strauss copiou durante 20 anos, para depois ele chegar ao ponto de compor. Então eu copiava muito, principalmente coisas cubistas: Picasso e outros. Porque é mais fácil, também, você copiar Picasso, do que você copiar um Goya, uma coisa desse tipo. Mas fiz *muito*, muito! E eu fazia isso com muito capricho. E os trabalhos de couro... E eles não permitiam... E depois eles começaram a permitir que nós tivéssemos uma maletinha de faca e...

D.P. – Estilete.

G.V. – Esse tipo de coisa. Eles permitiam. Eles traziam na hora e depois levavam de volta. Não deixavam com a gente, você entendeu? Então eu fiz muita coisa. Depois eu comecei a pintar, eu mesmo, pintar Cristo, pintar não sei o quê. Aí já é coisa mais assim de criatividade.

D.P. – E os poemas, também, não é?

G.V. – Não, os poemas, eu... A atividade literária, não. A atividade literária, eu... Aí eu comecei a escrever... Então essa é a minha... Eu tinha isso como trabalho. Não era o negócio de diversão. Eu fazia aquele... Era trabalho. Tinha encomenda, eu fazia; não tinha encomenda, eu fazia o trabalho. Era trabalho. Eu considerava aquilo o meu trabalho. Então eu trabalhava e...

D.P. – Você fazia então um horário. Você tinha um horário rígido de disciplina. Tinha horário para tudo: para trabalhar, para escrever...

G.V. – Tinha horário para tudo. Normalmente... E você tem que olhar que tem fases na cadeia. Conforme a repressão, isso prejudicava, obviamente, porque você não podia ficar na tranca e, ao mesmo tempo, fazer isso. Normalmente, na tranca, eu escrevia. Então, normalmente, eu tirava segunda-feira ou um dia assim e eu ia escrever para a minha família, para a Efigênia. Sempre eu tirava. E eu tinha hora de estudar. Eu estudava sistematicamente.

A.S. – E você ensinava também?

G.V. – Também. Aí teve uma época que nós ensinamos para... Mesmo para preso comum, nós ensinamos. Têm companheiros que fizeram curso lá, que eram caras que eram semianalfabetos. E escrever. Porque, nos dois primeiros anos, eu fiz um trabalho... Eu me propus a fazer um trabalho de autocrítica. Então eu escrevi um texto de autocrítica. Mas eu fazia um texto que era um texto... Minha preocupação não era só escrever, é que eu tinha a rede de companheiros que lia e discutia. Então era um trabalho educativo também, de formação dos companheiros. Eu tinha o meu papel de dirigente de organização, também, que eu fazia. E dava trabalho, porque tinha sempre algum problema para resolver. E eu tinha, ainda, uma coisa assim... É um pouco de ilusão, mas é um pouco de realização, também. Quando a Efigênia voltou para a ativa, ela voltou para a Cidade Industrial. E ela voltou, depois, para trabalhar em fábrica. Então, depois

de um certo tempo, ela começou a atividade no sindicato novamente, no Sindicato dos Metalúrgicos. Então eu tinha um... Eu escrevia texto para a oposição sindical. Uma porção de coisa que eu... E passava clandestinamente para fora. Depois, quando começou o movimento de anistia, o tanto de carta que eu já escrevi para esse povo, agitando... Várias delas, eu ainda tenho cópia. As daqui. As de lá, não. As de lá, eu escrevi para... Era clandestina e... Mas eu não... Não tinha movimento de...

A.S. – Você mencionou que escrevia para a Anistia Internacional também.

G.V. – Também para a Anistia Internacional. Mas eu não dava muito bola para a Anistia Internacional, não. Eu era meio... Não confiava muito neles, não. Mas uma vez eles nos visitaram numa crise, lá em Juiz de Fora. De tanta denúncia e tudo, eles foram lá. Então eu tinha uma atividade muito... Eu tenho alguns cadernos de estudo, tenho anotação de estudo sobre capitalismo.

D.P. – Você fazia com caderno, anotava, fichava?

G.V. – Fazia com caderno. Não muito sistemático, porque não é meu estilo. Mas aquilo que eu tinha interesse, eu anotava. E como lá não tinha muita fonte e tinha uma coisa assim... Quando a gente tinha um jornal, a gente copiava no caderno, às vezes. Só para você ter noção, por segurança, as cartas que eu escrevia para a Efigênia, eu copiava a carta no caderno. Porque se eles usassem, eu tinha a cópia. Aí tinha paranoia também, não é? E outra coisa, as cartas que eu escrevia, da Efigênia, de 71... Porque ela saiu de lá... Eu comecei a escrever para ela, mesmo ela estando presa. Então eram numeradas e eu não deixava espaço para ninguém escrever nada. Coisa de segurança. E depois eu passei a copiá-las. Eu ainda fiquei cabreiro, porque eles não... Eles seguravam a carta e podiam... Aí eu passei a copiar a carta nos [cadernos]. Por isso que eu tenho muita, por causa das cópias de cartas. Porque eu copiava as da Efigênia.

D.P. – Você tem as cópias?

G.V. – Agora, as da minha mãe, não, ela guardou tudo direitinho. Aí, depois, quando eu saí da cadeia, ela me devolveu.

D.P. – Mas você tentou fugir alguma vez da prisão?

G.V. – Não.

D.P. – Quer dizer, passou na cabeça?

G.V. – Teve plano de fuga.

D.P. – Teve plano de fuga. Mas não conseguiu...

G.V. – Teve. Teve dois planos de fuga, mas não... Primeiro que em Juiz de Fora era muito... Você não conseguiria fugir sem ajuda externa, porque era na zona rural. E era um presídio que era pequeno. Mas você tomar de dentro para fora sempre é difícil. Sem apoio externo, não é fácil, não. Aí foi bolado um plano lá. E era para a gente tomar de dentro para fora, mas nós tínhamos que sair das galerias e tínhamos que tomar a guarda que tinha rádio. Era um plano meio...

D.P. – Audacioso.

G.V. – E difícil para se executar, porque você tinha de sair do presídio e entrar na guarda.

D.P. – Mas então chegou a ser discutido, planejado?

G.V. – Ah, isso bem planejado, essa coisa...

A.S. – Dentro e fora?

G.V. – Não. Fora, nós não tínhamos, não.

A.S. – Só dentro. Fora, vocês não conseguiram...

G.V. – Não. Deixa eu te falar uma coisa. Porque nós conversamos... O pessoal de Colina fez uns planos, junto com o pessoal de fora deles, mas tudo furado, tudo caído. E esse outro plano, não. Por isso que depois começamos a ter mais rigor. Mas não conseguimos. Teve um problema, também: você tinha que sair dali e entrar na cidade de Juiz de Fora. Porque se você saísse para aquela região toda, eles te pegariam. Eles te pegariam. Não tinha conversa. Então nós tínhamos que ter um apoio em Juiz de Fora. E não tínhamos. Não tinha gente para fazer um troço desses. Tinha que ser gente organizada, porque Igreja e não sei o quê não... Entrar num rabo de foguete desses, que podia morrer gente e tudo? Não tinha jeito.

D.P. – Arma, lá dentro, vocês não conseguiram?

G.V. – Não conseguimos. Tinha a chance... Esse plano exigia. Mas mesmo se ele não exigisse, nós tínhamos que pegar uma arma de um...

D.P. – Do guarda.

G.V. – O primeiro guarda que nós pegássemos, nós tínhamos que pegar a arma dele. Tinha um plano lá que tinha um guarda... Mas você tinha que sair da galeria... Tudo isso tinha uma porção de macetinho. Tinha gente que já saía da galeria, tinha gente que fez chave... Preso é meio... Demora, mas...

D.P. – É engraçado porque na tese da Elizabeth é um termo que ela emprega, que os presos comuns vivem para a fuga – e essa é uma diferença que ela trabalha –, e os presos políticos não.

G.V. – O preso político não vive para a fuga, mas sempre tem uma visão de que há uma chance de fugir.

D.P. – É, acho que até fariam.

A.S. – [Inaudível].

G.V. – Tinha. Sempre teve.

D.P. – Porque também é muito difícil, não é?

G.V. – Mas era muito difícil, porque... E nós sabíamos também o grau de repressão que bateria sobre nós.

D.P. – E acho que a percepção da própria vida, eu acho que é diferente, também.

A.S. – Se falhasse, não é?

G.V. – É, se falhasse. Era muito difícil.

A.S. – E houve algum plano externo para... que possibilitasse uma troca?

G.V. – Não, não. Só teve essa coisa do sequestro de embaixadores e tal, que acabou com aquela coisa do suíço, que...

D.P. – Em 70 acabou.

G.V. – ...que já foi muito custoso, muito sofrido e muito mal conduzido, é bom que se diga. O troço já estava esgotando, também, não é?

D.P. – Aí vamos lá, você sai da prisão...

G.V. – Então, veja bem, eu só... Quando eu saio... Eu saio da prisão de liberdade condicional. A anistia de 1979 não atingiu os presos políticos que eram condenados por, aspas, crimes de sangue. Não é terrorismo; era um... É porque eles chamavam a gente de terrorista, então... Eu, sinceramente, acho uma grande bobajada deles, porque não ia fazer diferença. Então era o seguinte: eles não anistiarão a mim, mas o Domingos, que era do mesmo processo nosso, veio do exterior e ficava aqui. Então... Quer dizer, era uma coisa absurda, porque eles falaram que...

D.P. – Dos presídios, acho que não saiu ninguém com a Lei de Anistia, não é?

G.V. – Não. Que eu saiba, não.

D.P. – Que eu lembre, ninguém saiu.

G.V. – Tinha um pessoal de AP e PCdoB lá em São Paulo que pode ter saído, mas eu não tenho noção disso. Mas do pessoal da luta armada, ninguém saiu. O que eles saíram foi por revisão, pela Lei de Segurança Nacional. E boa parte entrou em condicional. Aí saiu. É o meu caso.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2014-12-16_04]

G.V. – ...porque é a saída da cadeia e como é que eu vou parar em Mato Grosso. Porque é importante isso.

A.S. – Mas, antes disso, você mencionou que vocês... Você foi um importante participante das greves de fome, inclusive para discutir um projeto de anistia distinto daquele que estava sendo proposto pelo governo.

G.V. – Sim.

A.S. – Como era o projeto de anistia que vocês propunham?

G.V. – Primeiro, é o seguinte: existia o Movimento Feminino pela Anistia, que foi muito importante, foi pioneiro e o troço todo. Mas, com a abertura do Geisel e a saída dos presos políticos e um certo clima, se viu que não cabia dentro do Movimento Feminino pela Anistia. Por isso que, de uma certa forma, algumas pessoas lá de fora e de dentro da cadeia, nós estimulamos a formação dos CBAs⁵⁶. Inclusive o daqui do Rio foi muito discutido no presídio. E o de Minas também, é bom que se diga. O de São Paulo, também, o pessoal teve influência. Porque já existia uma visitação muito forte, tinha uma conexão e uma certa unidade política.

⁵⁶ Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs).

Isso é importante. Porque quando nós chegamos à unidade política que a anistia era uma bandeira importante, já que, como eu te falei, em outros anos, nós não aceitávamos isso, aí todo mundo aceitou. Às vezes, a gente falava assim, “tem que ver junto com Constituinte”; outros falavam que não, “tem que vir só depois da ditadura”. Tinham umas discussões assim, meio bizantinas, porque nós não tínhamos esse poder de influenciar nessa dimensão. E mesmo o movimento de massa não indicava isso. Porque podia não ter, mas o movimento podia indicar, não é? Você tem que olhar que nós ainda estávamos em 77 e 78. Depois é que começam as grandes greves, os grandes movimentos. Observa bem que é um período que está acumulando força para poder você dar esse salto. Então, quando eu venho para o Rio, já existia esse processo de aproximação e tudo. Tanto é que quando o movimento de anistia ganha mais força é em 78, por aí. Aí ele ganha uma dimensão mais ampla. Ganha a rua, como diz o outro. E também o movimento estudantil ganha a rua novamente. Você vê, em 77, ele vai sair, e em 78 ele já tem grandes manifestações. Então você tem um movimento de massa que podia ser um elemento. Em 79, isso fica totalmente aberto com as greves do ABC. Em 78 e 79, a coisa deslancha. Então, nesta ocasião... É óbvio que... E aí começa essa... Se vocês pesquisarem, como é que surgiu essa palavra de ordem, anistia ampla, geral e irrestrita? Eu não sei como é, mas nós já tínhamos essa visão de ter uma anistia ampla, geral e irrestrita. Tanto é que alguns falavam anistia total, anistia não sei o quê, e nós falamos: “Não”. Porque mesmo o Movimento Feminino de Anistia falava anistia geral, inicialmente. Depois é que a coisa foi ganhando esse conceito, essa palavra de ordem foi sintetizando as várias opiniões e unificou. E o MDB... Você tem que botar o MDB na jogada, que foi fundamental, também. O MDB tinha vindo da vitória em 76 e 1978. A ditadura foi derrotada eleitoralmente. Então você tinha, na bancada de 78, você tinha uma esquerda dentro do MDB. Os autênticos, você entendeu? Alguns já [vinham] discutindo, outros partidos e tudo. Já estavam se articulando em função disso. Então esse pessoal já tinha uma base política para, também na institucionalidade, você avançar. Você vê os discursos mesmo desse pessoal... Aqui no Rio, tinha: Edson Khair; Edson Santos, que a neta dele... É Edson Santos? Como é o nome dele?

D.P. – Délio dos Santos.

G.V. – Hélio dos Santos.

D.P. – Délio dos Santos.

G.V. – Délio dos Santos.

D.P. – O filho dele era do MR-8.

G.V. – E a neta dele trabalha na Comissão da Verdade lá de Minas. Quando ela me falou isso, eu falei: “Ah! Eu tenho até fotografia do Délio”, porque ele visitou a gente na cadeia.

D.P. – Lysâneas Maciel, Edson Khair, Délio dos Santos...

G.V. – Lysâneas Maciel! Então você tinha um pessoal que dialogava com a gente. Veja bem, o diálogo com os presos políticos mudou de patamar. Mudou de patamar. Por isso que eu mudei para cá. Não mudei para cá nem por causa da anistia, é porque eu já queria ter... “Vai sair uma hora dessas. A coisa vai. Então eu já quero sair engajado!”.

D.P. – Aí tinha o Eudes, que...

G.V. – O Eudes.

D.P. – Teotônio Vilela foi lá...

G.V. – Então era uma coisa... Então nós já estávamos discutindo partidos. Nós estávamos discutindo partido. “Vamos construir outro partido”. “É partido de massa?” “É de vanguarda?” “É voltar a um PC?” “Não”. Tinha toda uma discussão. E a anistia, aí já é aquele negócio: liberdade democrática... A anistia é o centro? Não é? A Constituinte é o centro? Tinham diferentes opiniões sobre isso. Mas você então já tinha uma relação política dos presos com o movimento político e social cá fora com uma outra qualidade, com uma outra qualidade. Então a temática... Então, nossa inserção política no que se fazia politicamente cá fora foi alargando, alargando, até um ponto onde nós discutimos as alternativas do próprio movimento. Nós não decidimos nada, é bom que se diga. Mas nós discutimos muita coisa com eles e muitas coisas nós fizemos juntos. Leia minhas cartas sobre os... Principalmente de Minas, que eu tinha uma

relação afetiva. Os daqui do Rio, eu influenciava menos, porque o pessoal era... É natural. O pessoal daqui não precisava escrever carta. O pessoal ia lá conversar com eles. Não precisava de carta. Mesmo assim, tem muitas coisas que foram feitas pelo pessoal daqui que era carioca. E com o movimento daqui. Mesmo assim, eu participei também do processo. Então você tem uma... E nós começamos a ter um protagonismo político que não era aquele só de... Foi isso que eu... Que era uma discussão que eu tinha muito grande. Porque tinham muitos companheiros ainda com aquele negócio de... “Vamos fazer a luta da cadeia, a luta da cadeia”. Eu falei: “Não, gente, vamos fazer a luta lá de fora agora. Vamos nos preocupar com a luta da sociedade”.

D.P. – Da sociedade.

G.V. – Da sociedade. “Ah, mas nós estamos dentro da cadeia.” Eu falei: “Mas a vida é assim mesmo. Você tem que dar um salto nessa coisa”. Essa já era a minha visão, quando eu vim para cá. Quando eu vim para cá, já era a minha visão. Muito contribuiu o fato de a Efigênia ter reintegrado na oposição sindical metalúrgica. E ali ela conheceu um outro mundo: o pessoal do MR-8; o pessoal do PCB que estava organizando. Então eu tinha um diálogo já... Uma informação. Nem tanto um diálogo, mas uma informação, e um pouco de diálogo também, que me orientava mais. E quando eu vim para cá, aí abriu outro mundo. Porque aqui a visitação era aberta. Então a gente discutia abertamente tudo isso. Então, quando, observa bem, quando teve aquela discussão de fundar um partido, que é história do PT ou um partido democrático, ou se aliar com o Brizola, porque muita gente do exterior já tinha se aliado com o Brizola, como muitos companheiros da ALN... Então, só para você ter noção, aqui na cadeia, eu, o Perly, o Prancha, que é o Nelson, e mesmo o Jabour e mais uns outros, nós já... Quando começou a história do PT, em 78, nós já passamos a ter a posição, muito para disputar. Nós não sabíamos direito o que ia surgir, não. É bom que se diga. Não tinha noção. Nós estávamos... Às vezes... Porque tinha o pessoal da Convergência, que também estava no jogo do PT, desse novo partido, que não sabia. Eles mesmos defendiam que fosse um partido socialista, tipo revolucionário.

D.P. – Tinha a turma que achava que devia ficar no PMDB.

G.V. – Outros que achavam [que devia ficar] no PMDB, principalmente influenciado pelo PCdoB e o povo do Partidão e coisa desse tipo.

D.P. – O próprio MR-8 tinha essa posição.

G.V. – O próprio MR-8, que demorou a sair. Saiu bem recente, não é? Então nós... Tanto é que já tinham as discussões políticas. Então você já estava discutindo outras formas. Quando eu saí da cadeia, eu já saí inserido dentro do PT. Nós já estávamos incluídos dentro do PT. E ajudamos a discussão de formação do PT aqui, com o Edson Khair, com o Eudes, que é um pessoal que visitava mais a gente. Mas com outras pessoas também. É óbvio que eu não fiquei aqui; eu fui para Minas. Lá, eu já engajei no... Saí e já fui me engajar no PT, participei da fundação do PT lá. Depois, saí de lá e fui para o Mato Grosso. E ajudei a fundar o PT em Mato Grosso. E foi um processo assim. Agora... Você me perguntou mais sobre o...

A.S. – Eu havia perguntado sobre o projeto de anistia e...

G.V. – Ah, está [certo]. Eu vou voltar nessa.

A.S. – E como é que vocês discutiam a questão, por exemplo, dos mortos e desaparecidos políticos? Vocês apresentavam alguma demanda relativa a isso? Vocês conseguiam se organizar e discutir...?

G.V. – Deixa eu te falar. Esse... Sabe o que acontece? Primeiro que era uma coisa muito penosa para a gente. E segundo, é claro que não existiria a questão de mortos e desaparecidos sem uma denúncia dos presos, porque o sobrevivente é que fez as denúncias. Nós é que fizemos as denúncias. No meu caso, especificamente, que era o caso do Nelson José⁵⁷, que eu também fiz a denúncia na Auditoria. E vários outros companheiros fizeram. Mesmo a do Hélcio, eu fiz a denúncia, quando eu pude. Só que o tempo já estava ultrapassado, nos meus processos, já estava condenado. Você tem que olhar que minhas [ações] são mais precoces do que as dos outros. Porque as minhas ações são de 68, início de 69. E depois, só na ALN. Depois não tive tempo,

⁵⁷ Nelson José de Almeida, militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), morto no Dops/MG, em 1969.

fiquei desgarrado, ficou aquela coisa toda. Quando eu caí, já estava retomando num outro movimento. Mas as primeiras listas, todas foram os presos que fizeram. Tudo isso. E o primeiro livro que saiu, a primeira lista aqui, que foi o CBA e a OAB que fizeram, foi tudo tirado dos presos. Porque não tinha outra fonte, também. Não é o problema que nós éramos os bons da bola, não; é porque nós éramos as pessoas que sabiam a informação. Só isso. Outra coisa que...

D.P. – Os presos e os familiares, não é?

G.V. – Os familiares, enquanto familiares, se organizam depois.

D.P. – Depois, não é?

G.V. – É. Porque os familiares tinham um problema, os familiares tinham uma dificuldade... Primeiro, porque o trauma era muito forte. Então, para passar do trauma para a politização demorou muito. Não foram os familiares que tocaram esse negócio; fomos [nós], os presos, o CBA e o movimento. Foi isso. Os familiares vieram depois, por uma razão muito simples: primeiro, eles eram dispersos, não se conheciam, e segundo...

D.P. – O CBA aglutina, começa a aglutinar.

G.V. – Começa a aglutinar ali, mas tinha um grau... E como a bandeira da anistia era mais ampla e contemplava ali, foi ali que eles começaram o negócio de fazer a primeira lista e a coisa de apurar. Você vê que quando vai no debate da anistia, eles vão fazer a manifestação lá dos mortos e desaparecidos. A primeira iniciativa mesmo forte deles é essa... Não, para ser sincero, eles fizeram uma reunião no Colégio Bennett, aqui.

D.P. – Eu estava lá.

G.V. – Você estava lá. Essa reunião foi a primeira reunião assim, coletivo. Gente de um lugar e de outro, sempre teve. Mas a primeira que organizou o movimento de familiares foi a do Colégio Bennett. E a primeira ação que eles fizeram, assim, coletiva. Porque familiar individual, fizeram muitas. É bom que se diga. Não tem essa história, não. Vários familiares:

o pessoal do Stuart Jones, outros fizeram, outros lá atrás. Tem coisa de loucura que família fez. Tem já literatura sobre isso. Mas uma coisa é o movimento, que você junta vários casos e dá uma certa identidade política para a coisa. Isso foi no Bennett. E a primeira ação que eles fazem é a de Perus, que vai a Iara [Xavier Pereira]⁵⁸... Quem descobriu a vala, a coisa de Perus, politicamente, foi a família da Iara. E gente já tinha tirado corpos de Perus, reservadamente. Já tinha família que tinha feito isso, sem politizar, por razões religiosas, relações com gente do poder, coisa desse tipo. Que é o caso do Gelson Reicher⁵⁹, que morreu com o [Arnaldo]⁶⁰. Morreu com o Arnaldo. É isso aí. Esse é um companheiro da ALN lá, e ele era judeu. [pausa] Ele era judeu e o Abramovitch⁶¹ conhecia a família dele. Moravam no mesmo prédio. E, de uma certa forma, gente que era da repressão avisou a família e a família tirou o corpo de lá. Lá de Perus.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.V. – Nós estávamos naquele ponto...

A.S. – Da vala de Perus.

G.V. – O que aconteceu foi o seguinte, é que... Então tem um pouco de como é que foi a vala de Perus. Já tinha precedentes, mas precedentes colocados no circuito individual de famílias. Quem colocou no circuito coletivo de famílias foi a família da Iara. E foi a Iara. Porque a tia dela descobriu o Iuri e o Alex enterrados lá. E descobriu pela... É dessas pessoas religiosas, que

⁵⁸ “Em 1990, no dia 4 de setembro, foi aberta a vala de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo. Lá foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte. (...)A família dos irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, após diversas tentativas para encontrar seus restos mortais em cemitérios da cidade de São Paulo, descobriu que Iuri estava enterrado no cemitério de Perus, quando do enterro de um tio seu neste mesmo cemitério em dezembro de 1973. (...)Em junho de 1979, a irmã de Iuri e Alex, Iara Xavier Pereira, relatou essas informações aos familiares de mortos e desaparecidos políticos reunidos no III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, no Rio de Janeiro. Ainda no mês de junho, alguns familiares foram ao cemitério de Perus e localizaram outros militantes mortos e enterrados sob identidade falsa.” Mais informações em <
<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=39&m=8>>.

⁵⁹ Gelson Reicher, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto em 20 de janeiro de 1972 após cerco montado por agentes do DOI-Codi/SP na avenida República do Líbano, em São Paulo.

⁶⁰ O mais próximo que se pôde ouvir.

⁶¹ Isaac Abramovitch, médico-legista do Instituto Médico Legal de São Paulo durante o período da ditadura militar.

fica procurando onde foi enterrado para poder botar flor, rezar. Ela era mística e solidária, também. E ela acabou... Procurou em todos os cemitérios lá de São Paulo e ela viu em alguma notícia que falou o negócio de Perus, que foi enterrado em Perus. Aí ela foi lá e... Foi lá, o cara... Foi assim que ele achou o Iuri. A historinha, quem achou primeiro, que nome... Mas só sei o seguinte, que eles enterraram um com o nome verdadeiro e o outro com o nome falso. O Iuri com o nome verdadeiro e o Alex com o nome falso. Então, o que aconteceu? Ela descobriu logo, e ela ficou... Não falou nada, esperou a Iara chegar. Quando a Iara chegou, ela falou para a Iara: “Olha, está lá”. Aí foi daí que a Iara falou com a Suzana e falou com outros, falou com o Geraldinho, lá de São Paulo, que foi ajudar lá. A primeira vez que eles vão a Perus é isso. Eles vão lá para ver. Aí como eles descobriram o Alex, o José não sei das quantas, que é o nome dele... Ele foi enterrado com o nome falso. Então foi o primeiro. Aí como é que a Suzana descobriu? Como ela sabia o nome do marido dela... Como ela sabia o nome clandestino [e ele] foi enterrado com o nome clandestino, aí descobriu o cara que estava clandestino. E aí foi assim começou essa história lá de Perus. Foi assim. Mas essa foi a primeira ação coletiva. E coincidiu que ela... Logo depois do Bennett. Foi depois do Bennett que eles foram para lá, você entendeu? Então deu uma repercussão importante e abriu um horizonte e também uma esperança para as famílias. Porque o problema todo é esse. Isso é uma coisa terrível de quem é um... Uma situação de luta que não tem resultado. Quando você tem um pouco de resultado, você tem esperança que possa conseguir outro. Isso que aconteceu com os familiares, você entendeu? A importância de Perus foi essa. E outro é que... É claro que não se repetiu como a gente gostaria que fosse, mas deu consistência... E outra coisa também, que é um fenômeno coletivo, é que as famílias, no CBA ou no Movimento Feminino, era um conjunto muito heterogêneo. E eles acabaram formando um conjunto mais homogêneo, de dores, de sofrimentos e também de modo de encarar a coisa, porque... Nem sempre muito politizado, no sentido da anistia ampla, geral e irrestrita. Era politizado, mas as pessoas tinham motivação não só política, [era] uma motivação muito afetiva. Então, isso é muito poderoso. Porque eu diria assim... Porque quando nos faltou partidos, quando nos faltou organização, nos restou nossas famílias. E família, e particularmente mãe, e mulher, e marido – geralmente é o feminino que mais se engaja nisso – , não tem repressão que barra. Não tem. Eu tenho o exemplo da minha mãe. Porque ela, desde quando eu era clandestino e tudo, ela fuxicou para tudo quanto é lado. E na cadeia, puxa, minha mãe, você precisava... Ela se metia em tudo quanto é lugar. Foi lá para o Médici até, ela foi falar. Tem... Quer dizer, você vai falar o quê? Vai prender a mãe que está reclamando o filho?

O cara lá manda embora, toca, daqui a pouco volta de novo. O que esses familiares suportaram ali em Juiz de Fora todo dia, de se submeter lá ao coronel, ao majorzinho, aquele pessoalzinho que controlava a gente, pelo amor de Deus! Era uma coisa... Vou dizer uma coisa: só por amor mesmo. Porque, por política, ninguém fazia aquilo, não. Não fazia. É muito tempo, é muito tempo para você fazer um troço desse só por política. Então você... Por isso que tem essa dimensão dos familiares, tão importante e estratégica, porque ela é indestrutível. Assim como para a solidariedade, para os presos, os familiares eram fundamentais. Porque a repressão não tem jeito de destruir isso. Se pegar um familiar, tem outro. Sabe como é? Você forma uma cadeia indestrutível. Você não consegue acabar com um troço desses, quando ele engrena. É igual ao familiar: não teve jeito de acabar. Por isso que tem um papel estratégico, porque ele... O cimento dele não é a política. É o afetivo que transforma em política. Não é a política que vai transformando numa coisa afetiva. Não. É o inverso. E tem uma particularidade dos familiares, porque têm os familiares que eram militantes e que tinham clareza dos processos, que as famílias que não eram militantes não tinham. Isso foi muito importante.

D.P. – Aliás, quem está na linha de frente são familiares militantes, não é?

G.V. – Militantes. O que acaba... Numa certa altura, limita um pouco, porque as pessoas avançam muito e as outras... Isso é o que aconteceu até hoje. Esses militantes avançaram, avançaram, têm posições. Aí, quando você vai na média dos familiares, não é a posição dos familiares. E Iara percebeu isso. Tanto é que Iara trabalhou com um universo bem grande de familiares...

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

G.V. – Então, esses familiares descolaram do conjunto. Mas o grosso da tropa ainda ficou numa vanguarda muito avançada. Tem um mérito, porque trava o debate político e radicaliza. Não é uma coisa que necessariamente tenha que ter um grau de radicalização. Mas também os outros não acompanham, não têm capacidade de acompanhar. E têm as idiosincrasias dos familiares, também, porque cada família tem... Um é religioso, o outro é militar, o outro é não sei o quê. Tem a forma de como se relacionaram com as pessoas perdidas, não é? De tudo isso, chegou uma certa altura, principalmente depois da primeira onda da Comissão Especial sobre Mortos

e Desaparecidos, que teve um grau de unidade, depois, aí não teve mais unidade sobre a continuidade. Porque aí você saiu do alto e entrou numa planície que era muito difícil, que é o caso da sentença, é o caso do Araguaia, que tem particularidades. Então é um pessoal muito sofrido. Muito sofrido mesmo e que...

D.P. – É, isso a gente vai ter que discutir na próxima, não é?

A.S. – Conversar mais.

G.V. – Muito sofrido. E eu acho que... Eu convivo com esse pessoal muito tempo, não é? Só deixar o gancho para...

D.P. – Como é que você conheceu Iara e como é que você começa seu relacionamento com Iara?

G.V. – Eu conheci em 69, quando eu vim para cá para o Rio clandestino. E alguns contatos que eu tinha que fazer com o Marighella, ela marcou ponto, coisa desse tipo. Foi assim: às vezes eu ficava no aparelho, era um aparelho que ela também ia lá. Então, ela ia lá às vezes levar dinheiro, fazer algum comunicado para mim, coisa desse tipo. E depois só volto a conhecê-la em 79, quando eu já estava no Presídio Político da Frei Caneca e ela voltou a visitar os presos. Ela chegou em maio. Aí nós retomamos a amizade e tal. Depois, ela tem as carências dela, eu tenho as minhas. Juntamos as carências.

D.P. – Mas você já estava separando da Efigênia?

G.V. – Aí já tinha um certo cansaço. A Efigênia foi uma pessoa formidável na minha vida, porque, não obstante, depois, a gente ter um certo distanciamento afetivo, ela nunca me abandonou. Nunca. Nunca me abandonou. Então, eu tenho uma consideração com ela e a afetividade é muito forte com ela, sabe? E gosto dela, respeito, agradeço. E tenho essa... Mas ela tinha também que procurar outras alternativas. Não é fácil a vida, não é? E outra coisa, os amores, também, eles crescem, morrem, crescem... E tem umas coisas... Disse o filósofo, reacionário, mas era um grande filósofo brasileiro, que era o Nelson Rodrigues, ele falava

assim, que o amor não morre, ele só dá espaço para um outro. Ele não morre. Então tudo bem. São meus amores de minha vida.

A.S. – Obrigada, Gilney.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2014-12-16_05]

2ª Entrevista: 24/03/2015

Dulce Chaves Pandolfi – Tudo bem, Gilney? Bom dia. Vamos continuar nossa conversa. Na última entrevista... Na primeira, mas no final da entrevista, você estava falando sobre a Lei da Anistia: você ainda preso, quando tem o decreto da anistia; como é que vocês se articularam na prisão para reagir a esse momento, para tentar conseguir uma anistia ampla, geral e irrestrita, que era o projeto do CBA. Então era bom você contar um pouco esse processo aí. Vocês fizeram uma greve de fome que ficou na história do país, não é?

Gilney Amorim Viana – É. Uma bonita greve. Primeiro, eu queria dizer o seguinte, que eu fiquei sete anos e três meses numa prisão de controle militar, que é a Penitenciária Regional de Juiz de Fora, que a gente chama de Penitenciária Linhares. Aquilo me angustiava muito. Não pelo isolamento em si, porque eu tinha me preparado psicologicamente para suportá-lo, mas pelo isolamento político. Porque essa que é a face mais cruel, para quem é um militante. Então a minha vinda para o Rio de Janeiro em agosto de 1977 rompe com meu isolamento e me coloca numa prisão, que era o Presídio Político do Rio de Janeiro, aqui na Frei Caneca, aonde tinha possibilidade de visitas mais amplas, abertas e que não fossem apenas familiares. Porque, literalmente, durante sete anos, eu só tive visita de familiares. E minha família não tinha nada a ver com a minha militância. Ao contrário, a minha prisão é que lhes trouxe uma certa militância política, enquanto familiar de preso político. Exceto a minha companheira de então, que é a Efigênia Maria de Oliveira, que ficou dois anos e tanto presa, depois retomou e que sempre me assistiu e que era meu ponto de contato com o mundo político, com a esquerda, com o movimento operário, porque ela era metalúrgica, e com as novidades que foram surgindo ao longo da década de 1970. Mas era uma visita de uma vez por mês. E assim mesmo era... acho que 90 minutos, se não me engano. Era muito curto, para você botar em dia. Quando eu

venho para o Rio, então, eu tinha uma possibilidade de militar mais, ainda preso, militar politicamente, articular, intervir na realidade de fora. Não que eu não fizesse isso lá em Juiz de Fora. Eu fazia. Mas com uma limitação brutal. Então isso é um salto de qualidade. E em relação à luta dos presos políticos, Juiz de Fora era um pouco, assim... um ponto fora da curva de articulação, dadas as dificuldades. Tínhamos articulação, mas pouco eficaz. E, também, nós tínhamos pouca potência para poder fazer... Primeiro que é uma cidade interiorana. Não que Juiz de Fora goste disso; eles acham que é tipo uma capital da Zona da Mata. E dificultava qualquer articulação política. Mas o movimento dos presos políticos, já na época de 1977, ele começou a ganhar um foro de articulação. Começou. Mas sempre centrado nas condições carcerárias. Era tipo uma segunda geração de denúncias – não de tortura, mas das condições carcerárias –, e em alguns pontos, com um efeito simbólico muito forte, como é o caso de Rholine Sonde e... Como é o nome do outro companheiro lá de Pernambuco, lá de Itamaracá⁶²? Os dois companheiros foram condenados à prisão perpétua e eles estavam segregados do coletivo de presos políticos. Então já tinha uma articulação. E tinham algumas pessoas que foram fundamentais nessa articulação. Então, quando eu cheguei ao Rio, já existia um pouco dessa articulação. Não fui eu que a inventei. Aliás, ao contrário, eu estava na periferia dela. Aí eu vim para o centro dela. Isso é que mudou meu papel. Eu vou citar pelo menos umas duas ou três pessoas que vale a pena... Uma é o padre Renzo, que já faleceu, já tem um livro sobre ele e tudo. O padre Renzo foi muito importante nisso. Ainda mais sendo um italiano. Ele falava meio enrolado o português, mas ele fez da assistência aos presos políticos uma militância política, então, ele era um pouco de leva e traz de uma cadeia para outra. Também tinham familiares que visitavam. No caso, a Efigênia mesmo, tanto aqui como em Minas, se articulava. Mas tinha gente daqui que ia a São Paulo, que era elemento importante, os dois centros mais importantes, que articulava. Então já tinha. E também já tinha uma comunicação entre os coletivos. Essa comunicação era, ainda, muito... só em termos de evento; pouco em termos de discussão. E em 1977 foi... Eu cheguei então nesse ponto, onde já tinha um certo acúmulo. E quando eu cheguei, eu já tinha mudado minha percepção política da revolução da conjuntura. Porque, embora isolado, eu tinha a percepção de que a ditadura entrou irreversivelmente no processo de transição, em 1977, com o Geisel, quando ele... Já teve aqueles episódios de 1976, na Lapa, aquela coisa de ele tentar dominar o aparelho do DOI-Codi, onde tinha a resistência

⁶² Refere-se a Carlos Alberto Soares.

mais à direita. Então, aquilo estava em curso. Não tinha resolvido totalmente, mas estava em curso. E os compromissos que ele tinha assumido também com a elite, vamos dizer assim, empresarial e a elite intelectual de que faria a transição e também, é bom que se diga, com os “irmãos do norte”, que nessa época também pressionavam para a abertura, os Estados Unidos. Então, nesse contexto, eu já pensava, quando eu saí de Linhares... antes de sair de Linhares... E eu escrevi para o coletivo dos presos políticos de Frei Caneca que eu já estava com essa visão, [escrevi] para alguns colegas de lá, alguns companheiros, de que nós precisávamos dar um salto de qualidade na luta política dos presos políticos, de que essa história de denúncia de condições carcerárias e tudo... Não que isso fosse deixado de lado, mas a conjuntura ia acelerar muito e nós tínhamos que passar para uma luta política, mesmo. E uma coisa que eu resisti durante muitos anos era, enquanto preso, assumir a bandeira da anistia. Resisti porque, você sabe... vocês sabem, era muito doloroso para nós, combatentes, assumir a coisa da anistia, porque era uma forma de a gente nos dar como derrotados.

D.P. – Explica melhor isso, Gilney.

G.V. – Demorou muito tempo para a gente nos dar como derrotados. Olha, a primeira manifestação de familiares dessa nova safra de prisioneiros... Porque a gente tem o costume de esquecer a safra de 1964. E eu sou da safra de 1964. Eu fui preso em 1964 e convivi com o pessoal do PCB, do PCdoB, AP, Polop, naquela época. Então a gente tem que respeitar essa história. Mas, na da nova safra, uma das...

D.P. – Quer dizer, você foi das duas safras.

G.V. – Fui das duas safras. Na verdade, eu não sou da geração de 1968; eu sou da geração de 1962, onde eu me engajei e me fiz um militante político. Em 1972, o número de presos políticos lá de Linhares, lá em Juiz de Fora, ainda era um número razoável e o movimento de famílias estava bem organizado lá. Normalmente, era o seguinte: alugavam uma Kombi e ia todo mundo junto, para poder economizar, porque a maioria morava em Belo Horizonte, e alguns, no Rio, e iam para lá. E isso facilitava também a comunhão de interesses, de amizades, de interação, esse coletivo de familiares. E eu não sei quem inventou a história de pedir anistia; só sei que inventaram. Em setembro de 1972, o general Médici iria e foi a Belo Horizonte, na proximidade

do Sete de Setembro, não sei o quê. Ele tinha um lero-lero lá que ele ia fazer lá que eu não me lembro mais exatamente como.

D.P. – Você contou essa história.

G.V. – Eu já contei. Então, ali é a primeira coisa, quando os familiares resolveram, contra a vontade dos presos políticos, primeiro, pedir que melhorassem as condições carcerárias de Linhares e, na medida em que... “Já que vão conservar nossos filhos presos, nossos parentes, maridos, então, que nós queremos anistia e que soltem os presos”. Aí começou a mudar o discurso. Então, naquela época, nós fomos radicalmente contrários àquilo. Isso demorou um tempo, depois, e só foi mais em mil novecentos e setenta e... Eu diria quando o Geisel entrou e espaçou aquela coisa do último episódio de massacre, que é o da Lapa...

D.P. – Mas por que a anistia seria uma bandeira de derrota, de reconhecimento de derrota? Isso que para mim...

G.V. – Ah, sim. Porque é o seguinte: se nós fizemos a guerra... Veja bem, nós fizemos a guerra contra eles, uma guerra que... Eu costumo dizer assim: muita gente não estava em guerra, mas nós estávamos. Então não tinha sentido, nós, como combatentes, pedirmos anistia, quando nós ainda estávamos na expectativa de que a guerra fosse evoluir. Enquanto nós tínhamos a chance de que a guerra pudesse evoluir e quando... Tanto os núcleos mais resistentes ou finais da guerra, que vai até 1974... Na verdade, militarmente, a ditadura só nos derrota em 1974, quando derrota os últimos núcleos da guerrilha urbana e o último núcleo da guerrilha rural. Foi em 1974. A partir daí, há só coisas residuais. Aí eles passam a destruir o PCB e, depois, o PCdoB renovado. Então eu não via sentido e muitos de nós não viam sentido, não queriam aceitar. “Não, nós estamos fazendo a guerra, nós temos chance ainda”. É um pouco... Pode ser um pouco de ilusão, mas você tem que olhar, psicologicamente, como nós nos sentíamos.

D.P. – Certo. Organismo.

G.V. – Mesmo quando nós já fazíamos autocrítica do militarismo e do foquismo, nós fazíamos para dentro; não para fora. Quando eu vou... Eu sofri dez processos. Quando foi o processo

político da Corrente, [organização da] qual eu era dirigente, eu fiz a defesa da luta armada e a defesa da Corrente, mas eu já não tinha... Eu já tinha uma posição autocrítica e muito radical, mas nunca expressei ela para fora.

D.P. – Na Auditoria, você fez a defesa? É isso?

G.V. – Fiz a defesa escrita. Escrita. Assinei, denunciei a morte dos companheiros e tudo, mas eu fiz a defesa política. Isso deu um rebu lá. Porque as pessoas... E também porque já tinha uma diferença de interesse dos advogados e tal. Mas depois eles compreenderam, não era uma coisa... Esse documento, eu tenho lá em casa. Então é por isso que era... Era como se fosse uma situação... Então a anistia foi um processo... Para a gente aceitar... Eu, por exemplo, só aceitei a anistia quando... Isso não diz respeito à minha autocrítica em relação ao militarismo; é a compreensão de que existia alguém em guerra e que eu não podia aceitar a anistia, a bandeira da anistia – nem era a anistia –, a luta pela anistia, numa situação em que eu estava na luta pela guerra para derrotar a ditadura. Então era esse o contexto. E mesmo eu estando numa situação que... Mesmo quando derrotado, eu acho que não éramos nós que devíamos pedir anistia. Aí tinham que ser outros protagonistas.

D.P. – Certo. Aí você chega aqui no Rio em 1977.

G.V. – Eu já chego assim, falando: “O foco é a anistia”. Aí eu já tinha mudado. “O foco não é as condições carcerárias; o foco é a anistia; o foco é nós fortalecermos a sociedade civil e tal”. É claro que aí têm diferenças muito grandes entre os grupos que estavam dentro da cadeia, particularmente o grupo do Rio e o de São Paulo. São Paulo, por influência do MR-8, do PCdoB e já o PCB, que tinham grupos na cadeia, e mesmo alguns que fizeram a autocrítica do militarismo e do foquismo, falando que não cabia protagonismo nosso dentro da cadeia senão em apoio ao protagonismo lá de fora. Diferente da minha posição e de outros, de que tinha protagonismo, sim. Nós estávamos na luta, então, não tinha essa história de não aceitar protagonismo. Aqueles de São Paulo... Isso está até no... Eu publiquei o livro... os documentos que eles mandaram para a gente. Nós trocamos as cartas e eu publiquei. Eles falavam assim, que, de uma certa forma, isso era um vanguardismo militarista que ainda existia entre nós, de querer ter protagonismo, quando não tinha sentido. Bem, mas eu vim com essa visão do

protagonista. E aqui, o pessoal da Frei Caneca – aqui, naquela época, tinham uns 32 presos, se não me engano –, eles estavam muito envolvidos... Eles tinham duas contradições, ótimas contradições, porque eram modernas. Uma, que eles tinham uma memória de toda a luta de resistência, então, tinham um compromisso, primeiro, com as companheiras que estavam em Bangu, e tinham ligações afetivas... Aí é um misto de compromisso político, compromisso afetivo, compromisso ideológico e situações que... São situações que são irreversíveis: você não tem jeito de romper. E com todo o coletivo nacional de presos políticos, de defender os companheiros que estavam sob pressão e tudo e em condições desfavoráveis, e o outro era a pressão de que literalmente a ditadura permitiu, finalmente, que a visitação fosse aberta, aqui na Frei Caneca. Então você tinha os partidos de esquerda já discutindo alternativa, a esquerda discutindo alternativa, o pessoal saindo da clandestinidade. Então já tinha uma situação muito nova, onde a bandeira dos presos era apenas uma, começava ela a ser apenas uma. Então você não tinha esse papel mais. Então o pessoal tinha já a percepção que estava mudando. Não fui eu que lhes impus isso, ou propus, não. O que não tinha era uma estratégia. Isso é que foi construído. Então, nesse sentido... A mudança de estratégia foi o seguinte: primeiro, nós socializarmos aqueles casos críticos, que eram justamente Pernambuco, em Itamaracá, e um pouco Linhares, que eram os casos mais isolados.

Angela Moreira D. da Silva – Com relação às condições carcerárias?

G.V. – As condições carcerárias. Então nós politizamos. Foi daí que começaram a surgir as greves de solidariedade. Porque não era. Anteriormente, não tinha esse caráter. Então, nós estávamos em boas condições carcerárias, mas nós éramos solidários aos companheiros que tinham condições péssimas. E isso fortaleceu os laços entre os coletivos, que tinham diferenças políticas, tinham essas coisas de partidos, o que sobrou das organizações militares, coisas desse tipo. Então isso contribuiu para a discussão, quando colocou a discussão da anistia mesmo... E ela colocou primeiro com a organização dos movimentos. Porque o Movimento Feminino pela Anistia já estava dado. Primeiro, para ver como a gente apoiava ele, para ampliar, e depois, quando nós vimos a limitação, como nós criarmos... ajudá-los a criar – nós não criamos – os CBAs. Olha, isso foi uma discussão boa dentro da cadeia. Também é aquela história, “nós não temos protagonismo”, “tem”, “não se meta”... Mas acontece que esse era um tipo de movimento de familiar, de ex-presos... Inicialmente, disso. Depois amplia. Então nós tínhamos... E nós

éramos, também, parte do processo, então era bobagem a gente não influenciar. E eu... Tanto do Rio como de Minas – e menos o de São Paulo – e em outros lugares, nós discutimos abertamente com as pessoas. Eu tenho as cartas que eu escrevi para Minas, para o pessoal. Sem contar que a Efigênia participava, então, tinha essa ligação afetiva. Então, primeiro, a construção do movimento e ampliar ele. Aí nós vamos falar: “Não...”. Porque tinha o seguinte problema: quem cria um movimento geralmente acha que todo mundo tem que vir para o movimento. E eu já tinha uma visão... “Não, tem que criar mil”, aquela história do Che Guevara. “Cria mil comitês. Vai abrindo”. Até hoje eu tenho essa visão. Aprendi com eles. Então essa coisa. O que geralmente criava um certo atrito com as pessoas que fizeram um esforço organizativo. Então, o primeiro salto foi esse. Era um processo divergente. Alguns que tinham muita ligação partidária... Porque você tem que olhar também que mudou a situação de compromisso partidário dentro da cadeia, porque aqueles que não tinham mais organizações partidárias ou não se sentiam ligados a elas tinham liberdade total para poder fazer essas relações. Aqueles que eram muito comprometidos com o partido, eles tinham uma trava, porque aí o comitê central, a direção... Tinham um pouco de... Embora tivesse muito controle do que se fazia na cadeia, porque não tinha jeito. Então, concretamente, nós temos uma realidade que facilitou essa ideia de nós termos maior relação com a coisa cá fora e [priorizarmos] a luta política. Você vê o seguinte, alguns fatos dessa natureza: quando gente do PCB, apoiado pelo Niemeyer, construiu o Centro Democrático e fez um encontro aqui em Niterói, isso foi em 1979 – ele começou em 1978 e tal... Isso é uma das coisas que precisava pesquisar do Niemeyer, porque ele é que financiou – eu não sei se vocês já pesquisaram isso – e estava por detrás disso. Porque o Niemeyer é um cara muito esperto. Tem muita coisa que ele... Ele era apoiador, era um... Com aquele jeitão dele, tinha uma certa aura de uma personalidade nacional, uma dificuldade de a ditadura enfrentá-lo, então, ele... Isso ajudou muito. Ali, por exemplo, nós fizemos um esforço muito grande para que eles trouxessem os participantes para visitar a cadeia. Isso foi feito. Isso ali era uma forma de a gente se inteirar, de um lado, com eles, e de outro lado, de a gente sondar até quando...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.V. – Então a construção dos CBAs, os movimentos de anistia, essa coisa de você trazer também para dentro da cadeia – porque nós não podíamos sair da cadeia – as diversas vozes da

sociedade que... e dentre elas, aqueles que discutiam os novos partidos. Então nós participamos muito da discussão, “é partido dos trabalhadores?”, “é partido socialista?”, “é partido democrático trabalhista?”, “é partido popular democrático?”, essa discussão. Então nós começamos a ganhar uma certa cidadania política, mesmo estando preso. Coisa que sempre os comunistas, sempre o pessoal de esquerda... Mas nós, dado o isolamento e dado o fato de que as organizações nossas sucumbiram, a gente ficava meio sem pai e sem mãe. Então nós recuperamos isso, essa que é a verdade. Então, quando veio... a anistia começou a crescer, também, aí nós falamos assim... Aí começou a ideia de que nós tínhamos que fazer uma intervenção dos presos na anistia. E essa discussão, “como faz?”, “como faz?”, nós começamos a discutir com os coletivos, com essas pessoas que levavam e traziam cartas, bilhetes, opiniões pessoais e coletivas, coisa e tal. Até que nós... Aí nós formulamos a ideia de que “nós vamos fazer uma greve de fome, uma greve contra o projeto”. Aí que era um problema, também, porque muitos... Algumas correntes de presos falaram assim: “Nós não podemos ser contra o projeto de lei, porque isso vai beneficiar muita...”. “Não, mas não tem...” Aí é aquela tese: “Uma anistia que não solta preso e que anistia torturador, nós não podemos aceitar”. Esse argumento foi devastador. E eu acho que mais o negócio do torturador do que o soltar preso. Foi devastador. Quem era contra... Quer dizer, o cara falou: “Não, alguma coisa, nós temos que fazer”. Aí eles acharam que greve, não. Tudo bem. Mas a maioria, depois, quase todo mundo engajou na greve. Então era uma coisa assim. Então, quando o Figueiredo mandou o projeto de lei, nós fizemos um manifesto e fizemos uma... já anunciando que nós íamos fazer a greve. E aí foi quando a Globo entrou depois na cadeia pela primeira vez; saiu na *Veja*... Aí tinha uma articulação que a sociedade civil – principalmente no Rio de Janeiro – tinha um grau de participação muito forte. E a greve foi um sucesso, foi um sucesso, mesmo. Nós fizemos um filme da greve, fizemos uma peça teatral da greve, um cartaz da greve e um livro da greve. Tudo isso foi pensado anteriormente. E o centro e o comando da greve... não o comando, a coordenação ficou aqui no Rio de Janeiro, por força da nossa... Não de que nós éramos mais competentes que os outros; por força das circunstâncias e das facilidades que nós tínhamos para fazer a greve. E São Paulo poderia ter sido, mas São Paulo tinha... O coletivo não era unido.

D.P. – [Não era] tão unido como aqui, não é?

G.V. – A maioria era contra a greve, lá. E depois eles foram convencidos, parceladamente. Eles tinham muito essa visão de que não teria protagonismo, “nós somos força auxiliar”. Então eles tinham... Era uma concepção; não era uma questão de se a pessoa queria ou não fazer. Greve era o de menos, eles fazerem. Eram pessoas lutadoras como nós. Tinham diferenças, mas tinham uma visão do momento... Então foi isso, nós mudamos radicalmente nossa posição. Eu não fui... Dos 72 presos políticos que fizeram greve de fome contra o projeto de lei do Figueiredo, eu digo assim, nem 10% saíram com a anistia. Noventa por cento saíram só com a revisão da Lei de Segurança Nacional. E eu, nem isso. Porque a Lei de Segurança... Eu sou da primeira leva da guerrilha, que é de 1968, início de 1969. Eu sou antes da 510⁶³, que é o decreto de 1968, e muito antes da 898⁶⁴, que era o decreto-lei que... a Lei de Segurança mais radical.

A.S. – De 1969.

G.V. – Então, veja bem, eu fui condenado pela 314⁶⁵ e pela 510, que são os decretos-lei da Segurança Nacional. Então a pena de prisão, num assalto, numa ação armada, era de dois a cinco anos. Então, para eles me botarem 27 anos, eles tiveram de ir somando, somando, até atingir 27 [anos]. Se fosse na 898, aí ia atingir uns 200 anos. Mas, felizmente... Não fez diferença nenhuma no final, porque... Até hoje, muita gente pergunta: “Gilney, não sei por que você ficou preso tanto tempo”. Eu falo: “Também não sei, não. Tem que perguntar ao inimigo, porque ele que me prendeu e que me manteve”. Mas tem uma certa lógica. Porque, lá em Minas, na verdade, de organizações guerrilheiras, eram: Corrente e Colina. Os dirigentes de Colina saíram com os sequestros; os dirigentes da Corrente, só o Chuchu, que é o Zanconato, que saiu, e depois, eu, que fiquei, que era do comando remanescente, até nós integrarmos a ALN... Era como... Os dirigentes que eles podiam pegar éramos nós. Infelizmente, por razões que não interessam aqui, não puseram meu nome na lista de saída e... Então, tinha de curtir cadeia mesmo.

D.P. – Felizmente, você falou?

⁶³ Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969.

⁶⁴ Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969.

⁶⁵ Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967.

G.V. – Infelizmente.

D.P. – Ah, bem!

G.V. – Infelizmente.

A.S. – Gilney, e depois que o Projeto de Lei de Anistia passa no Congresso Nacional, é editada a Lei de Anistia, estabelecendo a ideia de crimes conexos, que abrange torturadores etc., qual foi a reação de vocês?

G.V. – Nós tínhamos certeza que íamos sair da cadeia sem anistia. Porque a ditadura tinha vencido, veja bem, a linha do DOI-Codi, deles. Então, politicamente, eles estavam submetidos. E como fizeram o acordo da não punição a eles, que persiste até hoje, então... e arranjam um jeito de alocá-los, seja nas Forças Armadas, seja na burocracia – particularmente no SNI, mas alguns, até em outros órgãos estatais –, então você teve uma situação aonde não justificava mais... Era uma incongruência muito grande. Então o cara fez a ação comigo, eu estou preso e o cara está solto. O cara, era para ele estar 200, perpétua, e ele está na rua e eu estou preso. Ah, isso aí... Chegou ao ridículo, não é? Mas, mesmo assim, ainda fiquei seis meses preso, depois da anistia. Saí por liberdade condicional e fiquei até o final da ditadura sob liberdade condicional.

D.P. – Você então saiu... Você saiu em que mês?

G.V. – Eu saí no dia 21 de dezembro de 1979. E até... O número certo, até hoje eu não consegui fazer, de contagem. Eu acho que até o início de 1985, eu fiquei sob liberdade condicional.

D.P. – Ah, é?

G.V. – É.

D.P. – Você tinha que se apresentar de vez em quando?

G.V. – Não.

D.P. – Já foi ficando relaxado.

G.V. – Eu também... A única coisa que eu me apresentei foi quando eu mudei de Minas para Mato Grosso. Aí eu fui no juiz lá e falei: “Olha, eu vou mudar e tal”. Ele falou: “Ah, tudo bem”. Agora, a PF lá de Mato Grosso me... ela ficava vigiando. Uma vez eu fui...

D.P. – Porque você não poderia sair do Brasil, não é?

G.V. – Para te ser sincero, eu nem sei que...

D.P. – Acho que tem essa restrição.

G.V. – Tinha várias restrições, mas...

D.P. – Tinha várias restrições. No papel, pelo menos.

G.V. – Mas eu não seguia nada.

D.P. – Você saiu alguma vez do Brasil, nesse período?

G.V. – Não, não saí também, não. Não tinha interesse em sair. Mas eu fui organizar o PT lá em Minas e, depois, em Mato Grosso. E tinha aquela história de [se] candidatar. Eu nunca [me] candidatei e nunca também fiquei contando minha história. Ainda mais, eu fui para Mato Grosso por uma razão... exatamente isso, porque eu queria começar onde ninguém me conhecia.

D.P. – É mesmo, Gilney?

G.V. – Eu queria começar do zero.

D.P. – Sua opção por Mato Grosso foi por isso?

G.V. – Para a Amazônia. Eu ia para a Amazônia.

D.P. – Espera aí. Você sai da prisão com Iara, já namorando a Iara, já junto com a Iara...

G.V. – Aí já junto com Iara.

D.P. – ...casado com Iara, e aí vocês resolvem ir para Mato... Para onde?

G.V. – Eu falei: “Eu vou para o oeste. Eu não quero ficar no Rio, nem em Belo Horizonte, nem em São Paulo”, que era o triângulo estratégico. Eu falei: “Aqui, todo mundo me conhece, a repressão me conhece”. Eu tinha editado dois livros já, então, tinha um pouco...

D.P. – Você tinha editado dois livros, durante o período...?

G.V. – Um, na cadeia, e quando eu saí da cadeia, editou um. Porque tudo são escritos que eu escrevi lá dentro. O primeiro livro, que foi o Movimento da Anistia, junto com a editora de um companheiro que era da ALN, o Manoel, ele se chama *131 D, Linhares: memorial da prisão política*, que eu até estou querendo ver se faço uma segunda edição agora, já com outros documentos, também. Esse, dizem que é o melhor livro que eu escrevi, que são crônicas de fatos verdadeiros, mas escritos na cadeia, obviamente, e romantizados, e não nominando as pessoas, obviamente. E depois também escrevi uma tese sobre essa questão do partido político. Chama-se *Perspectivas da social democracia no Brasil*. Essa tese, esse livro, eu escrevi porque o pessoal trotskista que visitava a gente, ficava aquela discussão, “é um partido revolucionário dos trabalhadores, não é um partido socialista”. Eu peguei e escrevi... Falei assim: “Olha isso vai ser a social democracia”. Acho que acertei.

D.P. – Acertou, não é? Acertou. Mas aí você então vai para...? Aí você decide ir para lá?

G.V. – Eu decido, por uma razão muito simples, porque... Aí faz parte da minha autocrítica. Por isso mesmo eu me neguei a ir para a fundação do PT, lá no [Colégio] Sion. O Perly e

outros... “Vamos lá, Gilney”. Eu falei: “Não, não vou”. E me neguei a assumir qualquer coisa. Porque, naquela época, estavam caçando quadros para botar na direção do partido, e eu falei: “Não. Negativo. Já cometi esse erro, não vou fazer outro”. E mesmo... Eu fiquei ainda um ano em Minas, não por razão política, nem econômica, nem nada, por razão afetiva, porque eu queria ficar um ano com minha família, com minha mãe.

D.P. – Então você sai da prisão e vai para Minas, primeiro?

G.V. – É. Eu saio aqui da Frei Caneca, eu saio sem documento, sem lenço, sem nada...

D.P. – Alguém foi te buscar?

G.V. – Três mulheres foram me buscar. Três mulheres. Não quer dizer que eram três mulheres que eu tinha afetividade. Tinha afetividade, mas não necessariamente tinha uma relação mais íntima. Porque era a Iara Xavier Pereira; era uma outra Iara, que militava na assistência aos presos políticos; e uma sobrinha do Jimmy que... Depois, acho que ela se meteu em arte, coisa desse tipo. Desculpa se eu não lembro o nome dela.

D.P. – Elas foram lhe buscar na prisão?

G.V. – Foram na prisão. Saí com elas três.

D.P. – A essa altura, estava quem, aqui no presídio?

G.V. – Nessa época, só tinham três presos.

D.P. – Quem era? Você...

G.V. – Eu; Hélio, Hélio Caninha; e o Carlos Alberto. Os dois, de VAR, e eu. Nós éramos três, só.

D.P. – Os dois, da VAR-Palmares?

G.V. – Os dois, da VAR-Palmares, e eu, que era Corrente/ALN. Então, quando...

D.P. – E os outros foram saindo entre agosto e dezembro, pingado?

G.V. – Entre agosto e dezembro, eles foram saindo.

D.P. – Saindo aos pouquinhos?

G.V. – Foram saindo aos pouquinhos. Aí saiu o Perly... Saiu o Colombo, saiu o Perly, saiu o Nelson, saiu o Jabur, saiu... O Jabur saiu logo depois da anistia. Depois saiu... Aí ficaram...

D.P. – E lhe dava alguma angústia? Ou você sabia que era questão de dias? Você sabia que sairia rápido?

G.V. – Nós sabíamos. Mas eu vou dizer uma coisa: quem fica muitos anos preso tem uma certa paúra de... Fala assim: “Eu sei que... Politicamente, eu sei”. Mas, psicologicamente, a gente tinha a sensação de que... “Nós estamos nas mãos dos homens. Esses caras podem fazer qualquer coisa, uma maluquice aí”. A gente sempre tinha um temor dessas coisas. Mas eu tinha confiança que ia sair. Então... Eu me lembro que ficou... Quando ficaram quatro, se não me engano... Ficou: eu; o Mattos, Antonio Pereira Mattos (do Colina), que mora aqui no Rio, também, e que veio comigo de Juiz de Fora para cá, que é muito meu amigo, uma pessoa que eu convivi muitos anos; o Hélio da Silva; e o Carlos Alberto Soares⁶⁶. É Soares?

D.P. – Carlos Alberto Soares não.

G.V. – Carlos Alberto Sales. [corrigindo-se]

D.P. – [Carlos Alberto] Sales. Porque o Soares é desaparecido.

⁶⁶ Corrige-se adiante.

G.V. – Mas tem dois Soares, que faz uma confusão. Mas é Sales, Carlos Alberto Sales.

D.P. – E tem o Carlos Soares, lá de Recife.

G.V. – É Sales. Você tem razão. Então, às vezes eu ficava assim... “Puxa vida! Será que nós vamos ficar aqui?” Dava um pouco essa paúra. Mas eu tinha confiança.

A.S. – Mas você sofreu algum tipo de ameaça?

G.V. – Não, absolutamente.

A.S. – [Inaudível].

G.V. – Isso aí já... A direção do presídio, ao contrário, facilitava. Não tinha... Estava vencido, essa coisa de preso político. Eles só... Era uma administração que eles faziam, um pouco para louvar o pessoal codiano, que... “Nós não vamos dar colher de chá para terrorista”, mas era vencido.

D.P. – “O pessoal codiano”. Gostei. Não conhecia essa expressão, “o pessoal codiano”.

G.V. – Codiano.

D.P. – É o pessoal do DOI-Codi, não é?

G.V. – É, o codiano.

D.P. – Para ficar aqui registrado.

G.V. – E aí eu tinha uma decisão minha, porque eu falei assim... E eu escrevo sobre isso. “Eu saio... O meu protagonismo vai ter de ser construído de baixo para cima”. E quando eu saio, já saio articulando o PT dentro da cadeia: eu, Perly, Jabur, um pouco o Nelson, nós já articulamos aqui, ajudamos a construir e tudo. Fui para Minas e também ajudei. Mas, lá em Minas, eu tomei

uma decisão... “Seja do comitê, da direção municipal”. “Negativo”. Naquela época, o PT ainda era muito de base, então, tinha núcleos de bairros. Então, no bairro onde eu morava, que era lá no Horto, foi construído um núcleo. Gente que eu nem conhecia. Era uma garotada, alguns moradores. E ali começamos a discussão e tal e fizemos um núcleo lá, lá no Boa Vista, que é o Horto-Boa Vista, e eu me candidatei a presidente do núcleo. Então a minha... E tinha outro candidato. Devo ter vencido por um voto, coisa desse tipo, mais pelo discurso e menos pelo conhecimento. Porque eu era o mais experiente; o garoto era muito jovem e tal. Então eu assumi esse... É por aqui que eu começo. E não queria ficar em Minas porque eu era muito conhecido e era um pouco dessa aura, assim: “Ah, o cara é experiente, o cara foi dirigente, o cara fez isso, fez aquilo, então, ele merece isso”. Acabou. Acabou. Não quero saber disso. Fui para um lugar onde ninguém sabia da minha história.

D.P. – Mas como é que você sobrevivia financeiramente, nessa altura?

G.V. – Ah! Essa história merece uma entrevista só sobre isso. Porque tinha um projeto... Quando eu fui... Eu vou contar como nós fomos para Mato Grosso.

D.P. – Em Minas, você ficou fazendo algum trabalho?

G.V. – Não. Fiz essa coisa do PT, eu ajudei...

D.P. – Trabalho político.

G.V. – Político.

D.P. – Você morava com quem?

G.V. – Eu morava... eu, Iara e os dois filhos, a Ana e o Arnaldo. E nós... Iara...

D.P. – Iara trabalhava?

G.V. – Iara arranhou um trabalho na universidade que... Eram militantes, uns da Corrente e outros da Colina, que subsistiram na universidade e arranaram um trabalho burocrático lá. Pessoas boníssimas que até hoje eu... Agradeço muito a eles. E eu também fui... Um pessoal do Partidão antigo me arranhou um emprego lá, mas era um lugar muito sofisticado e eu achei que eu não ia dar certo. Sofisticado era a atividade técnica; não era o ambiente, assim, burguês, não. E depois eu falei assim: “Puxa vida! O que eu vou fazer?” Aí comecei a fazer coisas assim... tipo artesanato, as coisas que eu aprendi na cadeia, para sobreviver. Mas quando eu saí da cadeia... Veja bem, eu já tinha sido visitado por companheiros ex-presos que tinham mudado para Mato Grosso. Porque tinha uma particularidade, mesmo na época da ditadura: quando você estava fora do centro da repressão, do movimento... a direita de lá, que era carente de quadros administrativos, ela assimilava o pessoal de esquerda. Desde que você não fizesse agitação, eles davam emprego para você. [Inaudível] abismado. E vou te falar só daqueles que eu partilhei. Então eu saí no finalzinho de dezembro, fiquei aqui até a passagem de ano, para tirar documento, coisa desse tipo, tirar minha carteira de liberdade condicional, uma carteirinha toda bonitinha que você anda com ela, e aí fui para [Minas Gerais]. Quem me levou para Minas foi o Luiz Fernando Vitor, que é um cidadão que era do PCB – ele é vivo –, irmão do Pachola, que era um velho militante do PCB, muito meu amigo, que rachou e depois voltou para o PCB. Ele levou: eu, Iara e a Ana. Nós fomos juntos de carro para lá. Até hoje nós somos amigos. E aí logo... Eu tinha combinado, antes de sair da cadeia, que nós faríamos uma visita a Cuiabá para conhecer, ou então Porto Velho, porque nós... “Vamos para lá”. Aí fomos. Fizemos uma viagem em janeiro, eu... A Iara não foi, porque ela estava trabalhando. Ela voltou aqui para o Rio. [Fomos] eu; Murilo Pinto da Silva, que é irmão do Ângelo Pezzuti...

D.P. – É irmão do Ângelo Pezzuti?

G.V. – É irmão do Pezzuti. A companheira dele, que era... uma companheira que saiu no sequestro, da VPR. Desculpa. Eu vou lembrar o nome dela. Ela depois se dedica... Ela hoje é uma profissional. Ela, em Paris, ela chegou a ser eleita vereadora de *arrondissement*, uma coisa assim. Ela é uma pessoa cabeça. E o Arnaldo, que era um ex-presos da Corrente, e a mulher do Arnaldo, que era uma simpatizante. Então era o seguinte, no carro tinham quatro guerrilheiros... Eram quatro? Não. Três guerrilheiros, eu... três... quatro, e o bando de apoio. Nós fomos de

carro, um Corcel velho, lá para Mato Grosso. Chegamos lá... E nós nos estabelecemos lá. Foi aí que eu conheci... A cidade era pequetita.

A.S. – Eles também tinham esse desejo de se estabelecer numa cidade que não tivesse sido um centro...

G.V. – Tinham. Eles tinham essa mesma decisão. E nunca tínhamos conversado...

A.S. – ...repressivo ou de agitação política?

G.V. – Literalmente, nós nunca tínhamos conversado sobre isso.

D.P. – Mas quando vocês foram para lá, foram já com esse objetivo?

G.V. – Já fomos com esse objetivo.

D.P. – Todos para conhecer e se estabelecer lá?

G.V. – Para conhecer.

D.P. – Mas já levou mala, Gilney?

G.V. – Não. Eu não levei mala. Porque, nessa época, eu já era casado com Iara, tinham duas crianças, então, nós tínhamos...

D.P. – Foi sondar.

G.V. – Fui ver como é que era. O Murilo e a Sônia... Sônia Lafoz.

D.P. – Que é a companheira do...

G.V. – Sônia Lafoz, que é do sequestro dos 40. A Sônia Lafoz... Eles voltaram logo. Eles falaram... Como eles também não tinham filhos, aí tinham perspectiva de arranjar um trabalho lá, coisa desse tipo, eles ficaram mais um tempo e depois eles voltaram. Eu ainda demorei um ano para mudar. Porque eu falei: “Eu preciso de um emprego. Sem isso não dá. Um trabalho. Um emprego não; um trabalho, para poder sustentar a família, porque eu não tenho condição”. E aí criaram uma coisa lá, um pessoal de Igreja... O Murilo até hoje lembra disso, porque depois ele... Era assim: tinha uma família... A única fábrica de refrigerantes que existia em Cuiabá, chamada Refrigerantes Predileto, era de uma família católica e tal, e tinha dois filhos: um, militante da Igreja... Até hoje o cara é militante. E o outro era um cara que tinha... não tinha militância nenhuma, era o empresário da família. Os velhos ficaram velhos, idosos, então, cederam a fábrica para eles dois. O militante não queria saber nada de fábrica e o outro não tinha capital para capitalizar a fábrica, e eles falaram: “Ah, vamos passar isso adiante!”. Então esse pessoal, os amigos nossos, gente mais ligada à Igreja, eles falaram: “Vamos pegar essa fábrica aí, vamos fazer disso um projeto para sustentar o PT, sustentar o movimento popular”. Uma coisa maluca, certo? Olha, só sei o seguinte... E aí é o emprego do Gilney. Gente, a coisa mais maluca que eu me meti foi essa. Porque, literalmente, era uma fábrica, uma fábrica mesmo, com uma linha de produçãozinha, que você tem que botar bicho para lavar a garrafa, botar... E ainda era manual, o preenchimento. E os operários, e tal. Objetivamente, eu saí da cadeia... Eu, comunista, saí da cadeia e virei gerente de uma fábrica capitalista. Você sabe o que acontece, não é? Pus a pique, para combater o capitalismo de uma forma consequente. A primeira coisa que eu fiz: assinar a carteira dos operários, que ninguém assinava. Eu acho que a burguesia até ficou assustada: “Puxa vida! Essa fábrica aqui está...”. Porque ninguém assinava lá. É óbvio que isso aí aumentou os custos. Querer emitir nota fiscal, que ninguém emitia. Formalizar as coisas, porque era tudo... Essas coisas assim, que eu achava que... “Pelo amor de Deus! Você tem que pagar imposto, você tem que pagar as previdências...”. Isso tudo que a burguesia, principalmente a pequena, não queria fazer de jeito nenhum.

A.S. – E isso foi aceito tranquilamente pelo dono da empresa?

G.V. – Não, os donos eram fictícios. Os donos só fizeram aquilo ali, puseram o dinheirinho deles, coitados, e falaram assim: “Olha, está aqui...”

D.P. – Para ajudar? É isso?

G.V. – Para esse projeto. Não a mim. Era um projeto mais ambicioso. Eu era um...

D.P. – Para ajudar o pessoal da esquerda.

G.V. – Da esquerda. Naturalmente, era o PT que era o centro da coisa, mas eles tinham muita ligação com o movimento camponês, com o movimento... Naquela época, lá tinha. Então a coisa... Só que eu fiquei um ano e pouco nessa fábrica. Gente! Primeiro, é o seguinte, eu aprendi umas coisas que eu lendo Marx eu não aprendi, não, mas na prática... Primeiro: gerente e dono de fábrica pequena trabalha mais do que operário. Se ele quer tocar o negócio, ele tem que trabalhar muito, muito. Então era uma coisa estafante. Eu não aguentava aquilo. E outra... E ela tinha também... Ela atendia o consumo imediato. Então as pessoas batiam para comprar lá, até domingo. Então era uma coisa sufocante. Segundo, era o seguinte: tinha um gradiente cultural lá muito forte. O capitalismo que eu estudava não era bem aquilo. Na periferia que é ali da Amazônia, aquilo não funcionava direito. Por exemplo, a relação de capital e trabalho lá era o seguinte: os operários de lá, no dia que chovia, eles não trabalhavam; se estivesse frio, não ia trabalhar. Cinquenta a sessenta por cento não iam. E morava ao lado da fábrica. Ao lado. Eu falava: “Isso não é operário!”. Eu ficava muito... E tinha um senhor que era o gestor da fábrica, do ponto de vista técnico, que era o seu Joãozinho, um negro forte, bonito, uma pessoa que me ensinou muita coisa na vida, nessa nova vida minha, de gerente. [riso] Eu encho a boca para falar, mas era uma coisa muito louca. Então eu aprendi a lavar garrafa, aprendi a encher a garrafa de refrigerante e a botar o gás, porque são movimentos simultâneos, a encher o caminhão, a distribuir o refrigerante e a vender nos botecos – lá, antigamente, chamava bolicho –, nos bolichos. Depois entendi como é que o pequeno capital enfrenta o grande. Porque, literalmente... Não sei como é hoje, então, não posso falar. Literalmente, é assim: refrigerante e bebida, só o grande que domina. Ou você faz o salto de pequeno, médio e grande, ou então eles vão te dominar, vão te comprar. E naquela época, quando eles não tinham o interesse de dominar, eles destruíam o seu vasilhame, que era o capital circulante que você tinha.

D.P. – Destruíam seu vasilhame?

G.V. – O vasilhame, que é a garrafa. Porque a cerveja, o refrigerante... Era tubaína e guaraná, que a gente vendia. Então era o seguinte, você tem que ir no boteco, no bolicho, e falar assim: “Olha, toma aqui uma...”.

D.P. – Um engradado.

G.V. – “Toma aqui um engradado. Quando eu voltar...”.

D.P. – “Eu pego de novo”.

G.V. – “Eu volto, assim e assim”. Você financiava um pouco. Mas sabe o que a Coca-Cola fazia? Porque era basicamente a Coca-Cola. Ela ia lá e te comprava... Mas também a Antártica. Ela comprava o seu vasilhame e quebrava, ou então levava e sumia com ele.

D.P. – Porque, naquela época, era tudo vasilhame de vidro, não é?

G.V. – Era tudo de vidro. Então, o que acontecia? Quando você chegava lá, falavam: “Ah, o seu vasilhame? Não tem mais aqui”. Era uma coisa de louco! Esse é o grande contra o pequeno. Aprendi isso na prática. Então, quando foi em 1982 e tanto... Eu percebi que a fábrica tinha que investir, mas os proponentes falaram: “Não, não vou investir mais nada, não. O dinheiro que nós tínhamos já... O pouquinho de dinheiro acumulado, nós jogamos aí”. Aí o dono da fábrica falou assim... Vieram e me fizeram a proposta: “Gilney, fique com a fábrica para você”. Aí eu falei; “Não. Não vim aqui para isso. Eu estou aqui de empregado. Eu não quero ser dono de nada”. Mas era assim, de mãe para filha; não é pai para filho, não. E os velhos... E outra coisa: davam a propriedade, que era grande, era um galpão grande e tal. Eu, Iara e as duas crianças, nós moramos na fábrica um ano e meio. O escritório... Nós morávamos dentro do escritório.

D.P. – Dentro do escritório?

G.V. – Dentro do galpão. Era um galpão grande, desses assim, aonde tinha um *dégradé* de coisa, que era ali, tinha uma geladeira, e nós pusemos uma cama ali e um fogão e moramos ali um ano e meio. E aí têm fatos muito gozados. Isso na beira do rio Cuiabá.

D.P. – E as crianças frequentavam a escola?

G.V. – Frequentavam a escola direitinho. A única coisa que Iara exigiu, não abriu mão... Ela falou: “Eu quero uma escola boa para as crianças”. Foi a única coisa que ela falou. “O resto, eu aceito, mas isso eu não abro mão”. Ela tinha vindo de Cuba, e as crianças tinham uma assistência decente lá, então ela falou: “Isso eu não abro mão”.

D.P. – Iara tinha morado um tempo com as crianças em Cuba, não é?

G.V. – Iara é da turma que ficou com a ALN até o finalzinho do massacre. Ela já saiu em agosto ou setembro de 1973. Mas saiu grávida, buchuda já. Aliás, foi por isso que eles mandaram ela... Ela não queria sair, não.

D.P. – Aí já...

G.V. – Aí, quando ela teve o neném, que era o Arnaldo, Arnaldo Xavier, ela tentou retornar. Mas aí...

D.P. – Já estava complicado.

G.V. – ...já estava desarticulado. Aí tem uma bralhada lá dentro, dos remanescentes, que ela fica muito magoada. Mas ela tentou voltar.

D.P. – Ela fica em Cuba até...?

G.V. – Aí ela sai da clandestinidade em Cuba. Porque lá ela era clandestina. Ela era... Ela tinha um nome clandestino, vida clandestina e tudo. Aí, depois que ela tentou vir e não conseguiu... É bom que se diga, com participação também dos cubanos, nessas coisas de sair e entrar lá.

Sempre teve. Isso foi o conflito com Marighella, em cima disso. Uma das razões do conflito. Aí ela sai da clandestinidade. “Ah, então, vou sair da clandestinidade e vou estudar”. Aí ela foi para a universidade estudar. Aí ela teve outra criança, que é a Ana Maria.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.V. – ...ter condições de voltar. Quando ela voltou, ela voltou já no início de... Aí eu vou terminar essa primeira parte com o negócio de Perus. Quando ela voltou, ela voltou exatamente em maio... abril ou maio de 1979.

D.P. – E ela aí vai lhe visitar...

G.V. – Ela vai me visitar, nós retomamos nossa amizade, aquela coisa toda, e depois nós nos casamos.

D.P. – Certo.

G.V. – É isso aí. Mas ela tem uma coisa. Quando ela chegou no Brasil, tem um fato relevante que eu não sei se eu contei. Se eu contei, desculpa, vocês cortem depois. É que a tia dela, chamada Irene Newman, porque ela casou com um cidadão que era Newman, por isso que assumiu... A Irene era daquela turma... uma pessoa mística, que acredita em umbanda e outras coisas mais, e ela era uma pessoa muito religiosa. Então era aquela história, ela, como ela mudou para São Paulo, com esse casamento, então, ela ficou procurando a história do Arnaldo... do Arnaldo não, do Iuri Xavier Pereira e do Alex Xavier Pereira, que eram os filhos da Zilda, irmãos da Iara. E ela descobriu que... E ela procurou em todos os cemitérios, em todos os cemitérios, até que ela bateu lá no Dom Bosco, em Perus, e descobriu os meninos lá. E ela que estabeleceu uma amizade com o... Foi a primeira família que descobriu a coisa e estabeleceu uma relação mais íntima com o gestor do... E, na verdade, o gestor...

A.S. – [O gestor] do cemitério?

G.V. – Do cemitério. O gestor do cemitério é que vai dar, nessa conversa sem muita malícia... Ela era uma pessoa idosa, tipo uma velhinha. Ela primeiro descobre o... não me lembro se o Iuri ou se o Arnaldo⁶⁷. Porque um foi enterrado com o nome próprio; o outro, com o nome falso. E ela demorou a descobrir o outro, com o nome falso. E acho que ela soube... O cara falou que... “Ah! Mas eles podem ter enterrado com outro nome aqui”. O cara falou. O gestor sabia da coisa, que funcionava assim no DOI-Codi, enterrava nego com nome falso lá. Aí ela foi pegar a reportagem e viu: “Ah, é João Maria, não sei o quê”. Foi lá e... Então ela guardou isso para ela. Quando Iara... Ela mandou falar com Iara. Quando [Iara] chegou, a primeira coisa que ela fez: ela foi lá no Perus. E a Iara chamou Suzana, chamou aí o pessoal de São Paulo, que era... nessa época, era um menino que era deputado estadual pelo PT e outros meninos, e foram lá. E foi aí que descobriu que... Primeiro descobriu que um dos meninos estava enterrado ali. Aí ela falou assim: “Se tem um enterrado com o nome falso, vão ter outros. E foi assim que descobriu o Eurico. Porque a Iara chamou a Suzana e foram para lá. Assim que... Perus começa assim. É bom que se diga que, antes disso, tinham algumas pessoas que tiraram corpos de companheiros nossos de lá. Tem caso. Mas por outros caminhos, por um caminho de ligação afetiva com a repressão, que é o caso do companheiro da ALN que foi assassinado com o Alex, que é o Gelson Reicher. O Gelson Reicher é judeu de família e tudo, e a família dele, os Reicher, eles eram amigos dos Abramovitch. O Abramovitch é um médico legista do DOI-Codi. A colônia judia antiga, normalmente, eles eram unidos, por razões religiosas, autodefesa, essas coisas que são típicas de comunidades judias. Então eles se conheciam. Um cara conhecia o outro. E não sei quem tomou a iniciativa, só sei que o Abramovitch informou à família e a família foi lá e tirou o Gelson. Mas isso tudo no circuito, vamos dizer assim, privado – privado de fechado, ainda –, do controle do DOI-Codi. Fora do controle mesmo... Provavelmente, devem ter tido outros, também. [Fora do controle], foi com...

D.P. – Com Iara.

G.V. – Foi Iara que abriu essa coisa.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2015-03-24_01]

⁶⁷ Confundindo-se. Trata-se de Alex Xavier Pereira, já citado anteriormente.

A.S. – Bom, Gilney, nós estávamos conversando sobre os esforços da Irene Newman em encontrar o paradeiro e os corpos dos seus sobrinhos e você mencionou a descoberta da vala de Perus, e eu gostaria que você comentasse um pouco mais sobre o seu envolvimento, a partir de então, com essa causa, que é a causa dos familiares de mortos e desaparecidos.

G.V. – Olha, envolvimento político e afetivo, eu tenho de há muito mais tempo. Porque a morte, quando a gente está num enfrentamento, ela é previsível, mas o que eu aprendi é que a morte é muito sentida, afetivamente, quando ela chega nos seus. A morte dos outros fica parecendo que é uma questão política; não é afetiva. E a primeira morte que eu fiquei muito chateado, muito chocado foi com o Nelson José de Almeida, que foi assassinado no dia... se não me engano, 11 de abril de 1969, quando eu e o Zanonato... Não. Nós fizemos uma reunião do comando da Corrente, porque tinha havido algumas quedas circunstanciais. Não foi nem mérito da repressão. Isso... Foi visto na rua andando e seguiu e caiu um aparelho e depois... Essas coisas desse tipo. Mas nós já tínhamos... Fiz uma reunião do comando falando: “Vamos mandar algumas pessoas... Tirar dos aparelhos e mandar para o interior”. Porque nós tínhamos a pretensão de fazer uma guerrilha na Rio-Bahia. Era a área tática nossa lá. Essas coisas podem parecer ridículas hoje, mas era sério. Nós botamos as vidas das pessoas lá. E um deles foi o Nelson José. Nesse dia 9 para o dia 10, nós saímos... E eu já estava muito clandestino. Eu e o Hércio já estávamos clandestinos, e sendo que eu já estava sendo procurado pelo Exército, pela repressão, pelo Codi. Nem Codi. Não existia, ainda. E saímos e encontramos com o Nelson, que era um jovem de origem rural, e nós mandamos ele para Teófilo Otoni. E alguém deve ter mencionado o nome, ou por outras razões, capturaram ele e fuzilaram o cara, literalmente. Então a morte sempre foi uma coisa... Desde essa época, ela foi muito próxima da gente. E mesmo a gente estava esperando também que chegasse o nosso dia. Porque na luta que nós estávamos, a iminência da morte era uma possibilidade muito grande. Mas o fato de eu ter ido para a Amazônia e para Mato Grosso me tirou do centro das coisas. Mas, antes de ir, já quando eu estava preso aqui, as primeiras iniciativas de pesquisas sobre mortos e desaparecidos, eu participei. Porque começou um pouco com o Movimento Feminino pela Anistia, mas depois a OAB aqui, depois o CBA aqui, e o primeiro livro que fala sobre mortos e desaparecidos é do... Tem um rapaz que fez um livrinho, muito baseado no depoimento dos presos, que era a fonte originária dessas coisas. Em verdade...

D.P. – Qual é o livro? De quem?

G.V. – É assim: *Desaparecidos políticos*⁶⁸. É um livro...

D.P. – E ele sai em que período?

G.V. – Ele sai em 1979 ou 1980. É o primeiro livro sobre isso.

D.P. – É um livro? Publicado?

G.V. – Publicado. Ele... Desculpa se eu estou esquecendo o nome do autor. Mas ele visitava a gente na cadeia, então é fácil saber. É porque eu estou meio falho de memória. E hoje, também, você pesquisando os arquivos do SNI, você vê as primeiras listas de mortos e desaparecidos que estão... seja da OAB, e nisso a Eny tem um papel importante; depois, do CBA... É interessante. Então ali, você, quando preso, você acaba socializando essa dor, que era muito grupal. Esse é um fenômeno que aconteceu com a gente. Então, por exemplo, quando eu estava em Linhares, aí o pessoal da VAR relaciona... Primeiro, da Colina, que era o caso lá do Viana e do outro companheiro... Dois sargentos. E você vê que... Ali [você] acaba sabendo, sabendo os detalhes e acaba socializando a dor. E depois... Isso, na cadeia, era mais fácil do que na clandestinidade, em que os canais de comunicação eram mais dificultados, por óbvia necessidade de segurança. Então isso. Eu retomo depois, quando preso, quando eu estou no Rio, porque aqui já é no movimento político de recuperar – não era de ficar falando no circuito pequeno – e, eventualmente, você fazendo denúncia para sair no exterior, que era o que eu fazia. Então eu tenho essa... Quando Iara chegou, é exatamente, também, quando há um salto de qualidade no movimento de família. Na verdade, o movimento de família é criado aqui no... O marco é a reunião do Colégio Bennett, aqui perto, em Botafogo. O marco é esse. E Iara, quando ela descobre... quer dizer, a tia dela descobre Perus, fala com ela, aí ela comunica com mais umas duas e eles esperam o Bennett, para depois sair dali... Então, na verdade, o Bennett organiza o Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos. O movimento. Não estou falando que as famílias não tinham tido ação. E, particularmente, algumas famílias que eram

⁶⁸ Provavelmente, refere-se ao livro *Desaparecidos Políticos: prisões, sequestros, assassinatos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (org.). Rio de Janeiro: Edições Opção e CBA-RJ, 1979.

ligadas ao Partidão tinham uma certa conexão, coisas desse tipo. Mas você ter uma coisa mais... com um caráter... é no Bennett que sai. E a primeira ação que sai dali é exatamente Perus, aonde vai ver os irmãos Xavier e vai ver o Eurico Tejera, que depois são tirados de lá. E dali abre-se todo um caminho que vai ser pesquisado até hoje. E aí, quando eu... Como a Iara estava empenhada nessa... era uma questão política, mas era afetiva, sentimental... Sendo que no caso da Iara, ela tem os dois irmãos e tem o primeiro marido, que é o Arnaldo Cardoso Rocha, que é filho de um velho comunista, que até hoje é vivo, chama-se... [Inaudível]. Todo mundo chama ele de Rocha, que era dirigente da [inaudível], lá de Belo Horizonte, Minas Gerais. Então, ali nós começamos a retomar... Eu, na verdade, meu protagonismo inicial era pequeno, essa que é a verdade. E o fato também que nós voltamos... voltamos não; [o fato de que] nós nos encaminhamos para Mato Grosso, isso nos tirou do centro dessa articulação. A Iara sempre continuou com um grau de comprometimento, mas com menos protagonismo, porque a dificuldade de deslocamento era muito grande. Quando eu sou eleito deputado federal, em 1994, aí eu vou para Brasília e... Deputado federal, você fica indo e vindo, mas sempre tinha uma... Isso possibilitou também que a Iara também saísse um pouco do isolamento dela, para ela rearticular, ou entrar na articulação. Aí tem um salto de qualidade na articulação.

A.S. – A partir desse momento?

G.V. – Não, eu não sei o momento.

A.S. – Ou você está falando especificamente da Iara?

G.V. – Da Iara e minha, também. Por quê? Porque eu era deputado e o meu mandato foi... Eu tinha prioridades, no meu mandato. Eu não fui um deputado que ficava atuando em tudo quanto é nível, não. Eu atuei basicamente, primeiro, na questão ambiental, em direitos ambientais.

A.S. – Como foi essa ideia de se candidatar a deputado federal?

G.V. – Eu te conto já, já.

A.S. – Foi pelo Mato Grosso, não é?

G.V. – Foi por Mato Grosso. Então, direitos ambientais e direitos humanos *sensu lato*. E o caso dos mortos e desaparecidos, então, eu não sei quantos deputados fizeram discurso naquela época sobre isso, mas eu sei que eu sou um dos que fez mais. Editei panfleto e tudo. Então eu estava com dinamismo. Era um comprometimento do meu mandato sobre isso. Tanto é que quando o Fernando Henrique manda o projeto de lei para o reconhecimento dos mortos e desaparecidos, o Movimento de Familiares se encorpa – já tinha, como se diz, tinha um *leitmotiv*, tem um foco para poder lutar –, e eu acompanhei tudo isso, como deputado e como familiar, também. E aconteceu uma coisa assim... O Nilmário Miranda era o deputado mais qualificado nesse tema lá, porque ele tinha proposto e tinha sido presidente de uma comissão externa para investigar os mortos e desaparecidos. Essa comissão foi muito importante na institucionalidade, porque ela dialogava com os familiares. Essa comissão é antes de eu chegar lá. Então o Nilmário tinha... Então, eu não tinha essa preocupação de ficar disputando com ninguém e sempre trabalhei junto com ele, quando eu cheguei. Ampliamos um pouco o leque, porque o meu leque era mais... também englobava a questão indígena, os direitos dos povos indígenas, ou seja, tudo que não era hegemônico, tudo que era das minorias sofridas. Isso é bom e ruim. É bom porque você fica conhecido, e ruim porque você fica excluído do que é hegemônico. Mas uma coisa é certa: seja pelo protagonismo de Iara, o meu mandato foi colocado a serviço da causa. Então, por exemplo, se você pesquisar no Congresso, a maioria das emendas que foram produzidas pela reunião dos mortos e desaparecidos fui eu que apresentei. Eu lutei lá. Tinham pessoas no PSDB que eram militantes, também sobreviventes da luta contra a ditadura, e às vezes a gente conversava com eles, mas eles... Era como se desculpassem: “Olha, não temos condições”. Eles tinham um compromisso de governo de chegar... Porque o projeto tinha um limite e eles não queriam ultrapassar aquele limite. Eu acho que foi um passo importante. Assim como foi a Lei de Anistia, esse aí foi um passo importante. Mas poderia ter sido um passo maior.

D.P. – Você diz a Lei dos Mortos e Desaparecidos?

G.V. – A Lei dos Mortos e Desaparecidos. Então, com isso você abriu o leque da luta dos mortos e desaparecidos. Teve um pico, com o negócio da... Não obstante a concepção que presidia a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, que é a Lei 9.140, de 1995. Qual

é essa concepção? Têm alguns reconhecimentos de pronto, que são os 136, que são uns tantos do Araguaia... Na verdade, a maioria é do Araguaia e outros foram acrescentados. Segundo, é que delegou à Comissão poderes para reconhecer outros que assim requeressem. E terceiro, identificava que eles tinham que ter identidade política, tinham que ter militância política comprovada. Quarto, que as famílias tinham que requerer e provar isso. O Estado não provava. E quinto, que atribuía a competência para ela para investigar, apurar e procurar os mortos, essas coisas todas. Até hoje estão procurando, com pouquíssimo sucesso. E quinto, tinha uma característica muito ruim, que era o secretismo. Secretismo é assim: você tinha uma reunião, a reunião era fechada, os registros são pequenínimos, os registros. E, na verdade, quem quebrava o secretismo e o colocava para a sociedade eram os familiares. E teve duas pessoas que... Teve um grupo de familiares que teve um problema muito forte para formar os processos. E, em Brasília, os processos eram pesquisados lá dentro do nosso apartamento. Ali era o escritório das famílias. Não era exclusivo, porque alguns deputados também apoiaram, mas lá era a muvuca, porque a Iara...

D.P. – Era o seu apartamento pessoal?

G.V. – Funcional, meu apartamento funcional. Porque eu morava...

D.P. – Sim. Mas também tinha um gabinete que também servia...

G.V. – Tem o gabinete na Câmara, mas...

D.P. – Mas era de noite? Era final de semana? O que era?

G.V. – Não. Porque família não tem horário. E as meninas ficavam lá um mês, dois meses, três meses. Acamparam ali.

D.P. – Então acamparam na sua casa, na sua residência?

G.V. – Acamparam na minha casa. E a Iara, veja bem, teve uma importância muito grande porque... Os familiares indicaram a Suzana Lisbôa para ser a representante dos familiares, mas

era um isolamento muito grande. Eles perceberam que ela ia ficar isolada. A outra era a Eunice Paiva, que não tinha militância com os familiares. Ela tinha a militância da luta e tal – e tem até hoje, a família –, mas não tinha... não era compatível... não partilhava do movimento. Então era uma contradição. E não dialogava com a Suzana, porque é uma visão diferente. Então os familiares pediram para que Iara pertencesse à Comissão. Mas não podia, porque não tinha vaga. Então Iara ficou como segunda, lá na Comissão. Ela era a membra que não era oficial. Então Iara participou de todas as reuniões, intervinha, fazia processo, fazia tudo. Muita coisa, assinava, também. E mesmo porque... Aí teve uma discussão interessantíssima... Esse eu contribuí, além de pesquisa e ajudar e conviver e discutir: a questão de concepção, a questão de concepção política. Porque o governo tinha a concepção assim: “Nós vamos resolver o negócio das famílias”. Não era resolver o negócio da sociedade em relação ao fato que as famílias lutavam. É diferente. E como é que nós podíamos abrir os fatos que são das famílias, vamos assim dizer, para a sociedade? Só pela publicidade, pela transparência, coisa que a Comissão não contemplava. A Comissão era fechada. Todas as reuniões eram fechadas.

A.S. – Mas essa era uma questão regimental? Ou era uma opção dos integrantes da Comissão?

G.V. – Isso é uma questão política. Ninguém falou que tinha que ser fechada. Nem a lei fala. Era uma concepção que presidia isso, que, desgrazadamente, em parte, foi influenciar a Comissão Nacional da Verdade depois. Quem quebrou essa concepção foi a Comissão da Anistia. Porque também a Comissão da Anistia, durante muitos anos, tinha esse secretismo – era a comissão de coisa do Estado e não sei o quê. Isso é quebrado depois. É quebrado com o Paulo Abrão e com o Tarso Genro, que tinham uma concepção de transparência, de democratização do Estado, e a anistia servia para isso. Então, na verdade, é uma concepção meio tucana, meio de fazer a coisa... “mas isso é uma coisa do Estado”. Você testa o resultado da sociedade. Não é a participação da sociedade no processo, e que implicaria no resultado, e muito menos que você fizesse a disputa política na sociedade – e cultural – sobre aqueles fatos. Disputar a memória, disputar... No fundo, no fundo, era um pouco de uma leitura do pacto que foi feito com os militares lá em... Eu não considero que foi feito em 1979. Isso aí foi feito entre militares. Agora, o pacto de civis com militares houve foi com Tancredo. Isso sim. Ali houve pacto. Mas lá, antes, nós não éramos... As forças civis praticamente... de oposição não pactuaram, em 1979. Ao contrário, enfrentaram no Congresso e quase derrotaram o Projeto de

Lei de Anistia, o 6.683. Então nós tínhamos uma divisão de trabalho lá muito grande. Ah! Mas eu estava falando de concepção. Então tinha a concepção de como a Comissão devia funcionar. Mas você tem que olhar o seguinte, que os familiares demoraram tantos anos para serem ouvidos pelo Estado... Quando eles... Então, aquilo foi uma vitória. Mas não tiveram força para romper o chamado secretismo, quer dizer, aquela coisa não transparente. Então tinham dois mecanismos que foram... que os familiares souberam... Nesse sentido, eu ajudei, também. Primeiro, fazer os processos. Sempre eu defendi e Iara também defendeu isso – depois todo mundo defendeu, não fomos só nós –, que os projetos tinham que ter uma recuperação da história. Não é só o processo de um cara, “ah, porque fulano foi preso em tal dia”. Não, não. Tinha uma recuperação histórica da coisa. Naquela época, tinha mais um pouco de receio de falar sobre organizações, de partidos, de política clandestina. Tinha um certo temor ainda. Os familiares, muito menos, mas quem era mais militante, que é o caso dessas meninas – que eram meninas, agora são senhoras –, tinha um certo receio, também. Sem contar que tinha partes muito dolorosas, também, desses processos internos nossos de críticas, que são difíceis de trabalhar publicamente. Mas uma é ter processos com qualidade, e não só do ponto de vista de que administrativamente fossem aceitáveis, mas que politicamente fossem defensáveis publicamente. Então você vai ver que... Sabe o que eles faziam? Quem não passava pelo crivo dessas meninas, que eram Iara, Suzana, Criméia, Amparo, que eram familiares que eram militantes sobreviventes, e depois, o Ivan, e mais tarde, a Teles e outros... Mas, no início, esse grupinho que era o mais militante. Quando eles... Acontecia às vezes que o familiar contratava uma pessoa, uma pessoa de confiança, e fazia o processo e colocava lá. O que essas meninas faziam, esse grupo de familiares que, na verdade, lideraram o processo? Elas pegavam e refaziam o memorial do processo: faziam outra investigação, paralela às investigações, e constituíam um subprocesso. Isso aconteceu em todos os grandes processos. Todos. Só o do Araguaia... Mesmo o do Araguaia, que tinha uma dificuldade muito grande, que é a falta de informação. Mas se vão pegar o do Marighella, que Iara refez tudo, tudo que a Charf fez... “Está bom. Está bom. Mas vamos fazer tudo ao nosso jeito”. Porque era uma outra visão. E você, se olhar... Vamos pegar aqui... O do Lamarca, a Iara refez tudo. Estou falando esse especificamente porque eu acompanhei direto. Então você vai ver o seguinte... E qual era a tática? A tática era o seguinte: [quando] ia julgar, ou você dava antes para a imprensa, ou dava depois. Você pode pesquisar nos grandes jornais, você vai ver isso, todos [inaudível]. E, naquela época, a imprensa estava ávida de notícias sobre isso, então abria. E era o tipo de coisa

que não contestava diretamente o governo, não tinha esse conflito que está estabelecido hoje, então você tinha facilidade para divulgar. Então, o sucesso da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, nessa primeira fase, que era do reconhecimento e da denúncia, está ligado ao fato dessa tática de familiares de fazer processos com historicidade, com dados, com a avaliação política e a divulgação, de tal forma que, às vezes, o cara que era o presidente da Comissão era obrigado, depois, a falar para a mídia, para a imprensa, porque aí a coisa já estava escancarada. Às vezes, até de primeira página. Então, nesse sentido, eu contribuí, sim. Não tanto quanto essas meninas. Eu diria que elas foram mais... trabalharam a coisa. Eu discuti mais essa questão de concepção. Uma vez... Tem um outro cidadão, eu não vou citar o nome, ele foi com o processo do pai dele, e eu falei assim... Eu conversei demoradamente com ele, aí ele... Eu suponho que ele tenha feito a coisa, porque é gente muito competente. Mas às vezes a gente... Não é uma questão de competência; é uma questão de... A pessoa não está no centro daquele debate político e às vezes ele não consegue ver a oportunidade de fazer uma disputa mais ampla. Então, na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos da Lei 9.140, nós temos um pico que vai de 1995 até 1997 e 1998 que você pode pesquisar na mídia escrita e falada muitas reportagens sobre mortos e desaparecidos. Muito mais. Você pode comparar esse período com o período de 2011 a 2013, ou 2012 a 2014, da Comissão da Verdade, e você vai ver que talvez tenha uma certa parelha, vamos dizer assim, não é muito diferente. Só que agora era mais amplo, porque não era só mortos e desaparecidos, no caso. Então nós temos uma... Além disso, do meu protagonismo, o meu...

A.S. – Deixa eu só voltar um pouquinho para essa questão?

G.V. – Pois não.

A.S. – Eu tenho duas perguntas com relação a isso. Em sua opinião, essa quantidade de reportagens, por exemplo, sobre os trabalhos da Comissão, levaram a uma sensibilização da sociedade brasileira a essa causa? Ou não é visível isso?

G.V. – Tirou da obscuridade. Aquilo ali foi um salto. Porque essas famílias tinham 20 anos, 30 anos lutando por isso. Então, pela primeira vez, eles eram escutados pela sociedade. Poxa! Isso, para elas, é uma coisa importante. E, para a sociedade, foi uma coisa muito relevante, porque

até então essas pessoas eram os terroristas, eram os comunistas, eram os caras que causaram... eram assaltantes de banco, eram pejorativamente tachados. Então você deu uma outra aura, um outro conceito para essa resistência armada e para a resistência não armada, também, que eram os comunistas. E no sentido negativo. Porque comunista, também, eu considero uma coisa boa, não é ruim, mas era tido como aquela coisa pejorativa. Então eu acho que foi um salto de qualidade. Mas teve época que a Comissão se esgotava no reconhecimento, porque ela não investigava além disso. Então você vê isso. Por quê? A Comissão não fazia audiência pública. Não era impedido de fazer. Aliás, devia ter feito. Ela não divulgava a ata, não divulgava aquela ata de... “foi aprovado tal coisa”, que é um comunicado; não é uma ata. Terceiro, não fazia investigação. Você denunciava, falava que foi enterrado aqui, e o cara não ia lá investigar, e ainda queria que os familiares fizessem o que eles deviam ter feito. O ônus da prova ficou sobre os familiares. Quer dizer, uma coisa ridícula. Então é óbvio que os familiares não teriam condições de fazer. Mesmo assim, familiares apoiando, tentou no caso do Araguaia; tentou aqui; lá no caso de Foz do Iguaçu, o pessoal da VP; tentou, como é o caso de Perus, que tinha um pessoal de ALN; tentou assim acolá; mesmo lá o pessoal do BR, lá em Pernambuco; a coisa do Sá Roriz, do [inaudível]. Então você tinha uma visão muito... O Estado tinha uma responsabilidade muito limitada e, principalmente, era como se fosse uma responsabilidade só pelo fato de ter assassinado. Da repressão, não. Era como se particularizasse a coisa e desfalcasse do conjunto da obra. Aí o que aconteceu? Quando você passou à massa crítica de familiares, você arrefeceu o movimento, e também você passou para aquela fase que precisava investigar e apurar os responsáveis do DOI, e elas não foram para diante. Uma coisa que eu só percebi depois... Então eu sou parte do erro. Você observa o seguinte: a nossa visão, até alguns anos atrás, de quem foi reprimido pela ditadura é uma visão de quem foi reprimido estando militando num determinado partido político. Exceto 1964, onde, além de partido político, tinham organizações sociais que foram objeto direto da repressão – então, UNE, UBES, Liga Camponesa, Contag, CGT e alguns sindicatos foram objeto –, independente de saber se o cara era comunista ou não, de AP e Polop. Ali, eles foram objeto de repressão. Mas ali era identificado tudo como comunista, esquerda. Era o mote da ditadura para poder, vamos dizer assim, legitimar sua repressão. Então você está diante de um fato o seguinte, de que esse conceito de que quem foi vítima da ditadura é quem era o militante político ou então um dirigente de uma entidade dessas vai marcar toda a transição política brasileira, do ponto de vista das vítimas. A anistia é assim, ela caracteriza assim: tem direito à anistia... E a Lei 10.

559, que é a que sistematizou e deu um conteúdo mais político à coisa, ela fala o seguinte... Que é fruto de uma medida provisória. Depois, um ano depois, saiu a Lei 10.559. Ela fala o seguinte: é fruto todos aqueles que foram objeto da perseguição por atos institucionais, lei e tal, aquela coisa do artigo 8º. E quando você vai codificar, ela fala assim: “Não, você tem que provar sua militância política”. E tem mais: a prova da militância política, não são os partidos ou os militantes que fazem, é o Estado que faz a prova. Quer dizer, é a prova da...

D.P. – Do processo quase.

G.V. – A prova é da repressão, que você...

D.P. – [Inaudível] processo.

G.V. – Quem prova que você era militante é a repressão; não é você, não. É uma coisa absurda, mas é assim que funciona. Só recentemente que você está admitindo outras provas testemunhais. Com muito cuidado para ampliar isso, porque até o TCU... Na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos é mais radical ainda, porque você, além de provar que era militante, você tinha que provar que morreu na delegacia, num estabelecimento ou sob a guarda do Estado.

A.S. – Esse aspecto foi fruto de debate no Congresso Nacional durante a aprovação da lei?

G.V. – Foi. Eu apus, enquanto deputado, emendas que alargavam esse leque. Mas não foi aceito nenhuma delas, nenhuma emenda.

D.P. – Mas tinha um grupo de familiares que defendia, no interior?

G.V. – Não, não.

D.P. – Não?

G.V. – Isso, todo o Movimento de Familiares defendia isso.

D.P. – Havia unanimidade?

G.V. – Havia. Existia familiares que têm...

D.P. – Está bom. Mas o grupo.

G.V. – Quem construiu o movimento, eles eram unidos, bastante unidos nessas coisas. Nunca teve divergências sensíveis sobre isso. Ele tem divergências depois, mais adiante, dez anos depois, ou coisa desse tipo.

D.P. – Porque tem sobre a concepção de desaparecido.

G.V. – É.

D.P. – Isso tem.

G.V. – Sim, tem. Mas, no início, isso não era motivo de divergência entre eles. E foi assim, também, que o Movimento conceituou o que é desaparecido, o que é morto, o que era preso. E o Estado apreendeu o que o Movimento de Familiares fez e deu uma forma legal para ela, diferente da Argentina, do Chile, que as coisas não são desse tipo. Na Argentina, você não fala em desaparecido. Você fala *detenido-desaparecido*, mas não fala desaparecido. Porque pressupõe que a pessoa foi presa e eles depois desapareceram. Aqui, o desaparecido não pressupõe que tenha sido preso. Você pode intuir, mas não pressupõe. Pode não ter sido. Porque há casos assim. Mas, na Argentina, esse conceito era mais preciso. Segundo, lá, não distinguia muito o morto... Na medida em que o cara foi *detenido* e morto, eles identificavam no mesmo conceito. Aqui, nós temos... O morto... Qual é a diferença de morto e desaparecido político, aqui? Por exemplo, tinha um princípio assim: que é certeza que o cara estava morto, reconhecido por alguma coisa do Estado. Então era esse que era o conceito de morto aqui. Então, por exemplo... Acho que é o Alex. Ele era tido como morto, mas, na verdade, estava desaparecido, o Alex Xavier Pereira. Sabe por quê? Porque ele realmente... Mas por quê? Porque as pessoas que conviveram sabiam que ele caiu, que foi morto. Tem testemunha e tal.

A consciência... Mas do ponto de vista público, não era, porque o corpo dele não foi entregue e nem o nome dele coincidia com o morto. Tanto é que o caso do Alex Xavier Pereira, só agora, em 2013, que foi reconhecido o corpo como sendo do [Alex]. Então, na verdade, ele era desaparecido.

A.S. – Então tem uma dimensão burocrática que alimenta essa distinção?

G.V. – Mas deixa eu falar. Politicamente, era importante fazer essa distinção.

D.P. – Por quê? Vamos lá.

G.V. – Sabe por quê? Porque uma coisa era o seguinte... Porque o Estado, veja bem, ele tinha que reconhecer o desaparecido. Então a lei era para reconhecer desaparecidos e mortos, e desaparecido era aquele que o Estado não tinha feito nenhum tipo de movimento no sentido de reconhecer que ele tinha sido preso e que o Estado tinha desaparecido ele. Esse é o desaparecido. Agora, [se] o Estado reconheceu que prendeu o cara e depois não entregou o corpo, isso na Argentina é desaparecido. Aqui não. Então, por exemplo, Iara fala assim: “Meus irmãos foram mortos”, porque ela sabia que foram mortos. Mas usava esse conceito que falou assim: “Porque eles foram enterrados”. Mas não sabia que era o Alex. Mas mesmo assim usava que era morto. Mas hoje, depois, com a Comissão Nacional da Verdade, muitos dos familiares que usavam esse conceito falaram: “Não, essa separação não tem muito sentido”. Mas acontece que a lei fez também isso. Então você...

D.P. – Essa estratégia era para que...? Aí o Estado teria que admitir...

G.V. – Teria de admitir, porque a lei admitia crime. Aí tem uma questão política importante.

D.P. – Mas mesmo quando o Estado não admitia e se alguém tivesse visto uma pessoa sendo presa – por exemplo, fulano foi preso...

G.V. – Não, não. Mas você não tem notícia...

D.P. – O caso do Rubens Paiva, por exemplo, que é bem emblemático.

G.V. – É desaparecido.

D.P. – Nessa concepção antiga, já é desaparecido?

G.V. – É desaparecido.

D.P. – É desaparecido.

G.V. – Porque, na verdade, só reconheceu depois.

D.P. – Mesmo as pessoas tendo visto que ele... Ele foi preso em casa, quer dizer...

G.V. – Todo mundo sabe que o cara foi morto. Todo mundo sabe que o Alex foi morto. A ALN sabia, porque tinha ponto com o cara, o cara faltou, “o cara caiu, está lá”. Depois, o depoimento do outro cara, que viu lá no DOI-Codi. Sabia tudo. Isso não é... Mas do ponto de vista da política, do Estado, da relação do Estado, não. Então, veja bem, qual é o...? Foi um avanço...

D.P. – Mas eu não entendi por que o Alex era morto.

G.V. – Era morto por quê? Porque a família sabia que ele foi preso, e noticiou que ele foi morto.

D.P. – O Rubens Paiva, também, a família sabia que ele foi preso.

G.V. – Sabia que ele foi preso. Mas [o Estado] falou que...

D.P. – [Falou] que ele teria fugido.

G.V. – ...que ele teria fugido. Então o Estado falou: “Não, ele está vivo”. Para o Estado, estava vivo, porque ele fugiu. E o do Alex, “não, ele morreu mesmo”.

D.P. – Morreu no tiroteio.

G.V. – Saiu a notícia que ele morreu no tiroteio. Aí acontece o seguinte... Mas, para a família, não entregou o corpo e sumiu o corpo. Então podia ser classificado hoje como desaparecido. Na época, não, era morto. Têm umas sutilezas assim...

A.S. – O desconhecimento sobre o paradeiro do corpo...

G.V. – Já é... Isso na lógica, hoje, você...

D.P. – Não só.

A.S. – Um aspecto seria esse, por exemplo.

G.V. – Mas, de uma certa forma, é desaparecido. Mesmo porque, legalmente, hoje, veja bem... Aí você pega na esfera jurídica. Para o Ministério Público, é o seguinte: “Ah, está morto, mas você não me entregou o cadáver? Ele está desaparecido”. Porque o crime de desaparecimento é diferente do crime de homicídio. E outra coisa: o desaparecido que você não resolveu o caso, ele continua sendo um crime permanente, um crime que pode ser ajuizado. Isso é o que o Ministério Público faz. Por isso, também, que certos conceitos têm aplicação na esfera judicial. Por isso que não interessa, muitas vezes, mudar, porque você tem a verdade judicial, a disputa judicial que está em curso ainda. Então você vê o seguinte, que, durante muito tempo, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos ficou no ramerrame. Você só vai ter um salto quando, já na gestão do Lula, com o Paulinho Vannuchi, ele publica aquele livro dos mortos e desaparecidos. Porque antes só os familiares tinham publicado. Pela primeira vez, o Estado faz um texto e [inaudível]. Tem uma importância, do ponto de vista político formal.

A.S. – Um dos princípios que aparecem no texto da Lei 9.140 é a ideia, e aí fazem uma referência à Lei de Anistia, é a ideia de que essa lei mantinha o princípio de reconciliação e de pacificação nacional. Essas questões eram discutidas ou no plenário da Câmara, ou entre você e a Iara, a Suzana...

G.V. – Isso foi discutido.

D.P. – ...no âmbito da Comissão Especial?

G.V. – No Movimento de Familiar e Ex-Preso, porque eu sou também ex-presos, isso nunca foi aceito. Nós simplesmente negamos isso, não aceitamos e pronto, acabou.

A.S. – O que significaria essa ideia de promoção de reconciliação ou pacificação nacional?

G.V. – Do ponto de vista do Estado e mesmo de governos progressistas, de uma certa forma, teria um momento em que você poderia passar a página, como diz aquele juiz espanhol. Mas primeiro você tinha que ler. Tem aquela história de ter que ler para depois passar. Mas você teria... O conflito potencial ou que vem, ele estaria resolvido: as partes... “Não, tudo bem, não está contente e tal, mas vamos botar uma pedra sobre isso”. Muita gente aceitou isso, desistiu da luta e fez isso. O fato de ter indenizado familiares com uma mixaria muito horrível, R\$ 100 mil, como se isso significasse, em relação às perdas materiais... Não estou falando perdas afetivas, espirituais, tudo isso, não. As perdas materiais que ocorreram. As mortes e os desaparecimentos não têm nada a ver com esse dinheiro aí. E isso também é como se a família estivesse... O fato de o Estado reconhecer e indenizar, de uma certa forma, é uma política de Estado que reconhece seus crimes. Não é na esfera criminal, não é na esfera judicial, mas é uma esfera administrativa. É a mesma coisa, o fato de que... A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos nunca chegou a isso, mas, de uma certa forma, fez algo parecido ao que a anistia faz, “peço perdão ao familiar”. É semelhante. Mas nunca essa coisa de reconciliação. Então, sempre, nós nunca aceitamos esse negócio da reconciliação. Não é que não possa haver reconciliação, mas a reconciliação... Isso foi... O Movimento de Ex-Preso, os presos mesmo, quando estavam presos, como os familiares, e depois os CBAs, o Movimento Feminino pela Anistia, e depois os sucessores dele, o Grupo Tortura Nunca Mais, nunca aceitamos isso. Por quê? Para haver conciliação, nós tínhamos de pactuar sobre as coisas. E nós íamos pactuar com quem? Eles vêm pactuar com a gente? Nem na Comissão Nacional da Verdade isso aconteceu, para desgrça nossa. [Inaudível] na Comissão Nacional da Verdade, para desgrça nossa. Então você... É como se o Estado fosse soberano para ele fazer pacificação. O que é isso?! O Estado não tem essa capacidade de representar esse outro lado da guerra, ou da luta. Ninguém lhes deu

essa delegação. Ninguém lhes deu. E como o lado da repressão já é o Estado, pode ser que o outro dê. Mas nem o lado da direita eu acho que deu. Então é uma coisa falsa. Quer dizer, não tem base social nem política para poder fazer uma coisa desse tipo. É muito superficial. Então poderia ter base, “está bom, vamos fazer a conciliação”. Então vamos revogar os crimes conexos, ou então vamos ter outro entendimento. Vamos submeter aqueles que cometeram graves violações de direitos humanos ou crimes de lesa-humanidade, que é um conceito mais amplo, [para que] eles sejam julgados segundo os parâmetros do direito internacional de direitos humanos, que já tem uma certa legitimidade e uma certa aceitação, inclusive nacional. Isso quer dizer que eles teriam que responder pelos seus crimes perante um tribunal independente, com direito à defesa e tudo. Se seriam condenados ou não, isso é um problema do tribunal. E também que eles teriam que fazer as confissões. Porque, na África do Sul, quem foi anistiado lá, dos repressores, eles tiveram que confessar seus crimes. A Comissão da Verdade lá da África do Sul às vezes é meio dolorosa para a gente e é difícil para a gente entender, porque... Mas também a situação da África do Sul é muito diferenciada, muito, com o negócio do apartheid, o negócio da minoria branca, aquele poder. Aquilo lá é uma coisa meio... É difícil. É como se nós vivêssemos o tempo da escravidão negra aqui e você tivesse uma revolução desse tipo. É uma coisa difícil de a gente imaginar. A gente teoricamente aceita e tal, mas julgando pelo parâmetro nosso, fala assim: “O torturador confessa e eu não vou julgar ele? O que é isso?”. Sim, mas você não está vivendo uma coisa daquela situação que ele viveu lá. Então vamos com calma também. Mas vamos dizer que os caras viessem e confessassem, que mostrassem onde eles enterraram ou jogaram os cadáveres, que explicitassem toda a verdade. Provavelmente, isso causaria um choque muito grande, como causou o depoimento do coronel Malhões. Mas eu vou dizer uma coisa, a catarse que isso provocaria, e com os tribunais e tudo... Quer dizer, nós podíamos conversar sobre conciliação nacional, depois disso. Mas o quê? Sem nada disso, eles querem fazer conciliação nacional? À custa da nossa dor? À custa de a gente aceitar a mentira? À custa de aceitar todos os crimes? À custa de a gente anistiar os criminosos antecipadamente, sem que eles sejam identificados? À custa de a gente não revelar para a sociedade, não socializar a dor, não socializar os conhecimentos? Isso é embuste! E isso nos remete à Comissão Nacional da Verdade, que é a [Lei] 12.528.

A.S. – A de 2011.

G.V. – De 2011. Observa bem. Antes disso, tem um interregno que é muito positivo, que foi o fato de, em 2010... Quando é que o Tarso entrou? Quando o Tarso entrou no Ministério... Não, em 2007, por aí, depois que...

D.P. – No segundo mandato do Lula, não é? É isso?

G.V. – É isso aí. Então, quando você tem uma Comissão de Anistia, onde reabre a discussão... Dois fatos significativos. Um é a publicação do relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Para os familiares, ali não tem nenhuma novidade. Mas uma coisa é novidade para familiar; outra é novidade para a sociedade. São conceitos e âmbitos diferentes e importâncias políticas diferentes. Para o familiar é muito importante, mas o familiar, que depois foi absorvendo essa coisa de que tem que socializar, ele percebe que, para a sociedade, é muito mais ainda, porque você... A possibilidade de não repetição está ligada à sociedade assimilar esse conceito; rever, no seu comportamento; obrigar o Estado a rever, os seus agentes. Então você tem um período, nesse período, onde a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos declina do seu protagonismo e seu papel na sociedade e aí começa a levar o papel da anistia.

A.S. – Da Comissão de Anistia.

G.V. – Da Comissão de Anistia, a nova Comissão de Anistia, com a [Lei] 10.559, particularmente sob a gestão do Paulo Abrão. E qual é a novidade? A novidade é que eles se tornam mais públicos, os julgamentos. Passa a pedir desculpa. Então o Estado assume o papel de reconhecimento de culpa e de obrigação de publicamente reconhecer e pedir desculpas às vítimas. Terceiro, é que ela amplia o leque conceitual do que é vítima, quem tem direito. Amplia enormemente. Não foge daquele conceitinho básico, que o cara tem que ter militância e tal, mas ampliou. Como a própria Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos ampliou um pouco ali, para atingir quem era de passeata, quem foi morto em cerco, coisa desse tipo, ou quem se suicidou, na iminência de prisão, que antes não era contemplado, também. Então você tem um ambiente onde as audiências públicas, caravanas... Criou também um ambiente favorável a isso. É importante. E, principalmente, criou a coisa assim, que a direita começou a conceituar como se aquilo ali fosse uma sinecura para quem lutou contra a ditadura, que o cara ia lá e ganhava uma bolsa ditadura, uma bolsa não sei o quê.

Começou a desmoralizar aquilo, por algumas circunstâncias, coisas circunstanciais, secundárias na massa, que alguém ganhou um pouco mais e abusou nas suas declarações, coisa desse tipo, que, em 75 mil processos, é possível que tenha havido. Mas não é norma geral. Ao contrário, tudo é muito pequeno, as indenizações e tudo. E ainda que fosse grande. A responsabilidade não é da vítima; é do transgressor da lei, o que fez as coisas. E quem fez as leis não foram as vítimas; foi o Estado, foi o Congresso, coisa desse tipo. Ao contrário, se eles tivessem ouvido mais ex-presos, mais familiares, eles teriam umas leis mais... Porque muitos familiares e muitos presos não... Primeiro, o objeto principal não era a indenização. Embora também fosse. Segundo, que teria... As propostas eram de conceituar bem direitinho quem tinha direito e quem não tinha direito. Não é... Essa proposta da Lei da Anistia, da Lei de Mortos e Desaparecidos de botar a indenização em primeiro plano é uma forma de se despolitizar a luta geral e a luta dos ex-presos, vítimas, perseguidos e familiares. Foi uma forma. É como se fosse uma questão previdenciária. Aliás, a anistia, durante um bom tempo, era previdenciária. E não é uma questão previdenciária ou trabalhista. Tanto é que ela era do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Uma vez, eu era deputado, chamei até o ministro, o cara falava tanta bobajada que eu falei: “Olha, não dá para conversar com o senhor. O senhor me desculpa, mas não dá para conversar com o senhor. Prefiro conversar com o Malan. Pelo menos, acho que ele entende o que é indenização. O senhor está falando em previdência, que o cara entra na Comissão lá para ver se ele tem direito, [inaudível]. Não é nada disso. Você está por fora”. Mas durante muito tempo isso foi assim. Então, aqui, sempre o Estado colocou na frente isso. Quando ele deu um passo, que era o passo do reconhecimento, aí ele não dá o passo da apuração, da investigação. Então é a transição sempre mitigada. Tínhamos esperança que, com esse acumulado, você, na Comissão Nacional da Verdade, você não ficasse preso aos mesmos parâmetros jurídicos e políticos da Comissão de Anistia nem da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Que parâmetros eram esses? De que, na anistia, ele não tem limitação específica, que o que eles consideram crime cometido pelo Estado, como achava que a subversão era crime, ali ele não... Para a anistia, não importa se era um cara identificado como terrorista pelo Estado, ou um comunista, um subversivo, ou um sindicalista, um ativista sindical que era ligado aos comunistas. Tudo isso compreende na anistia, porque o conceito é: aqueles perseguidos pelo ato institucional e seus derivados. Mas você tinha que fazer a prova de que tinha essa militância. Quando vai na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, era só mortos ou desaparecidos e o familiar tinha que provar a militância e o fato de que o Estado

tinha assassinado ou desaparecido com o cidadão. Aqui para nós, é um absurdo isso. Mas é isso mesmo que está escrito na lei. E na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos [confundindo-se], não pode estar limitado a isso. Primeiro, o primeiro artigo fala que é para apurar graves violações de direitos humanos no período de 1946 a...

D.P. – A Comissão da Verdade, não é?

G.V. – A Comissão da Verdade. Desculpa. É a Lei 12.528, de 2011. É a Comissão Nacional da Verdade. Então ela fala o seguinte, que você tem que... Todos os crimes... Não discrimina nem exclui crimes, desde que eles sejam graves... Ou seja, crimes que são repetitivos na sua caracterização, crimes que abrangem mais de um certo grupo social – não é uma pessoa –, crimes que têm uma forma sistemática de ação dos seus agentes e que não pode ser justificado pelo fato de estar em guerra. Esses crimes... Essa derivação conceitual vem de lesa-humanidade, obtida no Tribunal de Nuremberg, que é aquela coisa: guerra dita lei e dita jurisprudência e dita tribunal, também. Não é só o blablablá de advogado e jurista. Tudo isso é... É uma visão da história por cima. Por baixo, o pau come. E foi assim que criou o crime de lesa-humanidade, para julgar os derrotados da guerra de 1939 a 1945, o nazifascismo, o tojismo, aquela coisa. Pois bem, esse conceito é amplo. Então, graves violações de direitos humanos, também ele é amplo. Menos amplo do que lesa-humanidade, mas foram compatibilizados, no relatório na Comissão Nacional da Verdade. Só que, embora esse conceito esteja... Na aplicação pela própria Comissão, restringiu ao que era os conceitos anteriores da Comissão de Anistia e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Vamos ver? Vamos ver. Primeiro, eles esticaram o prazo de 1946 a 1988. Nós éramos contra. Nós militantes, nós direitos humanos, nós ex-presos, nós familiares, nós sempre fomos contra isso. No máximo, nós tínhamos aceitado que era o caso de 1961 a 1988, porque você pegava a tentativa de golpe e a repressão que foi desencadeada lá naquele troço, em 1961.

A.S. – Só para deixar registrado, por que vocês eram contra?

G.V. – Porque você estava retroagindo a um período que não era ditadura militar. E não obstante fosse uma democracia muito limitada, mas os direitos individuais eram respeitados: o habeas corpus era respeitado... É claro que essa... É limitada por quê? Porque como [inaudível]

em 1947 e 1948. Eles eliminaram isso. É um golpe branco de 1947 e 1948. Então você tem uma... Mas os comunistas nem por isso deixaram de existir e crescer e os sindicatos florescerem e coisa desse tipo. É como diz um historiador: na democracia de 1946 a 1964, você só não podia ser comunista ou então camponês. O resto você podia. Esse era o problema. Camponês, não. Camponês, o latifúndio está sob o jugo do... O Estado terceirizado do latifúndio. E o comunista, deixa que a polícia trata.

D.P. – Você sabe de quem é isso?

G.V. – Não, não sei, não.

D.P. – Eu achei ótimo.

G.V. – Mas tem um texto desse tipo. Então você vai ver o seguinte... Então, veja bem... Ótimo! Se a Comissão Nacional da Verdade não tinha essa limitação conceitual e jurídica, então vai apurar tudo. Então o conjunto de vítimas não são aqueles 450 que entraram com processos na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, e muito menos aqueles 75 mil que entraram na Anistia. Todos eles poderiam estar enquadrados. Sendo que, na configuração da Comissão Nacional da Verdade, da Lei 12.000⁶⁹, ele restringiu para graves violações, mas não impediu que o relato histórico fosse feito. Não há nenhum impedimento da contextualização. Ao contrário, a lei fala que você tem que contextualizar. Além de você fazer o relato caracterizado minucioso, identificando local, agente do Estado que está envolvido, esse troço todo, fala que o relatório [inaudível] tem que ser contextualizado. Então você tem... É claro que têm as dúvidas iniciais, que eu não vou discutir, as dúvidas da Comissão, mas você vai chegar a um ponto, o seguinte: qual é o problema da Comissão? Então você tinha assim: alargou o tempo, para diluir a ditadura. Nós ficamos muito aborrecidos com isso, porque era uma forma de você tirar o foco. A Comissão, sabiamente, falou assim: “Vamos pegar o tempo todo, mas vamos focar na ditadura”. Então você resolveu ao jeito brasileiro. É aquela história, a lei fala uma coisa, você pega...

⁶⁹ Provavelmente, refere-se à Lei 12.528, de 2011.

D.P. – Certo. A primeira crítica era essa, quanto à temporalidade. A segunda crítica...

G.V. – A segunda crítica é a composição da Comissão. A composição. Porque achavam que a composição tinha que ter gente da sociedade. A lei admitia até que militares pudessem ser indicados, que era uma forma de não discriminar. E isso deu uma confusão muito grande. Mas os familiares dos desaparecidos, o movimento queria que fosse ouvida a sociedade, para poder compor. Mesmo porque várias outras comissões tiveram audiência com a sociedade ou tiveram lugares reservados à representação da sociedade. Aqui não teve. Terceiro, tinha dubiedade no texto, sobre se você é... que tipo, vamos dizer assim, de... De falar assim: você vai investigar o quê? Graves. Você entendeu? Então, outros que não fossem graves, não vai investigar? Porque graves violações de direitos humanos tem uma caracterização em direito. Ficou assim: e o outro que não é grave? Quer dizer, tortura, sevícia... Sevícia está na tortura? Na Argentina também houve essa confusão. O estupro está? Estupro está, porque o Tribunal de Roma admitiu que o estupro está. Sabe como é? Umas coisas assim. Então teve uma... Outro ponto é o seguinte: se é graves violações dos direitos humanos e saiu fora dos partidos políticos ou aquelas organizações declaradas subversivas, ele está incluído ou não? Veja bem, aí é o caso dos indígenas e camponeses. A Comissão resolveu que estava incluído, sabiamente. Mas no relatório não incluiu, brasileiroamente. O jeitinho pela direita: você bate pela esquerda e depois fecha com a direita. Isso é típico. Então, veja bem, de uma forma totalmente arbitrária. Então você pega assim... Bem, então, se você é... E outra coisa: não precisa... Outra coisa, superando a Comissão de Anistia e a Comissão de Mortos e Desaparecidos: você não precisa ter o... Não fala na lei nem no ordenamento da Comissão Nacional da Verdade que você tem que basear em coisa da repressão política. Pelo contrário, toda a tradição é não basear; é basear em depoimentos de vítimas e sobreviventes. Então eles aceitaram que isso seria importante. Depois não fez a coisa de acordo. Segundo, todo o ordenamento e o poder que foi dado à Comissão, ele fala assim: “Você pode aproveitar a Comissão de Anistia e a Comissão... mas você não precisa homenagear eles”. Você tinha poderes além deles. Estou falando só de reconhecimento das coisas. Depois, de investigação, nem se compara, os poderes que ela tinha de apuração e tudo.

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2015-03-24_02]

A.S. – Gilney, você estava falando sobre alguns aspectos críticos com relação à lei que criou a Comissão Nacional da Verdade: um referente à periodização, de 1946 a 1988; outro concernente à composição; outro que você mencionou, sobre a dubiedade com relação ao que vai investigar, o que significam graves violações; outro com relação a indígenas e camponeses, se eles seriam, por exemplo, inseridos nessa denominação de graves violações, como vítimas de graves violações, e que, inicialmente, a CNV se manifestou no sentido de investigá-los, de investigar esses crimes; e você iria começar a apresentar mais um aspecto.

G.V. – É bem verdade que, depois de instalada, a Comissão teve um momento de dubiedade, declarações... Particularmente uma que é fundamental, de que se apuraria, aspas, crimes da esquerda, aspas, crimes da direita. Aquele negócio dos dois demônios, tal e coisa. Depois ele fixou que os crimes eram do Estado, dos agentes do Estado, o que resolveu uma... Porque senão teria uma dificuldade muito grande de se legitimar. Também se resolveu assim o fato de que o foco seria no período da ditadura militar, embora pudesse abranger o outro, que já resolveu uma outra polêmica. E também aquilo que muitos falaram, que dois anos não seria... Acabou tendo que prorrogar por mais seis ou sete meses e mostrou que certas críticas eram procedentes. Depois, elas cometeram alguns enganos administrativos que prejudicaram enormemente a Comissão. Primeiro, a coordenação rodízio, que é uma coisa... que se mostrou ridícula, ineficaz.

D.P. – Por quê, Gilney?

G.V. – Porque uma comissão dessa natureza, onde você... Toda vez que um coordenador tomava pé da situação, tentava coordenar, o mandato já acabava. Então é uma comissão que... Se fosse dois anos ou dois anos e meio, você teria, de três em três meses, mudando de coordenação? E você sabe como funciona o Estado brasileiro, a dificuldade de um coordenador ter os funcionários, assessoria e tal, estabelecer um *modus operandi*. Aquilo, desde o início, nós vimos que não ia dar certo. E foi o que ocorreu. Chegou a uma certa altura que entrou em crise e pôs um coordenador até o final, que era o devia ser desde o início, fosse quem fosse. Também... Então, um dos problemas que não estão na lei, que foram criados pela própria Comissão, é essa coisa do rodízio da coordenação. Segundo, o uso de convênios e essa coisa toda, erros de opção. Quer dizer, podia ser mais amplo. Andou concentrando em certas

instituições, e isso, às vezes, dificultou enormemente. Depois, funcionários públicos que já tinham experiência, seja da Comissão de Anistia, seja da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, técnicos de investigação que só tardiamente foram incorporados. E quatro, você tinha aí coisas da política. Quer dizer, quando todo mundo esperava que a Comissão falasse publicamente, ela começou a restringir a sua fala, a fazer poucas audiências públicas e fazer poucas investigações próprias; não aprofundar as investigações que as comissões anteriores tinham feito, particularmente a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Quer dizer, foi uma situação que... Sendo que ela não tinha as limitações de poderes que tinha a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, porque ela podia convocar oficiais e qualquer servidor do Estado, seja um general, seja um servidor público civil; ela podia promover investigações de modo próprio, podia convocar ou mobilizar a polícia, o Exército, o que quisesse, para fazer mobilizações, para poder investigar; e usou muito pouco seus poderes extraordinários. Usou muito pouco. Quer dizer, foi uma timidez horrível. Segundo, durante muito tempo, começou uma divisão dentro da Comissão, entre aqueles que eram o espírito secretista, aqueles que... que era expresso no seguinte: “O importante é o relatório, não é o processo”. E outros falavam: “Não, o processo é importante, porque dialogando com os familiares, com o Movimento de...”. Eu vou falar sobre o movimento de Comitês de Memória, Verdade e Justiça. Me lembra disso. “[Dialogando] com o Movimento Memória, Verdade e Justiça, com ex-presos, vítimas diversas, cassados, coisa desse tipo...” Todo mundo pensava: “Tem que ser público, audiência pública”, não só das vítimas como dos repressores. Literalmente, começaram a fazer audiências reservadas. A maior parte das audiências foram reservadas. E as grandes audiências públicas, que foram novidadeiras, foram feitas pelas comissões estaduais, particularmente a do Rio e a de São Paulo. Mesmo a que repercutiu mais, que é a do Malhães, ela já foi uma segunda vez, porque ela pegou daqui da Comissão do Rio e levou para lá. Isso por quê? Porque é uma concepção de que o papel pedagógico da Comissão foi postergado para posteriormente ao seu relatório. Observa bem, se minimamente não tinha feito o que se fez... Olhe bem, o relatório até hoje não foi impresso. Quando é que vai ser impresso aquele calhamaço de 700... de 2 mil e... de 4 mil páginas? Quem vai ler aquilo? Está errado. Quer dizer, essa concepção estava errada e está errado. Então qual é a possibilidade de um sucesso de um evento dessa natureza, que se pretendia de conciliação nacional, sem a sociedade ter conhecimento? Isso é ilusão. É uma estratégia totalmente errada. Então todo o debate era para abrir os trabalhos da Comissão: audiência pública, investigação pública, diligência pública, tudo isso, para você fazer a disputa,

no imaginário popular da sociedade, do que aconteceu. A segunda coisa que elas limitaram e fizeram de uma forma muito restritiva e, quando fizeram, fizeram mal feito: as audiências públicas das vítimas. A maioria foi sem repercussão. Teve algumas relevantes. Mas devia ser a norma, devia ser a regra, não a exceção. A potência da Comissão da Verdade da Argentina foi ser público. O material da potência foi a declaração dos familiares e das vítimas. Aqui... Quer dizer, você restringiu a potência. É claro que você tem um tempo muito grande. Certo. Mas passa... Para mim, para você e para ela aqui, que estamos pesquisando isso, isso não teria grandes novidades. Sim, mas, para a sociedade, tudo é novidade. Tem 70% da população que nasceu depois da ditadura, que sabe disso de uma forma muito remota, sem saber detalhe nem nada. Sabe que houve abuso da ditadura, mas é só isso. Então você não disputou o imaginário popular. Como é que você queria um ambiente de política para poder apurar os crimes, para criminalizar os agentes responsáveis? E muito menos para fazer reconciliação nacional. Desse jeito? Nunca. Então você tem, dos procedimentos... É claro que eu estou fazendo uma crítica mais radical. Mas se você olhar para a sociedade, que tinha um nível de informação muito baixo, muitos falaram: “Foi ótimo o processo”. Porque o nível de informação, para o cidadão comum, era muito baixo. Então ele saber, em alguns momentos, o depoimento de fulano que saiu no jornal, ou que o cara matou, que torturou, que não sei o quê, que foi preso [inaudível], foi preso aqui no Caio Martins, foi preso não sei aonde... Tem certas coisas assim que a população tem capacidade de perceber. Foram importantes. Então, do ponto de vista social, não foi zero, não. Foi uma contribuição importante, não foi [zero], não. Mas do ponto de vista [do] que nós já tínhamos acumulado, o avanço foi muito pouco. Você tem que olhar historicamente. E outra coisa, se nós tivéssemos avançado mais, para a população, o efeito teria sido mais amplo. Inclusive as resistências. Veja bem, as resistências e as vozes de torturador, da direita, ela foi se calando quando foi publicizando os negócios do torturador. E, depois do Malhães, ninguém tinha coragem mais de falar. Ninguém. O cara falar que matou, trituroou, arrancou dentadura, decapitou as pessoas, tirou as digitais e, ainda, picotou para jogar fora no rio?! Isso o cara que era comandante do CIE, um dos comandantes do CIE. Então, tinham autoridade. Ele é autoridade coatora, organizadora e executora daqueles processos de tortura, morte, assassinato, desaparecimento, ocultação de cadáver, tudo isso, e falou abertamente. Então, quem é que depois...? Você viu que decaiu muito.

D.P. – Mas aí eu só não entendi o raciocínio.

G.V. – Eu estou mostrando que se nós tivéssemos mais audiências públicas, o efeito que teve a declaração do Malhães seria multiplicado por cem, por duzentos, por mil. E outra coisa, foi muito limitado, o grau de investigação da Comissão Nacional...

D.P. – Mas você diz que os outros não tiveram coragem de falar, os outros torturadores, depois dele? É isso?

G.V. – Não. Qualquer outro. Porque você tem que olhar que tem as vítimas e tem os agentes do Estado. Alguns... Muitos aqui não quiseram falar. Mas também...

D.P. – Mas o efeito do Malhães foi sobre os agentes do Estado ou sobre as vítimas?

G.V. – Não. Foi sobre a sociedade. Eu estou preocupado é com a sociedade.

D.P. – Não, eu digo assim... Porque você falou que a partir daí os depoimentos não...

G.V. – Ah, não, os depoimentos... Todas as manifestações públicas de torturador contra a Comissão Nacional da Verdade caíram. Você pode olhar. Inclusive, a opinião pública reverteu, falou... Aquela coisa da *Folha*. Falou: “Tem que apurar os crimes?” “Tem”. Depois falou: “Não”. “Tem que revogar a anistia?” A questão era essa, para poder criminalizar. Antes era só 30%, 40%, e depois virou 60%, 50 e tantos por cento. Você forma opinião pública, com essas coisas. Não é você fazendo curso de história e explicando. Porque isso não existe para a sociedade de 200 milhões de pessoas. Hoje é um debate público. Então, o fato de você optar por uma estratégia de pouco debate público, pouca audiência pública, pouca diligência pública diminuiu o impacto e a potência educativa, pedagógica, investigativa da Comissão. E com isso vai refletir nos resultados o fato de você retardar ao máximo a aprofundar investigações que já estavam em curso. E outra coisa, de literalmente... Isso foi prejudicial para apurar os crimes de mortos e desaparecidos já denunciados. Não estou te falando daqueles novos, que são os camponeses e índios, que eu vou reservar um capítulo à parte. E o fato de que você não contratou a perícia técnica, a antropologia forense e a arqueologia forense adequadamente, para você fazer essas investigações. Só no final que eles fizeram. E veja bem, fatos relevantes de

audiências públicas, em quantidade e em qualidade, foi feito em parceria com a Comissão do Rio e de São Paulo. Desgraçadamente, muitos estados tinham muita potência e fizeram pouco, por força dessa visão secretista de que o relatório é que importa. Não, não é nada disso. Não importa. O relatório talvez seja o menos importante. Está se vendo que não é tão importante. Pode ser que, ao longo do tempo, ele recupere sua importância, porque é um documento histórico. Então, você veja bem, é o *modus operandi* da Comissão que foi muito conservador. E outra coisa: quando eles foram estabelecer o objeto da investigação, eles se colocaram nas mesmas amarras que tinha a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Nem a Comissão de Anistia foi referência para eles; foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, que tradicionalmente era amarrada, pelo fato de obrigar que se estivesse sob a guarda do Estado, você provar, e fora de provar que o cara era militante. Observa os 434 mortos e desaparecidos reconhecidos pela Comissão. Todos eles, com a exceção de uns 5% – você pode falar [inaudível] os que são exceção –, todos eles eram militantes políticos partidários ou eram ligados a um evento coordenado por um militante. Os camponeses que acrescentaram ali, quase todos... 90% foram os camponeses da guerrilha do Araguaia, que era dirigida pelo PCdoB e que eles foram envolvidos, ou participaram... seja lá em que circunstâncias eles foram vítimas. Então, o conceito que se aplicava lá, se aplicou aqui, sendo que a tipificação do crime e o conceito jurídico e o mandato não era. Outra coisa que eles... Gente! O que as famílias de mortos e desaparecidos acumularam nessa luta é muito grande. E, literalmente, eles tinham medo das famílias, dos familiares. Não sei o que esses caras estão pensando da vida.

A.S. – Em que sentido?

G.V. – “Ah, não, o familiar não pode vir para dentro da Comissão. Nós temos que ter muito cuidado em ouvir os familiares, senão vai falar que a Comissão era parcial”. Um temor de que ela fosse deslegitimada por ser parcial, porque está ouvindo o familiar ou está seguindo a orientação do familiar. O que é isso?! Tudo na Argentina que causou aquele rebu foi familiar, rapaz! Tudo na África do Sul foi vítima, familiar e vítima e sobrevivente, e também no Peru, e também na Guatemala, e também em tudo isso. Que baboseira é essa?! O conceito de Comissão Nacional da Verdade nasce a partir da denúncia dos familiares e dos sobreviventes. Ele quer negar uma coisa que é histórica? Sim, mas por quê? Porque é essa coisa de advogado, de jurista: o cara tem que ter uma certa imparcialidade, tem que ter... a baboseira toda. Então... Olha, eu

acompanhei esse negócio de familiar, eu fui com os familiares lá dentro. E Iara é familiar, e pelo fato de estar em Brasília, dezenas de vezes fomos lá dentro. E outra coisa: você ia uma vez, você falava, daqui a pouco, uns dois meses depois, você ia lá, falava a mesma coisa e a coisa estava do mesmo jeito anterior.

D.P. – Na assessoria da Comissão, no Parlamento, não tinha familiares, não?

G.V. – Tinha não. Depois, como tinham familiares ligados na Comissão daqui, ligados à lá de São Paulo, eles fizeram uma certa triangulação, na fase final. Porque, literalmente, eles usaram, na Comissão Nacional da Verdade, usaram as Comissões Estaduais, para poder avançar a coisa. Então, eles correram atrás. Mas veja bem, eu estou te falando só daqueles que eram consolidados, que não eram novos, e eles não foram capazes de promover as investigações. Então essa história, por exemplo, de você usar as técnicas de investigação que familiar fez por iniciativa própria e tudo, os caras demoraram enormemente. E os fatos simbólicos mais importantes não foram feitos pela Comissão Nacional da Verdade: o fato do Jânio Quadros... do João Goulart, desculpa [corrigindo-se], foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Foi a família e a Comissão. A Comissão Nacional da Verdade entrou como chapéu. Sabe como é? “Vou passar o chapéu aqui e tal”. O fato do Alex, irmão da Iara, foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, não foram eles. Eles entraram lá para... Que foi o reconhecimento. O fato de que... Você quer ver mais outros? Tem outro que é mais relevante que esse, em grau de publicidade... Foram assim... Quer dizer, você custou... Coisas assim que... Olha, o que tem de conhecimento acumulado sobre isso, que não consegue ultrapassar certos limites da investigação, eles tinham que fazer daí... Aí demorava para contratar os técnicos, demorava para os caras assimilarem... Porque, também, para um cara assimilar um conhecimento de 30 anos, de 40 anos, o cara tem que ter... E outra coisa... É difícil. Sem contar que a maioria dos membros da Comissão era tempo... *half time*, quer dizer, trabalhavam meio tempo na Comissão da Verdade, sem uma equipe muito consolidada, com divergências de enfoque nas equipes, com falta de diálogo. Então isso comprometeu o resultado final. Agora, observa bem: a Comissão, no relatório, que é... Aí depois eu vou te falar. Tem coisas boas, muito boas, também. Ela identificou que... não só crimes... graves violações de direitos humanos, mas também que são crimes de lesa-humanidade, porque são repetitivos, tal e coisa. Sim, mas se é assim, eles podiam ter identificado os indígenas. E tem relatórios oficiais,

que é o Relatório Figueiredo, que ele identifica pelo menos 21 crimes de lesa-humanidade. Vinte e um. Nomina as pessoas, os locais e os agentes públicos, sendo seis assassinatos, seis ou sete. E eu falei com o Pedro Dallari no debate lá no Senado: “Vocês não tiveram coragem nem de botar os... O próprio Estado reconheceu. Vocês não tiveram coragem?”. Os camponeses que estavam fora da lista, eles só puseram um ou outro que os familiares tinham agregado em exposições posteriores, porque não era do original dos familiares, como é o caso da Margarida Alves.

D.P. – Mas por que você acha que isso aconteceu? Porque não tinha as tais provas que, dentro da concepção da Comissão, é superimportante?

G.V. – Não tem nada disso.

D.P. – Já que, digamos, o ônus da prova é da família da vítima...

G.V. – Sim, mas isso não é a solução. Na verdade, essa não é mais...

D.P. – Não existe mais isso.

G.V. – O Estado admitiu que eles tinham que fazer a investigação.

D.P. – Sim. Mas, por exemplo, nesse caso que você está dando o exemplo, só para entender, você está dizendo que tem um relatório com a questão indígena, onde tem os casos.

G.V. – Sim.

D.P. – Isso foi entregue? A Comissão teve conhecimento?

G.V. – Foi entregue. Teve conhecimento.

D.P. – E por que isso não foi incorporado? Então tem que ter uma explicação.

G.V. – Porque não obstante o conceito jurídico de crimes e de vítimas seja diferente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, politicamente, eles não quiseram abrir o leque das vítimas da ditadura. Fizeram uma opção política. Eles alegam que... “Ah, não, porque não tinha prova, tal e coisa”. Olha, têm provas. Primeiro, tem relatório oficial, que é o Relatório Figueiredo, sobre esses que eu te falei, que vai... Já no período da ditadura. Vai de antes e vai até no período da ditadura. Segundo, os relatórios sobre os Waimiri-Atroari têm depoimentos que são do padrão que foi aceito nas comissões internacionais, e têm relatórios oficiais do Exército sobre a ação deles. Terceiro... E só sobre indígena. A situação do indígena, desde 1500, quando aportou aqui o Cabral, que era, naturalmente, um processo de invasão em relação aos autóctones, que a relação com os indígenas sempre foi uma questão de Estado. Diferente dos camponeses. Sempre foi uma questão... E durante séculos, séculos, o Estado era tutor dos índios: ou escravizava, e aí já é numa situação mais do que [de] tutor; ou apoiava a escravidão, no período colonial; e depois eram tutores. Então a responsabilidade de quem é tutor... Não é tutor só para explorar, não; é para ter guarda e proteção. Tutoria não é assim, não. Então não tem forma de fugir disso. E os relatos são muitos. Alguns, com testemunhas. E testemunha vale. Mesmo na Justiça aí, que eles aceitam, testemunha vale. E não consideraram nada. Aí, veja bem para não ficar mal... Porque é um troço tão evidente que já teve tribunal internacional que mostrou que teve genocídio e esse troço todo aqui, mesmo nesse período de 1946 a 1988... Teve vários casos, vários casos. Então eles fizeram um relatório à parte. Ou seja, eles criaram assim... Aí eu falo, muita gente não gosta. [Eles criaram] o morto e desaparecido de primeira classe e o morto e desaparecido de segunda classe. O morto e desaparecido é aquele que era militante político, que era um agente social qualificado, que a repressão do Estado... Aquele que não era reconhecido como produto de uma luta legítima contra o Estado, como eram os índios e os camponeses, eles não reconheceram. Aí você fala assim: “E como é que foi no Peru, na Guatemala, em El Salvador, onde muitos índios foram ouvidos?”. Todos... É claro que lá os indígenas são um pouco diferente daqui. Lá, indígena é camponês.

D.P. – Lá no Peru, a esquerda ficou totalmente fora, a esquerda armada, não é?

G.V. – Sim. E a esquerda... Não, mas a esquerda, lá...

D.P. – A esquerda armada fica de fora de qualquer processo de anistia, de...

G.V. – Sim, não tem dúvida. No Peru, tem um relatório lá e tem uma polêmica muito séria, porque eles culpam também... O que parece que é verdadeiro, também – acho que o Guzmán já admitiu –, que eles também cometeram atos de, digamos assim, de lesa-humanidade com os indígenas. Porque eles eram... Não maoístas. Eles eram mais, eu diria, quimeristas do que maoístas. Então você tem... É uma questão de conceito e questão de coragem política. Não tiveram a coragem política de ampliar as vítimas da ditadura. Aí você... “Mas índio, você não tem nome”. Sim, mas aí... Eu fui investigar indígena. Eu tenho uma lista de 450 nomes indígenas. Nós fizemos um relatório e mandamos para eles. Contratamos, lá na Secretaria de Direitos Humanos, o Projeto Direito à Memória e à Verdade... Projeto Direito à Não Repetição. E com a Maria do Rosário, possibilitou que nós fizessemos as investigações. Mandamos para eles. Não levou nada em conta. “Ah, porque você não individualizou”. Apesar de que, crimes de lesa-humanidade, não precisa individualizar, assim como limpeza étnica... Isso não precisa. Isso aí é blablablá de quem... Não é por ignorância, porque eles sabem disso.

D.P. – Ah! Um dos argumentos foi que não teria sido individualizado? É isso que [inaudível]?

G.V. – Não. Eles não chegaram a essa sutileza. Falaram que não tinham provas, não tinham... que não conseguiram investigar. Aí, várias desculpas desse tipo. E outra...

D.P. – E aí tem, então, como você estava falando, tem os de primeira grandeza...

G.V. – Os de primeira grandeza e os de segunda grandeza. Reconheceram os de primeira grandeza. De vez em quando você catapulta um daqui para lá, porque são elementos simbólicos. Só para falar que não foram discriminados. Aí, os camponeses. Bem, nós fizemos uma Comissão... Tem uma Comissão Indígena da Verdade, tem uma Comissão Camponesa da Verdade, que nós ajudamos a criar e trabalhamos com ela, assim como nós ajudamos a construir pelo menos uma centena de Comitês pela Verdade, Memória e Justiça.

D.P. – Mas eles não se aproximaram dessas comissões, não? A Comissão Nacional da Verdade não se aproximou, por exemplo, da Comissão Camponesa?

G.V. – Aproximou. Essa que é a coisa mais triste. Sabe por quê? Porque se aproximou, se apropriou e não usou. Ou seja... “Não, vamos discutir, vamos...” Você faz o relatório, dá para eles, aí o cara não... Quer dizer, o fato de você... Os indígenas e os camponeses, o fato de estar num relatório à parte foi considerado uma vitória. Porque quando você não é considerado por nada... Você já fica no pé de página... Você entrou ali na história oficial do Estado. Então, tem uma vitoriazinha aí. Mas em relação ao esforço feito, em relação à massa de informações, em relação à brutalidade dos crimes, à caracterização de crime de lesa-humanidade, aqui para nós, é uma omissão imperdoável. Eu não perdoo essa comissão. E vou para os camponeses. Eu peguei de 1971, se não me engano... desculpa, de 1961, que é o período da ditadura, ou que a Lei Especial sobre Mortos e Desaparecidos caracteriza como período de exceção, de 1961, a tentativa do golpe, até 1988, quando a Constituição fecha o período, vamos dizer assim, de transição. São 1.200 camponeses assassinados. Desses... Desculpa, eu vou citar tudo de cabeça aqui, então... Isso tem um livro e tal. Eu fiz a pesquisa e depois... O livro chama-se *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Desses 1.200, apenas 52 estão nos processos com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, e desses, só apenas, se não me engano, 29 foram reconhecidos. Sim, mas foi reconhecido que tipo de camponês? Nestor Veras, dirigente do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, depois assassinado e desaparecido desde 1975; você tem José Porfírio, dirigente da rebelião de Trombas e Formoso, também dirigente do Partido Comunista, desaparecido quando ele já estava no PRT, em 1972; e você tem uma série de camponeses que eram militantes de partidos políticos, reconhecidamente. Quer dizer, eles não precisariam ser camponeses para serem reconhecidos. Em qualquer situação eles seriam reconhecidos. Norma geral. Têm exceções. Mas norma geral, eles... Agora, é o seguinte: os não reconhecidos nem pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos é porque não provou militância ou não provou se foi morto pelo Estado. E eu fui fazer revisão e propus que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos fizesse revisão desses camponeses. Infelizmente, não fizeram a tarefa. Aí eu procurei dois casos para rever: um eu consegui, a Comissão reconheceu, que é o Sebastião... aqui do estado do Rio.

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

G.V. – Então, veja bem, várias das informações mostram que cento e tantos, quase duzentos são comprovadamente por agentes. Sim, eles investigaram esses, já que eles queriam que fosse

por agente do Estado? Não investigaram. Então era como se o ônus da prova fosse de quem estava propondo. É como se... se comportando como se fosse a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Segundo, em muitos desses eventos, é óbvio que não tinha a mão do agente do Estado presente. Sim, mas assim como, caracterizadamente, quem assassinou Margarida Alves não foi o agente do Estado que foi lá e deu o tiro. Na verdade, foi um conluio entre latifundiários e agentes do Estado a serviço deles. Isso é clássico na... Desde José Américo, desde... aquele cara que escreveu [*Coronelismo*], *enxada e voto*...

D.P. – Nunes. Victor Nunes Leal.

G.V. – ...Victor Nunes Leal, que é um livro formidável. É um cara conservador, mas de clarividência, entendia o que era o domínio do latifúndio. Ele liga voto de cabresto com propriedade de terra. Essa história, no Brasil, as pessoas não reconhecerem isso... Sendo que, na resolução da Comissão da Verdade, ele fala assim: “Quando apurar crimes de graves violações de direitos humanos cometidos contra camponeses por agentes do Estado ou aplicando políticas do Estado, ou terceiros aplicando”. É um caso desse tipo de crimes. Sim, mas por que isso? Porque, historicamente, tudo isso, os latifundiários, o agronegócio, todo o pessoal que tem essa visão... E não é uma coisa ideológica que... Não tem mais uma representatividade social tão forte nem ligação econômica tão forte com o passado, mas ainda é ideológica. Essa coisa ainda está [inaudível]. Então limita a coisa. Você não quer enfrentar uma classe social que é responsável por esse tipo de crimes. E o Estado que era a serviço deles. Então você tem uma Comissão Nacional da Verdade aonde, literalmente, deixa de investigar milhares de casos e fala que não tiveram tempo. Sim, e o tempo que eles tiveram é dedicado a quê? Segundo, é que não tiveram provas. Sim, mas muitos casos... Têm casos que estão na Comissão de Direitos Humanos, lá em São José da Costa Rica. Por que eles não pegaram só esses casos? Os casos que o Estado já fez relatório, por que não pegaram? Quer dizer, então... É porque é o seguinte: você tinha de abrir a caixa, um departamento de crimes da ditadura cometidos contra aqueles que não eram militantes, como aqueles que simplesmente eram um movimento social que contrapunha o latifúndio, contra aqueles que lutavam pela reforma agrária, contra aqueles que não precisavam de partido para lutar. E o leque era muito grande. Foi isso que... Eles optaram por não fazer essas investigações e não incluí-los. E a única concessão que eles fizeram foi fazer constar relatórios num livro à parte, vamos dizer assim,

num apêndice, aonde fala na morte de 8.500 indígenas – 8.500 –, e o dos camponeses, muito mal escrito, porque nós... a Comissão Camponesa se recusou a escrever, porque não era a função da Comissão. Nós fizemos todo o trabalho de investigação, e as pessoas ainda queriam o quê? Aí nós... O papel do Estado, nós não quisemos assumir. Eu falo nós porque eu sou da coordenação... era da coordenação da Comissão Camponesa [da Verdade], também – eu, Sérgio Sauer, e a Nicinha⁷⁰, da Contag.

A.S. – Ela foi criada quando?

G.V. – Ela foi criada em 22 de agosto de 2012, no Encontro Nacional de Povos da Terra, da Floresta e das Águas, que é o chamado 2º Encontro Unitário, de 2012, lá em Brasília. Foi criado lá.

A.S. – São duas, então, uma dos indígenas e uma dos camponeses?

G.V. – A de indígenas é outra. A de indígenas foi criada... Eu fiz um esforço brutal para que essa questão indígena não ficasse apenas nos indigenistas, mas que incluísse os indígenas. Então eu trabalhei mais ou menos quase um ano, com o pessoal da Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que é a única entidade nacional indígena que existe hoje.

A.S. – É de 2012, também?

G.V. – Ela saiu em 2013. Essa demorou mais um pouco: em 2013 é que saiu.

D.P. – A Coiab...?

G.V. – A Coiab é parte da... a Coiab, aquela do Nordeste... Esqueci o nome. Federação dos Povos Indígenas do Nordeste⁷¹; do Centro-Oeste⁷²... Porque hoje a Apib é composta por essas regionais.

⁷⁰ Cléia Anice da Mota Porto.

⁷¹ Provavelmente, referindo à Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimme).

⁷² Provavelmente, referindo à Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan).

D.P. – Porque a Coiab é nacional.

G.V. – Não. Não é, não. É da Amazônia só.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – Coiab é Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia [Brasileira]. É da Amazônia. E a Coiab, também... Houve um certo declínio, em função dessa nova realidade. A coisa indígena tem umas variações assim. Tem uma geração, que é a geração [da década] de 1980, de lideranças. Em 1990, ela declinou. De 2000 em diante, começou um maior declínio e depois começou agora uma geração nova de lideranças. Agora mesmo, quando eu vinha para cá, encontrei uns 12 guerreiros Paresi no aeroporto lá de Brasília, “Ei, deputado!”, e vieram conversar, com as suas particularidades lá. Então nós temos assim, para resumir: um relatório que, do ponto de vista da investigação, ficou muito a dever; da amplitude dos crimes cometidos pela ditadura... Mas foi muito positivo em algumas coisas. Foi positivo demais, por exemplo, ao caracterizar os crimes como de sistema, não de uns indivíduos. Isso é uma coisa importantíssima.

D.P. – Isso aí é o grande ponto.

G.V. – Isso aí foi uma grande contribuição. Os crimes não foram cometidos por alguns elementos das Forças Armadas. Era o Estado, e as Forças Armadas no seu conjunto, pois toda a sua linha de comando estava envolvida. Isso foi muito positivo. Segundo, mostrou que as instituições militares [inaudível], além das Forças Armadas, foram usadas – os estabelecimentos, os oficiais, o material – para fazer tortura, assassinato, desaparecimento forçado, esconder cadáver, a ocultação de cadáver, e obstrução da Justiça, então, todos os crimes que são de lesa-humanidade, e de uma forma repetida e sistemática. E a estrutura privilegiada de toda essa operação foi o DOI-Codi. Mas não única. Têm vários outros que trabalharam com isso. Porque teve... Antes do DOI-Codi, isso já existia. Segundo, ou terceiro, você vê o seguinte, que eles... Alguns casos, vamos dizer assim, que são importantes para exemplificar, eles aprofundaram e decifraram. São casos que são bastante elucidativos e que

mostraram certamente... Mesmo o caso do Rubens Paiva, que você desvendou o caráter do crime. Segundo, veja o caso do Riocentro. Quer dizer, comprovou o terrorismo de Estado. Então é um grande avanço. Avanço... Todo o avanço que eu falo não é para nós, de esquerda, nós que somos vítimas, nós os presos. Não. É para a sociedade. Então foi um grande avanço. Caracterizou-se o terrorismo de Estado. E não só ele enquanto voltado para aqueles que se opunham à ditadura, mas para a massa mesmo, ou seja, tornando pessoas inocentes, que não tinham nada a ver com a oposição, como alvos legítimos da ação dos agentes do Estado, que é típico de terrorismo. Terceiro, você nominar aqueles comandantes, que é uma coisa que sempre teve uma resistência no Brasil, particularmente os nomes dos ditadores, dos comandantes do Exército, eu acho que isso foi muito corajoso. Outra coisa... Você quer ver? O histórico que eles fazem da coisa é um histórico com competência e tal, dos crimes. Eu acho que o que não tem competência, que eu já citei, é na amplitude dele e no alargamento do espectro das vítimas, e também nas recomendações. Tem algumas recomendações que são muito boas. Por exemplo, a coisa da continuidade das investigações, tendo em vista que eles não chegaram aos finalmente em todos os procedimentos investigatórios, é importante você propor; a revisão de algumas práticas de agentes do Estado e instituições do Estado, seja das Forças Armadas, de polícia e tudo, quer dizer, que são consuetudinárias, são o que restou da ditadura, sequelas que estão aí até hoje. Então você tem contribuições importantes. E também o próprio relatório em si, não obstante essa crítica, o fato de ser um relatório do Estado, ele tem um efeito duradouro muito grande. Não vai ser fácil para as pessoas desmontarem isso. Não vai ser fácil. Pode desmontar. Pode um governo de direita jogar no lixo. Mas na hora que sair impresso, ele vai correr, de qualquer jeito: está na internet, está... Então você socializou. O relatório também não teve o impacto daqueles que defendiam que o relatório era mais importante que o processo, não teve e não vai ter, mas tem um impacto duradouro, tem um efeito duradouro que é importante. Então eu não sou um daqueles niilistas, “ah, não serviu para...”. Não. Serviu. Está aquém do que nós pensávamos, do que nós desejávamos, mas ele é importante. E tem alguns subprodutos que a própria existência da Comissão, eles nos legaram. Primeiro, você mobilizou muita gente em Comitês pela Memória, Verdade e Justiça; você introduziu essa temática em grandes organizações da sociedade civil. Então o Movimento Camponês assimilou. Não tanto quanto a gente gostaria, mas assimilou. Agora, os sindicatos até hoje estão fazendo investigação e têm Comissões próprias da Verdade em sindicatos, têm universidades que fizeram isso. Então você criou um ambiente de investigação e de levantamento desses fatos que contribui enormemente.

Então não é só o que a Comissão fez; é o que ela possibilitou, com a sua existência, desencadear na sociedade. Acho que isso é um processo que ainda não acabou. Ele ainda está em curso, e acho que ainda vai demorar alguns anos.

A.S. – Você pode falar um pouco da criação desses Comitês pela Memória, Verdade e Justiça?

G.V. – Posso porque fui protagonista deles. Quando eu fui convidado pela ministra Maria do Rosário para entrar para a Secretaria de Direitos Humanos, ela até me ofereceu lá uns cargos, e eu falei: “Não, não quero cargo nenhum. Só quero trabalhar com isso aqui”. Só para você ter noção, eu trabalhei seis meses lá de graça, como convidado.

A.S. – Quando foi isso? Em 2012?

G.V. – Isso em 2011. De janeiro até agosto de 2011, eu trabalhei... Viajei o Brasil inteiro. Então eu procurei familiar de mortos e desaparecidos, procurei ex-preso, procurei... Não todos, porque isso não existe, a possibilidade disso. Organizações de direitos humanos, Igreja, eu procurei todo mundo para conversar. Porque eu já tinha uma concepção... Eu falava assim: “Vai vir a Comissão Nacional da Verdade, porque o projeto já está lá no Congresso Nacional, e isso vai abrir uma discussão mais ampla do que tem sido esse tema”. E o sucesso dessa comissão, muita gente falava assim: “Depende de quem vai ser nomeado, depende da lei, depende...”. Eu falava: “Olha, isso tudo é parte do processo, mas eu acho que depende de quanto a pressão da sociedade vai funcionar, para poder ter os resultados”. E como a sociedade não funciona só espontaneamente, eu falava assim, falava com a Comissão de Anistia, falava com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, falava: “Nós temos que estimular a organização da sociedade em torno disso. Assim como se criou a campanha da anistia, nós temos que criar a campanha da memória, verdade e justiça”. E foi assim que surgiram os comitês. Primeiro, para fazer aprovar a lei, porque os Comitês são anteriores à lei; segundo, para ver se influenciava a composição da Comissão; terceiro, para acompanhar os trabalhos da Comissão. E depois nós vimos que era insuficiente isso e nós começamos a incentivar Comissões da Verdade, tanto na esfera do Estado como na esfera da sociedade. Eu privilegiava as comissões da sociedade: em universidade, sindicatos, esse troço todo – como a [inaudível], a sindical –, e sempre com autonomia em relação à Comissão Nacional da Verdade. Porque eu

sempre achava que, para você ter uma pressão, você tem que ter autonomia, senão você fica muito dependente e tem dificuldade. Aqui no Brasil tem muita mesclagem desse tipo de coisa, que às vezes não funciona. Então, na verdade, houve uma campanha, e até hoje ela ainda existe. E, na verdade, nós demos um... até um certo ponto, nós impulsionamos; depois as coisas ganharam sua própria dinâmica. Então ficava assim, gente telefonando para lá: “Ah, Gilney, como é que cria isso?”. Eu falava: “Rapaz! Você sabe fazer uma assembleia, uma reunião?” “Sei”. “Você sabe tirar uma comissão na assembleia?” “Sei”. “Então, pronto, já está criado”.

A.S. – Então foi uma resposta bem positiva, a essa proposta.

G.V. – A resposta foi positiva. Foi um sucesso. Tudo que eu tinha planejado no trabalho lá não se concretizou, é bom que se diga. Era bem mais amplo do que nós pensávamos. Nós pensávamos em dar um apoio à organização disso. Mas o próprio governo, por força de pressão da direita que está dentro do governo, evitava um comprometimento maior. E também, o fato de que você tem outras contradições com o governo às vezes dificulta esse tipo de coisa. Mas também nós já herdamos, do tempo do Paulo Vannuchi, as exposições, publicação de livro, sendo que a exposição, eu mudei o conceito disso, e aqueles memoriais de pessoas imprescindíveis. Eu mudei o conceito, de um lado, por concepção política, e depois mudei – para pior – por deficiência financeira. Então, mudei para melhor por conceito, e depois para pior. Para melhor, eu falei assim: “Essas exposições gigantescas têm um grau de dificuldade muito grande para você operar...”.

A.S. – Gigantesca porque abre para muitas pessoas?

G.V. – Não, exposições que... O material de exposição...

A.S. – Ah, sim.

G.V. – São grandes fotografias. Você precisava de um caminhão, precisava de não sei quantos metros quadrados para poder colocar. Então elas foram importantes no início, mas depois eu pensei assim: “Nós temos que fazer coisas menores, que você empresta para a pessoa. Se quebrar, não tem problema, o prejuízo é mínimo, você conserta e toca o barco para diante.

Então eu fiz uma concepção de uma exposição de fotos e de textos portátil. Então você leva ela na cacunda e vai. Você empresta para o MST, para a Contag, para o sindicato, para a faculdade, para... E foi isso. Nós criamos vários tipos [de exposições].

D.P. – Todas baseadas em violação de direitos humanos?

G.V. – Só... Mas aí eu mudei também o conceito expositivo da coisa. Normalmente, as coisas eram muito ligadas ao fato da repressão. Aí eu sempre combinei repressão com a luta política, ou seja, mostrar que ela existia de um lado e de outro, e não era só o lado aqui que não... O cara tinha luta, também. Então eu incorporei essa. E não só o lado da morte, mas o lado da vida das pessoas. Então fizemos alguns... tentamos fazer alguns livros de biografia e tal. Fizemos alguns; outros não deram para sair. Porque aí já há a dificuldade financeira, editoriais, coisa desse tipo. Mas eu assombrei, assim... O primeiro livrinho, nós fizemos junto com o MDA. Fomos nós que imprimimos. Está no crédito o MDA, mas é parceria nossa. Eu falei... “Ah, eu costumo fazer 3 mil”. Eu falei: “Não, faz 30 mil”.

D.P. – Qual é o nome do livrinho?

G.V. – É um livrinho sobre o João Sem Terra.

D.P. – [Inaudível].

G.V. – É. A [Marcia] Camarano, lá do... a jornalista [inaudível] foi contratada e [inaudível]. Eu falei: “Não, não tem nada disso”. Então, no Congresso, a gente distribuiu para todo mundo. Todo mundo tem direito a ter um livro. É óbvio que isso não subsistiu muito tempo. Fiz dois e... “Você está louco? Esse tanto de livro?” Essas coisas de Estado... Às vezes tem uma dimensão... Isso não custa quase nada, do ponto de vista do Estado, mas os burocratas se assustam com certas coisas que é uma coisa impressionante. São fáceis de assustar. Bem, então, nesse capítulo aqui, eu te mostro o seguinte... Quer dizer, a sociedade... Nós ajudamos a mobilizar. E ela depois se mobilizou. Depois ela avançou mais. E foi assim que construímos esse movimento. E ele não está afinado. Têm muitas Comissões da Verdade que estão em

curso, têm muitas investigações dos sindicatos que ainda estão em curso e têm muitas Comissões Estaduais que ainda estão em...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.V. – ...Comitês continuam. A tendência é isso, arranjar um jeito de estabilizar, porque não tem mais o pico; está em descenso. E com a crise do Estado, a crise política, obviamente, esses temas polêmicos tendem a ser, vamos dizer assim, subsumidos. Porque não... É como diz... Há um receio que se piore a crise, coisa desse tipo. Não sei se isso acontece, não.

D.P. – Agora, você aposta – eu sei que está previsto isso – que se crie uma comissão para dar continuidade aos trabalhos, não é?

G.V. – Ou delegue.

D.P. – Pois é. E você percebe...? Existe algum projeto? Ou isso só ficou...?

G.V. – Eu acho que... Nesse momento, eu não estou prevendo isso, não. Eu acho que o mais provável é que eles deleguem para uma... ou para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o que ficaria de uma forma muito restrita, porque só mortos e desaparecidos, ou à Comissão de Anistia, ou à Secretaria de Direitos Humanos. Na Argentina, a continuidade dos trabalhos da Comissão de Detenidos Desaparecidos, que é a Comissão dos Desaparecidos Políticos, que acabou sendo cognominada de Comissão da Verdade, porque não era assim que era o nome, a continuidade ficou delegada à Subsecretaria de Direitos Humanos. E o relatório do Nunca Mais é cerca de 8 mil, mas muitos familiares não confiaram na Comissão, não foram lá depor. Ou muitos não tinham dados. Hoje está praticamente o dobro de desaparecidos políticos ou, como eles chamam, *detenidos desaparecidos*: já está mais ou menos em 15 mil. Foram agregando praticamente o dobro do que foi antes. Então, se nós... Para nós seria importantíssima, a continuidade. E finalmente, veja bem, tem o Ministério Público. O Ministério Público é aquela história, certas instituições no Brasil, para assumir certas coisas, elas têm uma dificuldade muito grande, seja porque eram conservadores, seja porque às vezes não se achavam equipados para poder assumir essa luta. Mas a verdade é que há uns três ou

quatro anos, vamos dizer assim, de 2010 para cá, não me lembro quando, foi constituído um grupo dentro do Ministério Público para fazer essas investigações. E, desse grupo, muitos ainda estão em curso as investigações. Aí já também é um subproduto do ambiente da Comissão Nacional da Verdade, que facilitou que muitos procuradores aprofundassem ou aproveitassem das denúncias e fizessem as denúncias. Essas denúncias se esbarram na interpretação da Lei da Anistia, ao responder a ADPF 153, da OAB, sobre aquela coisa de crimes conexos, e que o Supremo Tribunal Federal respondeu de que não se aplica... Eles não são imputáveis, em função disso, porque a anistia... Tem uma linguagem meio rebuscada em direito lá que não fala como cidadão comum, não, certo? Mas, no fundo, fala: são inimputáveis. É isso que eles falam. Eles fazem um rebuscado lá para falar isso, e eu vou economizar tempo aqui. Então, veja bem, aí... Então, muitos dos processos ajuizados... das denúncias, algumas viraram processos, alguns foram até interrompidos, porque eles recorreram a Tribunais de Justiça e até... E alguns já estão em recurso. Tem dois no Supremo Tribunal Federal. Veja bem, essa questão, o Ministério Público, pelo que eu percebi, ele aguarda ansiosamente o julgamento desses casos. Particularmente, eles estão centrados em desaparecidos políticos. Por quê? Porque desaparecidos políticos, existem duas resoluções do Supremo Tribunal Federal julgando torturadores argentinos que estavam aqui e que foram recambiados, dizendo que os crimes... desaparecidos políticos seriam permanentes, enquanto não fosse descoberto o cadáver e esclarecido. Então, por isso eles adotaram esse critério. Se eles adotaram num caso, podem adotar em outro. Isso não é obrigatório, porque o Supremo pode interpretar do jeito que eles quiserem ou acharem, quiserem achar. Mas é uma possibilidade, que, no julgamento de casos concretos, estabeleça uma nova jurisprudência. Ademais, o julgamento da ADPF 153 ainda tem dois embargos declaratórios que estão não julgados. Um deles é exatamente a interpretação se se aplica a desaparecido político ou não, porque é crime permanente, e que é essencial. Por que ela é importante? Porque a maioria das ações judiciais ajuizadas diz respeito a desaparecidos políticos e quase... não todos, mas um número muito grande de torturadores estão envolvidos neles, [um número grande] de agentes públicos. Então quebraria a proteção, que eu julgo indevida, porque é uma interpretação, também, que eu considero inadequada... O Supremo tem seu poder, tudo bem, temos que respeitar, do ponto de vista judicial, mas não precisamos concordar com ele. Mesmo porque toda a Corte Interamericana não concorda, o Tribunal Penal Internacional não concorda, toda a jurisprudência internacional de direitos humanos não concorda com ele, e ele próprio não nega... Isso que é uma coisa do Supremo

Tribunal Federal: ele não nega a jurisprudência internacional, ele simplesmente fala que não se aplica devido a um acordo. Ele faz uma interpretação rebuscada, só isso. Mesmo porque, se ele negasse, ele teria que pedir ao Congresso Nacional ou então revogar certos preceitos constitucionais... inconstitucional que internalizou certos tratados internacionais, inclusive a Convenção Americana de Direitos Humanos, que é o Pacto de São José de Costa Rica, que rege esse regime de justiça de direitos humanos, a Comissão [Interamericana] de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Então ainda existe esperança na esfera do Judiciário. Eu diria mais do que na esfera do Legislativo. Mais do que na esfera do Legislativo. E o protagonismo do Ministério Público não vai acabar porque acabou a Comissão da Verdade. Ao contrário, ele se...

D.P. – E do Executivo, tem alguma esperança?

G.V. – Eu não tenho esperança nenhuma. Não acredito que haja a possibilidade de um protagonismo maior do que já foi, no governo Dilma. Não só pela...

A.S. – Por quê?

G.V. – É uma dificuldade não só circunstancial, porque agora há questionamento da sua autoridade, do seu governo, mas é um pouco de uma percepção que eu tenho de que é como se... assim: “Olha, nós fizemos nossa parte nessa... que nós tínhamos que fazer, de Comissão da Verdade, apurar. O resultado está aí. Agora é com a Justiça”. Um pouco desse tipo de coisa. É a minha percepção que eu tenho do governo. Não é nada que alguém me falou, não. É percepção política. Eu acho que é mais fácil, nesse momento... No Congresso, eu não acredito que uma coisa dessas vingue. Não acredito mesmo. A correlação de forças lá, em relação a esse tema, não... Não é que as pessoas estão defendendo torturador nem nada. Eles acham que isso já é conciliação nacional, “não vamos mexer com isso, têm outras coisas prioritárias”, coisa desse tipo.

A.S. – Essa é uma percepção sua que vem desde a época em que você atuava como deputado federal? Ou é mais com relação à finalização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade?

G.V. – Desde aquela época, eu tenho essa percepção. Eu achava que o Congresso não avançaria mais do que isso. E outra coisa: sempre... Se você estudar... Têm vários estudiosos que já estudaram assim. Todos os países em que avançou a apuração de crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura estão ligados a Executivos que se empenham nisso. Quando entra um governo, se não se empenha, geralmente, as coisas diminuem. Então eu acredito que é... Quer dizer, o máximo de empenho que foi dado aqui foi essa Comissão Nacional da Verdade. Acho que pode acontecer o que aconteceu na Argentina e no Chile: como o protagonismo judicial geralmente... ele foi mais tardio, pode ser que ele tenha um pico mais adiante. O dia que nós tivermos uma condenação de um torturador, nós teremos uma provável reversão dessa... Porque quebra o limite imposto pela institucionalidade jurídica. O dia que quebrar isso, eu acho que talvez nós tenhamos outro cenário. Mas aí não sei quando vai ser.

D.P. – E você acha, por exemplo, que vale a pena se propor a revisão da Lei da Anistia? Esse é um assunto encerrado? Ou... Como é que você vê essa questão da revogação...? Revoga-se a Lei da Anistia? [Inaudível] ou uma leitura, apenas, da Lei da Anistia?

G.V. – Revogar não, porque a lei tem outras componentes que foram importantes e os seus efeitos já foram dados, não tem jeito de revogar. E mesmo porque têm pessoas que foram anistiadas [inaudível] dela, então, não tem... São direitos. Seria um contrassenso, não é? Mas em relação a esse...

[FINAL DO ARQUIVO PHO_2195_GILNEY_VIANA_2015-03-24_03]

D.P. – Gilney, a gente estava conversando sobre a Lei da Anistia, se revoga ou se não revoga, se a gente faz uma outra lei ou se faz uma releitura da Lei da Anistia, não é?

G.V. – É. O ideal é revogar aquele parágrafo que fala de crime conexo, porque ele é o motivo da interpretação equivocada. Então nós temos três caminhos: ou você altera a lei... Revogar ou qualquer coisa é alterar a lei, tem que ser no Congresso, processo legislativo. Segundo, você faz uma reinterpretação pelo STF. O terceiro, que é um caminho que o Ministério Público está assumindo, que é alegar que, independente da Lei da Anistia, o direito internacional e a Convenção Americana de Direitos Humanos se aplica no caso brasileiro, então, ela tem um

valor legal, superior a Lei da Anistia, então, que ela torna imputáveis aqueles que cometeram esses tipos de crimes, de lesa-humanidade ou de graves violações [de direitos humanos]. São três caminhos.

D.P. – Você acha esse terceiro mais viável?

G.V. – O terceiro, que é mais ou menos... pode conjuminar com o segundo, eu acho o mais provável que ocorra. Porque eu não acredito que... Projetos no Legislativo que revoguem, eles estão lá, que alterem, mas eles vão votar? Não acredito.

A.S. – Tem um projeto de lei em tramitação no Congresso para uma definição de crimes conexos.

G.V. – Sim, tem.

A.S. – E que aí possibilitaria essa...

G.V. – Essa reinterpretação.

A.S. – ...essa reinterpretação.

G.V. – Também é um caminho. Mas eu acho que...

D.P. – É um projeto da Luciana Genro, não é?

A.S. – Do Randolfe [Rodrigues].

G.V. – Do Randolfe, no Senado.

D.P. – A Luciana Genro também tem, não é?

G.V. – A ex-prefeita Luiza Erundina que tem um, que é mais tipo revogar esse parágrafo. Todos são caminhos bons, eu não estou contra nenhum, eu estou falando só...

D.P. – O mais viável.

G.V. – ...quais são os mais prováveis. Não sei. Eu estou julgando pela conjuntura do momento. Essas coisas podem mudar de repente, não é? Mas não vejo... Acho que o protagonismo do Ministério Público vai ainda obrigar ao Supremo Tribunal se pronunciar. Acho isso. Então está mais próximo no tempo de um pronunciamento do STF do que uma nova legislação. Essa é minha visão.

D.P. – E, caso fosse possível, você é favorável à punição dos torturadores?

G.V. – Ah, sou. Porque eu sou...

D.P. – Julgamento, pena, tudo? Ou você...

G.V. – Eu quero que eles sejam julgados pelos crimes. Agora, se vai ser condenado ou não... Eu não vou ser juiz, porque eu sou parte e acho... Não vou fazer o que eles fizeram comigo, fizeram com você, fizeram com outros, que eles investigavam, nos prendiam, nos torturavam, nos condenavam e nos vigiavam na cadeia e depois nos soltavam, quando bem entendessem. Então eles eram senhores de todo o nosso destino e nossas vidas. Não queremos isso. Queremos um tribunal independente, com direito à defesa, tudo certinho, e que, se provado, como eu penso que praticamente todos serão comprovados, esses crimes denunciados, devem ser condenados. Puxar pena, de acordo com a lei: se eles tiverem algum direito, que eles usem o direito deles. Eu não estou... Assim como nós também apelamos para o direito, que eles apelem. Não é uma briga particular, isso aqui. Isso é uma coisa da sociedade. Nós lutamos muitos anos para que a nossa dor não fosse só nossa, que fosse socializada; que nosso conhecimento não fosse particularidade, que fosse social; que nosso modo de fazer juízo sobre esses fatos não fosse só o nosso, de vítima, que fosse a sociedade, que pudesse ter uma visão mais imparcial, vamos assim dizer, ou menos afetado pelo fato de ser vítima. Então nós temos que ser coerentes. Vamos... É esse o caminho. Agora, eu acho que o cidadão que confessa que matou,

picotou, torturou, assassinou, obstruiu a Justiça, pelo que eu entendo de justiça, só cabe condenação. Eu acho que seria bom para o país. Seria muito bom para o país. Isso foi bom na Argentina, foi bom no Chile, foi bom no Peru, em El Salvador, na Guatemala. Aqueles casos que não foram objeto de confissão e pedido de desculpas, como é o caso [inaudível], foi sob medida judicial. Então eu acho que seria bom para o país. Agora, não sei se eu vou ver isso, não. Tenho dúvidas.

D.P. – Esse movimento que está tendo... Quer dizer, agora até parou um pouco. Acho que não ouvi mais falar. [Esse movimento] dos escrachos, o que você acha disso?

G.V. – O escracho é um momento particular desse Movimento pela Verdade, Memória e Justiça. Primeiro, foi importante que você... É uma forma de você publicizar, identificar os torturadores de uma forma pública. Depois eles neutralizaram um pouco. Porque, também, a imprensa parou de dar, essa coisa toda. Foi importante. Mas eu vou dizer uma coisa, não tem escracho maior, com a potência um milhão de vezes... do que aquele depoimento do Malhões no *Jornal Nacional* da TV Globo. Aquilo... Primeiro que é o próprio cara se escrachando, confissão pública de tortura, assassinato, desrespeito ao cadáver, ocultação, dificultação de apuração pela Justiça. Ou seja, aquilo, eu considero o maior escracho que eu já vi na minha vida. E sem direito à compaixão, sem direito à anistia, sem direito à verdade. Acho que ele próprio também era convencido disso, porque era uma pessoa muito ciente do que ele fez e do que ele fazia. Eu li todo o depoimento dele transcrito.

D.P. – Leu todo?

G.V. – Li tudo. É uma coisa terrível. Eu respeito ele como torturador, porque é uma pessoa convicta. Se ele era convicto, ele devia pagar também pelos crimes dele. Essa convicção devia ser levada até as últimas consequências.

D.P. – Gilney, pensando um pouco na sua trajetória, que a gente não teve tempo de conversar muito sobre ela, você é deputado pelo PT, você está lá na formação do PT, depois se torna um dirigente do PT, e quando o Lula assume o governo, em 2002 e 2003, mas a eleição foi em 2002, você vai para o Ministério...

G.V. – Do Meio Ambiente.

D.P. – ...do Meio Ambiente, vai trabalhar com a Marina Silva. Você já tinha juntado essas duas causas quando era deputado, que você já falou para a gente...

G.V. – Já tinha.

D.P. – ...a questão ambiental e a questão dos direitos humanos. E como é sua experiência lá? E depois eu gostaria de saber da passagem que você dá, depois, para trabalhar na Secretaria de Direitos Humanos.

G.V. – Veja bem, eu não inventei nada para eu fazer. Eu tenho feito só aquilo que eu aprendi a fazer desde jovem. Então, aquilo pelo qual eu luto é aquilo que eu acredito, não é por ser do governo ou não ser do governo. E eu acho que tentei ser coerente com meus compromissos comigo mesmo, primeiro, e tento até hoje, porque é isso que me mantém vivo. Não sei se eu teria condições de sobreviver a tudo que eu passei, mas principalmente a meu exame de autoconsciência, porque esse é um juízo muito forte. Para aqueles que têm dignidade e que têm firmeza de caráter, o autojulgamento, o autojuízo, a autocrítica pesa muito. Quantos companheiros nossos se suicidaram [inaudível], não porque a repressão fez isso ou aquilo com ele, mas porque a autoavaliação dele às vezes levou-o a se sucumbir. Ou se autodestruíram. Têm muitos companheiros que se autodestruíram, na droga, no álcool, ou na alienação. Então nós travamos essa luta diariamente. Então é um tipo de... Eu considero que a minha formação... Eu tenho que ser coerente com essa formação, independente de onde eu esteja, em que processo eu esteja envolvido, que atuação eu esteja fazendo. E eu sempre fui um militante político, desde os meus 16 anos, então, não é cargo que modifica. Aliás, eu faço do cargo uma espécie de militância. É isso que é a minha... Se gostarem ou não gostarem, eu não... Espero que alguns gostem, pelo menos. Então são esses os princípios que eu adoto. E sempre fui um cara que acredito na sociedade... acredito nos homens, nas mulheres, que têm capacidade de fazer revoluções. Não apenas uma revolução, mas fazer revoluções transformadoras de si próprio e da coletividade. Então é em função disso que eu me movo. Quando eu fui para... eu saí da cadeia... Primeiro, já contei que, na cadeia, eu era militante. Eu não era um preso; eu era um

militante preso. E quando eu saí, eu já era um militante solto, em conjuntura totalmente diferente daquela que eu fui preso, mas ainda na ditadura. E logo me engajei, não só na construção do PT, do Partido dos Trabalhadores, mas na construção da luta dos trabalhadores, independente do partido. Porque são duas coisas diferentes. Pode ter ligação, mas não são a mesma coisa. Então me engajei numa coisa e noutra. E, ao longo disso, também, com o retorno às liberdades democráticas, o novo regime democrático – também com suas limitações, mas com sua amplitude, acho que maior do que a de 1946 a 1964 – abriu a expectativa de você também lutar na institucionalidade. Veja bem, quando eu ajudei a organizar o PT, eu nunca pensei em ser candidato a nada, mesmo porque eu tinha uma compreensão – até hoje eu tenho – de que é muito difícil você fazer uma transformação mais radical da sociedade se não for pela sociedade. Essa coisa do Estado, ainda mais um Estado sem fazer uma revolução popular, não acredito nisso. Não que os governos não possam garantir direitos, avançar e tudo. Tudo isso é possível. Mas é muito pouco, pelo que eu penso, pelo que eu lutei e pelo que eu luto. E durante um tempo, até 1985, praticamente, quando terminou a ditadura, eu ainda estava sob liberdade condicional. Nunca pensei em me candidatar. E a primeira vez que surgiu a hipótese de candidatura foi numa circunstância totalmente inusitada, aquelas coisas que acontecem sem você estar... Foi em 1992, quando nós estávamos... Porque, antigamente, as convenções partidárias eram assim: vinha um cara do TRE, fiscal do Tribunal, que ficava fiscalizando sua convenção, esperando até a conclusão, para saber ali a ata, o que resolveu. Era assim, controlado pelo TRE. E lá em Cuiabá, Mato Grosso, nós tínhamos combinado que um cidadão, um professor, ia ser o candidato a prefeito. E acontece que na última hora o cara não quis mais ser candidato a prefeito e falou: “Ah, vou ser candidato a vereador”. E aí foi o seguinte... “Então não tem candidato a prefeito”. Mas, naquela ocasião, para o Partido dos Trabalhadores, era muito importante ter candidato a prefeito. Então era assim: doze horas fechava o expediente, [doze horas] da noite, e onze horas o cara renuncia, e ficou àquela hora... onze horas da bagunça, daquela confusão.

D.P. – Isso em 1990, não é?

G.V. – Isso em 1992. A candidatura a prefeito foi em 1992. Foi a eleição para prefeito. Aí eu peguei... E aí todo mundo me pressionando: “Gilney...”. “Eu não falei com vocês...? Eu sou dirigente do partido, sou fundador, mas não quero ser candidato a nada”. Aí a discussão ficou

muito rebaixada, muito desqualificada, e eu fiquei muito preocupado. E eu ainda tinha uns dois ou três nomes lá, mas todo mundo não quis. Aí eu falei: “E agora, como é que eu faço?”. Porque eu tinha uma liderança dentro do PT. Aí foi a situação... Falaram: “Ah, você que vai ter que assumir”. Todo mundo me pressionando. E deu doze horas e o Tribunal falou: “Olha, tem que acabar, tem que fechar a ata”. Aí eu telefonei para Iara. Porque a última palavra de quem é? Da Iara. Eu falei: “Iara, está assim, a situação”. Ela falou: “Gilney, eu sou contra. Agora, tem uma coisa, não vou te falar para não aceitar. Eu deixo você decidir”. Ela transferiu para mim. “Se você aceitar que é, tudo bem, não...” Eu falei: “Menos mal”. Aí eu aceitei, numa situação totalmente... E você sabe quem era o outro candidato? Dante de Oliveira, que era de um prestígio enorme. Inclusive é meu amigo, me visitou na cadeia e tudo. Então era uma coisa, assim...

D.P. – Você sabia que não tinha a menor chance [inaudível]?

G.V. – Não tinha chance nem de nada.

D.P. – Todo candidato tem aquela síndrome que pode [inaudível].

G.V. – Nunca! É aquela história, para o nome do partido, para tentar eleger um vereador. Essa que era a nossa meta. A meta era eleger um vereador.

D.P. – Para completar a chapa. Tem que completar a chapa, não é?

G.V. – É. Inclusive tem um caso muito interessante, porque o pessoal falava assim, os críticos dentro do PT: “Ah, você não vai ter nem 2%, Gilney”. Eu falei: “Ah, vamos ver, não sei. Acho que eu vou ter mais de 2%”. Era 2% que era a meta que o partido tinha para mim. Era muito baixa, não é? E a minha campanha foi tão ridícula, tão ridícula que ela foi objeto de comicidade. Era cômico. Primeiro, não tinha dinheiro nenhum. Os candidatos a vereador nem queriam andar comigo, porque era tão pobre a minha campanha que não tinha capacidade de fazer comício. Então eu fiz um tipo uma guerrilha eleitoral: pegamos uma Kombi velha, demos um jeito na Kombi, e que não era minha, era de um apoiador que tinha uma oficina – então, ele que cuidava da Kombi –, eu, o filho dele, que hoje é um rapaz casado, e tinha um [inaudível]. Esse é um

índio. Então a minha equipe de campanha era: um índio, o filho dele; um mágico, que é um palhaço e mágico; e o filho dele; e mais a filha do cara, também. Nós entrávamos na Kombi e atacávamos em tudo quanto é lugar.

D.P. – Pintaram a Kombi, fizeram...?

G.V. – Pintamos a Kombi, aquela Kombi velha, arrastada, lascada. Mas pitamos assim, nada.... Remendamos ela.

D.P. – Não pintaram de vermelho, não?

G.V. – Não. Não tinha técnica nenhuma.

D.P. – Não tinha nem PT escrito?

G.V. – Não. Não tinha técnica nenhuma. Era bandeirada, e metia bronca. E aí houve... Onde eu tive sucesso foi no debate, porque eu fiz um bom discurso e tal. Numa boa. Assim como os outros. Mas foi um sucesso. Mas foi uma campanha em que eu aprendi muito. Foi muito interessante. E eu peguei e falei assim: “Chega para mim. Não me coloque mais para ser candidato porque eu não aguento...”.

D.P. – E o vereador, vocês conseguiram eleger o vereador? Ou nem isso?

G.V. – Olha o que aconteceu: não elegeu o vereador e eu tive 8%, que daria para eleger um vereador, mais do que suficiente, um ou dois. E não elegeu. Eu falei: “Fui bem-sucedido”. Todo mundo veio bater palma, “você foi bom”, “você é ótimo”. Aí, em 1994, eu já estava fazendo doutorado, e falei com eles... E nós tínhamos uma deputada estadual. Eu falei: “A deputada estadual vai ser candidata a federal”. Porque aí nós fizemos aliança com o Dante. O PDT e PT se aliaram, em 1994.

D.P. – Nessa altura, você estava dando aula? Você fazia o doutorado. Tinha bolsa?

G.V. – Não, não tinha bolsa nenhuma. A única coisa é que o doutorado era na mesma universidade, então, você tirava...

D.P. – Você dava aula onde? Na Faculdade de Medicina?

G.V. – Na Faculdade de Medicina da UFMT, em Cuiabá. Aí eu peguei... No doutorado, tira os encargos de aula, deixa só uma ou outra coisinha.

D.P. – Você passou direto...? Você fez o mestrado?

G.V. – Não. Só fiz especialização e fiz um projeto... Aí a pessoa falou: “Pode ir para o doutorado, isso aí. Isso está muito bom”. Porque era uma coisa inovadora naquela época, que é... Na área de meio ambiente, tem uma escola de epidemiologia que liga o perfil de saúde e doença, quer dizer, como ocorre a série de doenças na sociedade, ou a uma perspectiva de classe, [inaudível] o produto, ou... Aí eu falei assim: “Não, eu queria ver como... se, quando se altera o meio ambiente, se altera o perfil”. Alguns pesquisadores no Brasil... No mundo, poucos, muito raro naquela época, no início [dos anos] 1990. Mas no Brasil tinham uns dois caras que estavam pesquisando isso, também. Então, éramos três. E a professora ficou entusiasmada. Até hoje meu texto... Eu fiz um texto... Eu fiz os créditos e ainda fiz o texto, tipo para um *qualifying*. Mas não... Aí veio a eleição de 1994 e eu falei assim: “Olha, não me meta, porque eu estou fazendo meu doutorado”, que era a única chance de eu fazer carreira, sair da miséria e ter um salário decente. Naquela época, era o Fernando Henrique, não tinha... O único aumento que você tinha era fazendo pós-graduação. Aí eu falei: “Não, eu tenho que tirar o pé da miséria. Não quero. Poxa! Eu já estou dirigente aqui, já ajudo e tudo. Não vou”. Mas fica aquela... E é uma coisa terrível no PT, você fica pressionando: você já foi candidato uma vez, você foi bom... Quem foi ruim, não liga, não, mas quem foi bom... “Não, você vai...” E naquela ocasião de 1994, não sei se vocês se lembram, mas existia no PT, e até na sociedade, em grande parte, a expectativa de que o Lula pudesse ganhar. Quando veio o real e mudou a realidade toda. E eu era dirigente nacional do PT. Aí, na hora da... E eu acertei a coligação com o Dante, junto com o Brizola. Essas coisas todas não são... E o acerto era esse: “Olha, Dante...”. Porque tinha um apoio mesmo de setores da burguesia lá de... Ele tinha. Porque o Dante era filho de família tradicional.

D.P. – É o Dante de Oliveira, não é?

G.V. – É o Dante de Oliveira, que é...

D.P. – É o pai da emenda das eleições diretas.

G.V. – É. Do MR-8 e...

D.P. – Alto. Você, junto dele, devia fazer...

G.V. – Era alto.

D.P. – Nossa!

G.V. – Eu fui tirar uma foto, eu e ele...

D.P. – Devia ser engraçado, não é?

G.V. – Aí fizemos a coligação, e eu falei para o pessoal do PT: “Olha, vai eleger um deputado federal. Se nós só lançarmos um...”.

D.P. – Mas a coligação era, então, PT...?

G.V. – PT e PDT e PCdoB, acho que era isso. Devia ter algum outro...

D.P. – E ele na cabeça.

G.V. – Ele era [candidato] a governador. Nós só éramos candidatos a deputado. A única coisa que nós tínhamos... Nós éramos pequeninhos, também, não tínhamos condição de propor mais nada. Nós queríamos eleger um deputado federal. Mas ninguém na direção do PT acreditava. “Não, não vou, não. Nós vamos para deputado estadual [inaudível]”. Observa bem.

E me falaram: “Isso é uma bobagem”. Eu fiz os cálculos... Naquela época, eu sabia fazer. Agora, não sei mais, não. [Fiz os cálculos] e falei: “Vai eleger”. Porque, na eleição anterior, nós tínhamos tido 18 mil votos, só do PT, pequenininho, para deputado federal, e eu falei: “Com 25 mil, na coligação, vai eleger”. Acho que tinha o PR e um outro, também, na coligação. Não me lembro que outro partido tinha. “E vai eleger”. Aí eu falei assim... “Ah! Não vai. Esses caras estão cheios de dinheiro. Nós não temos dinheiro nenhum”, aquela coisa, não é? Eu falei: “Vai, porque... A minha tese é o seguinte, quem vai fazer a campanha do Lula é o cara que está no palanque, é esse cara”, foi o que eu combinei com o Dante. A única ajuda que ele deu era botar a gente no palanque dele. Eu falei: “Está bom para nós”. Botar a gente no palanque quer dizer que, se for de avião, nós íamos no avião dele; se for de carro, nós íamos no carro dele; se for... Porque nós não tínhamos. Apesar de que tinha hora que eu não seguia a caravana, porque às vezes vai a lugares onde não tinha nenhum voto. Eu só fiz também uma parte do [inaudível]. Eu só sei que o meu cálculo estava correto. Mas isso me custou muito caro, do ponto de vista da minha carreira acadêmica. Literalmente, destruiu meu doutorado. Porque, primeiro, quando eu fui eleito... E estava faltando pouco para eu cumprir... Porque eu tinha feito os créditos, tinha feito a primeira redação da tese, e estava boa, segundo a minha orientadora. Ela falou: “Agora você tem que dar forma e testar todas as hipóteses”, aquela coisa de fazer uma correção ao estilo acadêmico, aquelas coisas assim. E eu certamente seria aprovado, não teria dúvida, não. Mesmo porque quem falou foi a própria orientadora. E aí eu fui eleito deputado federal e danou-se. Primeiro, deputado federal foi uma experiência muito interessante. Então, eu já era um ambientalista, um cara que lutava por direitos humanos, e memória, já fazia, então eu me dediquei, meus quatro anos de mandato, para meio ambiente, memória e direitos humanos. Porque tudo é... Eu chamaria todos de direitos humanos, os novos e... Tudo é direitos humanos. E isso, no Congresso, para um deputado de primeiro mandato, é muito difícil um deputado de primeiro mandato ser presidente de uma comissão, e eu fui presidente da Comissão de Meio Ambiente, um pouco por força do prestígio meu dentro do PT e um pouco da disputa de bancada, porque têm lá umas disputinhas, umas coisas assim.

D.P. – Quem eram seus grandes aliados lá do PT? O pessoal que você tem mais liga.

G.V. – Nessa época...

D.P. – Tinha uma bancada interessante.

G.V. – O Ivan era meu... O Ivan, que está no Psol, é meu amigo até hoje, fomos presos juntos também, aqui – ele, pelo MEP.

D.P. – Ivan Valente.

G.V. – O Ivan Valente. A Marina, no Senado, que a gente fazia uma dobradinha. E tinha mais o quê? O Ferro, que já era um cara que tinha uma certa visão.

D.P. – O Ferro lá de Pernambuco?

G.V. – É, de Pernambuco. Mesmo o Machado, que foi prefeito de Piracicaba, ele tinha uma certa visão, principalmente o negócio de água. Então nós tínhamos alguns parceiros. O Gabeira, que foi deputado pelo PT, foi meu vizinho, muito amigo. Então nós trabalhamos juntos. E eu fiz uma coisa que fiquei muito conhecido até, mundialmente. [riso] Porque naquela época foi quando deu o pico de quase 30 mil quilômetros quadrados de desmatamento da Amazônia, então eu fiz uma Comissão Especial Extraordinária só para investigar isso, mas associado às madeiras asiáticas. Ih, menina, isso deu um rebu! Fora de sacanagem. Eu recebia carta do mundo inteiro. E os ambientalistas do mundo inteiro fazendo campanha, porque eu já estava defendendo o desmatamento zero, e contra o capital estrangeiro lá. Isso foi uma coisa formidável! Tem um relatório que até hoje... Foi muito polêmico, porque, pela primeira vez, eu mostrei que o padrão de ocupação da Amazônia era destrutivo, mesmo com a reforma agrária. Os movimentos de reforma agrária ficaram tiririca comigo. Então isso foi uma polêmica muito boa. Têm vários detalhes, eu não vou contar aqui, mas foi muito custoso. Mas foi muito gratificante, abriu meus olhos para uma outra visão de mundo, uma coisa desse tipo. Então eu me diverti bastante. Eu fiz o movimento contrário: depois fui candidato a deputado estadual, também com a mesma temática. E por que eu não fui mais federal? Porque não tinha mais aliança e o próprio PT falou: “Volta para estadual porque você vai ser candidato a prefeito”, aquelas coisas que o PT às vezes planeja. Aí não dá nada certo, às vezes. Eu não sei como é que dá certo com os outros. Para mim não deu nada certo. Só sei que a coisa não deu certo. Eu fiz um bom mandato, também, de deputado, sem nenhuma falsa modéstia, muito

[inaudível] em direitos humanos, a questão ambiental. Mas é muito ruim você sair de deputado federal para estadual, porque o nível é muito discrepante, e a Assembleia de Mato Grosso é muito rebaixada.

D.P. – Você foi eleito deputado estadual?

G.V. – Fui eleito.

D.P. – E aí o mandato foi...

G.V. – Foi, também, só meio ambiente e direitos humanos.

D.P. – Aí você volta para...? Porque quando você vai para...

G.V. – E quando eu vou para Brasília... O que acontece? Quando o Lula ganha, aí é nomeada a Comissão de Transição. Eu sou da Comissão de... Largo o mandato de deputado estadual e vou para a Comissão de Transição. Aí eu já fico lá. Faço dois relatórios...

D.P. – O governo de transição, não é?

G.V. – É o governo de transição.

D.P. – O governo de transição.

G.V. – Eu fiz dois relatórios: o relatório sobre meio ambiente e o relatório sobre a questão indígena. Porque eu também era militante da causa indígena. No da causa indígena...

D.P. – Mas aí você sai do mandato de deputado estadual?

G.V. – Saí. Mas eram só dois meses.

D.P. – Sim, [pediu] licença.

G.V. – Pedi licença de três meses ou quatro meses e aí não voltei mais.

D.P. – Não voltou mais?

A.S. – Ah! Você não concluiu o mandato?

G.V. – Não, porque o mandato só ia até o dia 31 de janeiro. Então eu fiquei na [Comissão de] Transição até dia 10 de janeiro. Aí não voltei mais.

A.S. – Então já teria terminado, de qualquer forma.

G.V. – Aí já teria terminado. Não é que eu abdiquei do... Eu só tirei licença. Eles consideram que eu estava no mandato, ainda. Aí eu fui trabalhar nesses dois relatórios. No caso do indígena, tinha um cara lá que trabalhava com cultura, que é o [Márcio] Meira, um paraense muito culto, e ele é antropólogo e tudo, muito interessante. Depois, quando o Gilberto Gil foi ser ministro, chamou ele para ser dirigente lá, ser secretário. E aí eu fui para o Ministério do Meio Ambiente em função disso, porque eu já tinha uma trajetória no meio ambiente. Não tem nada a ver com Marina. Ao contrário, ela tinha suas preferências lá. Mas se compôs. Porque eu também... Eu fui dirigente do PT, da Secretaria de Meio Ambiente do PT, durante alguns anos. Então, tinha uma disputa ideológica dentro do PT. Porque eu fiz, durante dez anos, só o PT assimilar a questão ambiental. Dez anos, dentro do PT, para assimilar. Você vê como é difícil. Primeiro, aqueles que eram de origem marxista tinham dificuldade disso, e o sindicalista, é aquela coisa, o negócio é salário, é direito... Então tem uma dificuldade muito grande. As coisas não são simples. Então é disso que eu... A minha militância institucional foi isso.

D.P. – Mas aí você...? Quando a Marina sai do Ministério, você continua?

G.V. – Quando a Marina... Não. Eu saio antes. Porque tem um caso: a Marina, quando o Lula ganhou pela segunda vez, ela já tinha uma visão de como era o protagonismo dela. Não sei isso já era visão de futuro ou não, mas tinha já gente dentro do PT que defendia que ela fosse

candidata a presidente. Ela não foi, mas ela achou que tinha que fazer um ministério com outra composição. E nisso aqueles petistas tradicionais foram colocados para fora.

D.P. – Quer dizer, ela te colocou para fora?

G.V. – Ela me colocou [para fora], a mim, o João, o Langone... Todos nós que éramos da Smad, que é a Secretaria de Meio Ambiente, nós saímos. Praticamente todos nós.

D.P. – João... Qual João?

G.V. – O João Bosco, lá de Minas, que foi secretário de Águas. Depois, as mudanças dela não deram muito certo, ela voltou um pouco atrás, pôs mais gente do PT e tal.

D.P. – E aí você vai para onde?

G.V. – Aí eu volto para a universidade. Aí eu peço, por razão estritamente familiar, eu peço licença não remunerada e eu fico praticamente quatro anos de licença não remunerada. Porque a Iara estava fazendo um trabalho... Não era para o governo federal. Ela era servidora do governo estadual, do fisco, e ela trabalhava no Conselho... Tem um Conselho Federal não sei de quê... É Confaz que se chama, que é uma coisa muito especializada, que é o negócio da guerra fiscal, aquelas coisas todas. E ela era especialista nisso. Então ela trabalhava ali e tal. E aí eu...

D.P. – Isso aonde?

G.V. – Em Brasília. Então eu... Numa boa, eu tirei, larguei de mão

D.P. – Você ficou na militância?

G.V. – Fiquei na militância e também editando o livro, porque tinham algumas coisas que eu queria editar. Então é isso aí. Outra coisa: depois, quando a Dilma ganhou, aí a Maria do Rosário me chamou para trabalhar com ela. Eu falei: “Eu só quero esse cargo aqui. Fora disso,

eu não quero, não”. “Ah, fica com isso aqui”. “Não, não!” “Aqui tem uma equipe boa”. “Não quero equipe, não. Só quero isso aqui. Meu negócio é...” Eu já estou naquela idade...

D.P. – Qual era exatamente seu cargo, para a gente...

G.V. – Era a coordenação... É o projeto Direito à Memória e à Verdade, que muita gente confunde, como se fosse da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Não. Ela trabalha junto, como trabalhou junto com a Comissão da Verdade, mas não é a mesma coisa.

A.S. – Tem parceria, mas...

G.V. – Tem parceria, mas tem autonomia. Então é isso que eu fiz. Aí saí agora, retornei à universidade, então, voltei à sala de aula. Até o dia 12 de agosto, quando eu completo 70 anos e vou ser exonerado compulsoriamente. Aliás, vou ser aposentado compulsoriamente, com o salário que der. Qual é esse salário? Gostaria de saber. Porque eu não sei. Mas sei que vai ser bem pequeno.

D.P. – E por que você sai da Secretaria? Por razões...?

G.V. – Ah, sim. As razões... É o seguinte: primeiro que a ministra que assumiu fixou as suas prioridades e achava que eu não me enquadrava naquelas prioridades que ela... Eu só agradei, falei: “Muito obrigado. Que dia a senhora quer o cargo? Agora?” A mesma coisa que eu falei com Marina, eu falei para ela: “Você quer o cargo agora? Amanhã? Depois? Que horas você quer? Nem volto para a sala”. Ela falou: “Não, espera aí. Não, ao contrário, eu estou fazendo um pedido para você ficar um pouco mais, até o seu sucessor vir e você conversar com ele”. Eu falei: “Absolutamente, não estou saindo brigado, não. Estou saindo porque a senhora quer que eu saia. Então, tudo bem, estou... Não tem mesquinha, não”. Também fiz isso no Ministério do Meio Ambiente.

D.P. – E você acha que tem a ver com... Porque eu assisti a um debate seu na televisão, no Senado, onde você foi questionado...

G.V. – Pelo Pedro.

D.P. – Você fez críticas à Comissão da Verdade e a aí alguém... Acho que foi...

G.V. – Foi o Pedro Dallari que falou.

D.P. – É o Pedro Dallari. Foi o Pedro Dallari, que falou exatamente isso: “Mas como é que, se o governo tem uma posição pró o resultado da Comissão, como é que você, uma pessoa do governo, você está fazendo críticas? Eu não estou entendendo”. Aí você deu uma resposta.

G.V. – Isso foi interessante. Primeiro porque ali naquele debate...

D.P. – Por acaso, eu estava vendo ao vivo.

G.V. – É, aquilo estava passando ao vivo. Eu nem sabia, também

D.P. – Foi acaso. Eu liguei a televisão de manhã... Não foi nem...

G.V. – E aquilo foi muito interessante. Primeiro, eu também fiquei surpreso com o que ele falou. Ele fez uma cobrança pública. Aí eu esperei ele terminar, obviamente, respeitando a ordem lá e tal. O senador lá estava conduzindo. E depois que ele terminou de falar, já estava no agradecimento do senador, eu falei: “Senador, eu queria um minuto”. Aí eu falei: “Eu queria falar para o dr. Pedro Dallari que... Agradeço a referência...” Uma coisa assim. Porque ele também fez uma referência elogiosa: “...sua militância, um cara que a gente respeita. Agora, não entendo como é que você, que é do governo, que representa, e aqui, vem falar [contra] uma coisa que o governo apoia e tudo”. Aí eu... “Como é que eu vou explicar isso?” Eu falei: “Olha, eu vou te falar, vou te dar a resposta citando um poeta catalão que foi assassinado pelos franquistas”. Eu não falei o nome, mas é o García Lorca. “Porque ele falou o seguinte...” Eu falei em espanhol, meio chutado, porque eu também não entendendo espanhol, mas em português é assim: “Eu estou do lado daqueles que nada têm e até o nada se lhes querem tirar”. Esse é [inaudível]. Aí todo mundo... [riso]. E é isso que eu sou.

A.S. – Gilney, deixa eu fazer só mais uma pergunta: você entrou com um pedido na...?

G.V. – A ministra ligou diretamente para mim, falando que não era a posição da Secretaria, e eu falei: “Eu estou entendendo ministra, fica tranquila”.

D.P. – A ministra ligou diretamente?

G.V. – Imediatamente. Estava assistindo também, não é? Eu falei: “Não, estou entendendo. Pode deixar que eu já entendi”. Eu só estava esperando ela para me demitir. Mas demorou mais um pouquinho. Ela deu um tempo.

A.S. – Você entrou com um pedido na Comissão de Anistia?

G.V. – Olha, eu... Veja bem, a minha história com a anistia é uma história... Aliás, não sei o que é meu que não é complicado. Tudo meu é complicado, ou seja por opções políticas minhas, ou seja porque os outros, seja o Estado, seja o adversário, me atropelam. No caso da anistia, eu demorei muitos anos... Eu tive dúvida se eu requereria a anistia. Porque eu achava aquela anistia... E eu fui deputado e lutei por ela e tudo. Achava uma abominação. Era uma concepção previdenciária, como se medisse o seu dano em função do que você ganharia, tipo uma pensão ou coisa desse tipo. E, principalmente... Nem era o problema do recurso em si, mas a forma como eles entendiam a anistia, como se eu estivesse pedindo a eles para eles me indenizarem por alguma coisa. Não é assim, não, cara! Anistia não é isso, não. Para mim não era. Então, quando veio essa nova legislação, a de 2002, que é a Lei 10.559, melhorou, e também, quando veio a gestão do Paulo e do Tarso lá no Ministério da Justiça e na Comissão de Anistia, eles politizaram a coisa, e eu passei a acompanhar isso. Então eu sou uma pessoa que eu não tenho nada a ver com a Comissão de Anistia, mas eu, muitas vezes, vou na reunião da Comissão de Anistia, vou na reunião da Comissão de Controle, só que é tipo... Agora eles burocratizaram, está menos, mas eu sempre fui indicado [inaudível]. Mas não tenho nada a ver com a Comissão de Anistia; simplesmente, politicamente, apoiando que eles tomassem a postura correta de que a anistia é um ato político, é um ato que é individual, mas é um ato também para a sociedade; que eles tinham, sim, que ter uma postura pública e transparente; que tinha que politizar essa questão. Então eles foram na direção do que eu pensava. Aí eu me senti à vontade para pedir a

anistia. E eu entrei em 2010. Eu acho que em 2012 foi julgado, numa dessas caravanas que selecionam processos, e eles julgaram e o resultado do julgamento foi surpreendente para mim, que também... Têm certas coisas da lei... interpretações que eu também não domino. O resultado foi o seguinte, que eu já tinha sido anistiado, que eu não tinha mais direito à anistia. Mas... Tem um mas. Mas que o enquadramento da anistia que o banco – eu era funcionário do banco – me deu não correspondia aos meus paradigmas. Ou seja, funcionário que entrou no mesmo ano que eu, depois de 30 anos, estaria em qual cargo administrativo? O banco tem carreira. É o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, tem carreira. Então ele... Eu não me lembro os níveis, mas em vez de eu estar no Nível 9, o cara me pôs no Nível 7, e meus paradigmas foram para o Nível 8 ou para o Nível 9. Essas coisas que existem nos RH. E, para te ser sincero, eu também soube disso quase por acaso. Porque eu pedi [inaudível] para ir lá [inaudível] e o cara me deu isso e eu peguei. Quando me falaram isso... “Ah, eu tenho o papel aqui”. Aquelas coisas menos... que não programei. Então, em função disso, eles falaram que teria que fazer um aditamento do banco à anistia que me foi concedida, para me colocar do Nível 7 para o Nível 8 ou para o Nível 9, eu não me lembro mais qual é, que me dava um ganho de salário. Esse ganho de salário podia ser incorporado ao banco ou não, ou ao Estado... [inaudível] Estado Nacional, que está provendo, em função da própria lei. E foi isso que eu ganhei na anistia. No início, eu fiquei muito revoltado, por uma razão política inicial...

D.P. – Você não foi nem... Nem ganhou aquela anistia única, não?

G.V. – Não. Eu era... O meu caso é mais... O buraco é mais embaixo. Eu era funcionário do banco desde 1963 e depois fui concursado. E os bancos estaduais de desenvolvimento eram autarquias, como é o Banco Central hoje, então, os funcionários eram os funcionários autárquicos, no Regime Jurídico Único, que depois virou isso. Então eu, na verdade, quando... E quando houve uma certa campanha, pós-1988, para fazer a anistia, não sei o quê, o presidente do banco, diante de uma agitação lá que o Nilmário e outros caras estavam fazendo lá, me chamou: “Chama esse cara aqui”. Ele falou: “O único que não foi anistiado em Minas Gerais é Gilney Viana”. Era uma fantasia. Tem muita gente que não foi. Mas, do banco, eu era realmente o único que não tinha sido. E o presidente, que era um cara muito preocupado com a imagem dele e com a relação dele com a burguesia, com a imprensa, ele falou: “Ah, não! Chama o cara aqui que nós fazemos um acordo”. E eu estou lá na universidade e o cara me

chamou para fazer um acordo. Fiz um acordo péssimo. O advogado brigou comigo, falou que ele rompia comigo. Foi desagradabilíssimo, porque ele era um amigo e companheiro. Faço autocrítica pública. Mas aceitei a reintegração e depois me aposentei. Aposentei-me como um bancário administrativo. Podia pegar o tempo e levar para a universidade e terminar meu curso com uma qualificação e um salário melhor. Não fiz nada disso. Fiz tudo errado. Objetivamente...

D.P. – Sim, mas o que impedia? Ainda não entendi. Porque a anistia, você tem duas maneiras de receber, e pode receber as duas, que é a tal anistia que eles chamam...

G.V. – A continuada e a única.

D.P. – A continuada e a única. Você não recebeu a única, não?

G.V. – Não, não. Não recebi. Na verdade, eu teria direito à continuada.

D.P. – Mas você poderia ter a continuada e a única.

G.V. – Não, não.

D.P. – Elas são excludentes?

G.V. – São excludentes.

D.P. – Ah, está bom. Eu achei que não eram, não.

G.V. – Já aconteceu...

D.P. – Ah! É verdade, são excludentes.

G.V. – Já aconteceu que a pessoa pediu a única e depois... Que foi o Nísio.

D.P. – E depois entrou...

G.V. – Depois ele entrou com a continuada, provando que, na verdade, ele perdeu o emprego e não voltou.

D.P. – Está bom. Tem gente que...

G.V. – Tem gente. Aconteceu isso. Mas não é o meu caso. O meu caso é ao contrário: quando eu requeri a anistia, eu não liguei com o negócio do banco, sinceramente.

A.S. – Porque como você havia retornado... aceitado...

G.V. – Eu aceitei um acordo. Porque eu tinha um processo contra o banco.

A.S. – [Como você havia aceitado] retornar ao banco, então, você não poderia pedir?

G.V. – Poderia. Poder, você pode pedir que eles... Se dá que é o problema, não é? Mesmo porque o banco... Qual era a contestação que eu tinha? Eu não reconheço o banco com poder de Estado para me anistiar. Isso que eu falei para a Anistia. Não, não acho isso correto, essa interpretação da Lei de Anistia. Mas tem um problema: realmente, politicamente, não é, mas como tem esse peso da indenização e essa visão um pouco previdenciária que ainda orienta, que é a reparação material, isso teve um peso no julgamento. Falou: “Não, você já foi reparado materialmente”. “Sim, mas se o banco me chamou para um acordo. Não foi você nem nada”. Eu aceitei. Para te ser sincero, não estou reclamando aqui, não. Aceitei a decisão da Comissão de Anistia, não recorri, o que acontece é que eu...

D.P. – Mas o Estado te pediu perdão? Teve todo um julgamento?

G.V. – Tudo isso teve. Eu só aceitei por causa disso. Por causa da reparação, não, eu podia estar na Justiça lutando para ter um salário muito melhor do que eu ganho. Porque, só para você ter noção, se eles tivessem me reclassificado como profissional de ensino superior, eu teria ganho um bom salário. Mas como carreira de administrativo... Paciência, é isso mesmo. Então

eu não... A anistia, o que fez foi me reclassificar, e paga essa diferença, o que praticamente me colocou no nível daquele meu paradigma de administrativo, [inaudível] quanto ganham essas pessoas que eram secretárias, era o pessoal administrativo, sei lá como é o nome. Então, essa história da anistia, isso sempre me incomodou um pouco, por causa da campanha que fizeram, e acho até que a Lei de Anistia não dosou bem essas coisas, não. Como essa concepção... Porque teve muito servidor público, muito militar, muita gente que era do serviço público. Então foi feita uma anistia muito pensando nessas pessoas, que foram realmente atingidas, mas só que o conjunto da coisa não é...

A.S. – A Lei de Anistia ou a Comissão?

G.V. – A Lei da Anistia.

A.S. – A Lei de Anistia.

G.V. – Ela foi muito em função disso. A reparação foi muito pensada em função das pessoas que perderam o emprego, e muitos funcionários públicos, que foram lesados realmente no seu direito. E só para terminar como é que foi que eu fui despedido do banco, então, eu entrei em 1963; fui preso em 1964; o presidente do banco, os comunistas que tinha lá, ele não pôs... Porque ele era um... Não obstante ele trabalhar com o Magalhães, ele era da Faculdade de Ciências Econômicas, ele era um tipo assim... Até em documentos de esquerda ele assinou, pró isso, pró aquilo. Era um cara progressista. Mas depois ele foi alçado, assim, como se fosse o cara da industrialização de Minas Gerais, o cara que bolou a coisa. Então a burguesia gostava muito dele. Hoje, ele é elogiado demais. Mas ele era um cara muito ético, rigoroso. “Não, aqui, ninguém vai para fora”. E o Exército... “Não, não põe ninguém”. E como ele tinha apoio da burguesia e do governador, ele não era uma pessoa insignificante, não. Ninguém foi para fora. Pelo contrário, ele foi lá e sustentou e segurou. Aí em 1969 é diferente. Era outro...

D.P. – Aí você volta para o banco?

G.V. – Volto.

D.P. – Você contou essa história do banco.

G.V. – Em 1964, eu estou falando 1964. Aí, em 1969, quando eu já estava na Corrente... Não na ALN. Depois a Corrente se integra na ALN, em 1969. Em 1968, eu trabalhava no Banco de Desenvolvimento; eu estudava medicina; era dirigente da Corrente, do comando da Corrente; e já estava na guerrilha urbana. E ainda tinha uma namoradinha de quebra. Então tinha muitas atividades para uma pessoa só. Então minha vida era muito corrida. Aliás, minha vida sempre é corrida. É difícil ela não estar muito corrida. Aí eu só sei o seguinte, que nesse negócio de guerrilha urbana, uma ação preliminar... Esse, sim, que é um crime conexo, em que você vai assaltar um carro para você fazer um outro assalto maior, porque você precisava de transporte. E, numa dessas tomadas de um carro, aconteceu um...

D.P. – Você contou.

G.V. – É. [Aconteceu] um fenômeno que... A pessoa que estava lá me reconheceu e tal, depois a polícia e o Exército foi atrás de mim, tudo isso, e o general falou que eu era terrorista e que eu tinha que ser demitido do banco. O banco fez um inquérito, não me demitiu, aí ele mandou um ofício falando: “Tem que demitir o cara”. Aí eles demitiram. Então isso tudo é documentado, porque o cara mandou. E esse banco tem uma coisa... Banco é o seguinte: entrou no sistema deles, é difícil você tirar a coisa que está no sistema deles. É igual às Forças Armadas, você põe no sistema... Aquilo que eles tiraram do sistema foi preventivamente, porque quando eles põem, é difícil você tirar, está lá registrado.

D.P. – Mas aí você depois é preso, coisa e tal. Quando você sai da prisão...

G.V. – Demorou tempo, esse negócio do banco. Eu saí praticamente em 1980. Foi em 1990, depois da eleição de...

D.P. – Que você foi chamado para...

G.V. – Que eu fui chamado.

D.P. – ...para [inaudível].

G.V. – E eu, sinceramente, não estava sabendo de nada. Estou lá no meio do mato, não estou sabendo de nada. No Mato Grosso, não é? Então foi isso. As circunstâncias... As opções minhas nem sempre foram corretas, do ponto de vista do meu interesse financeiro ou funcional. Tanto é que agora eu voltei para a universidade, só tenho direito à aposentadoria compulsória e, provavelmente, vou ter, no máximo, 30% do salário que eu conseguir alcançar, que deve ser muito pouco. Mas tudo bem. A gente paga pelo que faz. As opções foram tomadas, e todas as minhas opções foram tomadas conscientemente. Então eu assumo os riscos, os ônus e os bônus.

D.P. – Gilney, muito obrigada. Você quer comentar alguma coisa mais?

A.S. – Obrigada pelo depoimento.

G.V. – Eu queria dizer que essa história dessa luta, principalmente de memória, verdade e justiça, ela tem muitos protagonistas. Acho importante vocês ouvi-los. Segundo, é dizer que essa luta não terminou ainda. Essa luta não terminou. Presos políticos e perseguidos demoraram muitos anos lutando por isso; familiares demoraram muitos anos. Alguns podem ter desistido, por isso ou por aquilo, outros se contentaram com... até que ponto as reparações morais e materiais ou políticas lhes satisfizeram, mas a maioria – ou quase todos – acham que o processo está inconcluso. O processo está inconcluso não para nós, mas para a sociedade brasileira. Então eu acho... Enquanto a verdade judicial não for exposta, testada e, vamos dizer assim, passada em julgado, nós continuaremos na luta.

A.S. – Muito obrigada.

G.V. – Obrigado a você.

[FINAL DO DEPOIMENTO]